



# IMÓVEIS PROTEGIDOS LEGALMENTE, **MAS NÃO** **CONCRETAMENTE**

Reflexões visando uma prática  
preservacionista mais efetiva para  
Ribeirão Preto - SP

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

Flávia Fernanda Segismundo Vilas Boas

**IMÓVEIS PROTEGIDOS LEGALMENTE, MAS NÃO CONCRETAMENTE:**  
**Reflexões visando uma prática preservacionista mais efetiva para Ribeirão Preto - SP**

**Linha 1:** Arquitetura e Cidade: teoria, história e conservação.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Claudia dos Reis e Cunha

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Uberlândia | MG

2019

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

B662 Boas, Flávia Fernanda Segismundo Vilas, 1993-  
2019 Imóveis protegidos legalmente, mas não concretamente  
[recurso eletrônico] : reflexões visando uma prática  
preservacionista mais efetiva para Ribeirão Preto-SP / Flávia  
Fernanda Segismundo Vilas Boas. - 2019.

Orientador: Cláudia dos Reis e Cunha.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.2399>  
Inclui bibliografia.

1. Arquitetura. I. dos Reis e Cunha, Cláudia, 1977-, (Orient.). II.  
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em  
Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDU: 72

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Arquitetura e Urbanismo				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico PPGAU				
Data:	sete de novembro de 2019	Hora de início:	14h15	Hora de encerramento:	16h20
Matrícula do Discente:	11722ARQ007				
Nome do Discente:	Flávia Fernanda Segismundo Vilas boas				
Título do Trabalho:	IMÓVEIS PROTEGIDOS LEGALMENTE, MAS NÃO CONCRETAMENTE: Reflexões visando uma prática preservacionista mais efetiva para Ribeirão Preto-SP.				
Área de concentração:	Projeto, Espaço e Cultura				
Linha de pesquisa:	Arquitetura e cidade: teoria, história e conservação				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Preservação do patrimônio arquitetônico na atualidade: relações temporais complexas				

Reuniu-se na sala 223, bloco 1F do Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, assim composta: Professores Doutores: Ana Paula Farah - PUC/Campinas; Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale - PPGAU/UFU e Claudia dos Reis e Cunha - FAUeD/PPGAU/UFU orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Claudia dos Reis e Cunha, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu a Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do(a) Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Claudia dos Reis e Cunha, Presidente**, em 07/11/2019, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marília Maria Brasileiro Teixeira Vale, Membro de Comissão**, em 07/11/2019, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávia Fernanda Segismundo Vilas Boas, Usuário Externo**, em 13/11/2019, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Farah, Usuário Externo**, em 18/11/2019, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.sei.ufu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1675408** e o código CRC **5DBFE459**.

Aos mestres, que nos ajudaram a soltar as amarras de nossa mente, aguçando nossa criatividade e mostrando inúmeras possibilidades de tornar este mundo melhor através da arquitetura.

(Autor Desconhecido)

## **Agradecimentos**

Aos meus pais, Mário e Lúcia, minha irmã Marina, minha avó Áurea e minha família por todo o apoio, paciência e persistência;

Aos meus amigos de longa data e aos anjos que encontrei nessa cidade, que me acolheram e tornaram minha jornada mais leve durante esses dois anos;

Ao meu amigo Guilherme e a tia Rosa, por me acolherem em todas as ocasiões que precisei ao longo do desenvolvimento das pesquisas em Ribeirão Preto e a Patrícia, secretária do COMPAC – RP, que sempre foi muito solícita;

A Virgínia, pela companhia e amor incondicional;

Aos meus mestres que me ensinaram sobre a arquitetura, o urbanismo e essencialmente o valor da memória;

A minha orientadora Cláudia Dos Reis E Cunha, pela orientação, suporte e por me acalmar sempre;

Em especial, ao mestre Francisco Gimenes (in memoria), que me despertou o interesse e a paixão pela história e me ensinou que a consciência permanece em algum lugar nesse universo.

Como podemos ter tempo, se é ele que nos têm?

(Autor Desconhecido)

## **ABSTRACT**

The research aims to establish reflections on the preservation and conservation of heritage assets that have had their value recognized, being legally protected by the law of tipping, but are in a state of abandonment, losing the memory of the city. We seek to problematize the difficulties of applying preservation policies, as well as the formulation and implementation of safeguard instruments, and the relations and clashes between the agents involved in this context, adopting as object of study some real estate listed in the city of Ribeirão Preto. - SP. From the analysis of the performance of the preservation organs, privileging the municipal scale, and the relation of memory and belonging established - or not - between the population and the architectural goods, we seek, first, to understand the general panorama in which they are inserted. and how the patrimonial processes occur in the municipality. The city chosen as a territorial clipping is the municipality of Ribeirão Preto, interior of the state of São Paulo. The problem raised came from a previous survey, carried out in 2016, where, when surveying a set of assets of heritage interest in the city, there was the

abandonment of several copies important to its history, even though many were already overturned, but awaiting solutions of legal proceedings between the public and the private. It is noteworthy that this is a common scenario where this situation is repeated in many cities - small, medium or large - not only in the state of São Paulo, but as this is a problem that occurs nationwide. The body responsible for the protection of the cultural assets of the city of Ribeirão Preto - SP is the CONPPAC / RP (Council for the Defense of the Historical and Cultural Heritage of the city of Ribeirão Preto) and according to the information collected, the abandonment rates of the goods of interest. up to 40%. In view of this scenario, once the abandonment of many assets that have already been legitimized has been verified, it is intended to verify the real effectiveness of the protection and safeguard mechanisms, their scope and limitations in the effective preservation of heritage, focusing on policies and adopted instruments and their applications, using some selected properties to illustrate such reality. The general analysis and the specific cases aim to point out the main impasses to be resolved, so as to establish



reflections and perspectives on the articulation between the existing instruments and the agents involved, a better relationship between them, seeking a better efficacy within the framework. municipal heritage management.

**Keyword:** Heritage, Legislation, Instruments, Ribeirão Preto

## RESUMO

A pesquisa pretende estabelecer reflexões a respeito da preservação e conservação de bens patrimoniais que já tiveram seu valor reconhecido, estando legalmente protegidos pela lei do tombamento, porém se encontram em estado de abandono, perdendo-se da memória da cidade. Procura-se problematizar as dificuldades da aplicação das políticas de preservação, assim como a formulação e implementação dos instrumentos de salvaguarda, e as relações e embates entre os agentes envolvidos nesse contexto, adotando como objeto de estudo alguns bens imóveis tombados na cidade de Ribeirão Preto – SP. A partir da análise da atuação dos órgãos de preservação, privilegiando a escala municipal, e da relação de memória e pertencimento estabelecida – ou não - entre a população e os bens arquitetônicos, busca-se, primeiramente, compreender o panorama geral no qual estão inserido e como ocorrem os processos patrimoniais no município.

A cidade escolhida como recorte territorial é o município de Ribeirão Preto, interior do estado de São Paulo. A problemática

levantada, partiu de uma pesquisa prévia, realizada no ano de 2016, onde, ao se realizar o levantamento de um conjunto de bens de interesse patrimonial da cidade, verificou-se o abandono de vários exemplares importantes para sua história, mesmo que muitos já se encontrassem tombados, porém aguardando soluções de processos jurídicos entre o poder público e o privado. Destaca-se que este é um panorama comum onde essa situação se repete em muitas cidades - de pequeno, médio ou grande porte - não somente no estado de São Paulo, mas como isso se trata de um problema que ocorre em âmbito nacional.

O órgão responsável pela proteção dos bens culturais da cidade de Ribeirão Preto – SP é o CONPPAC/RP (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do município de Ribeirão Preto) e de acordo com informações levantadas, os índices de abandono dos bens de interesse patrimonial chegam a mais 40%. Diante desse panorama, uma vez constatado o abandono de muitos bens que já tiveram seu reconhecimento legitimado, pretende-se verificar qual a real eficácia dos mecanismos de tutela e salvaguarda, os seus

alcances e limitações na efetiva preservação do patrimônio, com enfoque nas políticas e instrumentos adotados e suas aplicações, utilizando de alguns imóveis selecionados para ilustrar tal realidade. A análise geral e dos casos em específico visa permitir o apontamento dos principais impasses a serem resolvidos, para que se estabeleçam reflexões e perspectivas sobre a articulação entre os instrumentos existentes e os agentes envolvidos, uma melhor relação entre estes, buscando uma melhor eficácia dentro do âmbito da gestão patrimonial municipal.

**Palavras-chave:** Patrimônio, Legislação, Instrumentos, Ribeirão Preto

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. A PROTEÇÃO DOS SUPORTES MATERIAIS DA MEMÓRIA.....	22
1.1. Institucionalização da salvaguarda do patrimônio edificado no Brasil.....	23
1.2. O Tombamento como instrumento mais utilizado: Da dificuldade da integração com os outros instrumentos à sua insuficiência na preservação patrimonial.....	27
1.3. Modelos de gestão do patrimônio: Instrumentos e suas aplicações aliados ao tombamento para efetivar a preservação do patrimônio urbano e arquitetônico.....	39
2. RIBEIRÃO PRETO E SUA TRAJETÓRIA PATRIMONIAL.....	53
2.1. O patrimônio edificado ribeirão-pretano e sua desvalorização.....	55
2.2. A instituição do CONPPAC-RP, suas fases e trajetória, a evolução da legislação municipal e das políticas públicas aplicadas no município.....	68
2.2.1. 1967 a 1973 – A instituição da legislação, as primeiras intenções de proteção e as inclinações ao modelo tradicional de preservação.....	69
2.2.2. 1974-1993: A influência dos avanços sobre o tema da preservação, os avanços substanciais na legislação e as inclinações para a prática do modelo de conservação.....	71

2.2.3. – 1993 – 2010: A adequação da legislação a partir da Constituição Federal de 88, a criação da Política Pública e o Plano Municipal de Cultura em 2002, os avanços no Patrimônio Imaterial e as inclinações ao modelo de Governança Participativa/Deliberativa.....	76
2.2.4. O Plano Municipal de Cultura 2010-2020, as novas estratégias patrimoniais, a implementação do Sistema Municipal de Cultura, as inclinações à Gestão Democrática e, a atual legislação vigente (2016) .....	90
2.3. Cenário atual.....	101
3. ANÁLISES DE PROCESSOS DE TOMBAMENTO – CONFLITOS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO.....	109
3.1. Análises dos Processos de Tombamento por imóvel.....	111
3.1.1. Palacete Camilo de Mattos.....	112
3.1.2. Solar Francisco Murdocco.....	116
3.1.3 Solar Villa-Lobos (Casa Caramuru) .....	123
3.1.4. Palacete Albino de Camargo Netto.....	129
3.1.5. Palacete Jorge Lobato.....	140
3.2. Análise geral sobre os processos de tombamento.....	145
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	165
APÊNDICES.....	176

1. Ata de reuniões do COMPAC – RP.....	176
2. Quadros da movimentação dos processos de tombamento / Ano.....	177
2.1 . Quadro 1: processos de tombamento / Ano 2003.....	177
2.2 . Quadro 2: processos de tombamento / Ano 2004.....	178
2.3 . Quadro 3: processos de tombamento / Ano 2005.....	179
2.4 . Quadro 4: processos de tombamento / Ano 2006.....	180
2.5 . Quadro 5: processos de tombamento / Ano 2007.....	181
2.6 . Quadro 6: processos de tombamento / Ano 2008.....	182
2.7 . Quadro 7: processos de tombamento / Ano 2009.....	184
2.8 . Quadro 8: processos de tombamento / Ano 2010.....	186
2.9 . Quadro 9: processos de tombamento / Ano 2011.....	187
2.10. Quadro 10: processos de tombamento / Ano 2012.....	188
2.11. Quadro 11: processos de tombamento / Ano 2013.....	190
2.12. Quadro 12: processos de tombamento / Ano 2014.....	191
2.13. Quadro 13: processos de tombamento / Ano 2015.....	192
3. Plano de Metas do Plano Municipal da Cultura, 2010 – 2020.....	193
4. Tabelas de Bens Tombados.....	194
4.1 Bens tombados municipalmente pelo CONPPAC em Ribeirão Preto.....	194
4.2 Bens tombados provisoriamente pelo CONPPAC.....	207
4.3 Bens em Ribeirão Preto tombados estadualmente – CONDEPHAAT-SP.....	216
4.4 Bens tombados municipal e estadualmente – CONPPAC-RP e CONDEPHAAT-SP.....	218
5. Fichas patrimoniais dos bens selecionados.....	223

5.1 Palacete Camilo de Mattos.....	225
5.2. Solar Francisco Murdocco.....	231
5.3 Solar Villa-Lobos (Casa Caramuru) .....	239
5.4 Palacete Albino de Camargo Netto.....	244
5.5 Palacete Jorge Lobato.....	247

## INTRODUÇÃO

Os anseios da atual pesquisa foram despertados a partir da problemática levantada por uma pesquisa prévia<sup>1</sup>, realizada no ano de 2016, na cidade de Ribeirão Preto – SP, interior do Estado de São Paulo, onde, ao se organizar o levantamento de um conjunto de bens de interesse patrimonial da cidade, verificou-se o estado de abandono de vários destes, mesmo que muitos já se encontrassem em regime de proteção, sobretudo por meio do tombamento.

A pesquisa realizada em 2016 teve como base o Relatório da Fase I e II do Inventário de Referências Culturais de Ribeirão Preto<sup>2</sup>, que foi elaborado pela Rede de

Cooperação de Identidades Culturais<sup>3</sup>, segundo o Plano Municipal de Cultura do Município, em 2010. De acordo com a pesquisa prévia realizada em 2016, dentro do seu território de abrangência, havia cerca de 93 bens arquitetônicos de interesse patrimonial na cidade, dentre estes, 54 se encontravam tombados ou em processo de tombamento; 23 encontravam-se em estado de abandono ou em péssimas condições de conservação, configurando-se como uma estatística alarmante ao se constatar que estes representam cerca de 42% do total dos bens de interesse patrimonial. Ainda cabe destacar que dentro da quantidade de imóveis

---

<sup>1</sup> A pesquisa referida trata-se do trabalho final de graduação desenvolvido pela própria autora, no Centro Universitário Estácio-Uniseb, no ano de 2016, sob orientação da Profa. M<sup>a</sup>. Ana Teresa Cirigliano Vilela, intitulado como: Fragmentos Patrimoniais: Percursos pela História de Ribeirão Preto – onde se propõe a organização e levantamento dos bens de interesse patrimonial e um percurso urbano ligando as várias camadas históricas da cidade.

<sup>2</sup> “O Inventário, dividido em duas fases, foi iniciado em janeiro de 2009. A fase preliminar foi concluída em outubro do corrente ano e o relatório que segue, se propõe a conceituar, diagnosticar e apresentar diretrizes com ponderações objetivas de Políticas Públicas, necessárias para a convivência do moderno com o tradicional, sem a perda das relações de pertencimento, tão importantes para a valorização e o reconhecimento das identidades culturais. Na segunda fase, ocorrerá o inventário e o aprofundamento da pesquisa dos bens culturais constantes das áreas

urbanas já definidas na fase preliminar, e o levantamento das propriedades rurais remanescentes do período do café” (RIBEIRÃO PRETO, 2010, p.11)

<sup>3</sup> Formada por representantes da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, Secretaria da Cultura, Secretaria do Planejamento, CODERP, IPCCIC – Inst. Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais, Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, Museu da Imagem e do Som, IPHAN, COONPAC-RP, Universidade Presbiteriana Mackenzie, Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), Centro Universitário Barão de Mauá, Centro Universitário Moura Lacerda, Faculdades COC, Faculdade de Economia Aplicada/USP, Curso de Ciências da Informação/USP, UNIP – Universidade Paulista; UNISEB – Centro Universitário; Seção de Atividades Culturais/PUSP-RP; Departamento de Música/FFCLRP, Grupo Amigos da Fotografia, Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto, Sindicato dos Arquitetos de Ribeirão Preto.



negligenciados, 18 constavam como sendo de propriedade particular.

Entre esses imóveis, a partir de vários fatores e fenômenos urbanos – incluindo os conflitos entre proprietários e o poder público – muitos foram sendo abandonados ou encontram-se em péssimas condições de preservação atualmente.

Dentro do cenário patrimonial em geral, tal problemática se faz recorrente, sendo essa situação encontrada em muitas cidades - de pequeno, médio ou grande porte - não somente no estado de São Paulo, mas se trata de um problema que ocorre em âmbito nacional. Sendo assim, concebe-se que o instrumento de tombamento, sozinho, não é suficiente para proteger um bem. Existindo políticas públicas para ajudar o proprietário dos imóveis a manter o local, com incentivos e aplicações de outros instrumentos de preservação patrimonial e de planejamento urbano, as chances de um resultado mais eficaz na real salvaguarda do patrimônio arquitetônico e urbano são potencializadas, tal como este trabalho procurará apresentar.

Diante de tal premissa, buscou-se estabelecer reflexões a respeito da preservação e conservação de bens patrimoniais que já tiveram seu valor reconhecido, estando legalmente protegidos pela lei do tombamento, porém se encontram abandonados ou em péssimas condições de conservação, perdendo-se da memória da cidade – com enfoque nos imóveis de propriedade particular, uma vez identificado que estes representam boa parte dos bens em estado de abandono na cidade de Ribeirão Preto, protagonizam muitos conflitos de interesse e configuram-se como casos emblemáticos dentro do município.

Almejou-se identificar o panorama acerca das políticas e instrumentos de preservação patrimonial, com enfoque no instrumento de tombamento – o entendimento da legislação de proteção, os agentes envolvidos, as suas aplicações, o seu alcance e limitações e como se dão as relações entre as esferas pública e privada dentro desse contexto. Problematicar e refletir sobre a questão do abandono de bens patrimoniais tombados, tomando como objeto geral de estudo a cidade de Ribeirão Preto – SP, levantando as questões e os processos que levaram ao cenário atual, buscando confirmar a premissa

de que os bens patrimoniais em questão – já reconhecidos como tal - vêm sofrendo com a ação do tempo e até mesmo algumas ações humanas, enquanto estão imersos em longos processos, litígios entre o Poder Público e seus proprietários, e a falta de aplicação de políticas para sua efetiva proteção e a partir disso apontar os principais pontos a serem resolvidos.

Buscou-se levantar quais as políticas e instrumentos de preservação atuais, em várias instâncias e contextos, privilegiando a análise da escala local - (CONPPAC-RP). Analisar os agentes e interesses envolvidos no processo de tombamento de um bem arquitetônico, desde o pedido deste, o andamento do processo, seu deferimento, até as ações requeridas para a preservação do bem em questão. Conhecer a história de Ribeirão Preto – SP, a fim de se identificar sua história e suas potencialidades culturais. Selecionar alguns bens para a análise de seus processos de tombamento, de acordo com sua importância para ilustrar a discussão proposta. Analisar a relação entre as escalas público e privada, no contexto dos bens arquitetônicos tombados, a fim de se compreender os processos quando se trata de um bem particular, a relação entre proprietários e o poder público, assim

como os embates que surgem a partir desse cenário, e seus resultados. Verificar qual a legislação e linha de atuação adotada para os bens em questão e analisar qual sua real aplicação e efetividade, detectando as principais dificuldades sociais, econômicas e culturais pesam sobre aplicação e fiscalização das ações das políticas de preservação. E por fim, ressaltar os principais problemas a serem mitigados para que se estabeleçam reflexões para uma melhor eficácia e consequentemente a recuperação dos bens em questão, no âmbito da gestão do patrimônio no município.

Para o desenvolvimento e alcance de tais objetivos buscou-se adotar uma metodologia de abordagem qualitativa, almejando o entendimento, os significados dos fenômenos. O caminho metodológico adotado foi constituído de pesquisa teórica, pesquisa documental e pesquisa de campo. O material e as análises obtidas documentados, organizados e sistematizados. Partindo da pesquisa teórica, tratou-se da relação dialética estabelecida entre o pesquisador e os autores levantados na revisão das referências bibliográficas, onde se pretendeu reunir fundamentos teóricos sobre o tema patrimonial. Utiliza-se de referenciais de autores que discorrem

sobre o assunto, acompanhando as evoluções conceituais dentro do âmbito cultural e patrimonial, com enfoque nas questões de tombamento e de salvaguarda de bens.

A pesquisa documental vem responder as necessidades objetivas da investigação, através das análises de documentos – tais como atas das reuniões do CONPPAC-RP, processos de tombamento, decretos, leis, entrevistas e alguns levantamentos de diferentes épocas e instâncias, buscando a compreensão de questões teóricas e práticas acerca do tema, mais precisamente, da identificação e reconhecimento dos bens culturais, seus valores e as políticas formuladas para sua preservação. Sendo assim, a pesquisa documental adotada para o presente trabalho seguiu princípios de referência, alinhados à análise de documentos mais próximos à área em questão, e que se referem à modelos de gestão do patrimônio. Foram levantadas e analisadas as legislações pertinentes ao trabalho, sobretudo a questão das leis de tombamento, em âmbito nacional, estadual e municipal – com enfoque nesta última instância - buscando embasamento para problematizar a forma como o instrumento de tombamento vêm sendo aplicado, além dos demais instrumentos aplicados dentro das

políticas patrimoniais. Utiliza-se também, para tal fim, a análise dos processos de tombamento de cinco bens selecionados para a pesquisa - estes que cabe ressaltar, selecionados a partir do conjunto de processos de tombamento que tramitavam no CONPAAC-RP, onde a quantificação não seguiu um critério estatístico, mas como meio de se aproximar da problemática em questão, apontando os bens que apresentam alguns dos maiores e mais longos processos e que evidenciam o cenário de abandono patrimonial no município, protagonizando embates entre o Poder Público e os proprietários de imóveis de interesse patrimonial na cidade de Ribeirão Preto-SP.

Como fonte fundamental da pesquisa, utiliza-se do Relatório da Fase I e II do Inventário de Referências Culturais de Ribeirão Preto (2010-2012). A coleta e análise de trechos de entrevistas encontradas em jornais e revistas locais online da cidade e região complementa o material para compreender a realidade estudada pelo pesquisador através da percepção dos sujeitos envolvidos e seu meio. Os sujeitos em questão envolvem os proprietários dos imóveis particulares

selecionados e também o poder público, agentes culturais e representantes da sociedade civil.

A pesquisa de campo, componente da metodologia adotada, se apresenta como um importante instrumento para alcançar o objetivo do trabalho, uma vez que se caracteriza pelas investigações em que permitiram parte do levantamento da pesquisa bibliográfica e documental junto à Secretaria da Cultura, além de incluir algumas visitas e fotos dos imóveis a serem estudados.

A metodologia apresentada foi desenvolvida tendo como base a pesquisa em livros, artigos, teses e dissertações, documentos oficiais, jornais, levantamentos fotográficos, entre outros, disponíveis em variadas fontes, com enfoque na pesquisa desenvolvida no acervo do CONPPAC-RP, Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto – SP, além da pesquisa na biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia.

A estrutura da dissertação está organizada em três capítulos. O capítulo inicial pretende dar base teórica para a discussão acerca do tema da salvaguarda do patrimônio e para o desenvolvimento dos capítulos seguintes. Busca-se a

compreensão abrangente da área, com enfoque nos instrumentos e políticas de proteção e preservação, aliado ao foco sobre o instrumento de tombamento ser o instrumento mais aplicado nesse contexto, quase como sinônimo de preservação, e como este aplicado de forma isolada não se faz eficaz para os fins almejados, pretende-se compreender como os instrumentos podem ser articulados e aplicados de forma positiva, dentro de políticas patrimoniais mais eficazes. O segundo capítulo apresenta a área de estudo e seu cenário de abandono patrimonial, partindo da história da cidade, sua formação e consolidação, com enfoque no seu auge como produtora de café e importância deste na cultura do município. Em seguida abarca a sua expansão, e a problemática do abandono dos imóveis, bens patrimoniais representantes de sua história. Em um terceiro momento, elabora-se uma análise da preservação no município por meio da trajetória do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto – CONPPAC-RP, analisando de forma cronológica e pontuada o funcionamento deste órgão e demais entidades vinculadas direta ou indiretamente às políticas municipais de preservação do patrimônio cultural. Essa análise foi feita num acervo de fontes primárias, destacando-se documentos,

processos de tombamento, atas e entrevistas – pesquisados junto a Secretaria Municipal de Cultura de Ribeirão Preto-SP, complementados por levantamento e estudo bibliográfico. Buscou-se uma atualização das premissas com o recorte apenas dos bens tombados, tomando como importante fonte de pesquisa a planilha de Bens Tombados fornecida pelo CONPPAC/RP em 2019, reeditando-a e classificando-a conforme o desenvolvimento das pesquisas, pôde-se constatar cerca de 70 bens protegidos legalmente pelo tombamento no município, destes pôde-se confirmar a predominância dos bens de tipologia eclética, e remanescentes do período cafeeiro e expansão da cidade, e também a reafirmação do cenário de abandono ou péssimas condições de uso de cerca de 20 bens<sup>4</sup>, dentre estes, 12 privados. A partir desse material, são feitas as análises do cenário atual como finalização do capítulo e introdução ao próximo. O terceiro capítulo traz a consulta, descrição e análise dos processos de tombamento selecionados, buscando confirmar a premissa de que os bens

---

<sup>4</sup> Mais especificadamente, do total de bens em regime de proteção – contando-se apenas os que possuem proteção por tombamento provisório ou definitivo - 14 deles se encontram em situação de total abandono, sendo destes, 12 privados e 2 públicos, onde a maioria destes se encontram nessa situação há um longo tempo. Cabendo destacar que grande parte do total

patrimoniais em questão – já reconhecidos como tal - vêm sofrendo com a ação do tempo e até mesmo algumas ações humanas, enquanto estão imersos em longos processos, litígios entre o Poder Público e seus proprietários, e os impasses, conflitos e falhas na aplicação de políticas para sua efetiva proteção. Para tal fim, foram selecionados cinco bens de acordo com sua representatividade para a história da cidade, sendo estes considerados como emblemáticos do cenário municipal destacado, ressaltando-se que a quantificação não seguiu um critério estatístico, mas como meio de se aproximar da problemática em questão. Os bens selecionados como objeto de estudos são: Palacete Albino de Camargo Netto, Palacete Jorge Lobato, Palacete Camilo de Mattos, Solar Francisco Murdocco e Solar Villa Lobos (Casa Caramuru). A partir desse panorama levantado, buscou-se explicitar os principais problemas encontrados na aplicação – ou falta destas – das políticas patrimoniais no município de Ribeirão Preto, afim de se estabelecer reflexões e perspectivas

de imóveis tombados no município, apesar de não estarem totalmente abandonados, encontram-se em condições ruins de preservação, sendo eles públicos ou privados.

sobre uma prática patrimonial mais efetiva no município,  
consequentemente, a salvaguarda dos seus bens patrimoniais.

# 1. A PROTEÇÃO DOS SUPORTES MATERIAIS DA MEMÓRIA



## **1. A PROTEÇÃO DOS SUPORTES MATERIAIS DA MEMÓRIA**

### **1.1 Institucionalização da salvaguarda do patrimônio edificado no Brasil**

Desde o início da preocupação em se preservar as antiguidades até atualmente, com os inúmeros instrumentos visando a tutela e valorização do patrimônio cultural, séculos se passaram, muitos bens de valor histórico e artístico foram salvos, inúmeros foram perdidos, e uma grande quantidade ainda precisa da devida atenção para sua permanência para as próximas gerações, pois quando se trata de patrimônio, como a própria etimologia do termo sugere, trata-se da herança de um grupo social, e está diretamente ligado a seus valores, sua produção humana, sua memória coletiva.

Conforme aponta Choay (2011), foi a partir do Quattrocento italiano, e até um pouco antes disso, que começou uma tendência de preservação dos elementos do passado. A autora afirma então que a ideia de monumento histórico nasceu em Roma, onde começaram a atribuir valor histórico e artístico para artefatos, que foram chamados genericamente de antiguidades, até a criação do termo

“monumento”, mais de três séculos depois. Durante a Revolução Francesa, no final do século XVIII, diante dos vários atos de vandalismo que estavam ocorrendo, foi levantada e intensificada a questão da conservação dos bens do passado para as futuras gerações, e então foi criado o termo Monumento Histórico, designando os bens que deveriam ser protegidos, com o sentido de constituir uma memória viva.

A partir daí muitas teorias de conservação e preservação começaram a ser desenvolvidas, ainda cheias de contradição, onde, segundo Grammont (2006), o despreparo de vários acabou resultando em demolições e reconstruções arbitrárias. Por isso era preciso dar início a políticas efetivas para proteção em âmbito internacional, daí surgindo as cartas patrimoniais, sendo a primeira intitulada Carta de Atenas, publicada em 1931, tendo várias sucessoras, elaboradas em diversos lugares, por grupos que discutiam mundialmente o tema. Estes documentos internacionais foram sendo debatidos e publicados ao longo dos anos, a fim de nortear e criar parâmetros balizadores para a proteção do patrimônio, sobretudo depois da Segunda Guerra Mundial, onde perdas irreparáveis provocaram um sentimento de desprovimento da



memória, aproximando e aumentando a relação com os elementos remanescentes.

Desde então, o tema vem sendo amplamente discutido e difundido, e com o passar do tempo e dos estudos realizados abrangendo diversas áreas do conhecimento, sobretudo após 1960, considerado, segundo Castriota (2010) o momento da “ruptura” entre conceitos imobilistas de preservação a monumentos excepcionais que chegaram a maior parte dos países europeus, repercutindo também no caso Brasileiro, e os conceitos que permitiram o estabelecimento, incorporação e ampliação da conservação do patrimônio de forma mais abrangente. Valores foram sendo englobados para a decisão do que deveria ser protegido, o conceito de patrimônio então, se insere no século XXI como Patrimônio Cultural – que se estende dos monumentos históricos – de caráter monumental – para uma ampla variedade de artefatos, ritos e outras manifestações humanas e sua produção cultural - englobando as categorias e subcategorias de patrimônio material e imaterial, patrimônio histórico, artístico, urbano, arqueológico,

---

<sup>5</sup> Trata desse assunto e dessa trajetória o texto Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória, IPHAN, 1980. Disponível em:

da humanidade, móvel e imóvel, e sua articulação com o planejamento urbano.

Órgãos de proteção de diferentes esferas foram sendo instituídos, políticas públicas foram surgindo e se aperfeiçoando, e definiram-se instrumentos legais, para alcançar o objetivo da preservação dos suportes materiais da memória e mais recentemente de suas manifestações imateriais.

Em âmbito nacional<sup>5</sup>, ainda em meados do século XVIII e dentro da visão de monumentos históricos há a primeira notícia que se tem de alguma iniciativa visando a proteção destes. A segunda tentativa ocorre mais de um século depois, e até mesmo depois do advento da república, apesar do interesse sobre os estudos históricos e da eminente necessidade de medidas para a proteção do patrimônio, destacadas por alguns autores sensíveis ao problema, nenhuma providência foi tomada para organizar efetivamente essa questão, e não se obteve maiores resultados. Em 1920, foi elaborado um projeto de lei de defesa do patrimônio artístico

<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao\\_revitalizacao\\_patrimonio\\_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf)>.

nacional que continha sugestões que visavam mais a proteção dos bens arqueológicos do que dos históricos, mas a iniciativa não teve segmento. Nos anos seguintes, outras iniciativas foram tomadas, e projetos de leis foram criados, porém sem maiores resultados, uma vez que não continham o necessário para a proteção mais efetiva dos monumentos históricos e iam contra legislações vigentes.

Em 1924 as iniciativas visando proteger o patrimônio cultural do país deslocaram-se da esfera federal para a dos Estados, resultando em um novo esboço de anteprojeto de lei federal.

Este anteprojeto, apesar de não ter sido aproveitado em sua totalidade pelo parlamento nacional, teve grande importância como um dos antecedentes da legislação brasileira, pois muito dos seus princípios foram originários das disposições vigentes atualmente.

Mesmo com os esforços, as iniciativas estaduais não eram suficientes para assegurar a proteção do patrimônio nem mesmo dentro dos seus territórios, visto que a extensão e o

exercício do direito de propriedade se achavam definidos na Constituição Federal e no Código Civil.

Devido a isso apesar das diversas tentativas de estabelecer a proteção do patrimônio no Brasil – como os projetos de lei federal encaminhados antes da Revolução de 1930 - isso só foi possível a partir da promulgação da nova Constituição de 1934, que restringiu o direito de propriedade e permitiu avançar na determinação de um cabedal jurídico que redundou na Decreto-lei 25/37. Cabe destacar como premissa da Constituição que, em 1933, enfim surge a primeira lei federal sobre o assunto, onde erigia a cidade de Ouro Preto como monumento nacional. Apesar do seu efeito restrito, o decreto marca uma nova política que se preocupa com as questões patrimoniais. E Um ano depois, “o governo iniciou a organização de um serviço de proteção aos monumentos históricos e às obras tradicionais do país, aprovando um novo regulamento para o Museu Histórico Nacional.” Como esta era apenas uma lei regulamentar, sua eficácia acabou sendo limitada.

Na publicação da Nova Carta Fundamental do Brasil, redigida em 1934 pela Assembleia Constituinte, o patrimônio histórico e artístico consagra-se como princípio constitucional, sendo objeto de proteção, porém faltava a legislação federal adequada para tornar esta efetiva. Seu texto dispunha sobre a competência da União e dos Estados para tratar de “belezas naturais e “monumentos de valor histórico e artístico”.

Posteriormente novas iniciativas como o voto de se criar um serviço técnico especial de monumentos nacionais e a reapresentação do projeto de lei baiano citado anteriormente, foram sendo tomada para que isso se tornasse possível.

“Como se vê, a ideia de organizar no Brasil um sistema eficaz de proteção aos monumentos históricos, arqueológicos e naturais, assim como aos bens móveis que constituíam nosso patrimônio artístico, estava bem amadurecida. “(IPHAN, 1980, p.11)

A partir daí coube ao Ministro da Educação (de 1934 a 1945), Gustavo Capanema, de tomar a iniciativa para a elaboração de um novo projeto de lei federal. Nas primeiras etapas dos estudos foi recomendado a adoção de um plano

geral visando a conservação e o aproveitamento dos monumentos nacionais e a criação de um órgão específico para tratar do patrimônio no país. Foi então elaborado um plano para a criação de um Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, este conciliava a experiência de outros países com as especificidades brasileiras e continha desde a fixação de definições preliminares sobre patrimônio até a montagem e funcionamento do serviço.

Capanema então solicita a inclusão deste no projeto, já tramitando na Câmara dos Deputados, de reorganização do Ministério da Educação, anexando o plano da criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e a aprovação para que já o fizessem funcionar, ainda que de maneira experimental, sendo sua instituição aprovada em 1936, e em janeiro de 1937 já ocorria sua oficialização, sendo aprovado juntamente com a nova organização do Ministério da Educação e Saúde.

Ainda em funcionamento em caráter experimental, em 1936, o Serviço teve como primeira tarefa foi esboçar o anteprojeto da lei federal, encaminhada ao Congresso Nacional no mesmo ano. Em novembro ocorre o golpe de

Estado que redundou na Ditadura Vargas durante o período do Estado Novo, este dissolve o Congresso Nacional, porém a Constituição outorgada para o novo regime, além de ampliar os conceitos e noções de patrimônio – incluindo a ação de municípios, compreendendo bens públicos e privados, ampliando os conceitos do que se considerava patrimônio para “monumentos históricos, artísticos e naturais”, bem como “paisagens e locais particularmente dotados pela natureza” - incluía disposições mais rigorosas em defesa deste, comparando os crimes aos monumentos históricos, artísticos e naturais aos cometidos ao patrimônio nacional de forma geral.

Diante disso, é submetido novamente o projeto de lei federal para avaliação e aprovação da presidência, visto sua urgência em um momento grave de crise institucional e política. Então, em 30 de novembro de 1937 é promulgado o Decreto de Lei nº25, institucionalizando o SPHAN<sup>6</sup> (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e o instrumento de tombamento, organizando a proteção do patrimônio histórico e artístico no país. Segundo SANTOS (1996), tal ato refletia a

idealização, presente na época, da construção de uma identidade nacional, onde se buscou superar o “atraso” do país em relação ao registro dos seus bens culturais, uma vez que esse processo era entendido como o alcance de uma independência cultural e singularidade, exprimindo o desenvolvimento intelectual do país. O decreto-lei criava e instituía o instrumento de tombamento como sendo o atestado de que o bem é patrimônio nacional, tornando-o o instrumento mais antigo e reconhecido dentro das políticas de salvaguarda no Brasil.

## **1.2 O Tombamento como instrumento mais utilizado: Da dificuldade da integração com os outros instrumentos à sua insuficiência na preservação patrimonial**

O tombamento é definido, de forma geral, pelo IPHAN, como:

Um ato administrativo realizado pelo poder público, com o objetivo de preservar para a população bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e até afetivo. A intenção é impedir que esses bens venham a ser destruídos ou descaracterizados (IPHAN).

---

<sup>6</sup> Após algumas mudanças ao longo dos anos, atualmente o órgão federal denomina-se IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Seus principais efeitos jurídicos são:

- limitação à alienação de bens públicos e restrições à alienação de bens privados (com direito de preferência para União, Estados e Municípios);
- obrigação de publicidade do ato e de averbação do tombamento para reforçar a proteção;
- imodificabilidade da coisa tombada (que não pode ser demolida, destruída ou mutilada) dentro das especificações do ato;
- sujeição do bem à vigilância permanente do órgão público responsável;
- imposição de limitações de uso e gozo às coisas vizinhas independentemente de notificação/averbação;
- proibição de construção que impeça ou reduza visibilidade; e
- proibição de anúncios e cartazes sob pena de destruição e multa

(FERNANDES, 2010, p.38)

De maneira geral, o tombamento pode ser promovido pelas esferas federal, estadual ou municipal. Podendo ser aplicado para os bens materiais móveis ou imóveis, portadores de valor cultural, incluindo os de propriedade pública e privada. A solicitação de tombamento de um bem pode partir tanto dos próprios conselhos, quanto de qualquer cidadão que verifique o valor cultural de um bem. A solicitação passa pelo processo de verificação dos motivos pelos quais o bem apresenta - ou não - valor cultural de interesse público – valores estes que são

---

<sup>7</sup> Na legislação nacional foram instituídos 4 Livros do Tombo (estes que, também são utilizados na maioria das legislações estaduais e municipais): **1. Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico**; **2. Livro do Tombo Histórico**;

atribuídos segundo parâmetros e critérios reconhecíveis e compreensíveis já pré-estabelecidos na lei. Se o bem justifica tais valores, o instrumento de tombamento é aplicado, e este tanto pode ser feito de forma voluntária – quando o proprietário do bem (seja público ou particular) concorda com o processo – ou de forma compulsória – quando o proprietário não concorda. A partir de então, o bem fica registrado no livro de tombo<sup>7</sup> do órgão responsável por sua tutela, e passa a ser resguardado, conforme as implicações da lei.

Enquanto o tombamento de bens públicos deve ser feito de ofício, sem possibilidade de recurso na esfera administrativa, o tombamento de bens privados pode ser voluntário ou compulsório, sendo que nessa segunda hipótese o procedimento administrativo é mais complexo pois tem que incorporar a possibilidade de impugnação pelo proprietário do bem. Em ambas hipóteses, a mera notificação pelo Poder Público gera por si todos os efeitos de constituição de regime especial de proteção (menos a exigência de averbação): trata-se de tombamento provisório, que se torna definitivo pela inscrição no livro respectivo. O requisito de publicidade — notificação e averbação — não se estende aos bens públicos, muitos dos quais não são sequer registrados, sendo que não há previsão legal de que também os vizinhos sejam notificados, o que

**3. Livro do Tombo das Belas Artes; 4. Livro do Tombo das Artes Aplicadas.** (IPHAN)

é problemático, levando-se em conta as implicações do tombamento para o entorno do bem (FERNANDES, 2010, p.40).

No que se refere à responsabilidade sobre o bem tombado, quando o é de propriedade pública, fica sob encargo do próprio poder público, e quando o bem é de propriedade privada, cabe aos proprietários sua manutenção e conservação, dado que o tombamento não altera ou interfere no direito de propriedade.

Os bens a que deveria se destinar a tutela patrimonial, ou seja, aos quais recairiam a proteção do tombamento, foram sendo ampliados de acordo com as evoluções da noção de patrimônio. “A Constituição Federal de 1946 dispunha que estavam sob a “proteção do Poder Público” as “obras, monumentos, documentos de valor histórico e artístico”, bem como “monumentos naturais e paisagens e locais dotados de particular beleza” (FERNANDES, 2010, p. 29).

Como já mencionado, nota-se avanços conceituais ainda mais amplos a partir da década de 1960, onde:

A Constituição Federal de 1967, assim como a redação da Emenda Constitucional nº 1, de 1969, determinavam que cabia ao Estado “amparar a cultura”, colocando sobre a “proteção especial” do Poder Público “documentos, obras e bem de valor histórico e artístico; monumentos e paisagens naturais”, bem como as “jazidas arqueológicas (FERNANDES, 2010, p. 29).

Outros instrumentos de proteção são incluídos no âmbito da gestão patrimonial, dentro de políticas públicas que vão além da ação preservacionista em que se insere o instrumento de tombamento, mas visando a articulação com o planejamento urbano, uma vez que a ampliação conceitual que se operou no âmbito das práticas patrimoniais a partir dos anos 1960, colocou claramente a necessidade de se tratar a preservação de modo articulado: como política cultural e como política de planejamento urbano.

Desde pelo menos 1970, urbanistas e preservacionistas buscam um diálogo mais produtivo e eficaz, visando estabelecer políticas públicas que possam equacionar os sempre existentes conflitos de interesses.

Como resultado dessas e outras disputas doutrinárias e jurisprudenciais, vários deslocamentos importantes têm sido propostos e materializados na ordem jurídica, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Da proteção de bens de valor monumental à proteção de bens de valor local; da proteção de bens individuais à proteção de conjuntos de bens; da proteção do patrimônio material à proteção do patrimônio imaterial; da ação do governo federal à ação dos governos estaduais e municipais; do reconhecimento do valor econômico ao reconhecimento do valor cultural: entre muitas outras formas de deslocamentos, os novos conceitos propõem toda uma outra maneira de se pensar a relação entre políticas de preservação da memória coletiva, utilização do tombamento como instrumento de política cultural, dinâmica dos mercados imobiliários, ação institucional e processos sociopolíticos (FERNANDES; ALFONSIN, 2010, p.18).

Dados os conceitos de patrimônio definidos pela Constituição de 1988, em seu Art. 216, fica claro o conceito abrangente sobre o tema:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Dispondo também sobre a competência legislativa dos municípios sobre a proteção, preservação e recuperação do patrimônio cultural, onde estes passam a ter a obrigação constitucional de “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual” (CF/1988, cap. IV, art. 30, inciso IX).

Trata-se certamente de conceito extremamente abrangente, que organizou e expandiu a experiência histórica e os debates sobre o tema até então — mas que, por isso mesmo, requer um esforço muito mais organizado no sentido de se criarem as condições de ação institucional e de suporte jurídico para que possa ser materializado (FERNANDES, 2010, p.30-31).

O Estatuto da Cidade (Lei federal de n.º 10.257 de 2001) veio apenas reforçar e regulamentar alguns aspectos dessa obrigação e esforços a serem aplicados.

O Estatuto da Cidade não deixa dúvida: proteger, preservar e recuperar o patrimônio cultural não é uma mera faculdade ou opção dos administradores das cidades e executores das políticas urbanas municipais, mas sim um dever indeclinável, uma inafastável imposição de ordem pública e interesse social em prol do bem coletivo (MIRANDA, s/d, p. 3.).

E isso pode ser feito através dos vários instrumentos jurídicos e políticos, de planejamento, tributários e financeiros previstos na lei, como por exemplo o Direito de Preempção; Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV); Transferência do Direito de Construir; Unidades de Conservação ou Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC's); Incentivos Fiscais e Financeiros.

Contudo, volta-se ao ponto chave de, apesar dos avanços nas políticas públicas em relação ao patrimônio, com a articulação com o planejamento urbano, surgindo novos modelos de gestão patrimonial, indo desde a Conservação Integrada, passando pela Reabilitação Urbana/Revitalização e a Governança Participativa e Deliberativa – a serem explicados a seguir - percebe-se que, em âmbito nacional, muitas das políticas públicas de preservação ainda se resumem aos

tombamentos, a tal ponto de, conforme destaca RABELLO (2009, p. 19), “entender e usar como se sinônimos fossem os conceitos de preservação e de tombamento”.

O tombamento tem sido, por excelência, o instrumento de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Tornou-se assim muito conhecido, quase sinônimo de qualquer ato de proteção do patrimônio cultural. Isto induz a que muitos pensem ser ele o único, ou o melhor instrumento de proteção legal ao patrimônio cultural. Esta não é, contudo, uma boa conclusão. Por força da permanência histórica do Decreto-Lei nº 25/37, vigente até os dias de hoje, certamente em função da excelência do seu texto, o tombamento é o instrumento de preservação mais difundido, e mais sedimentado juridicamente. Mas existem outras formas de proteção [...] (RABELLO, 2010, p.62)

Destaca-se que no município analisado, Ribeirão Preto - SP, de acordo com pesquisa prévia realizada em 2016, aproximadamente a metade dos bens considerados de interesse patrimonial encontravam-se em más condições de conservação ou abandonados, onde parte destes já estavam tombados ou estando em processo de tombamento. Identifica-se neste contexto a aplicação do instrumento de tombamento de forma isolada, sem a articulação com os demais instrumentos, distante de uma ampla política patrimonial, a



escassez econômica e conflitos acirrados entre o Poder Público e os interesses privados.

Fernandes (2010), destaca que a certamente a aplicação do instituto do tombamento provocou menos conflitos de interesse no seu período inicial, há cerca de 70 anos atrás, pois em sua maioria, tratavam-se de bens públicos e religiosos, ao passo que aquele período se limitava à proteção dos “grandes conjuntos” ou “marcos notáveis”. Conforme os conceitos sobre os bens passíveis de tombamento foram avançando, sobretudo a partir de 1950, englobando mais tipologias e esbarrando-se em imóveis de propriedade particular, envolvem-se também novos agentes dentro desse contexto, consequentemente, possibilitando o surgimento e acirramento de conflitos de interesse entre estes.

Se já se encontram muitas dificuldades na preservação efetiva mesmo tratando-se de imóveis de propriedade pública, quando se trata de imóveis de propriedade particular, em um país como o Brasil, que há escassez de recursos, falta de fiscalização, falta de educação patrimonial e consequentemente, pouco envolvimento da população nessas questões, a situação fica ainda mais complicada.

Em termos jurídicos, a aprovação do Decreto-Lei nº 25, em 1937, propondo a organização do que se chama hoje de patrimônio cultural e criando o instituto do tombamento, foi a primeira forma de materialização legislativa do princípio constitucional da função social da propriedade, que já havia sido reconhecido anteriormente pela Constituição Federal de 1934. De maneira geral, tal princípio central da ordem jurídica brasileira desde então determina que cabe ao Poder Público encontrar a medida adequada de equilíbrio entre, por um lado, os direitos privados e interesses individuais — e mesmo estatais — de aproveitamento econômico dos bens móveis e imóveis, e, por outro lado, os direitos coletivos e interesses difusos envolvidos na utilização e preservação desses bens. Encontrar e impor medidas para preservar esse equilíbrio, evitando o exercício abusivo dos direitos individuais, é ainda mais difícil quando, do outro lado da balança, estão colocados direitos e interesses que são, muitas vezes, intangíveis, como é o caso da preservação da memória de uma comunidade, de uma cidade, de um povo (FERNANDES; ALFONSIN, 2010, p.16).

Tratando-se do princípio já mencionado, onde tantos bens de propriedade pública quanto privados são então passíveis de tombamento, quando o é de propriedade pública, este fica sob a responsabilidade do poder público, englobando a escala municipal, estadual e federal, as quais deverão destinar recursos para a preservação e conservação do

mesmo. Já os bens de propriedade particular, incide sobre o proprietário a responsabilidade de conservar o bem. Porém, em ambos os casos, o que se nota, em muitos exemplos, é que não há recursos suficientes, tampouco políticas integradas eficazes para a efetiva conservação do bem.

As políticas de preservação do patrimônio cultural transcendem em muito os recursos viabilizados pela aplicação das leis, decretos ou portarias por parte dos órgãos estatais de patrimônio. Esse fato é reconhecido pela Constituição Federal de 1988 quando se refere à imprescindível parceria entre Poder Público e comunidade na tarefa de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro (FONSECA, 2005, p.1).

Dentro do contexto do tombamento de bens imóveis de propriedade particular, quando há a solicitação de tombamento, desde que esta não parta voluntariamente do proprietário, este pode recorrer do processo por meio da regra do contraditório, que visa assegurar ao proprietário o direito de se manifestar e opor-se ao tombamento do seu imóvel, dentro de um prazo estabelecido na lei, após ser notificado. Mas isso não significa que ele possa ser um obstáculo ao processo de tombamento, a menos que consiga provar que o bem não possui os valores necessários e aponte erros na

fundamentação para tal ato administrativo. Dentro do processo de comunicação, nota-se dificuldades e falhas, tanto por parte dos órgãos de proteção, quanto do proprietário. Em muitos casos, o proprietário não é notificado sobre o processo de tombamento, enquanto em outros, este se recusa a receber a notificação. Ainda existindo casos em que o proprietário não está vivo – caso de imóveis em processo de inventário e com muitos herdeiros – cuja propriedade definitiva ainda não foi atribuída. Isso faz com que muitos processos de tombamento se consolidem então somente com o conhecimento e/ou aprovação de um dos agentes envolvidos – os órgãos responsáveis. Ocorrendo a aceitação e a abertura do processo de tombamento, o bem passa a ser resguardado pela lei, até a decisão final dos órgãos responsáveis, que, caso seja positiva, estabelece que o bem deva ser protegido, e toda e qualquer intervenção a ser realizada para sua conservação e afins, deverá ser submetida à análise e autorização do órgão de tutela, sob pena de multa, caso se faça algo prejudicial ao bem.

É o proprietário quem tem a obrigação de conservar a coisa. Trata-se de uma obrigação que se impõe ao mesmo que, em geral, não significa mais do que manter o bem em condições razoáveis de conservação desde seu

tombamento. Infere-se daí que o proprietário ou possuidor não tem a obrigação de recuperar as características do bem, anteriores ao seu tombamento, e nem fazer obras de recuperação ou restauração voluptuárias (RABELLO, 2015, p.13-14).

Essa obrigação imposta é base para muitas discussões, descontentamento e processos judiciais por parte do proprietário, que passa a considerar o imóvel como um ônus, pois este, embora ainda tenha a propriedade econômica e tenha certo grau de autonomia sobre o bem, fica restrito a aprovações dos órgãos de proteção, uma vez que se é exigido preservar as “características de valor” do imóvel, estas que no momento do seu reconhecimento como bem patrimonial, tornam-se de propriedade da sociedade.

Então sobre o mesmo bem, enquanto bem tombado, incidem duas modalidades de propriedade: a propriedade da coisa que é determinado por seu valor econômico, e a propriedade dos seus valores culturais, nela identificados por meio do tombamento, passa a ser alheia ao proprietário da coisa: é propriedade da nação, ou seja, da sociedade sob a tutela do Estado (FONSECA, 2005, p.40).

Sobre este tema, destaca FERNANDES (2010) que o principal efeito jurídico do tombamento “é certamente a proibição de

mudança das características essenciais da coisa tombada, havendo modificações possíveis e proibidas — novamente, no âmbito da decisão discricionária do Poder Público” (FERNANDES, 2010, p.37).

Esbarra-se então nos critérios de impossibilidade de uniformização e a instituição de critérios fixos de valor para validar a proteção de um bem, havendo averiguação caso a caso, sendo este princípio o ponto forte em muitas contestações judiciais sobre a legitimação de que aquele imóvel possui ou não características, tanto físicas como intrínsecas, suficientes para seu tombamento e quais seriam estas que então deverão ser resguardadas a partir desse ato e como esta proteção será feita economicamente.

Na sua concepção original, o instituto do tombamento transforma o bem tombado em patrimônio cultural sem promover sua estatização, instituindo um regime especial de propriedade. Em outras palavras, o bem tombado, ainda que passe a fazer parte do “patrimônio cultural”, não passa a pertencer ao “patrimônio público” se for de propriedade privada. Como ato unilateral, discricionário, de ordem pública, condicionador dos direitos de propriedade, o tombamento tem aplicação indistinta sobre bens móveis e imóveis, públicos e privados, instituindo um regime de bem de interesse público e restrição individual ou geral, parcial ou total, bem

como vínculos de disponibilidade, destinação, imodificabilidade e preferência. O tombamento em princípio não implica indenização, mas certamente implica em uma série de obrigações de fazer/não fazer, sendo que o proprietário particular não pode obstar a ação imperativa do Poder Público. Trata-se de ato imprescritível, expressão do poder potestativo do Estado, sendo portanto inderrogável por pactos privados. (FERNANDES, 2010, p.37)

Um artigo comum presente nas legislações nacional, estadual e municipal prevê que, caso o proprietário não tenha condições de preservar o bem, ele deve informar ao órgão de tutela que não dispõe de recursos para tal, e uma vez verificados e comprovados os fatos, cabe ao órgão de tutela realizar os procedimentos necessários, ou desapropriar o imóvel. Esbarra-se novamente em questões conflituosas, sobretudo econômicas e de planejamento, pois, conforme já mencionado, os órgãos de preservação geralmente também não dispõem de todos os recursos necessários para a recuperação e proteção de todos os bens tombados, e, em muitos casos tampouco aplicam as multas pré-estabelecidas. Os proprietários reclamam e alegam que o órgão responsável tomba o imóvel, faz inúmeras e onerosas exigências de restauração, e não dão nenhum retorno ou apoio a estes.

O tombamento seria um gravame *parcial* ao bem, não exaurindo totalmente o conteúdo econômico do bem tombado. Tal justificativa, contudo, tem sido cada vez mais questionada pelos proprietários afetados pelas políticas e atos de proteção do patrimônio cultural com o argumento central de que, em razão do aumento progressivo dos preços de imóveis no contexto da urbanização rápida do país, as possibilidades efetivas de uso econômico do bem tombado seriam muito pouco significativas, com o que o tombamento acabaria ganhando um caráter punitivo (FERNANDES; ALFONSIN, p.17).

Por outro lado, o poder público encontra dificuldades na comunicação com os proprietários e até com a sociedade civil, onde, na maioria dos casos, não se identifica claramente a importância da preservação dos bens.

O resultado da soma destes fatores são, além da perda de credibilidade dos órgãos de proteção/conselhos e do próprio instrumento de tombamento, resultando em resistências e omissões, a descaracterização e altas taxas de abandono de bens patrimoniais pelos proprietários, atingindo diretamente a história materializada nesses bens culturais, o passado do povo ao qual pertence, sofrendo com as ações do tempo, e até mesmo algumas ações humanas, enquanto aguardam longos processos sobre o que será do seu futuro.

Nessa área, pode-se dizer que as vitórias são menos numerosas que as derrotas, sendo bastante comum nas cidades brasileiras que os interesses expansionistas do mercado imobiliário se sobreponham aos interesses coletivos na preservação de bens culturais. A relativização ou mesmo desqualificação da importância cultural de um bem ou de um conjunto de bens é frequente, bem como as pressões sobre a Administração Pública e os parlamentos, especialmente nas votações decisivas que definem gravames de interesse cultural nas cidades brasileiras. Os exemplos se multiplicam de norte a sul do país, reproduzindo uma perversa dinâmica autofágica que, diante da timidez do Poder Público, já destruiu uma significativa parcela dos bens que poderiam testemunhar a arquitetura, o modo de vida e os valores estéticos de vários períodos históricos (FERDANDES; ALFONSIN, 2010, p. 18-19).

OLIVEIRA (2013) também observa que isso ocorre em extensão nacional e ainda observa que, em outros países, há políticas públicas mais efetivas para ajudar o proprietário a manter o local, e aqui no Brasil, embora existam medidas compensatórias e de incentivo em algumas localidades, estas nem sempre são aplicadas. Ela destaca ainda que, muitas vezes, imóveis desativados são tombados, e como não se dá um novo uso a estes, acabam por ir se desfazendo com o tempo.

Como citado anteriormente, muitas vezes os proprietários nem mesmo são informados sobre o processo de tombamento, muitos ainda, reconhecem a importância da preservação do imóvel considerado como bem patrimonial, mas questionam o modo como tem sido aplicado os instrumentos para tal fim, conforme trechos de entrevistas aos proprietários:

Foi tombada? Não sabia. Não fui notificado e não quero que seja tombada [...] A Prefeitura tomba o bem e entrega a responsabilidade para o dono, sem se importar com os custos para restauração de um imóvel assim.

Não tenho como restaurar a fachada como é exigido a quem tem um bem tombado (A CIDADE ON, 2013)

Não se há de negar a essencial importância do instrumento de tombamento, contudo, ao que destaca FERNANDES (2010), visto em que pesem as profundas mudanças ocorridas ao longo do século XX, sobretudo nos campos conceituais, o Decreto-Lei nº 25/37 ainda é a principal referência jurídica sobre a questão, consequentemente efetivando o tombamento como o principal instrumento de proteção.

A ordem jurídica nacional aplicável à proteção do patrimônio cultural foi certamente ampliada desde a aprovação do Decreto-Lei nº 25/1937, mas essa lei, e especialmente o instituto do tombamento, continua sendo de fundamental importância, ainda gerando interpretações distintas e conflitantes acerca da definição de competências para agir, da natureza jurídica do instituto, bem como de seus efeitos jurídicos (FERNANDES; ALFONSIN, p.16-17).

O que se traz aqui não é uma crítica direta ao instrumento de tombamento, mas sim a maneira que este vêm sendo aplicado. Segundo FERNANDES (2010), há 70 anos atrás, as cidades brasileiras (Olinda, Salvador, Ouro Preto, etc.) ainda não estavam integradas no novo modelo econômico de base urbano-industrial, e viam no turismo uma possibilidade de salvação econômica, sendo até mesmo de interesse de muitos proprietários privados. Nesse contexto o instrumento de tombamento foi relativamente suficiente para viabilizar políticas de proteção, porém com os avanços conquistados urbanos e conceituais ao longo dos anos o instituto do tombamento por si só foi progressivamente se tornando ineficaz, sobretudo para promover a proteção dos bens particulares.

Diante do exposto, reafirma-se que, apesar de sua extrema importância, aplicá-lo de forma isolada limita sua

eficácia social, o imóvel fica protegido pela lei, na teoria, mas em muitos casos, nada se faz para conservá-lo e protegê-lo efetivamente.

Passados mais de 70 anos da aprovação do Decreto-Lei nº 25/1937, o tombamento — e o regime jurídico de proteção especial do bem que ele institui — não pode mais ser uma mera declaração de intenções nominais do Poder Público, sem maiores consequências quanto à descaracterização efetiva do bem tombado — que é o que tem acontecido repetidamente em um enorme número de casos. A falta de disciplina legal consistente no tratamento do tema e o não seguimento adequado dos procedimentos formais têm frequentemente levado a toda uma série de distorções, pressões, violações e abusos, provocando o esvaziamento do instituto e uma descrença generalizada quanto a seus efeitos e a sua utilização (FERNANDES, 2010, p.42).

Trata-se de uma discussão legislativa e doutrinária. Em muitos casos, o imóvel acaba exercendo função social contrária, onde deveria estar beneficiando a população, acaba por deteriorar a área, partindo do pressuposto de que qualquer imóvel abandonado, como acima mencionado, implica na depreciação do seu entorno, gerando insatisfação, podendo

resultar na depredação do bem, pois há a intenção de que este se desfaça logo, liberando o espaço para novas destinações.

Se, por um lado, o tombamento não pode ser jamais instrumento de oposição (ou, ainda pior, de perseguição) política, por outro lado, suas implicações econômicas reais têm que ser devidamente consideradas para que o mencionado princípio do equilíbrio da ação do Poder Público possa se materializar. Para ser efetiva, sua utilização em uma política articulada de proteção do patrimônio cultural exige uma clara definição da medida e das formas da divisão de responsabilidades entre proprietários, Poder Público e comunidade beneficiada, incluindo a estipulação de medidas concretas de conservação e de sanções pelo descumprimento das obrigações pelos proprietários, mas também, em muitos casos, alguma forma significativa de compensação econômica aos proprietários particulares cujos bens são tombados (FERNANDES, 2010, p.42).

Conclui-se então que, em suma, assim como destaca Fernandes (2010), os principais problemas têm decorrido a partir das tensões entre a aplicação do tombamento de maneira retrógrada, tradicional e até mesmo sem uma análise local (visto que é uma lei nacional) sobre proteção, ou seja, sem uma reavaliação do instrumento, sem a articulação deste com outros instrumentos, e a questão nevrálgica da

propriedade privada, somado com a crescente valorização de imóveis dentro especulação imobiliária – base da urbanização brasileira – e a resistência ao tombamento, assim como a pressão pela demolição dos bens tombados, principalmente no que diz respeito aos imóveis, e sobretudo, aos terrenos em que estão localizados, considerados exclusivamente em seu aspecto de mercadoria/potencial de lucro, como é o caso de Ribeirão Preto – SP. Nesse sentido, aponta Ulpiano Bezerra (2009) que a oposição entre os valores culturais e os valores econômicos existem, mas ambos coexistem em um mesmo bem.

Penso oportuno dizer algo sobre antinomia corrente que opõe o valor cultural ao valor econômico (valor de troca). Na perspectiva que desenvolvi, não há qualquer antagonismo. Há uma dimensão econômica no bem cultural, assim como uma dimensão cultural no bem econômico. Haja visto do que houve entre nós da cultura da inflação [...] A oposição existe, sim, entre a lógica da cultura (que é uma lógica da finalidade, em que a produção do sentido e da comunicação é que constitui prioridade, como acentua Garcia Canglini), e a lógica de mercado (que tende a instrumentalizar a cultura, na obtenção de lucro) (BEZERRA, 2009, p.38).

Dada essa coexistência de valores, não se trata de negar essa dimensão, mas de criar uma cultura que torne mais compatível a exploração econômica com a preservação da memória. Se ambas as partes cederam um pouco, é possível equilibrar os interesses privados e públicos. A título de exemplo, o caso da Casa das Rosas, em São Paulo, é clássico, preservaram e restauraram a casa, na medida em que tiveram a permissão de edificar a grande torre comercial nos fundos do lote.

Entendendo-se os contrapontos entre os interesses individuais e coletivos, e existindo políticas públicas de tutela mais eficazes e pacificadas na integração positiva dos vários agentes envolvidos no contexto patrimonial, com incentivos e aplicações de outros instrumentos de preservação e de planejamento urbano aliados ao instrumento de tombamento, estes serão melhor analisados a seguir, a fim de se conseguir amparo para reflexões que possam balizar os apontamentos para uma melhor prática preservacionista na cidade pesquisada.

Em última análise, a ordem jurídica necessita ser urgentemente aprimorada em muitos aspectos, começando com uma ampla revisão do Decreto-

Lei nº 25/1937, mas vai ser a consolidação de uma ampla cultura do patrimônio que vai dar efetividade às políticas públicas de proteção do patrimônio cultural (FERNANDES, 2010, p. 47).

### **1.3 Modelos de gestão do patrimônio: Instrumentos e suas aplicações aliados ao tombamento para efetivar a preservação do patrimônio urbano e arquitetônico**

A partir da identificação de que o tombamento, como instrumento isolado, não garante a eficácia da proteção do patrimônio urbano e arquitetônico, traz-se aqui uma análise mais circunstanciada das evoluções conceituais no campo das políticas públicas relacionadas a este, englobando os agentes envolvidos em cada contexto, instrumentos utilizados, seu significado, funcionamento e suas possíveis aplicações.

Partindo das evoluções cronológicas e conceituais em que se insere o patrimônio, resultando na evolução das políticas a serem aplicadas a este, observa Castriota (2010), baseado no pensamento de Choay (2001), com todos os avanços quantitativos e conceituais que vêm acontecendo desde a década de 1960, o patrimônio edificado passa por uma



tríplice ampliação: tipológica<sup>8</sup>, cronológica<sup>9</sup> e geográfica<sup>10</sup>. E juntamente com essa expansão, o aumento do público envolvido no contexto patrimonial.

Mas o ponto principal desse processo vai ser, sobretudo, o deslocamento de valores e a adoção de uma nova perspectiva para o tratamento desse patrimônio, que ultrapassa a tradicional visão imobilista da preservação para o paradigma da conservação e reabilitação, conforme destaca o autor:

O deslocamento que se dá no campo dos valores subjacentes à operação de avaliação deste patrimônio, que se desloca da esfera dos valores históricos e artísticos para outra mais ampla, a dos valores culturais e urbanos. Não se trata aqui de uma mera mudança quantitativa, mas da adoção de uma perspectiva diferente, que leva também a uma maneira diferente de se intervir sobre esse patrimônio, que se desloca [...] do paradigma da preservação para os da conservação e reabilitação. (CASTRIOTA, 2010, p.69-70)

---

<sup>8</sup> Amplia-se a proteção que, anteriormente, era praticamente exclusiva a bens considerados excepcionais, incluindo-se a chamada “arquitetura menor” ou conforme destaca o autor “menos nobre”, abarcando, por exemplo residências do homem comum, edificações industriais lojas, etc.

<sup>9</sup> Passa-se a se considerar etapas anteriormente desprezadas, revendo alguns valores temporais, como a valorização excludente do “mais antigo”,

Castriota (2009), em sua concepção teórica acerca dos modelos de gestão do patrimônio, destaca a Conservação Integrada aplicada como política patrimonial mediante as ampliações conceituais conquistadas ao longo do século XX, onde começa-se a formular a ideia deste modelo a partir de 1960.

Castriota (2009), em comparação a Conservação Integrada e ao tradicional modelo de Preservação enfatiza que: “enquanto a preservação pressupõe a limitação da mudança, a conservação refere-se à inevitabilidade da mudança e à sua gestão.”

Starling (2012) em análise a sua obra aponta tais ampliações como:

O simples tombamento de edificações ou conjuntos urbanos dá lugar às ações que visam conservar o equilíbrio da paisagem urbana e

para incluir arquiteturas de outras épocas, consideradas tão importantes quanto.

<sup>10</sup> Amplia-se a ideia de monumento histórico, originalmente europeia, espalhando-se pelo mundo.

natural. Os diversos elementos da cidade – lotes, edificações, ambiência urbana, perfil histórico, usos e a paisagem natural – devem estar inter-relacionados de forma a resguardar a qualidade de vida e as possibilidades de desenvolvimento do homem. O objeto da política muda, passando de monumentos isolados para grupos de edificações, paisagens urbanas e aos espaços públicos (STARLING, 2012, p. 17).

De maneira geral, Zancheti e Jokilehto (2002), definem a Conservação Integrada como uma estrutura de planejamento e ações de gestão aplicadas em uma área urbana consolidada, afim de se garantir seu desenvolvimento sustentável a partir da manutenção de suas características significativas, consideradas de valor em sua estrutura física, social e territorial mediante sua integração com novos usos e funções compatíveis a tal estrutura. Em outras palavras, a “conservação integrada” refere-se aos modos de conservação, restauração e reabilitação de sítios de forma a torná-los funcionais aos usos da vida contemporânea (SIRCHAL, 2011 apud STARLING, 2012, p.5)

Neste sentido, o autor cita os conceitos definidos pela “Carta de Burra” (ICOMOS, 1980), apontando que:

De acordo com as circunstâncias, a conservação implicará ou não a preservação ou a restauração, além da manutenção; ela poderá, igualmente, compreender obras mínimas de reconstrução ou adaptação que atendam às necessidades e exigências práticas”. Como se pode perceber, a partir da concepção ampliada de seu próprio objeto, a conservação vai apontar para uma dimensão mais dinâmica, passando da ideia da manutenção de um bem cultural no seu estado original para a da conservação daquelas de suas características “que apresentem uma significação cultural (CASTRIOTA, 2010, p.70).

Pode resumir que, de maneira geral, a Conservação Integrada é o modelo de gestão que adota a visão da cidade e seus elementos como um conjunto, sendo assim, esta deve ser gerida como tal, englobando suas várias escalas de complexidade (física, social, temporal, econômica, territorial, etc).

Fruto de muitas discussões sobre centros históricos, Zancheti (2000), Castriota (2010) destacam como precursor na aplicação prática desse modelo o conhecido caso da cidade italiana Bolonha, em sua experiência na reabilitação do seu centro histórico, servindo de exemplo para experiências parecidas em outras cidades não só na Itália, mas em outros países, sobretudo nos anos 70 e 80, onde a conservação

integrada foi utilizada como argumento teórico e prático em “suas realizações como bandeira para a construção de uma imagem política de eficiência administrativa, justiça social e participação popular nas decisões do planejamento urbano e regional”.

Ainda nesse período, Castriota (2010) cita a elaboração de documentos, declarações e recomendações<sup>11</sup> que difundiram ainda mais esse modelo de gestão e tornaram-se referência fundamental para as políticas patrimoniais, incluindo o Brasil, e base para documentos posteriores<sup>12</sup>.

Conforme levantam os autores, o marco legal dessa nova política e novo modo de pensar o patrimônio se dá relacionado a aplicação do instrumento de “áreas de interesse de conservação”, “áreas especiais de conservação de interesse cultural”, “unidades de conservação”, dentre algumas outras variações de nomenclatura, juntamente com a ampliação e a abrangência de outros instrumentos.

---

<sup>11</sup> Carta Européia do Patrimônio Arquitetônico e Declaração de Amsterdã, ambas publicadas em 1975.

Nesse sentido, conforme destaca Castriota (2009) os planejadores urbanos passam a integrar juntamente com os arquitetos e historiadores as equipes de trabalho em torno do patrimônio. Há uma ampliação dos instrumentos de ação que passam a abranger os instrumentos financeiros, jurídicos, administrativos, leis e regulamentos. O Estado continua a ser o principal ator da política, mas com uma ação contínua, e não mais reativa e localizada, como parte do processo de planejamento urbano. (STARLING, 2012, p. 6)

O instrumento de tombamento se insere nesse modelo da seguinte maneira:

O papel do tombamento de edifícios, que continua existindo, é complementar ao das áreas de conservação, servindo para proteger edificações individuais excepcionais; não sendo mesmo incomum que muitos edifícios tombados individualmente estejam localizados em áreas de conservação, na medida em que essas edificações individuais trazem uma contribuição para o caráter arquitetônico ou histórico especial da área (CASTRIOTA, 2010, p.89).

Ao passo que este novo modelo se expressa de forma positiva, é preciso atentar-se a um possível desdobramento negativo, visto que, conforme pontua Starling (2012, p.6) “as

<sup>12</sup> Como a Declaração de Nairóbi, formulada pela UNESCO em 1982.

políticas de zoneamento urbano aplicadas têm um impacto segregador sobre o espaço, estimulando a valorização imobiliária em áreas em que ocorreram as ações de intervenção urbana resultando, em alguns casos, na expulsão da população residente”.

Nesse sentido, Castriota (2010) acrescenta também os problemas ocasionados por negligência, decadência e transformação inadequada das áreas, onde se recomenda medidas inclusivas e participativas para evitar e mitigar tais possíveis problemas, englobando além dos moradores das áreas, mas também os demais agentes com interesses nas áreas protegidas, como associações locais e de comércio, etc.

Segundo Castriota (2010, p.91), assim, pode-se perceber nesse exemplo de política da Conservação Integrada, como os instrumentos introduzidos permitem a articulação com as políticas urbanas mais amplas, englobando aspectos que “vão do controle estético de novas inserções até a questão do trânsito, passando pela regulação decisiva do uso e da ocupação desses conjuntos. “

Seguindo a mesma concepção ampliada de patrimônio tratada no modelo anterior, Castriota (2009) aponta para um outro modelo, o da Reabilitação Urbana/Revitalização, que difere da Conservação Integrada, principalmente no que se refere a importância atribuída ao “patrimônio ambiental urbano”, tendo como principal diferencial, a importância atribuída ao desenvolvimento e sustentabilidade econômica das áreas conservadas.

Segundo Starling (2012), tal ênfase no tema econômico se dá a partir da reafirmação da importância da “manutenção e incremento da função econômica das áreas conservadas”, diante da escassez de recursos financeiros por parte do Poder Público para financiar as ações de preservação, que se torna mais presente nos anos 80. A discussão da temática dos novos usos para edificações e espaços patrimoniais ganha visibilidade e se amplia, uma vez que, nem todos os bens protegidos podem e devem se tornar museus ou centro culturais, sendo importante sua reinclusão no cotidiano urbano conforme sua compatibilidade e o próprio desenvolvimento urbano do local em que estão inseridos.

Novos atores e profissionais são incluídos, inova-se nas ações desempenhadas por cada um deles e abre-se maior espaço para a dinâmica de negócios e de consumo, ao passo que o Estado altera sua função principal de reguladora para desenvolvedora de estratégias funcionais em parceria com demais parceiros, sobretudo a iniciativa privada, sendo este novo modelo chamado por David Harvey de “empreendedorismo urbano” (STARLING, 2012; CASTRIOTA, 2009; HARVEY, 1992).

No modelo de reabilitação urbana, o Estado deixa seu papel estrito de regulação no sentido de controlar e impor restrições à desfiguração ou descaracterização de imóveis ou de conjuntos urbanos, passando a articular projetos de desenvolvimento para as áreas a serem conservadas, reabilitadas e revitalizadas. O Estado atua ainda na articulação dos diferentes atores que passam a desempenhar seus papéis, quer de parceiros, financiadores, profissionais especializados, quer de gestores e intermediários culturais nos projetos de intervenção urbana (STARLING, 2012, p.7).

Segundo a autora, os projetos de revitalização e reabilitação urbana têm provocado impactos consideráveis na dinâmica

---

<sup>13</sup> “O conceito de enobrecimento ou gentrificação (tradução do termo inglês *gentrification*) foi utilizado por Harvey (1992), Featherstone (1996) e Zukin (1995) para designar formas de empreendimentos econômicos que elegem

urbana e também sobre as populações residentes nos locais a que se destinam, porém volta-se à ameaça da segregação e gentrificação<sup>13</sup>, destacando que nas experiências brasileiras têm prevalecido intervenções que se orientam por critérios estéticos monumentais – apontando para a valorização de fachadas e de iluminação – e do consumo da cultura como produto, priorizando as oportunidades de negócios voltados ao turismo e à chama animação cultural. Sendo estes fatores sobrepostos aos interesses da população residente das áreas revitalizadas.

Mourad; Bautrusis (2010), baseados nas obras de outros autores que tratam do tema, destacam as intervenções realizadas no centro de Salvador – o Pelourinho, onde prevaleceram os critérios de consumo cultural em detrimento aos interesses da população local.

De acordo com essa lógica, Arantes (2000) destaca que o uso da imagem e da cultura tem sido um elemento central nos projetos de renovação, que se utilizam de uma arquitetura-espetáculo para recriar cenários. Vários autores,

certos espaços da cidade como centralidades e as transformam em áreas de investimentos públicos que criam assimetrias e desigualdades (LEITE, 2007; RUBINO, 2009)”. (STARLING, 2012, p.8).

como Harvey (1980), Fernandes (1995), Arantes, Maricato, Vainer (2000); Rolnik (2005), Silva (2006), entre outros, alertam que esse tipo de intervenção pode ser caracterizado por processos de *gentrificação*, ou seja, a expulsão dos moradores pobres nessas áreas de intervenção. Para Arantes (2000) os planos de intervenção em áreas centrais geralmente escamoteiam esses processos. O discurso que prega revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação, entre outros, encobre de fato um processo de higienização social e expulsão da população pobre, ampliando dessa forma as desigualdades socioespaciais em nossas cidades (MOURAD; BAUTRUSIS, 2010, p.409).

Acerca disso, Leite (apud STARLING, 2012) afirma que “as revitalizações ou reabilitações de centros históricos assumiram formatos de intervenções orientadas para a transformação do patrimônio histórico em ‘mercadoria para o consumo cultural’ e ‘o cidadão em consumidor’.”

Tais intervenções atribuem ao espaço novas funções que, nem sempre seguem a premissa da compatibilidade, onde os espaços se transformam, de forma geral, em residências para classes sociais mais altas e/ou turismo, espaços de lazer e entretenimento da população com potencial de consumo, sendo, segundo Leite (2010), a “espetacularização da cultura”

e a “formação de sócio espacialidades com a construção de um espaço público fragmentado, marcadamente multipolarizado” as duas características centrais recorrentes no processo de revitalização. Excluem-se segmentos que não se adequam ao novo padrão consumo estabelecido, e tal fator limita a eficácia e sobrepõe-se aos pontos positivos desse modelo de gestão, conforme destaca STARLING (2012, p.9) “essas externalidades afetam a sustentabilidade dessas intervenções e comprometem o seu potencial para cumprir os objetivos para os quais foram realizadas. ”

A autora complementa que, ainda que este modelo amplie o público interessados no patrimônio cultural, os fatores negativos acima apontados, com a segmentação do acesso aos bens, desaguam na permanência do caráter elitista dos bens patrimoniais, tal como na concepção original deste tema. Por outro lado, LEITE (2007 apud STARLING, 2012) aponta que:

Estes mesmos resultados segmentadores e excludentes “não contribuem necessariamente para o esvaziamento do sentido público desses espaços”. O autor acredita que ao gerar uma dinâmica de usos marginais e periféricos – ou “contra-usos” – tais intervenções estimulam “formas cotidianas de apropriação política dos lugares, marcados pela publicização e politização

das diferenças, [que acabam por qualificar] esses espaços da cidade como espaços públicos. Insinua-se, portanto, um sentido mais amplo da política de patrimônio relacionado ao direito de cidadania das coletividades (LEITE, 2007, apud STARLING, 2012, p.9).

Neste sentido, Mourad; Baltrusis (2010) destacam, com foco nos centros históricos, a importância da mobilização e estratégias de enfrentamento social no combate e reversão aos pontos negativos desse modelo de gestão e a ameaça do processo de requalificação excludente. Orientam que as ações dos movimentos sociais devem ser pautadas e consolidadas como formas possíveis nas intervenções de larga escala de renovação, e a população precisa atentar-se aos desvios sedutores de projetos que parecem trazer uma imagem ideal de requalificação dos espaços, mascarando o posterior processo de gentrificação.

Tal ideia refletirá no modelo de gestão patrimonial destacado por Starling (2012) como Governança Participativa/Deliberativa, dando segmento as mudanças sociopolíticas, territoriais e conceituais conquistadas na área do patrimônio cultural e a busca por um “processo progressivo de compartilhamento entre Estado e sociedade”, “envolvendo

por um lado a inclusão de vários atores nos contratos urbanos e nas parcerias público-privadas e por outro, nos fóruns participativos e deliberativos que ampliem a participação dos vários segmentos sociais nas decisões relativas ao setor” (STARLING, 2012, p. 9-10).

Tais mudanças, precedidas pelos movimentos que ocorreram no cenário político, sobretudo a partir de 1960 e 1970 em muitos países europeus e americanos, e as críticas destes serviram para impulsionar e democratizar as decisões a acerca do espaço. Demarcando-se aí “o início da trajetória do cidadão como interlocutor dos projetos urbanos e de intervenção sobre o patrimônio (STARLING, 2012, p.10). A autora salienta que a estes movimentos somaram-se ideais e vozes do que ela chama de “herdeiros do movimento moderno”, que, segundo Borja (2005) visavam um urbanismo mais produtivista e não especulativa da cidade, preocupando-se as condições de vida da população, buscando alcançar uma integração entre os objetivos sociais, ambientais e estéticos, além de outros profissionais da arquitetura, urbanismo e outras disciplinas condizentes com as preocupações sociais, estéticas e culturais, e também forças políticas mais

democráticas. Tais movimentos apoiavam-se ainda na descentralização, na valorização da política local e na participação popular e, que a partir dos anos 1990 atuaram como estimuladores das políticas patrimoniais nesse sentido.

Neste modelo, orienta-se a diversidade de usos dentro do espaço urbano – entre moradias, equipamentos culturais, comercio, restaurantes. Porém, a autora aponta para possíveis ameaças, assim como no modelo anterior, que podem contribuir para a fragmentação do espaço urbano, em forma de edificações altas e isoladas, ou exclusivas, ou espaços públicos especializados - centralizados em apenas uma função.

O conceito de governança foi reintroduzido ao cenário público mundial a partir de 1990, onde segundo Bosch (1999 apud STARLING, 2012) através de agências internacionais de financiamento que passaram a usar do termo para se referir à noção de um bom governo na intensificação de suas relações com a sociedade. Sendo assim:

O modelo de governança deliberativa na área do patrimônio pressupõe, pois uma renovação dos conteúdos normativos e dos processos de gestão das políticas de cidades, por meio do estabelecimento de instâncias de participação

popular e de novas dinâmicas de diálogos entre atores públicos, sociais e econômicos (STARLING, 2012, p.13).

Este modelo amplia os agentes envolvidos no tema patrimonial, ao passo que inclui organizações sociais e culturais e segmentos sociais diversificados, estimulando a participação da sociedade, estes são incluídos tanto nas decisões como nos benefícios das políticas. STARLING (2012) também destaca a integração de profissionais de várias áreas – ciências sociais, arquitetura e urbanismo, planejadores, profissionais de marketing, antropologia, dentre outros – proporcionando uma visão abrangente e adequada ao que se entende atualmente como patrimônio cultural. No que diz respeito a forma da participação e integração entre esses agentes, a autora explica que:

Deve-se considerar ainda os atores que se integram à gestão pela sua participação nos vários fóruns de debates sobre as políticas culturais e urbanas: os conselhos gestores, as conferências municipais de cultura, as comissões setoriais, os Congressos da Cidade etc. Nesse caso, quanto mais ampla a composição desses fóruns em termos de representação dos segmentos sociais, maior o potencial de democratização das decisões e das escolhas



efetuadas em relação aos símbolos patrimoniais (STARLING, 2012, p.12).

A autora salienta a importância desses fóruns para uma tendência de ampliação da concepção de patrimônio, emergindo da priorização dos temas e das reivindicações ali tratadas, levando a um aumento da conscientização sobre esse contexto, e dá um exemplo de que, a partir dos anos 2000, houveram ampliações das demandas abarcando o tema da memória coletiva, fazeres e manifestações populares no Brasil, fomentando e fortalecendo a memória material e imaterial. Destaca-se que “os novos papéis assumidos pelos governos locais envolvem a produção substantiva de políticas e não mais a gestão das políticas definidas pela esfera central” (BRUGÉ E GOMA, 1998; BORJA, 2005 apud STARLING, 2012, p.13).

Partindo dessa premissa, STARLING (2012) destaca que dentre essa produção de políticas se incluem os controversos projetos estratégicos vinculados à promoção do território, e o fortalecimento das estruturas de governança locais visando estimular uma atuação mais responsável e adequada, que leva em conta às especificidades do espaço em qual incidem, além de promover possibilidades de adaptação e

reformulação das mesmas no decorrer de sua implementação.

E partir disso é possível concluir que:

Este modelo aponta para um novo desenho de políticas públicas de patrimônio cultural, no qual as cidades desempenhariam um papel executivo central e novos atores, tais como, os parceiros públicos e privados e os diferentes setores envolvidos (associações, ONGs, empresários, grupos religiosos e culturais, comunidades etc.) passam a tomar parte na elaboração, discussão e decisão com relação às políticas a serem executadas. As instituições federais e estaduais, anteriormente órgãos decisórios e executores, tem que se adequar às funções de coordenação, colaboração e incentivo aos programas municipais (STARLING, 2012, p.13).

Em âmbito nacional, é possível se identificar o rebatimento de tais avanços conceituais e práticos (apesar de já citado alguns casos brasileiros na discussão apresentada), analisando a, já mencionada, Constituição de 1988.

Fernandes (2010) destaca os princípios básicos da ordem jurídica de proteção do patrimônio cultural, consolidados ao longo de décadas, adotados implícita ou explicitamente pela Constituição Federal de 1988 e que hoje são cada vez mais aceitos:

- Proteção do patrimônio pelo Poder Público — ficando ainda aberta à interpretação a definição de se intervenção do Poder Público é obrigatória em todos os casos —, com a colaboração da comunidade;
- Função social da propriedade, acarretando a vinculação dos bens culturais ao cumprimento da finalidade de proteção;
- Multiplicidade dos meios de proteção;
- Fruição coletiva dos bens protegidos;
- Prevenção de danos;
- Responsabilização pelos danos causados aos bens protegidos;
- Equilíbrio na ação do Poder Público;
- Participação popular na tomada de decisões acerca da instituição do regime de proteção jurídica e na formulação das políticas públicas;
- Educação patrimonial a ser promovida de diversas maneiras, e em todas as etapas, pelos diversos atores envolvidos; e
- Solidariedade intergeracional, a exemplo do que já se aceita para as questões ambientais e, em menor medida, também para as questões urbanísticas. (FERNANDES, 2010, p.34)

Destaca-se também a competência legislativa dos municípios sobre a proteção, preservação e recuperação do patrimônio cultural, onde estes passam a ter a obrigação constitucional de “promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual”.

Fernandes (2010), aponta que o princípio da multiplicidade dos meios de proteção se traduz na existência de distintas tipologias de proteção do patrimônio cultural, onde a diversidade de objetos passíveis de proteção, acarreta uma

diversidade de efeitos pretendidos e requer uma diversidade de instrumentos legislativos, tais instrumentos que, no âmbito do patrimônio material, devem ser articulados ao planejamento urbano juntamente com os demais instrumentos urbanísticos para que se possibilite uma política efetiva, vistas a justa divisão dos ônus e encargos que recaem sob a proteção dos bens patrimoniais, assim como seus benefícios, entre os agentes envolvidos, ou seja, entre o poder público – representando a comunidade – e entre os proprietários privados.

Em 2001, com a criação do Estatuto da Cidade (Lei federal de n.º 10.257 de 2001) reforça-se e regulamenta-se alguns aspectos e esforços dentro desse contexto, possibilitando integrações nesse sentido.

No contexto de uma tal política pública de proteção do patrimônio cultural, há ainda um lugar central para o instituto do tombamento — ainda que necessariamente aprimorado —, porém de maneira articulada com normas urbanísticas de uso, ocupação, parcelamento, construção e posturas; criação de áreas de diretrizes especiais e zonas de conservação; compensações econômicas que abrangem desde incentivos fiscais (IPTU, doações deduzidas do Imposto de Renda) à oferta de créditos de construção, linhas

de crédito a fundo perdido; inserção de objetivos de proteção do patrimônio nas operações urbanas; e a determinação de utilização compulsória de bens tombados. É importante destacar que muitos dos Planos Diretores Municipais recentemente aprovados têm adotado esse tipo de enfoque articulado (FERNANDES, 2010, p.45-46).

Os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade seriam aliados para efetivar a preservação do patrimônio urbano e arquitetônico dentro das políticas de desenvolvimento municipais. Destacam-se os instrumentos urbanísticos de Transferência do Direito de Construir, Direito de Preempção, Desapropriação, Estudo de Impacto de Vizinhança, Unidades de Conservação ou Zonas Especiais de Preservação Cultural e, os Instrumentos Fiscais e Financeiros – assim como variados fundos econômicos para promoção da proteção e preservação de bens.

A transferência do direito de construir fornece ao proprietário o direito de usar em outro local um determinado potencial construtivo ou aliená-lo.

Esse instrumento tem sido utilizado, com frequência, como uma forma de compensar o proprietário de imóvel tombado que não pode

ampliá-lo ou demoli-lo para no local realizar construção moderna e com número elevado de pavimentos. Assim, contribui para a justa repartição dos encargos, ônus e benefícios decorrentes da aplicação do regime de proteção e valorização do patrimônio cultural (MIRANDA, s/d, p. 8.).

O Direito de Preempção assegura ao Poder Público Municipal a preferência para aquisição de imóveis, e no âmbito patrimonial. Segundo MIRANDA (s/d, p.5) pode ser utilizado para:

Assegurar a aquisição pelo poder público municipal de propriedades situadas em área de entorno de bens tombados a fim de se assegurar a integridade do conjunto; ou de bens integrantes de um sítio urbano de expressivo valor arquitetônico a ser revitalizado e destinado a finalidades culturais.

Desapropriação: Consiste no poder público “tomar para si” a propriedade de um bem particular. Considerado um instrumento radical e coativo, a opção pela desapropriação deve ocorrer, quando o uso de outros instrumentos para o acautelamento do bem se mostra conflituosa, inviável ou até mesmo insuficiente.

Estudo de Impacto de Vizinhança: Os EIV são exigidos para determinados tipos de empreendimentos ou atividades,

previamente à obtenção de licenças ou autorizações. Segundo MIRANDA (s/d, p.6-7) ele avalia:

A capacidade do meio ambiente urbano a comportar a existência e o funcionamento, de forma sustentável, de determinados empreendimentos e atividades, [...] de maneira que o uso da propriedade pelo particular não coloque em risco ou provoque danos a outros valores ou garantias asseguradas à coletividade.

Unidades de Conservação ou Zonas Especiais de Preservação Cultural (ZEPEC's)<sup>14</sup>: As ZEPEC's são áreas com limites definidos e parâmetros de desenvolvimento urbano diferenciados, tendo em vista a preservação das características urbanas e ambientais existentes, podendo se configurar como sítios, edifícios ou conjuntos urbanos. Incentivos Fiscais e Financeiros: Têm como objetivo incentivar os proprietários particulares a fazerem a adequada manutenção de seus imóveis, além de servir como medida

compensatória ao ônus da preservação, especialmente no caso dos bens tombados, alvo de restrições mais severas ao livre exercício do direito de propriedade. Dentre os incentivos mais comuns temos a isenção na cobrança de IPTU, leis de renúncia fiscal que viabilizam as restaurações, dentre outros.

O Inventário de Bens Culturais destaca-se em relação ao patrimônio cultural, à medida que é um instrumento voltado diretamente para a proteção deste, constituindo-se como um instrumento de tutela aplicado tanto à bens móveis, quanto imóveis, trata-se da pesquisa de identificação e descrição de um bem, utilizando critérios técnicos que permitam a catalogação de suas características físicas, culturais e seu estado de conservação. Tal instrumento desenvolvido em Ribeirão Preto pelo Relatório da Fase I e II do Inventário de Referências Culturais de Ribeirão Preto, no ano de 2010-2013, foi base para o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que foi

<sup>14</sup> Nomenclatura adotada pelo Estado de São Paulo. Segundo CASTRIOTA (2010, p.95): criadas pela lei do zoneamento de 2004, que são áreas destinadas à preservação, recuperação e manutenção do patrimônio histórico, artístico, arqueológico, podendo se configurar como sítios, edifícios ou conjuntos urbanos. De acordo com suas características diferenciadas classificam-se em três subgrupos as ZEPEC:

I. Bens Imóveis Representativos (BIR) – imóveis ou conjuntos de imóveis de caráter histórico ou de excepcional valor artístico, cultural ou paisagístico ou valor para a comunidade;

II. Áreas de Urbanização Especial (AUE) – Conjuntos urbanos com características homogêneas de traçado viário, vegetação e índices urbanísticos, que constituem formas de urbanização de determinada época, que devem ser preservados por suas qualidades ambientais;

III. Áreas de Proteção Paisagística (APP), sítios e logradouros com características ambientais, naturais ou antrópicas, tais como: parques, jardins, praças, monumentos, viadutos, pontes, passarelas e formações naturais significativas, entre outras.

através destes que se identificou os bens de interesse patrimonial na cidade.

A partir da pesquisa de Starling (2012) e dos demais autores citados, buscou-se apresentar instrumentos e modelos de gestão afim de se favorecer a identificação das discussões e ampliações políticas e narrativas acerca do patrimônio cultural, mas sobretudo, a dos objetos e agentes envolvidos e interessados nesse tema e as suas ações e intervenções sobre os bens patrimoniais. Destacando-se também os subsídios que constituem um ponto importante dentro das políticas patrimoniais, sendo umas das maiores questões para os embates e soluções nessa área.

Starling (2012) destaca que a partir dos anos 90, as ações dos diferentes modelos de gestão do patrimônio se entrecruzam e se realizam concomitantemente de acordo com os objetivos a serem atingidos. As suas diferenças advêm da narrativa utilizada pelos diferentes agentes na justificativa das suas ações.

Nesse sentido, as justificativas podem dar maior ou menor peso às reabilitações estéticas dos espaços urbanos, aos segmentos sociais ao qual estarão voltados e às estratégias de aproximação

com a sociedade por meio da abertura de canais e instancias de participação deliberativa. A meu ver reside nesses espaços públicos de tematização e decisão o principal diferencial em termos de gestão do patrimônio e que poderia levar a uma dinâmica mais democrática das decisões. É a partir desses espaços que diferentes coletividades apresentam publicamente as suas demandas com vistas a serem incorporadas ao processo político (STARLING, 2012, p.16).

Diante desse pensamento democrático do espaço e da cultura, busca-se analisar e relacionar os instrumentos e políticas patrimoniais estão sendo aplicadas na cidade alvo da presente pesquisa – Ribeirão Preto - SP, identificando as suas evoluções territoriais, conceituais, legislativas e práticas, relacionadas ao campo patrimonial – o cenário, os atores, as narrativas e ações nesse sentido, se a população está sendo incluída nas decisões e nos benefícios, os problemas a serem mitigados na tentativa do apontamento de uma política mais eficaz para o município a partir da discussão apresentada. Tais pontos serão tratados nos capítulos seguintes.

## 2. RIBEIRÃO PRETO E A SUA TRAJETÓRIA PATRIMONIAL





RIBEIRÃO PRETO

RP

REGIÃO DE RP

SP

## 2. RIBEIRÃO PRETO E SUA TRAJETÓRIA PATRIMONIAL

### 2.1. O patrimônio edificado ribeirão-pretano e sua desvalorização

Fenômenos urbanos ligados ao patrimônio, a formação e consolidação do município, seu auge cafeeiro, a área central, a expansão da cidade, as mudanças de sua economia, vistas a construção e o abandono de imóveis.

Vários autores tratam das causas do abandono dos bens patrimoniais e associam esse fator à fenômenos ligados à globalização e a expansão urbana. Com a globalização, a facilidade de acesso e de deslocamento, houve uma mudança nos processos urbanos. Essa mudança pode ser datada mais precisamente a partir de 1980, revelando uma nova lógica na ocupação urbana, (VARGAS E CASTILHO, 2009) sendo essa a lógica iniciada no final do século XX, e que se impõem

fortemente no início do século XXI, no contexto das cidades contemporâneas. Segundo as autoras, houve uma internacionalização da economia provocada pela agilização das comunicações – sobretudo devido a tecnologia da informática – que conduziu, entre outros fatos, uma alteração no significado de espaço e tempo. A partir daí o espaço físico adquiriu uma nova e diferente condição. Há também o fator de que atualmente, mais de 84% da população brasileira vive nas cidades. (IGBE, Censo 2010). Segundo o IBGE, em 2000 esse índice era de 80%. Nesse sentido, destaca-se que Ribeirão Preto é uma das cidades que mais cresce no cenário Estadual<sup>15</sup>, estando atualmente em 9º lugar entre as maiores cidades de São Paulo (A CIDADE ON, 2019)<sup>16</sup> Visto que o aumento de demandas urbanas está constantemente em crescimento. Como tudo que se expande necessita de mais espaço, as cidades também necessitam se adequar às novas demandas populacionais. Surgindo decorrentes desse

---

<sup>15</sup> “O instituto estima, anualmente, a população das cidades, tendo por base modelos matemáticos que consideram os Censos de 2000 e 2010 e a demografia dos estados. Se comparado com 2013, Ribeirão cresceu 6,9% - mais que o dobro da capital paulista (município mais populoso do País, com 12,2 milhões de residentes).” (A CIDADE ON, 30/08/2018. Disponível em:<[https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/cotidiano/cidades/NOT,0,0,](https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1365088,ribeirao+preto+e+a+cidade+que+mais+cresce+entre+as+20+maiores+do+estado.aspx)

1365088,ribeirao+preto+e+a+cidade+que+mais+cresce+entre+as+20+maiores+do+estado.aspx>. Acesso em 01/09/2019).

<sup>16</sup>Disponível em: < <https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/cotidiano/viva-ribeirao/NOT,0,0,1443432,populacao+de+ribeirao+preto+ultrapassa+703+mil+habitantes.aspx>>. Acesso em: 01/09/2019.



aumento de demandas e serviços, os fenômenos urbanos da verticalização, da criação e novos centros e a periferização, que podem ser entendidos como os processos de como a cidade responde a tais fatos.

Primeiramente, a ideia de verticalização é otimizar a exploração da terra urbana – com localidades especiais, que devem ser exploradas ao máximo. Esse processo implicou diretamente nos imóveis patrimoniais, uma vez que a maioria destes, conforme suas técnicas de construção, materialidade e idade, não permitem esse processo. E na visão da economia, dependendo de onde estão localizados (pode-se dizer que a maioria nos centros), ocupam um lugar que poderia ser mais bem ocupado por um prédio, por exemplo.

Segundo Vargas e Castilho (2009), o desenvolvimento contemporâneo, com as questões levantadas, fez com que o espaço urbano passasse a ser menos o lócus da produção, para ser mais objeto de consumo. O capital tem então, a capacidade de criar localizações, mais atrativas, mais bem estruturadas e que oferecem melhores serviços, e divulga-las, com o intuito de atrair a população para se instalarem ali,

residencial ou comercialmente, ou desenvolverem ali outras atividades. Um marketing é desenvolvido para que essas localizações despertem o interesse de consumo, de investidores, políticos, moradores e turistas.

Paralelo a isso, com o fácil deslocamento das pessoas, essas podem realizar suas atividades em diferentes lugares, embora isso não seja tão prático. As pessoas passaram a morar em um local, trabalhar em outro, ter seu lazer em um terceiro etc.

Com tudo isso houve uma desvalorização das áreas já consolidadas, sobretudo os centros urbanos, e uma crescente expansão das áreas periféricas. O que causou o abandono de inúmeros centros urbanos, em todo o mundo, conseqüentemente, nos imóveis ali instalados, cenário identificado em análises aos primeiros bens de interesse patrimonial destacados na cidade de Ribeirão Preto, estes, ligados à sua fase de formação e consolidação.

Ribeirão Preto é uma cidade do interior paulista que atualmente possui cerca de 703.293 habitantes (IBGE, 2019). O município nos remete a questões tradicionais e

contemporâneas, configurando-se como uma cidade acolhedora e inovadora, que ao longo de sua história destacou-se como Capital do Café, Capital da Cultura e Capital do Agronegócio.

Sua história está fortemente ligada à época cafeeira, uma vez que sua consolidação e desenvolvimento se deu a partir desse contexto, porém seu cenário patrimonial não se resume somente a este período. A riqueza do café permitiu a diversificação dos investimentos no município, logo, estendendo suas origens de negócios a vários segmentos econômicos ao longo do tempo, e por meio disso, produzindo um cenário cultural diversificado. Sendo assim, apesar de serem estes os bens em maior destaque na cidade, o cenário patrimonial ribeirão-pretano atualmente não se resume ao patrimônio do café, especialmente porque – na contemporaneidade – percebemos o patrimônio como algo amplo e que não se restringe aos bens de caráter monumental e isolado.

“No início do primeiro decênio do século XX, a cidade já se destacava como pólo econômico, em plena liderança como produtora cafeeira, e por isso, passou a ser chamada “Capital d’Oeste”, não pela sua localização geográfica, mas pela

condição de lugar aberto ao novo e receptivo ao moderno. A cidade era de fato, à época, a “Capital do Café”. Os números lhe conferiam este título [...] Considerando o recurso filosófico de Luckás em que a história só pode ser entendida como pós-festum, ou seja, só após os acontecimentos, é possível, hoje, observar que muito mais do que a terra roxa, era o perfil do homem aportado em Ribeirão Preto que garantia a elavada produção e o desenvolvimento econômico. Diferentes dos barões do café da região do Vale do Paraíba, o homem ribeirão-pretano, já era, naquele início de século um homem de negócio, principalmente os negócios relacionados a agricultura. Além do café, eles possuíam outras fontes de produção como lavouras de cana, instituição bancária, estabelecimentos comerciais, recursos próprios de transporte e o mais característico deste perfil, eram investidores industriais.” (RIBEIRÃO PRETO, 2010, p.4-5).

Os primórdios de Ribeirão Preto estão ligados com o esgotamento das minas de Goiás, por volta de 1940, onde a partir de tal fato, os mineiros de outrora precisaram desenvolver outras atividades econômicas, e então lançaram-se na criação de gado e cultivo de roças, sobretudo no sul de Minas, que tinha terras mais favoráveis. A partir daí começam a ocupação de terras ainda não exploradas, e do Sul de Minas, a criação de gado e agricultura expandiu-se para o Nordeste Paulista, região onde se encontra Ribeirão Preto.

As atividades citadas permaneceram como fonte da economia da região no século XIX. E nessa época foram sendo formados os ajuntamentos, posteriormente arraiais, como São Sebastião do Ribeirão Preto, que teve os primeiros habitantes nas suas terras em 1811.

Em 1946, um grande posseiro dessa região desmembra sua fazenda e vende arte dessas a terceiros, essa divisão deu origem as fazendas Barra do Retiro - que marcava o centro da área que viria a se tornar o município de Ribeirão Preto - e outras fazendas ao redor.

Conforme relata Valadão (1998), nessa época, metade do século XIX, a população da região cresceu devido a acontecimentos políticos no país e como a religiosidade era muito presente, sentiu-se a necessidade de se erigir uma capela sob a invocação de um santo, sendo escolhido São Sebastião. Além da religiosidade, a construção da capela consolidaria aquela população como uma comunidade, que teria acesso aos sacramentos, registros de nascimento, de óbito, dentre outros (LAGES, 1996).

Lages (1996) relata que essa vontade foi acoplada a um recurso que servia para legitimar a posse das terras no país, que era a doação de parte das terras aos patrimônios eclesiásticos. Algumas tentativas de doações foram realizadas sem sucesso, até que em 1852 e nos anos subsequentes as terras foram legitimadas para compor o Patrimônio de São Sebastião.

Conforme relata Valadão (1996), uma das exigências que deveriam ser cumpridas era a construção de uma igreja em um sítio alto e arejado, por isso demarcou-se a área do Patrimônio de São Sebastião na área mais alta entre os ribeirões do Retiro e Ribeirão - Preto, e lá foi edificada uma primeira capela provisória, que deu início ao povoado, cujos arruamentos começaram a ser traçados em 1859. A partir daí a população começou a crescer.

Em 1861, foi feita uma doação para a construção de uma nova capela, em 1868 ela já estava pronta no lugar posteriormente de Largo da Matriz, local ocupado hoje pela Fonte Luminosa na Praça XV de Novembro, segundo informações da Secretaria da Cultura.

Em 1870, o povoado foi elevado a Freguesia de São Sebastião do Ribeirão Preto, quando se fixaram os limites de sua área, correspondentes aos atuais municípios de Ribeirão Preto, Sertãozinho, Cravinho, Serrana, Pontal, Dumont, Guatapar e Bonfim Paulista. No ano seguinte, elevou-se para a categoria de Vila e foi desmembrado do município de São Simão. Posteriormente a isso, em 1 de abril de 1889, através da lei n 88, Ribeirão Preto recebeu o predicado de cidade, o que está fortemente ligado a chegada do café nessas terras.

O café chegou ao Brasil em 1724, primeiramente na região Norte do país, e em busca de condições mais favoráveis para seu cultivo traçou seu caminho ao Rio de Janeiro, e logo “espalhou-se” pelo Sudeste, através do Vale do Paraíba, chegando até São Paulo. Essa cultura teve uma aceitação e expansão muito grande no país, passando já em 1830 a substituir o principal produto de exportação brasileiro, que era a cana-de-açúcar (BACELLAR & BRIOSCHI, 1999).

Conforme relata Cano (1993), a produção no Vale do Paraíba foi intensa, e em 1870 os solos da região já estavam esgotados. Devido a isso uma parte de seus fazendeiros se

lançou na busca por novos territórios para plantio, rumo ao oeste de São Paulo, movimento conhecido como “Marcha para o Oeste”. Este movimento centralizou-se em Campinas, que teve a implantação da ferrovia logo em 1872, e estendeu-se numa faixa para o norte do estado até Ribeirão Preto.

As terras do chamado “Oeste Paulista” apresentaram características muito vantajosas para o cultivo do café, tinham o solo mais fértil para o cultivo já encontrado no país, além de contar com as estradas de ferro, ligando a área ao Porto de Santos (PRADO JR., 1986).

A expansão do café por essas terras, a partir de 1870, seguiu de forma cronológica por onze zonas de expansão, e Ribeirão Preto fazia parte da quinta zona, denominada Mojiana, nome devido a presença da Companhia Mojiana de Estradas de Ferro e Navegação, criada em 1872 (HOLLOWAY, 1984).

Até 1870, as atividades da região giravam entorno da agricultura de subsistência e pecuária, mas a partir daí alguns posseiros de terras da cidade, em antecipação a chegada dos

paulistas, começaram a formar seus cafezais. (RIBEIRÃO PRETO, 2010).

Segundo Monbeig (1984), em 1876 os paulistas chegam à região, porém encontraram as terras já ocupadas pelos antigos mineiros, e houve disputa por sua posse entre os cafeicultores e pecuaristas, até que os pecuaristas foram vencidos. Pode-se dizer que, a massa dos cafeicultores era muito mais organizada e hierarquizada, pois os seus fazendeiros representavam muito mais que produtores, eram importantes homens de negócios. Neste mesmo ano os irmãos Pereira Barreto chegam à região e constatando a fertilidade da “terra roxa”, que compõe a maior parte do solo da região, as condições favoráveis do clima e da topografia, então introduzem o intensivo cultivo do café. Estabelecendo parcerias com outros cafeicultores, iniciam uma grande publicidade em torno da fertilidade das terras do município, divulgando os resultados do cultivo a imprensa, atraindo investidores para a região (LAGES, 1996; VALADÃO, 1998).

Entre 1870 e 1900 o café produzido em Ribeirão Preto já era conhecido na Europa pelo nome das próprias fazendas

que o produziam, como Café São Martinho, Guatapará, Monte Alegre, dentre outros.

Com essa expansão cafeeira, houve a necessidade imediata de mão de obra, problema que foi resolvido em parte por trabalhadores locais, em parte por trabalhadores trazidos de outras regiões do país, que em sua maioria eram livres e também uma parcela de escravos. A mão de obra do imigrante também foi empregada, sendo essencial para a produção do café e que contribuiu muito para o aumento da população da cidade.

Em 1883 foi inaugurada a estrada de ferro Mojiana, financiada em grande parte pelos próprios fazendeiros da região. A estrada ligava Casa Branca a Ribeirão Preto, passando por São Simão, fator que facilitou muito o escoamento do café e a chegada dos imigrantes, e pessoas para trabalhar e se firmar na cidade, atraídas por sua prosperidade.

No mesmo ano foi inaugurada a estação provisória, a estação Ribeirão Preto, que se situava onde é hoje o início da

Av. Caramuru, de frente a chácara Vila Lobos e logo após outra estação foi inaugurada de frente a atual rua General Osório. E pode-se dizer que a partir desse fato a cidade começou a se expandir para além do Largo da Matriz, aumentando sua área central, dando início também a outros loteamentos, como o Núcleo Colonial Antônio Prado.



Patrimônio da fábrica da Matriz elaborada pelo engenheiro Antônio Soares Romero em janeiro de 1932. (Fonte: Silva, 2006, p.51)



Núcleo urbano principal de Ribeirão Preto e núcleo colonial Antônio Prado em 1887 (Fonte: SILVA, 2004)

Com o tecido urbano começando a se expandir para além dos limites do núcleo urbano original, esta porção da cidade passou a constituir a área nobre, onde famílias de fazendeiros e comerciantes enriquecidos com a produção de café instalavam suas residências (SILVA, 2006).

Vale destacar que obras de infraestrutura começaram a ser realizadas para melhorar a área central. Houve a retificação dos primeiros trechos do Ribeirão Preto entre 1883 e 1884, que possibilitaram essa ampliação da área central. E com o passar o tempo o calçamento das ruas a partir de 1889, a implantação de canalização, luz elétrica entre 1897 e 1899 e instalação de águas e esgoto em 1903. (SILVA, 2006).

Segundo Valadão (1998), muitos prédios importantes do Poder Público foram ali instalados, como as primeiras instituições penais da cidade (entre 1890 e 1904).

Paralelamente a essas construções, o comércio se intensificava e fortificava, a Rua José Bonifácio foi uma importante rua onde se instalaram muitos comércios, pensões, hospedarias e hotéis. Nesta rua, aberta em 1885, foi construído o primeiro mercado da cidade, em 1900, constituindo-se um ponto importante de compras e sociabilização dos moradores da cidade.

Um marco muito importante foi erguido na cidade, o Theatro Carlos Gomes, em 1897, simbolizando o poder da elite cafeeira, construído como a representação física de um desejo de mostrar-se como uma sociedade moderna.



Theatro Carlos Gomes. (Fotografo desconhecido. Fonte: <<http://nadanovodebaixodosol.blogspot.com/2010/04/theatro-carlos-gomes.html>>. Acesso em 02/09/2019)

O Theatro foi construído nas imediações (onde hoje é a atual praça Carlos Gomes), do Largo da Matriz (onde existia a Capela de São Sebastião), levando para essa localidade – um

caráter cultural. Conforme Silva (2006), em 1905, quando surgiu a necessidade da construção de uma igreja maior e mais “rica”, foi demolida a capela - que era até então a Igreja Matriz - localizada na atual praça XV, o território religioso foi deslocado dali. O local para se erguer a nova igreja foi escolhido uma área mais adiante, onde ergueu-se a atual Igreja Matriz – Catedral Metropolitana de São Sebastião - entre as ruas Tibiriçá, Visconde de Inhaúma, Florêncio de Abreu e Lafaiete, deixando a área do teatro como território cultural mundano. A atual praça XV, antigo Largo da Matriz, foi então transformada em jardim público.

A partir do início do século XX, ocorreu uma transformação estrutural no entorno dessa área que anteriormente era dedicada à fé. Surgiram belos sobrados residenciais das poderosas famílias da cidade, como o palacete Paschoal Innechi (demolido), as residências de Camilo de Mattos, Sinhá Junqueira, Albino de Camargo, dentre outros. (SILVA, 2006).

Outros tipos de edifícios também foram sendo construídos nessas proximidades, como o antigo prédio da



sociedade recreativa de Ribeirão Preto, que hoje abriga o Museu de Arte de Ribeirão Preto, construído em 1905.

Sendo assim, nas duas primeiras décadas do século XX, essa área consolidou-se como principal território de convívio das classes mais abastadas. A elite ligada diretamente ou indiretamente ao café ocupava o centro em todos os sentidos, e outros marcos importantes foram sendo constituídos, como o Paço Municipal, com a edificação do atual Palácio do Rio Branco, que foi a sede do poder político local, abrigando a prefeitura e a câmara, inaugurado em 1917 (RIBEIRÃO PRETO, 2006). Neste mesmo ano, foi concluída a obra da nova Igreja Matriz, a Catedral Metropolitana de São Sebastião, construída em um ponto mais alto que antiga, sendo locada na Praça 13 de Maio (atual praça das Bandeiras) e próxima ao Palácio Episcopal, que teve suas obras concluídas seis anos antes, em 1911. (SILVA, 2006).

Muitos outros edifícios importantes foram ali localizados entre o fim do século XIX e início do século XX, como outros casarões residenciais, edifícios escolares, grandes casas

financeiras, galpões, hotéis, grandes casas de comércio, entre outros, além das áreas livres.

A expansão da cidade continuava e novas ruas iam sendo criadas. Como a Av. Independência (atual Av. Nove de Julho), em 1922. Nesse período, a cultura sanitarista já se fazia presente na região, e obras de higienização e embelezamento eram feitas, além de os edifícios como a maioria dos de saúde, cemitério, matadouro, eram locados nos outros bairros da cidade. Pode-se datar esse período de urbanização do centro, como o período da ascensão do café na cidade, que durou até o fim da década de 1920, quando em 1929 houve a quebra da bolsa de Nova Iorque, decorrendo no declínio das exportações de café. Tal fato impacta diretamente desvalorização da área das fazendas produtoras de café, causando a desvalorização das edificações rurais provenientes desse período, como as da Antiga Fazenda Monte Alegre, onde atualmente estão instalados o Museu Histórico e o Museu do Café.

Como já mencionado, Ribeirão Preto já tinha consolidado outras atividades, sobretudo as comerciais e prestação de serviços, estas tanto se desenvolveram pela ascensão do café como também alavancaram esse processo, então com a queda dessa atividade agrícola na cidade, o desenvolvimento comercial permitiu que a cidade se mantivesse e contornasse a crise.

De acordo com a dinâmica das diversas etapas do “complexo cafeeiro”, Ribeirão Preto então consolidando um segmento urbano cada vez mais importante e interdependente: comércio de importação, intermediação financeira, comércio atacadista, fábricas e serviços de apoio à produção, que induziram o crescimento de outras atividades: comércio varejista, transporte urbano, serviços, construção civil, etc (SILVA, 2006, p.55).

Em 1930, já havia um grande desenvolvimento também industrial na cidade, com destaque para a indústria cervejeira, que tinham suas principais instalações no centro e próximo a ele, como o caso da Cervejaria Antartica e a Cervejaria Paulista, construídas em 1911 e 1913, respectivamente, as quais podem ser consideradas marcos iniciais da ascensão da indústria no município.

Ademais, o grande marco da transição entre a era cafeeira para a era comercial e industrial da cidade foi a construção do Theatro Pedro II, o Edifício Meira Júnior e o Palace Hotel, conjunto que foi edificado com o capital da indústria cervejeira, com o intuito de marcar a consolidação dessa nova fase. Localizados no centro da cidade, que ainda era a parte mais valorizada, em frente à praça XV, que a incorporando, constituíram o chamado quarteirão paulista, marcos importantíssimos na história do centro. (SILVA, 2006).

O centro, então se manteve vivo, e ainda como a parte mais importante da cidade, pois era ali que desenvolviam as principais atividades. Neste período, Ribeirão Preto foi denominada como a **Capital da Cultura**, por seus dois teatros promoverem grande movimentação cultural na área central, conforme destacado pelo Plano Municipal de Cultura, 2010.

Outro bem de destaque industrial dessa época, na área central da cidade é a Algodoeira Matarazzo, datando de 1935, foi um dos primeiros galpões industriais construídos em Ribeirão Preto. Outros edifícios importantes foram sendo construídos a partir dessa década, como o edifício

Diederichsen, em 1934, que foi o precursor do processo de verticalização na cidade (RIBEIRÃO PRETO, 2013). Obras de infraestrutura também foram sendo realizadas, juntamente com reformas como a da Praça XV de Novembro, em 1939.

Na década de 1940, Ribeirão Preto teve um crescimento populacional de 15,5%, que veio acompanhado por um grande processo de urbanização, intensificando o deslocamento da população rural para a cidade (SILVA, 2006). Neste período, começou então o processo de verticalização do centro (RIBEIRÃO PRETO, 2010).

Vale destacar que foi nessa década, em 1944, que houve a demolição do Teatro Carlos Gomes, cujo motivo ainda é desconhecido.

Avenidas ao redor foram passando por mais obras entre 1955, e até 1960 configurando-se como um eixo de expansão da área central, abrigando muitas mansões de propriedade da elite econômica (SILVA, 2006).

Com a expansão acelerada da cidade, novos loteamentos foram sendo criados, somente entre 1940 e 1970, 185 foram aprovados, o que representou uma grande expansão urbana. Esse processo demandou mais serviços, infraestrutura e trabalho. Cabendo destacar a instalação de indústrias em alguns destes novos eixos, como a construção dos galpões e anexos para tecelagem das Industrias Matarazzo, no antigo bairro Barracão (atual Campos Elíseos), entre 1945-1951. Essa fase industrial foi responsável por uma grande expansão daquela área, onde com a queda do café, a mão-de-obra foi absorvida pela indústria e o bairro pôde se manter.

Entre as fábricas mais emblemáticas da cidade, destaca-se também a Fábrica de Refrigerantes Douradinha, construída também nesse período, em 1953.

Ademais, o centro ainda na década de 1950, concentrava a maioria das atividades de comércio, serviços, administração pública e lazer. E ainda se localizavam nessa área as residências da elite ribeirão-pretana, sendo a área mais valorizada da cidade até por volta da década de 1960.

Porém, a partir desse momento, com a expansão urbana, a criação de outros loteamentos, a instalação de novos polos de atração como os shoppings centers em outras áreas, intensificada nos anos 1980, há uma mudança de perfil dos usuários, a elite volta-se para outros espaços, assim como os esforços do Poder Público – que voltou seus investimentos para outra zona da cidade, especialmente a zona sul (SILVA, 2006) as camadas populares continuam a habitar as áreas centrais e utilizar o comércio e serviço desse setor, resultando em uma degradação da área central.

No mesmo período, algumas indústrias localizadas na cidade sofrem com a alteração do modelo produtivo e com as dificuldades decorrentes da abertura para produtos importados, que têm preços mais competitivos que os nacionais. O abandono das edificações é parte dessa conjuntura econômica – já que muitas vezes acabam sendo alvo de bloqueios judiciais para pagamento de impostos e direitos trabalhistas das empresas em falência - como por exemplo, o decreto de falência das Indústrias Matarazzo, em 1981, onde seus galpões industriais são comprados pela Companhia Nacional de Estamparia (CIANÊ), que também

decreta falência em 1994. Neste mesmo ano, encerram-se as atividades da Fábrica de Refrigerantes Douradinha e ocorrem algumas transições de propriedade das cervejarias instaladas na área central, que encerram suas atividades também ao final da década de 1990 e início do século XXI, decorrentes dos altos custos de modernização dos seus maquinários.

Também a partir desse período, as construções ferroviárias entram em processo de desvalorização, como por exemplo, a desativação da Estação Barracão e alguns outros imóveis da Cia Mojiana, a partir dos já mencionados fatores da expansão urbana, da modernização dos transportes, no qual pesam o desmonte do transporte sobre trilhos no Brasil e a concessão da malha ferroviária à iniciativa privada, que não se utiliza do grande parque edificado, que permanece de propriedade do governo federal.

Ribeirão Preto adentra ao século XXI como sendo uma cidade de economia estável e promissora a partir de seu caráter dinâmico de produção de recursos desde sua formação, conforme destaca Silva:

De acordo com a dinâmica das diversas etapas do “complexo cafeeiro”, Ribeirão Preto então consolidando um segmento urbano cada vez mais importante e interdependente: comércio de importação, intermediação financeira, comércio atacadista, fábricas e serviços de apoio à produção, que induziram o crescimento de outras atividades: comércio varejista, transporte urbano, serviços, construção civil, etc (SILVA, 2006, p.55).

Atualmente a cidade é conhecida como a Capital do Agronegócio, dado seu destaque nesse segmento. E dos seus primórdios até hoje em dia transita entre o tradicional e o novo.

Cidade que tudo foi e tudo é, onde os verbos se conjugam no presente e o maior desejo é restaurar o passado como uma passagem que permita manter, também viva, a cultura que ainda não morreu, mas cambaleia entre o ontem e o hoje sequiosa de ver reconhecida sua memória (RIBEIRÃO PRETO, 2010, p.4).

Através desse desejo, várias edificações foram alvo das políticas de preservação local, com vistas a manter e transmitir para as futuras gerações os bens materiais associados a memória da cidade. O principal instrumento aplicado visando à preservação desses imóveis – reconhecidos como bens culturais da cidade – foi o tombamento. No entanto, o cenário de abandono e degradação não se reverteu com a aplicação

desse instrumento, incapaz de garantir, isoladamente, a manutenção e conservação do patrimônio edificado, vistos às demais inconsistências nos processos de preservação dos bens. Sendo esse quadro mais bem detalhado a seguir.

## **2.2. A instituição do CONPPAC-RP, suas fases e trajetória, a evolução da legislação municipal e das políticas públicas aplicadas no município**

A partir da constatação do cenário de abandono patrimonial na cidade, busca-se aqui uma visão sobre a prática patrimonial no município de Ribeirão Preto-SP, através de um levantamento sobre as questões relacionadas a preservação do patrimônio cultural na cidade, tendo como foco principal a legislação municipal e seus órgãos de preservação, a elaboração, instituição, aplicação e atuação destes, de forma cronológica. Busca-se identificar fases e inclinações políticas, socioculturais e econômicas que envolvem e delimitam os regimes de proteção dos bens culturais, e, sobretudo, quais bens estão em pauta. Para tal fim, elabora-se uma análise da preservação no município a partir da trajetória do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto,

apresentando de forma cronológica e pontuada o funcionamento deste órgão e demais vinculados direta ou indiretamente a ele.

De maneira geral, foram identificadas quatro fases chave na trajetória do órgão municipal de proteção – CONPPAC-RP - e suas inclinações aos modelos destacados no capítulo anterior por Castriota e Starling, quais sejam: 1. 1967-1973 - Sua fase inicial, de implementação e adequação, tendo como resultado o primeiro tombamento de um bem cultural da cidade; 2. 1974-1993 - Sob influência dos avanços sobre o tema da preservação, tanto no campo mundial, como nacional, percebeu-se avanços substanciais na legislação sobretudo a partir de leis municipais complementares e leis sobre sítios urbanos; 3. 1993-2010 - sob a influência da Constituição Federal de 1988, foram notados avanços para ampliar a participação da sociedade civil no campo patrimonial; e 4. 2010-2019 - período que dá segmento às conquistas feitas a partir da fase anterior, englobando as novas estratégias patrimoniais especialmente a partir da criação do Plano Municipal de Cultura (decênio 2010-2020), que é base para a implementação do Sistema Municipal de Cultura no município

e posteriormente o Sistema de Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto, a partir da legislação de 2016. Cada uma dessas fases será melhor apresentada a seguir, contemplando os aspectos de legislação, composição e funcionamento do Conselho, bem como quais foram os principais produtos da ação do órgão no período, especialmente os inventários e tombamentos de bens imóveis – foco principal deste trabalho.

### **2.2.1. 1967 a 1973 – A instituição da legislação, as primeiras intenções de proteção e as inclinações ao modelo tradicional de preservação**

Segundo Espírito Santo; Registro (2002), a primeira alusão sobre patrimônio na legislação de Ribeirão Preto foi no ano de 1967, através da criação do Conselho Municipal de Cultura (CMC), pela Lei nº 2002, promulgada pelo prefeito municipal Welson Gasparini (que se tornava o presidente deste Conselho através do artigo 3º), cuja finalidade principal era definida por “contribuir para a elevação do patrimônio e a mobilização constante das potencialidades culturais da cidade”. De acordo com esta lei, o Conselho deveria ser formado por comissões, dentre elas a Comissão do Patrimônio Histórico, Cultural e

Esportivo, e dentre as competências gerais do CMC previstas no artigo 14 da lei, cabe destacar o dever de “cooperar para a defesa e preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do município”.

Não foram encontradas informações de atuações efetivas em relação ao patrimônio municipal entre a publicação da Lei de 1967 até a seguinte, que trata diretamente da área em questão.

De fato, a primeira lei que institucionaliza a preservação em Ribeirão Preto -SP foi criada em 01 de setembro de 1971, pois anteriormente a questão do patrimônio era mencionada como uma vaga alusão à necessidade de conservação. A Lei nº 2508/71, promulgada pelo prefeito Antônio Duarte Nogueira, cria o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do Município, diretamente subordinado ao Departamento de Cultura e Esporte, “tendo por finalidade o cumprimento das atribuições previstas nos artigos 4º, item III, e 124 da Lei

---

<sup>17</sup> Art.4 – III -prover sobre a defesa da flora e da fauna, assim como dos bens e locais de valor histórico, artístico, turístico ou arqueológico.  
Art.124 - As áreas, locais, prédios e demais bens declarados de interesse histórico, artístico, arqueológico, monumental ou turístico, ficarão sujeitos

Orgânica dos Municípios do Estado de São Paulo (Decreto-Lei Complementar nº 9 de 31/12/1969)<sup>17</sup>, bem como demais encargos dessa natureza, emergentes da legislação federal e estadual (ESPÍRITO SANTO; REGISTRO, 2002, p.3).

O Conselho é criado (Lei nº 2508/71) com a seguinte função principal:

Art. 2º, Lei nº 2508/71 - Competirá ao Conselho de todas as medidas para a defesa dos bens e locais de valor histórico e cultural, cuja conservação se imponha em razão de fatos históricos memoráveis, de seu valor folclórico, artísticos, documental, bem como dos recantos paisagísticos que mereçam ser preservados (RIBEIRÃO PRETO, 1971).

A composição deste começa formada por cinco membros, exigindo idoneidade e notórios conhecimentos relativos às finalidades do órgão. Estes seriam representantes das entidades do Departamento de Cultura de Cultura da Municipalidade; Associação dos Engenheiros de Ribeirão Preto; Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto;

as restrições de uso, conservação e disponibilidade estabelecidos pelo Estado (SÃO PAULO, 1969).

Escritório de Planejamento e Coordenação do Município. Os membros deveriam ser escolhidos pelo Prefeito e teriam mandado de dois anos, podendo ser renovável.

Após a publicação da lei e a formação do Conselho, foram então promulgadas as primeiras leis que dispuseram sobre proteção especial de bens de valores históricos e artísticos, delegando ao Conselho a autorização para alterações.

Os primeiros bens a serem protegidos em Ribeirão Preto, seguindo a legislação, obtinham o seu resguardo através do reconhecimento do seu Valor Histórico e Artístico para o município, amparados por leis individuais específicas, como no caso do primeiro bem a obter esse reconhecimento: Theatro Pedro II (através da Lei nº 2.764, de 08/06/1973), um bem considerado como cartão postal da cidade, de arquitetura eclética de referências europeias, inaugurado em 1930, tornou-se o terceiro maior teatro de ópera do Brasil como símbolo do poder aquisitivo da era da industrialização e comércio chegada na cidade após o declínio cafeeiro.

A partir do exposto, nesse período, é possível identificar que, tanto a Composição do Conselho como as primeiras intenções de proteção dos bens refletem que as decisões tomadas na época foram baseadas, em suma, por uma visão técnica e elitizada, vinculada à administração municipal, remetendo ao modelo tradicional da preservação.

### **2.2.2. 1974-1993: A influência dos avanços sobre o tema da preservação, os avanços substanciais na legislação e as inclinações para a prática do modelo de conservação**

A legislação patrimonial do município foi se atualizando, em conformidade com as discussões internacionais, nacionais e estaduais dentro desse contexto, e em 31 de maio de 1974 é promulgada a Lei complementar nº 2.890, que tem como principais pontos: a sistematização das disposições quanto a defesa dos bens locais de valor histórico e artístico; a instituição da figura do Livro de Tombo; a ênfase da proteção também dos bens naturais e bens móveis; a explanação sobre qual forma dar-se-á o tombamento dos bens públicos ou privados – do tombamento compulsório e voluntário às notificações; a reafirmação a competência do Conselho de Defesa do Patrimônio quanto a fiscalização,



aprovação de reformas ou modificações dos bens tombados, bem como dos imóveis próximos ou na vizinhança do bem tombado, o estabelecimento e aplicação de multas, o cancelamento de tombamentos.

No mesmo ano, amplia-se a quantidade de entidades e representantes constituintes do Conselho, sendo incluídos a Ordem dos Advogados – Subseção Ribeirão Preto (OAB), Academia Ribeirão-pretana de Letras (ARL), Centro do Professorado Católico de Ribeirão Preto. E em seguida, é criado o Departamento de Defesa do Meio-ambiente, integrando a estrutura da Secretaria de Educação, Saúde e Bem-Estar Social, que também passa a fazer parte do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Ribeirão Preto, aumentando assim o número de conselheiros.

Tais acontecimentos refletem imediatamente nas intenções de proteção, que se abrem para além dos edifícios monumentais e isolados, voltando-se para sítios urbanos, como o antigo Pátio Ferroviário de Ribeirão Preto - SP, e a proteção do mobiliário urbano de algumas praças.

Percebe-se a intenção de englobar mais setores da sociedade civil organizada dentro do âmbito patrimonial e uma ampliação da visão dos bens passíveis de serem preservados, há uma abertura para novas “memórias”, como a dos ferroviários, por exemplo, ainda que prevaleça a visão tradicional de patrimônio, que contempla os bens de fatura erudita e monumental, novos segmentos sociais passam a ser representados pelos bens tombados.

Identifica-se uma política aplicada aproximada às narrativas adotados pelo modelo de conservação, mencionados no capítulo anterior, onde há a ampliação da visão do patrimônio, sobretudo incluindo conceitos do patrimônio urbano, porém, ainda distanciado da participação de muitos setores sociais interessados ao tema.

Acredita-se que, para se afastarem desse panorama ainda restritivo, em 23/07/1981 é criada a Fundação Cultural de Ribeirão Preto, através da Lei nº 3948, vinculada à Secretaria de Educação e Cultura, onde, segundo seu artigo 3º: “terá por finalidade a preservação e o incentivo das tradições culturais, através da administração de próprios

municipais de caráter cultural e o patrocínio de promoções da mesma natureza. ” (RIBEIRÃO PRETO, 1981).

Deverão vincular-se como órgãos de assessoramento à Fundação, dentre outros, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Ribeirão Preto e o Conselho Municipal de Cultura. E a partir desta, segundo seu artigo 17º “ficarão extintos todos os órgãos da Administração Municipal pertencentes ao organograma da Secretaria de Educação e Cultura e que estejam relacionados com o setor cultural.” (RIBEIRÃO PRETO, 1981).

Após algumas leis complementares, a Fundação foi extinta, através da Lei nº 4385, de 09/09/1983, sancionada pelo presidente da câmara Sebastião Rezende de Oliveira, tendo por fundamento a sua inviabilidade como órgão descentralizado da Administração Municipal, ficando assim restituídos os órgãos extintos (RIBEIRÃO PRETO, 1983).

Até então, a área cultural era restrita ao Departamento de Cultura vinculado às Secretarias de Esporte e Educação, e em 1984, a Administração Municipal, através da Lei nº 4.465, de 12/04/1984, delibera por estabelecer uma secretaria

específica para a área cultural, criando, enfim, a Secretaria Municipal de Cultura (RIBEIRÃO PRETO, 1984).

Conforme o Artigo 7º desta mesma lei, é criado Conselho Municipal de Difusão da Cultura e Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Ribeirão Preto, e segundo ESPÍRITO SANTO; REGISTRO (2002), a exemplo do ocorrido na década de 1960, são novamente fundidos os Conselhos de Cultura e Patrimônio, extinguindo os órgãos individuais Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Cultural do Município (criado pela Lei nº 2508/71) e Conselho Municipal da Cultura (criado pela Lei nº 2002/67; 3074/75). A este novo Conselho, composto por representantes das áreas de: Teatro; Cinema; Música; Plástica; Dança; Foto/Arte; Arquitetura; Literatura; Artesanato, cabia a elaboração de projeto cultural a ser desenvolvido pela Secretaria Municipal da Cultura e promover estudos para providências e medidas destinadas ao cumprimento de suas atribuições (referidas no artigo 1.º da Lei nº 2.508/1971 e a partir do artigo 8º da lei nº 4465/84) seus membros serão escolhidos pelo prefeito municipal, e seus mandatos serão de

dois anos e as reuniões deveriam ser feitas uma vez ao mês e guiar suas decisões através de votação.

Ainda em 1984, ao Morro do São Bento é dada proteção especial devido reconhecimento do seu valor como paisagem urbana, natural e notável. E nos anos seguintes são considerados de Valor Histórico e Artístico outros bens como a Biblioteca Altino Arantes, o Quarteirão Paulista, o Palácio do Rio Branco, os Remanescentes da antiga Fazenda Monte Alegre – edificações, o sistema viário e área verde - Museus Histórico e do Café - e a primeira tentativa de valoração do Solar Villa Lobos. Sendo estes bens - com exceção do Quarteirão Paulista, fruto de uma época posterior - representantes dos primórdios da cidade e sua expansão com bases na agricultura cafeeira e sua respectiva arquitetura colonial e eclética.

Em 05/10/1988 foi promulgada a nova Constituição Federal, que dedica em seu texto maior espaço para a área patrimonial, ampliando seus conceitos, visões e a aplicação de políticas voltadas à sua preservação e conservação. Segundo as autoras ESPÍRITO SANTO; REGISTRO (2002), a partir de então, são fortalecidas as atribuições do Poder Público

Municipal, bem como suas responsabilidades quanto a preservação do patrimônio cultural, destacando que entre as competências atribuídas aos municípios presentes no seu artigo 30º, inclui-se a promoção ao patrimônio histórico cultural e a defesa do meio ambiente.

Assim, a Lei Orgânica do Município de Ribeirão Preto, promulgada em 05 de abril de 1990, na Seção II, alude sobre a preservação dos documentos, obras e demais registros de valor histórico ou científico (item VIII, do art. 181); sobre a constituição do patrimônio cultural municipal (art. 182, itens I a V) e, que estes bens ficarão sob regime de proteção especial do Poder Público Municipal, na forma da lei (ESPÍRITO SANTO; REGISTRO, 2002, p.6).

A partir da Constituição de 1988 o tombamento (criado a partir do Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937) torna-se norma geral nacional, porém após publicação desta ainda levou um tempo para que as leis municipais de Ribeirão Preto fossem adequadas às novas regras estabelecidas, sendo assim, a alguns bens ainda foram aplicados os regimes de proteção baseados nas leis anteriores (1971; 1984), sendo o caso do Hotel Brasil (1991) e o Mercado Municipal (1993).

Espirito Santo; Registro (2002, p.6-7), destacam que ainda neste período foi criado o Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto, (Lei Complementar nº 130, de 02/07/1992) “com a finalidade de sistematizar a ação do poder público municipal sobre a documentação produzida, promovendo o recolhimento e proteção dos documentos e, criando o Museu de Arte de Ribeirão Preto – MARP.”

Tais acontecimentos refletem nos primeiros bens móveis a serem tombados no município sobre o texto de reconhecimento de “valor histórico e utilidade pública”, sendo eles o acervo dos jornais: “Diário da Manhã”, “A Tarde” e “A Palavra” (1992).

A partir de 1993, seguindo as novas ampliações conceituais e buscando a adequação às novas orientações e medidas da já mencionada Constituição de 88, começa-se a discutir a elaboração de uma nova legislação patrimonial para o município, o que desaguará na Lei de 1996, tratada a seguir.

De forma geral, neste período, tiveram seu reconhecimento como valor histórico, arquitetônico, artístico ou cultural, em escala municipal, cerca de cinco bens imóveis,

sendo estes: a Biblioteca Altino Arantes (1984), Quarteirão Paulista (1985), Cemitério da Saudade – primeiros túmulos (1986), Palácio do Rio Branco (1988), Remanescente da Antiga Fazenda Monte Alegre - Museu Histórico e Museu do Café (1988), Hotel Brasil (1991), e três bens móveis: Acervo dos jornais: “Diário da Manhã”, “A Tarde” e “A Palavra” (1992).

Ainda entre este período, outros bens são considerados de valor histórico e cultural pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo - CONDEPHAAT e são tombados em escala estadual, sendo o caso do Teatro Pedro II (1982), da Estação Barracão (1982), Ainda houve a tentativa municipal de tombamento do Solar Villa-Lobos – Casa Caramuru (1986), mas esta foi declarada inconstitucional, sendo o imóvel tombado posteriormente, em escala estadual, em 1988.

Apesar das visíveis ampliações da visão patrimonial e da cultura do município, de uma abrangência maior de setores da sociedade civil na participação desse enredo, sendo possível observar a influência das evoluções conceituais entre a prática da preservação tradicional e as inclinações para uma prática mais abrangente da conservação, o Conselho ainda segue sua

estrutura com a maioria dos membros vinculados à Administração Municipal, e membros de grupos fortemente organizados representando classes mais altas da sociedade ribeirão-pretana. Tal formação estabelece em uma visão política e elitizada, que abrange poucos setores interessados no patrimônio cultural do município, somado ao fato da valorização do monumento excepcional, enraizada na visão patrimonial do país, acaba por refletir a salvaguarda apenas de bens imóveis representantes de uma cultura onde se é considerado o valor apenas daqueles bens representantes da chamada arquitetura maior. No caso de Ribeirão Preto, isso é representado, sobretudo, pela herança do seu auge cafeeiro e das construções coloniais e ecléticas derivadas desse período, seguidas pelas construções religiosas e industriais, estas em última instância que, pode-se dizer que deram continuidade a hegemonia da arquitetura excepcional após o declínio da economia do café, cabendo destacar que a maioria desses bens que tiveram as intenções de proteção desse período são de propriedade pública, refletindo as dificuldades na inserção dos bens dos privados, dadas os fatores já mencionados no capítulo anterior sobre o direito de propriedade. Concluindo-se nessa análise ao primeiro período das políticas públicas

patrimoniais de Ribeirão Preto –SP, que estas seguiram os modelos de preservação e conservação, ainda que com visíveis avanços, sem englobar uma representatividade maior dos vários estratos que compõem a sociedade ribeirão-pretana.

### **2.2.3 – 1993 – 2010: A adequação da legislação a partir da Constituição Federal de 88, a criação da Política Pública e o Plano Municipal de Cultura em 2002, os avanços no Patrimônio Imaterial e as inclinações ao modelo de Governança Participativa/Deliberativa**

Segundo Espírito santo; Registro (2002) durante o ano de 1993,

Entre as políticas públicas deflagradas pelo Executivo Municipal, estava a criação e/ou fortalecimento dos Conselhos Municipais. Além disso, estava residindo na cidade a Delegada do IBPC (Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural), arqueóloga Maria Lúcia Franco Pardi, que em visitas constantes a sede do Arquivo Histórico (na ocasião instalado no mezanino da Casa da Cultura), propôs para a então Diretora do Arquivo, Maria Elízia Borges a realização de um encontro municipal sobre patrimônio cultural, com o objetivo de chamar e estender a discussão sobre a preservação do patrimônio e a necessidade de criação de um Conselho de Patrimônio para toda a comunidade, estudantes e sociedade civil

organizada. Em 06 de maio de 1993, foi realizado no auditório da Casa da Cultura o Debate: Patrimônio Cultural do Município de Ribeirão Preto, promovido pela Secretaria Municipal da Cultura (ESPÍRITO SANTO; REGISTRO, 2002, p.7).

Na ocasião foram ministradas palestras acerca do tema, tanto em âmbito geral, como focadas no contexto patrimonial do município, incluindo casos de bens ribeirão-pretanos.<sup>18</sup>

De acordo com as autoras, a partir deste encontro foi organizado um Grupo de Trabalho, integrado inicialmente pelos funcionários das Secretarias Municipais<sup>19</sup>, representante do IBPC<sup>20</sup>, do IAB<sup>21</sup>, da Associação de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Ribeirão Preto<sup>22</sup> e da Associação Cultural e

Ecológica Pau Brasil<sup>23</sup>, com o objetivo de desenvolver trabalhos de pesquisa e propor minuta de lei para a recriação do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto.

Este Grupo de Trabalho, integrado posteriormente por José Antônio Lanchoti (da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento), reuniu-se sistematicamente durante os anos de 1993 e 1994. Neste período foram promovidos o levantamento da legislação federal, estadual e municipal sobre preservação do patrimônio, a partir do que se elaborou uma minuta de lei que foi encaminhada em 1995 para o IPHAN e CONDEPHAAT para apreciação. Após as apreciações destes órgãos foi elaborado o projeto de lei n. 1417, que foi encaminhado em 01 de agosto de 1996 para a Câmara Municipal, pelo Prefeito Municipal Antônio Palocci Filho (ESPÍRITO SANTO; REGISTRO, 2002, p.9).

---

<sup>18</sup> Coordenação da Mesa: Maria Elízia Borges – Diretora do Arquivo; · A Questão Legal do Patrimônio Cultural do Município – Feres Sabino/ Secretário dos Negócios Jurídicos; · Projeto da Fundação e a Formação de Conselhos Municipais - Gilberto Andrade de Abreu- Secretário da Cultura; · Situação do Meio Ambiente – Paulo Ferraz da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Simone Kandratavicius da Associação Cultural e Ecológica Pau Brasil; · Patrimônio Arquitetônico do Município – Valéria Valadão/ Presidente do IAB-Ribeirão Preto; · Realidade do Museu Histórico – André Bordini/ Diretor dos Museus; · O Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto – Tânia Registro/Historiadora; · Patrimônio Edificado – José Saia Filho/ Arquiteto do IBPC (atual IPHAN); · Patrimônio Documental -

Carlos Cerqueira/ Historiador do IBPC (atual IPHAN); · Patrimônio Arqueológico e Patrimônio Ambiental - Maria Lucia Franco Pardi/ Arqueóloga do IBPC (atual IPHAN).

<sup>19</sup> Marília Rodrigues, Sérgio Lago, Maria Elízia Borges e Tania Cristina Registro (Secretaria da Cultura), Maria Helena Cividanes (Secretaria dos Negócios Jurídicos), Milton Gonçalves de Almeida (Secretaria de Obras e Serviços), Kátia Maria Vieira (Diretoria de Obras Particulares)

<sup>20</sup> Maria Lúcia Franco Pardi.

<sup>21</sup> Valéria Valadão.

<sup>22</sup> Maria Cecília Baldochi Medeiros.

<sup>23</sup> Simone Kandratavicius.

Cabe aqui um adendo que entre o período de trabalho do grupo, antes da publicação da Lei de 1996, foram considerados como bens de Valor Histórico e Artístico a Sede da CIA Nacional de Estamparia (Cianê) - antiga Indústria Matarazzo (1994); e houve o tombamento estadual pelo CONDEPHAAT dos Remanescentes da antiga Fazenda Monte Alegre – Edificações, Sistema Viário e Área Verde (1994), e do Quarteirão Paulista e Praça XV de Novembro (1994).

Em andamento ao projeto de lei encaminhado em 1995, segundo Espírito Santo; Registro (2002), este foi aprovado em discussão única em 16 de setembro de 1996. E em 04 de novembro de 1996 é sancionada pelo prefeito Antônio Palocci Filho a Lei nº 7521/96, que dispõe sobre a criação, junto a Secretaria da Cultura, do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Ribeirão Preto e dá outras providências. Esta lei revoga a lei 2508/71. De imediato, vê-se a modificação no nome do órgão, que passa de Conselho de Defesa para Conselho de Preservação, e mantém-se somente a denominação do Patrimônio Cultural, e não mais do histórico

e cultural – criando o CONPPAC-RP, que ainda preserva esta denominação atualmente (RIBEIRÃO PRETO, 1996).

A nova legislação dá uma abrangência e maior autonomia ao Conselho, determina o seu caráter consultivo deliberativo encarregado de representar a comunidade e assessorar o Poder Público Municipal em assuntos referentes a preservação do patrimônio cultural do município de Ribeirão Preto.

Destaca-se os tombamentos deverão ser orientados pelo Corpo Técnico de Apoio, (Art. 27º da Lei 7521/96), subordinado ao Conselho, formado por membros das Secretarias pertinentes<sup>24</sup>, o qual deverá fornecer subsídios técnicos necessários para suas deliberações.

Inclui-se maior participação civil, cabendo destacar a ampliação do Conselho para inclusão de membros do conjunto das Instituições de Ensino Superior instaladas em Ribeirão Preto; mas sobretudo da FABARP - Federação das

---

<sup>24</sup> Secretaria de Planejamento e Gestão Ambiental, Secretaria da Cultura, Secretaria de Infraestrutura, Procuradoria Geral do Município, Secretaria de Governo e Secretaria da Fazenda (RIBEIRÃO PRETO, 1996).

Associações de Bairro de Ribeirão Preto, o que representa uma participação de grupos sociais mais diversificados.

O Conselho deveria eleger uma diretoria formada por um presidente e dois secretários, sendo o primeiro mandato dos membros de três anos e posteriormente de dois anos.

Os primeiros Conselheiros foram nomeados pela Portaria nº 1.979/1996 e cuidaram, principalmente, da elaboração de uma minuta do Regimento Interno do Conselho (Inciso XII do Artigo 2º). A primeira diretora foi a arquiteta Valéria Valadão, que cumpriu o mandato até o ano de 1999. (ESPÍRITO SANTO; REGISTRO, 2002).

Com a ampliação da visão internacional, nacional, e estadual, a legislação municipal se adequou no quesito sobre o que era considerado como bem patrimonial: “Bens e locais de valor histórico-cultural, cuja conservação se imponha em razão de fatos históricos memoráveis, de seu valor folclórico, artístico, arqueológico, arquitetônico, museológico, ambiental, documental, bem como de recantos paisagísticos que mereçam ser preservados” (Lei nº 7.521/96, Artigo 12º), abrangendo mais categorias a serem preservadas e instituindo

que o órgão deveria manter um conjunto de registro dos seus bens, conforme seu Art. 14º:

Com base nas diferentes categorias de bens preservados, o CONPPAC-RP manterá um conjunto de registros de cunho antropológico (arqueológico, etnológico, etc); patrimônio edificado; bens móveis e integrados; documental; natural; afetivo; dentre outros como: coleções fechadas, bens artísticos e folclóricos, iconográficos, bibliográficos, peças isoladas, documentos raros, mapas, cartas, etc (RIBEIRÃO PRETO, 1996).

A nova legislação institucionaliza a participação popular nas reuniões do Conselho, dispondo no seu Artigo 11º que a todo cidadão será garantido acesso às reuniões e assembleias do CONPPAC-RP, com direito a palavra e sem direito a voto. E reafirma em seu Artigo 18º que os pedidos de abertura de tombamento também podem ser feitos por qualquer interessado (RIBEIRÃO PRETO, 1996).

Cabe destacar que essa nova legislação detalha como deve ser realizado o processo de tombamento de um bem e suas disposições, confirmando-o como o instrumento principal



na salvaguarda dos bens, fato que se reafirma nas políticas de proteção da cidade ao longo dos anos<sup>25</sup>.

Nesse período o CONPPAC-RP estava se estruturando, assim como mencionado anteriormente, essa gestão teve como foco elaborar seu regimento interno, para que pudesse dar continuidade ao seu trabalho, porém as autoras destacam que este ainda não foi constituído como um documento finalizado. Acredita-se que, decorrente disso não foram encontrados registros de aberturas ou discussões de processos de tombamento de bens específicos. E em 2001, há a necessidade de mudanças para, além do fortalecimento do Conselho e seu Corpo Técnico, a adequação da Lei de 1996 à nova estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto (Lei Complementar nº 826/1999), destacando-se que essa também institui a Divisão de Preservação Histórico-Cultural<sup>26</sup> (item 2, do inciso II, do artigo 16), órgão

---

<sup>25</sup> Tal fato se reafirma ao longo dos anos nas políticas patrimoniais da cidade, conforme pode ser destacado em análise do Plano Municipal de Cultura de 2010: “O tombamento é a forma mais conhecida e mais utilizada de proteção legal ao patrimônio cultural, caracterizado como um ato administrativo que submete bens ou coisas, públicas ou privadas, a um regime especial de proteção”. (RIBEIRÃO PRETO, 2010, p.28)

executivo subordinado à Secretaria Municipal da Cultura com o objetivo de assessorá-la nas questões de patrimônio histórico e cultural do município, idem ao assessoramento e acompanhamento do CONPPAC-RP.

No início de 2001, por iniciativa da Secretaria Municipal da Cultura, do Vereador Prof. José Antônio Lages e do Ministério Público, foram realizadas reuniões de trabalho, visando a reativação e fortalecimento do Conselho. Em maio deste mesmo ano foi encaminhada solicitação de avaliação da Lei n. 7521/96 para a Procuradoria do Município, dadas as mudanças ocorridas na estrutura da organizacional PMRP, principalmente no que refere a nomenclatura das Secretarias Municipais (como exemplo a Secretaria de Meio Ambiente fora fundida a Secretaria de Planejamento, passando a denominar-se Secretaria de Planejamento e Gestão Ambiental) (ESPÍRITO SANTO; REGISTRO, 2012, p.9-10).

<sup>26</sup> Passa a ter a denominação de “Divisão de Patrimônio Cultural” a partir do Art.7º da Lei Complementar 2799/2016). Destaca-se que esta, dentre outras funções definidas a partir do item I do Art.7º tem a função de “propor e assessorar o CONPPAC-RP quanto às diretrizes, aos critérios e às normas para a identificação, proteção e promoção dos bens culturais, de forma a garantir sua preservação e usufruto presente e futuro pela sociedade; (RIBEIRÃO PRETO, 2016).

Em 2001 são nomeados os primeiros membros do Conselho e a primeira reunião ocorre em março do ano seguinte.

A partir da modificação da lei 7521/96, adequando-a a nova estrutura da PMRP, foram nomeados os membros do Conselho, através da Portaria n. 2061, de 26 de dezembro de 2001. No dia 18 de março de 2002 foi realizada a primeira reunião e, em solenidade presidida pelo Prefeito Municipal, em 18 de abril, foi dada posse oficial aos novos Conselheiros (ESPÍRITO SANTO; REGISTRO, 2002, p.10).

Como primeiro ato relativo a processo de tombamento de um bem específico (após a nova legislação), esta diretoria<sup>27</sup> encaminhou ao Prefeito Municipal o pedido de tombamento do prédio da antiga Casa de Câmara e Cadeia<sup>28</sup>, este que ao final do seu processo em 2004, foi o primeiro bem a ser inscrito no Livro do Tombo do município.

Espírito Santo; Registro salientam que:

---

<sup>27</sup> Neste período foram eleitos Maria Cristina Manzano como presidente, Cláudio Bauso como 1º Secretário e Claudia Maria Ferreira Perencin como 2ª Secretária.

<sup>28</sup> Edificação de 1904, foi uma das primeiras instituições penais da cidade de Ribeirão Preto, manteve-se preservado, com algumas adequações e modificações, tornando-se aparentemente mais simples que o original. Atualmente abriga o 1º Distrito Policial de Rib. Preto. Seu processo de tombamento foi aberto em 2002, a qual, posteriormente, através do Decreto

O período foi caracterizado por discussões de posturas e intervenções do Conselho frente aos fatos de demolições, destombamentos realizados pela Câmara Municipal, ausência de membros e de um regimento interno satisfatório. A crise interna do Conselho ainda em formação acarretou em problemas no avanço na aplicação dos princípios da lei de sua criação, (ESPÍRITO SANTO; REGISTRO, 2002, p.10).

Em sequência, as autoras ESPÍRITO SANTO; REGISTRO (2002) destacam um pedido de demissão de membros da diretoria e uma nova eleição<sup>29</sup> já em julho do mesmo ano. Sob a atuação desta ESPÍRITO SANTO; REGISTRO (2002) observam que:

Diante do total desconhecimento dos procedimentos documentais, essa diretoria atuou no sentido de organizar o fluxo documental dos processos e pedidos de tombamento, pesquisas em conselhos semelhantes, levantamento das legislações atuais, participação em audiências

municipal nº 60, de 17/03/2003, constitui Patrimônio Cultural e Artístico de Ribeirão Preto, tendo seus tombamentos provisório e definitivo finalizados em 2004, sendo o primeiro bem a ser inscrito no Livro do Tombo do Município.

<sup>29</sup> Cláudio Bauso eleito como Presidente, Sílvia Maria do Espírito Santo como 1ª Secretária e Claudia Maria Ferreira Perencin como 2ª Secretária.

públicas para negociação de verbas compensatórias a partir da destruição de bens culturais, organização do conselho e de uma sede (ESPÍRITO SANTO; REGISTRO, 2002, p.11).

Nesse mesmo período, apresentando-se como um marco nas políticas municipais, há a criação da Política Pública de Cultura para o município de Ribeirão Preto-SP, esta que objetivava a integração entre os vários setores envolvidos com a área cultural e a sua descentralização e democratização. As ações destas deveriam ser permeadas pelo Plano Municipal de Cultura de Ribeirão Preto, publicado em 2002<sup>30</sup>. As diretrizes para tal período apresentam grande preocupação no acesso à cultura e a difusão destes para todas as áreas da sociedade, como expresso na intenção da informatização do Arquivo Público e Histórico. Na área específica ao patrimônio, objetiva-se a manutenção e execução de reformas nos prédios históricos sob a guarda da Secretaria da Cultura afim de melhorar as condições para a realização de projetos culturais nos mesmos; no patrimônio imaterial há o fortalecimento das manifestações culturais relacionadas ao carnaval no município,

os festivais e os festejos oficiais; e sobretudo, o fortalecimento do Conselho de Cultura e do CONPPAC-RP, para melhorar seu funcionamento e assegurar o objetivo acima mencionado da democratização e participação da sociedade da estruturação da política cultural do município.

No ano seguinte, 2003, o CONPPAC-RP abre quatro processos de tombamento (APÊNDICE 2.1 – Quadro 1). Em análise a estes primeiros bens, infere-se que estes constituem uma abrangência na valoração da arquitetura industrial e ferroviária no município, iniciada anteriormente de forma limitada, refletindo as discussões conceituais presentes no cenário patrimonial como um todo, uma vez que as ações patrimoniais anteriores estavam quase que exclusivamente voltadas à arquitetura considerada excepcional no município.

Por consequência da inserção nesses avanços e as novas diretrizes públicas, através da análise ao andamento dos processos, pode-se concluir que, a partir de 2004 (APÊNDICE 2.2 - Quadro 2) começa-se a realizar os tombamentos de

---

<sup>30</sup> Não se conseguiu acesso a este documento, devido a isso, as informações apresentadas baseiam-se nas leis consultadas que se

destinam a cultura nesse período (9611, 16/08/2002), e as menções a este Plano de 2002 presentes na sua revisão em 2010, tratada adiante.

acordo com estes e a nova legislação (1996), incluindo-se os primeiros bens no livro do tombo e o perceptível aumento de movimentação nessa área.

Nesse ano são abertos mais treze processos - destaca-se nesse período a abertura de processos de tombamento referentes às avenidas, parques e praças, além de deliberações para tombamentos provisórios e definitivos de bens do período cafeeiro, ferroviários e industriais.

Destaca-se também que nesse período, há inclusão e andamento de processos de três bens ecléticos de propriedade privada – os aqui denominados casarões dos barões do café: Palacete Albino de Camargo Neto; Solar Francisco Murdocco; Palacete Jorge Lobato, os quais serão analisados de forma mais detida no capítulo 3.

Cabe ressaltar que também em 2004, o Mercado Municipal foi considerado como ponto turístico da cidade através da Lei nº 10.250, de 08/11/2004 (RIBEIRÃO PRETO, 2004).

Novas eleições foram feitas para gestão do CONPPAC-RP entre os anos de 2005-2006, onde mantiveram-se os membros da diretoria e observa-se que nesse período há uma diminuição nas movimentações.

Entre os destaques, em 2005 (APÊNDICE 2.3 – Quadro 3), há a inclusão e andamento do processo de tombamento do Palacete Camilo de Mattos e a resolução sobre o tombamento definitivo de uma edificação industrial privada (Antiga Algodoeira Matarazzo) como um todo, porém este é revogado posteriormente e são tombados somente alguns de seus elementos remanescentes (2007), já apontando aqui para, além de um possível embate à proteção de imóveis de propriedade particular, a revogação, alteração e adequação das intenções de salvaguarda mediante à iniciativas contrárias de alguma forma.

Em análises aos processos abertos no ano seguinte, 2006 (APÊNDICE 2.4 – Quadro 4) observa-se que há uma visão de se começar a incluir aos tombamentos, bens considerados do período moderno no município (Mercado Municipal – que anteriormente foi considerado como ponto

turístico da cidade; e um Conjunto de Obras de Bassano Vaccarini).

Ainda neste ano, nota-se a intenção de interferência política mais direta nas decisões do Conselho, segundo a ata de 07/03/2006 (APÊNDICE 1), o Conselho explana a iniciativa do vereador Marinho Sampaio que propõe um projeto de lei complementar à lei 7521/96 que visa inserir a Câmara Municipal no Conselho e em seu Corpo Técnico de Apoio (CTA), estabelecendo a necessidade de referendo da Câmara Municipal nos tombamentos e convênios para a preservação do patrimônio e restringe o pedido de tombamento apenas ao proprietário e ao CTA, destituindo este direito do cidadão comum. Em resposta opositiva, o presidente do Conselho afirma que o vereador em questão provém do Distrito de Bonfim Paulista e esta proposta vem em retaliação ao pedido de tombamento deste sítio. Destaca-se que o presidente obteve o apoio de outros conselheiros que consideram esta proposta inconstitucional.

Apesar da oposição do Conselho, em 11/05/2006, é sancionada a Lei nº 2006, pelo então presidente da Câmara

Municipal Sílvio Martins, tendo como aprovada a proposta mencionada. A partir desta, é acrescido mais um inciso ao artigo 3º da Lei de 1996, o qual insere a participação da Câmara na composição do Conselho. No que diz respeito ao Artigo 21º, que delibera sobre as decisões acerca dos tombamentos dos bens “somente serão possíveis, após deliberação do Poder Legislativo Municipal”. E no Artigo 27º, inclui-se representante da Câmara Municipal no Corpo Técnico de Apoio (RIBEIRÃO PRETO, 2006).

Tal fato demonstra claro embate entre o Conselho e a Câmara dos Vereadores, onde há descontentamento, sobretudo, ao que diminui a autonomia deste, sendo suas decisões submetidas ao voto do legislativo, além da sanção do prefeito municipal e elaboração de decreto assinado por este para a validação oficial dos tombamentos. Por outro lado, a Câmara parece requerer mais poder de decisão política sob os processos de salvaguarda e os bens que deverão ou não ser protegidos, ficando clara a pressão e o jogo de interesses nesse contexto.

Como resultado do exposto, a partir e baseadas pela Lei Complementar nº 2006 referida, houve duas revogações de decretos (Lei 148 de 18/06/2007) de tombamentos que foram feitas antes da aprovação da Câmara, sendo os tombamentos feitos pelos Decretos nº 141 e nº 142, respectivamente o Palacete Joaquim Firmino e o túmulo Veiga Miranda no Cemitério da Saudade (Cabendo destacar que ambos foram tombados novamente seguindo a nova legislação, Decreto nº 119 e nº 120 de 2008), demonstrando o poder da deliberação política para o impedimento, revogação ou alteração de processos.

Durante esses embates, novas eleições do CONPPAC-RP são feitas, tomando posse como presidente o membro da OAB Antônio Gilberto Pinhata.

Acredita-se que, como consequência direta destes embates entre a Câmara e o Conselho e a eleição de uma nova diretoria, no ano de 2007 (APÊNDICE 2.5 – Quadro 5) foi aberto somente um novo processo de tombamento, onde este desagua em uma Lei de preservação municipal da Antiga Cervejaria Paulista e não a um tombamento. Nesse sentido,

cabe destacar que tal imóvel foi desativado no início dos anos 2000, com a alegação de alto custo de operação e sua modernização exigiria muito investimento. E em 2006/2007 o grupo Fomento Econômico Mexicano S.A. (FEMSA) adquiriu boa parte das cervejarias Kaiser, esta que no mesmo ano cedeu em regime de comodato as instalações do prédio da antiga Cervejaria Paulista para a São Paulo Film Commission, mantenedora dos Estúdios Kaiser de Cinema, para a implantação do seu centro de produção audiovisual e para o desenvolvimento de atividades culturais na cidade. Foram realizadas obras de restauro e adequação por parte do Governo Estadual, pela Prefeitura Municipal e pelo setor da construção civil de Ribeirão Preto. Acredita-se que a adoção de uma Lei de Preservação e não um tombamento propriamente dito, responde justamente a esses interesses.

É também o caso de mais uma edificação que teve seu tombamento definitivo revogado nesse ano, a Antiga Algodoeira Matarazzo, sendo este revisto no mesmo ano e adequado ao tombamento dos seus elementos remanescentes, conforme citado anteriormente. Após a desativação da indústria, o local passou a ser de propriedade

da Igreja Internacional da Graça de Deus, que pretendia construir um templo ali, e que, a partir do artigo da lei de tombamento que permitia que um projeto pudesse ocupar todo o terreno, desde que fossem preservadas a fachada, treliças e frontão, houve então a demolição de 75% do prédio em 2008.

Cabe destacar como ponto muito importante da trajetória do CONPPAC, que neste período é instaurada uma CPI, que investiga as ações do Conselho. Esta é aberta pela própria Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto contra o CONPPAC com o visível apoio dos proprietários dos imóveis tombados, demonstrando suas insatisfações. De acordo com reportagem do jornal A Tribuna de Ribeirão Preto, em julho/2007, esta CPI da Casa Civil de Rib. Preto investiga sobre possíveis irregularidades do CONPPAC, onde o Secretário da Casa Civil alega que vários processos de tombamento não têm parecer há anos. Diz ainda desconhecer o Livro do Tombo e o regulamento interno do Conselho.

Aponta-se que precedente a esta CPI, também houve uma reunião na Câmara Municipal sobre o tema em questão, onde o próprio presidente no Conselho, na época, Claudio Bauso, foi impedido de ter a palavra. Em setembro/2007, O

Presidente da CPI se reúne com ex-presidente do CONPPAC e também com o então Secretário da Cultura (Vicente Seixas), com proprietários Maria Lúcia de Camargo Junqueira Reis (Palacete Albino de Camargo Netto) e Mário Murdocco (Solar Francisco Murdocco). O secretário da cultura questionou o CONPPAC sobre não haver documentação sustentáveis para os processos de tombamento.

Em outubro/2007, destaca-se o Relatório Final da CPI do CONPPAC, este recomenda que a prefeitura recomece da estaca zero os 28 processos de tombamentos de imóveis históricos. Segundo a CPI, dos 29 processos que tiveram acesso, somente 1 foi realizado de forma regular. A reunião foi concluída com o parecer de que “não existe uma previsão de sustentabilidade para o tombamento de imóveis.” (RIBEIRÃO PRETO, 2018 - Jornal A Gazeta de Ribeirão Preto, 2007).

O jornal A Cidade de Ribeirão Preto aponta em novembro/2017 que “A CPI responsabiliza a prefeitura e o CONPPAC pela falta de cultura voltada para o patrimônio e para o município de uma maneira geral. Diz ainda que não existe Livro do Tombo para registro dos bens tombados e que

também não existe um inventário com todos os imóveis de valor histórico.

De maneira geral, a CPI concluiu que, dentre as inúmeras irregularidades no CONPPAC, medidas corretivas deveriam ser tomadas e, dentre elas, a necessidade de revisão de todos os processos de tombamento: os proprietários deveriam ser ouvidos nas reuniões do Conselho, que seriam analisados os fatores de sustentabilidade para o tombamento de imóveis, bem como um leque de propostas deveriam ser apresentadas aos proprietários envolvidos nesses mesmos processos de tombamento.

Tais fatos apontam para os grandes embates na área patrimonial dentro do próprio Poder Público, tanto pela falta de apoio ao Conselho pela Prefeitura, a ineficiência de algumas gestões e a pressão por parte da iniciativa privada.

Acredita-se que, como decorrer da CPI mencionada, ainda durante a gestão do CONPPAC-RP de 2007-2008, foi elaborado um Projeto de Lei Complementar nº 482/2007, e a partir dele é sancionada nova legislação nº 2.211, de 30/08/2007, dispondo sobre o órgão e suas competências,

revogando a lei de 1996, alegando inconstitucionalidades desta.

Suas competências permanecem as mesmas da última legislação e suas leis complementares, tendo algumas modificações na composição do Conselho, mas especificadamente devido a novas nomenclaturas e unificações ou separações de Secretarias.

Em relação à Instituições e Associações componentes do CONPPAC-RP, percebe-se a continuidade da intenção de uma maior participação popular, onde inclui-se a Fundação Dom Pedro II; e Organizações do terceiro setor, reconhecidas como de utilidade pública, que têm atuação cultural direta ou relacionadas com a área de Patrimônio Cultural.

Vale destacar o Artigo 16º desta lei, que reforça a necessidade da elaboração de ofício dos bens já tombados e dos próximos, uma vez que, em muitos casos, há a deliberação positiva para o tombamento de um bem, porém este fica



aguardando decreto oficial mediante a elaboração do prefeito municipal<sup>31</sup>.

A partir dessa legislação, adotam-se prazos para as etapas dos processos de tombamento, podendo destacar o prazo de caducidade de um ano entre o tombamento provisório e o tombamento definitivo, sendo tal obrigação base para a reabertura de processos ao longo dos anos.

Destaca-se uma mudança maior na composição do Corpo Técnico de Apoio, onde passa a especificar os membros de cada setor e as áreas relevantes para tal e incluem-se datas para a elaboração de laudos técnicos e o tempo limite de tramitação do processo em cada secretaria municipal pertinente à ação voltada a este, porém, em análise de alguns processos (destacados no próximo capítulo), verifica-se que nem sempre estes prazos são cumpridos.

Pode-se considerar que a maior “evolução” entre um texto e outro (em comparação as duas legislações) é a inclusão da preservação dos bens imateriais, ao passo que inclui:

Artigo 12 - Caberá ao CONPPAC/RP a adoção de todas as medidas para a preservação dos bens culturais materiais e **imateriais** de valor histórico-cultural, cuja conservação se imponha em razão de fatos históricos memoráveis, de valor folclórico, artístico, afetivo, arqueológico, arquitetônico, museológico, ambiental, documental, bem como de recantos paisagísticos que mereçam ser preservados (RIBEIRÃO PRETO, 2007).

A partir disso, a Lei Complementar nº 11.586, de 26/03/2008 autoriza o poder executivo a instituir o registro de bens culturais imateriais no âmbito do município de Ribeirão Preto, que deve ser feito em um dos livros do tomo: Livro de Registro dos Saberes; Livro de Registro das Celebrações; Livro de Registro das Formas de Expressão; Livro de Registro dos Lugares. Porém, apesar de instituída a política de patrimônio

---

<sup>31</sup> Sendo este o caso dos bens marcados com (\*) nos quadros do apêndice 2.

imaterial, na prática poucas ações foram empreendidas para o reconhecimento do patrimônio cultural imaterial da cidade<sup>32</sup>.

No que refere aos bens materiais, 2008 (APÊNDICE 2.6 – Quadro 6) caracteriza-se pela abertura de processos de tombamentos de bens religiosos e por ser o ano com a maior quantidade de tombamentos definitivos e a publicação de decretos oficiais dos processos que estavam parados anteriormente ou tiveram sua revogação, dentre eles alguns casarões ecléticos.

Em 2009, juntamente com uma nova gestão Municipal,<sup>33</sup> é eleita uma nova diretoria<sup>34</sup> do CONPPAC-RP, que se caracteriza sobretudo pela abertura do maior número de processos de tombamento (APÊNDICE 2.7 – Quadro 7), em comparação com demais anos analisados. Percebe-se a intenção de adequação das medidas de proteção à legislação,

---

<sup>32</sup> Dentro das fontes documentais consultadas e fornecidas pelo CONPPAC-RP, não se encontrou a existência de Livro de Registro, apenas o processo de Registro da AGRISHOW, aberto em 2009 e posteriormente impugnado e arquivado. Em análise a tal fato, pode-se concluir que isso pode partir tanto de uma falha na real criação deste Livro ou na falha da difusão das informações. Destaca-se que, em anexo à lei que institui o Registro, existem uma lei de 2012 e uma de 2014, que declaram como

visto a abertura de processos de tombamento municipal de bens mais antigos que já tinham leis de reconhecimento como de valor histórico, arquitetônico e artístico, a exemplo do Quarteirão Paulista; Palácio Rio Branco; Hotel Brasil; Antiga Fábrica das Indústrias Reunidas Matarazzo; Imóvel da Biblioteca Cultural “Altino Arantes”; Antigo Solar Vila Lobos- "Casarão da Caramuru" + Área envoltória da Chácara Villa-Lobos. Neste ano também se destacam a pluralidade de tipologias dos bens tombados, com representantes da arquitetura eclética, industrial, ferroviária, religiosa, além de bens móveis.

Essa gestão do Conselho segue até 2010, ano também da publicação do Plano Municipal de Cultura de Ribeirão Preto 2010-2020, como marco inicial das novas estratégias patrimoniais no município.

Patrimônio Cultural Imaterial do Povo Ribeirão-Pretano a Caminhada do Calvário (Lei 12.924 de 12/12/2012) e o Evento Esportivo de Futebol Come-Fogo (Lei 13.347 de 12/09/2014).

<sup>33</sup> Posse da nova prefeita Darcy Vera.

<sup>34</sup> Cláudia Morroni como presidente, Lilian R. de Oliveira Rosa como vice-presidente e Nainora Maria Barbosa de Freitas como 1ª secretária.

#### **2.2.4. O Plano Municipal de Cultura 2010-2020, as novas estratégias patrimoniais, a implementação do Sistema Municipal de Cultura, as inclinações à Gestão Democrática e, a atual legislação vigente (2016)**

Em 24/03/2010 foi publicada a Lei nº 12.253, instituindo o Plano Municipal de Cultura de Ribeirão Preto – exercício 2010-2020, que visava nortear as ações culturais da cidade. Segundo Adriana Silva (RIBEIRÃO PRETO, 2010, p.3), Secretária da Cultura na época, o plano foi pautado nas iniciativas anteriores, com a criação da Política Pública de Cultura do município e o plano elaborado em 2002, sendo esta publicação uma revisão deste, referendando as concepções já

---

<sup>35</sup> Além das várias ações e discussões mundiais acerca da política cultural como questão social básica citadas no Plano (a criação da ONU e da UNESCO; a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, México, em 1982; a Década Mundial do Desenvolvimento Cultural lançada pela Unesco em 1988 que desaguou na criação da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, o qual publicou, em 1966, o relatório Nossa Diversidade Criadora) “Em 2004, em Barcelona, no IV Fórum das Autoridades Locais no Fórum Universal das Culturas e em 2005, em Paris, durante a Convenção da Unesco sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, foram estabelecidas recomendações na Agenda 21 de Cultura, que na atualidade norteia, no mundo, as ações de políticas culturais, recomendações essas que norteiam também este PCM.” (RIBEIRÃO PRETO, 2010, p.6)

apresentadas e incluindo novas ideias, enquadrando-se nas novas discussões internacionais<sup>35</sup> e nacionais sobre o tema, sobretudo no que se refere “às expectativas do Governo Federal que vem implantando o Sistema Nacional de Cultura e espera a adesão dos Estados e Municípios que, para tanto, também precisam atuar como Sistema.”<sup>36</sup> Justifica-se assim sua elaboração, a necessidade de implementação de um Sistema Municipal de Cultura, e neste sentido pode-se dizer que o município está adiantando, uma vez que já possui alguns componentes chave desse Sistema: Secretaria da Cultura, Conselho Municipal da Cultura, Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural (CONPPAC-RP), Fundo de Gestão

<sup>36</sup> “O Sistema Nacional de Cultura é um sistema de articulação, gestão e promoção conjunta e coordenada de iniciativas, na área cultural, entre governos federal, estaduais e municipais, e destes com a sociedade civil, com o objetivo de implementar uma política pública de cultura democrática e permanente, visando o desenvolvimento do setor, com pleno exercício dos direitos e acesso às fontes da cultura nacional. O Acordo de Cooperação Federativa é um instrumento que estabelece condições institucionais e instrumentais para a implantação do SNC. Para que um município possa aderir ao Sistema junto ao Estado e à União o mesmo precisa estar consolidado enquanto Sistema Municipal de Cultura, precisando ter para isso: a) uma Secretaria Municipal à frente da gestão cultural; b) um Fundo-Pró Cultura para gestão financeira; c) Um Conselho Municipal de Cultura; d) Um Plano Municipal de Cultura e; e) realizado sua Conferência Municipal de Cultura.” (RIBEIRÃO PRETO, 2010, p.16)

Financeira, Plano Municipal e realizou sua Conferência Municipal de Cultura em 2005 e mais recentemente em 2010.

Com a revisão do Plano Municipal de Cultura que se deu a partir da interatividade de agentes culturais da sociedade civil e a votação pelo Legislativo da regulamentação dos instrumentos em consolidação com as propostas do Sistema, Ribeirão Preto se qualifica para atuar em parceria com o Estado e com a União em um processo de construção mútua em que as bases culturais saem fortalecidas, pela adesão da sociedade civil e pela ação presente dos entes federativos. (SILVA, 2010 in RIBEIRÃO PRETO, 2010, p.3).

O Plano traz como seus objetivos principais: Fortalecer as relações do poder público cultural com a sociedade civil – produtora ou expectadora da cultura; ampliar as relações entre os entes federativos considerando a responsabilidade de cada um no fazer cultural; permitir a elevação conceitual de cultura em Ribeirão Preto; e garantir democratização ao acesso cultural levando em consideração a importância desta iniciativa para a transformação social (RIBEIRÃO PRETO, 2010, p.6).

---

<sup>37</sup>As Conferências Municipais de Cultura que acontecem a cada 2 anos, colaborando com o debate entre o Poder Público e a Sociedade Civil; e os fóruns permanentes incluindo um sistema online. O Plano propõe reuniões semestrais organizadas pela Secretaria da Cultura ou encontros que podem

Como primeira proposta de ação cultural, o Plano propõe que toda Política Pública de Cultura realizada no município seja concebida a partir de levantamentos, análises, diagnósticos e prognósticos da produção cultural da cidade, e que seja criado um banco de informações e indicadores que embasem as tomadas de decisões dos governos, assim como estabelecido no Sistema Nacional de Cultura. (RIBEIRÃO PRETO, 2010, p.6)

O Plano adere a Cultura em uma visão política ampla de Estado, com o intuito de abranger todos os agentes e segmentos interessados ao tema e o estabelecimento de diálogo, integração e parcerias entre esses. Almeja-se o estabelecimento de uma Gestão democrática, devendo-se assegurar canais permanentes de debate e participação, por meio dos Conselhos, Fóruns, Conferências<sup>37</sup>. Além de permitir à Secretaria de Cultura firmar convênios e com outras instituições públicas ou privadas para a promoção da cultura em geral.

ser solicitados pelos cidadãos ou agentes por meio do Conselho de Cultura. (RIBEIRÃO PRETO, 2010, p.7).

Sobre a constituição, competência e responsabilidades dos Conselhos (Conselho de Cultura e o CONPPAC-RP) partindo dessa premissa, estes são constituídos de membros eleitos por meio da representatividade da comunidade (podendo esta ser questionada a qualquer momento pela sociedade civil), e cabe à estes conselhos consultivos deliberativos o acompanhamento das deliberações interagindo de maneira a contribuir no momento das decisões, numa parceria independente que fortalece as relações entre a sociedade civil e o poder público (RIBEIRÃO PRETO, 2010, p.7).

Em geral, as ações propostas buscam a transversalidade das políticas de cultura, permeando a democratização, acessibilidade, difusão e divulgação de informações, inclusão digital, profissionalização da sociedade civil, qualificação e especialização de profissionais envolvidos na área, educação patrimonial, sustentabilidade, recuperação de espaços e inserção destes na cidade, valorização das diversas manifestações culturais, dentre outros. Para tal:

As Políticas Públicas devem traçar seu planejamento estratégico de modo integrado com as políticas públicas da Educação, Assistência Social, Esportes, Turismo, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente, Saúde e os programas voltados à juventude, infância e idosos (RIBEIRÃO PRETO, 2010, p.9).

Busca-se também uma reestruturação da Secretaria da Cultura, tendo como base os ideais de formação, fomento e difusão. De tal forma que se possa alcançar os objetivos almejados a partir de uma estrutura funcional resultantes de um processo e não ações pontuais e isoladas, como se fazia anteriormente.

No que tange aos recursos financeiros, o plano explicita a pouca verba que a Secretaria da Cultura recebe, não chegando a 1,5%, sendo a maior parte repassada pela Prefeitura Municipal, somando-se com a entrada de recursos advindos de inscrições, cursos e estandes, e também de recursos da iniciativa privada que, indubitavelmente, são muito baixos. Fica claro que não há entrada de recursos advindos de Leis de Incentivo e da Parceria entre Estados e União, nesse momento e a maior parte dos recursos são gastos com folha de pagamentos, destacando que se destina somente 5,90% para Fundo, Obras e Reserva.

Ainda nesse quesito, o Plano explana sobre a Economia da Cultura, apontando as potencialidades contemporâneas brasileiras acerca dessa área, tendo o país grande vocação para fazer deste um vetor de crescimento e desenvolvimento (RIBEIRÃO PRETO, 2010, p. 26).

Especificadamente em relação ao patrimônio cultural, além de elucidar sobre alguns conceitos e as formas de preservação deste – destacando o tombamento como forma principal de proteção ao patrimônio material, seguido do inventário como instrumento de conhecimento e proteção - o Plano propõe um “Programa estratégico de proteção e promoção do patrimônio cultural material e imaterial”, onde englobam-se ações de curto, médio e longo prazo, e define duas ações iniciais como estratégia de ação para o desenvolvimento da Política Pública de Patrimônio. Primeiramente é proposto um levantamento dos bens e da realidade da cidade, e posteriormente a ocupação de prédios históricos para a realização e promoção de projetos culturais (RIBEIRÃO PRETO, 2010, p.26).

Segundo o plano, os imóveis são classificados em: Imóvel de excepcional interesse arquitetônico; Imóvel de interesse arquitetônico e ou afetivo; Imóvel de interesse ambiental; Imóvel sem interesse histórico-arquitetônico ou neutro; Imóvel que interfere desfavoravelmente na ambiência; Imóvel não conforme (que se destaca desfavoravelmente de maneira intensa, impedindo a leitura do todo).

Dentro desse contexto o plano também dispõe sobre a criação de um Sistema Municipal de Museus; Sistema de Arquivos; Sistema de Informações de Referências Culturais. Este último (Relatório de Referências Culturais de Ribeirão Preto), já explicitado, foi elaborado conforme cronograma indicado no plano, entre 2010-2012, e é base para a atual pesquisa.

Cabe destacar que, em seu plano de metas (APÊNDICE 3), o Plano também traz a implementação do PROAC (Programa de Ação Cultural), destaca-se como exemplo da atuação deste, em parceria com o Governo Estadual de São

Paulo, o concurso para restauração do Casarão Caramuru<sup>38</sup> - considerado o imóvel mais antigo do município - o qual teve ganhadores, premiação, porém o projeto não foi realizado.

O Plano ainda traz as atividades de reestruturação que deveriam ser realizadas na área cultural – com enfoque aqui na área patrimonial, dividindo as ações em três frentes de trabalho: a frente de trabalho para preservação do patrimônio material e imaterial – com a elaboração do inventário de bens culturais do município e a realização de projetos de pesquisa, levantamento e contextualização da produção cultural, tendo como objetivo evidenciar seus agentes culturais nos vários segmentos; a frente de trabalho para compreensão da realidade – com o objetivo de fortalecer o cadastro cultural para o entendimento qualitativo e quantitativo da produção cultural e criar um sistema de informação; e a frente de trabalho para a descentralização das ações, a qual propõe a realização de fóruns permanentes, manutenção de um fórum virtual, abertura

de editais, qualificação de equipe para a Secretaria da Cultura e a realização de novos convênios.

Em uma análise mais prática da execução destas ações, metas e inclinações, sabe-se que algumas foram realizadas e outras não, porém o que se apresenta como grande déficit é exposto na difusão das informações, visto que a atual pesquisa se deparou com inúmeras dificuldades nesse fator. Sabe-se que os fóruns também, não contam com a participação de todos os agentes envolvidos, o que dificulta a abrangência das iniciativas, além dos recorrentes fatores econômicos explícitos na falta de recursos, o que se estende até atualmente, sendo explicitado em sequência.

Dando sequência a cronologia das movimentações sobre os tombamentos de bens no município, destaca- que em 2010 (APÊNDICE 2.8 – Quadro 8) não houveram aberturas de processos de bens imóveis, acredita-se que devido aos vários

---

<sup>38</sup> O concurso foi feito através do PROAC e o projeto está disponível em: <<https://www.metropole.arq.br/patrimonio/Casa-Caramuru>>. - Informações da equipe de levantamento e restauro: <<https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/NOT,2,2,1302296,A+historia+arquitetonica+de+Ribeirao+Preto+ao+alcance+de+todos.aspx>>; <<https://www.cbnribeirao.com.br/lazerecultura/NOT,2,2,1302296,A+histori>

a+arquitetonica+de+Ribeirao+Preto+ao+alcance+de+todos.aspx>; <<http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2015/06/restauracao-de-palacete-em-ribeirao-resgata-esplendor-da-decada-de-1920.html>>; <<https://www.portalmouralacerda.com.br/noticias/palacete-jorge-lobato-sera-aberto-neste-sabado-para-nova-visitacao/>>.

processos em andamento, porém destaca-se a abertura de um processo de tombamento de bem móvel (Acervo do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto), e o ano com maior índice de tombamentos provisórios.

Em 2011 inicia-se nova gestão no CONPPAC-RP<sup>39</sup>, que atua entre 2011-2013. No seu primeiro ano, houve pouca movimentação em relação aos processos de tombamento, destacando aqui o tombamento provisório do bem móvel que teve seu processo aberto no ano anterior e o tombamento de um conjunto de obras. Os anos de 2012 e 2013 apresentam uma maior movimentação, e destacam-se, sobretudo, pela pluralidade de tipologias de bens, a reabertura de dois processos impugnados (Mosteiro de São Bento e Igreja Santo Antônio de Pádua), a conclusão de muitos tombamentos definitivos e a grande presença de imóveis particulares (APÊNDICE 2.9; 2.10; 2.11 – Quadro 9, 10 e 11).

---

<sup>39</sup> Sendo eleita a presidente Dulce Palladini, que cumpriu o mandato por três anos.

É eleita uma nova diretoria para a gestão<sup>40</sup> de 2014-2015 (APÊNDICE 2.12; 2.13 – Quadro 12 e 13), sendo a última gestão antes da publicação da nova Lei de 2016.

No primeiro ano da gestão constam algumas movimentações, destacando-se processos de patrimônio urbano e ambiental, dentre eles a aberturas de processos que se configuram como reedições de processos abertos em 2004 (Praça Luiz Camões e Praça Aureliano de Gusmão). Porém, as ações do órgão decaem a partir de um cenário de contestação de sua legitimidade - vistos a tramitação de processos de inconstitucionalidade na Lei que rege seu funcionamento (Lei nº 2211/2007) – até serem totalmente paralisadas no ano de 2016. A partir de então o CONPPAC-RP passa por um período de inatividade de aproximadamente dois anos, não havendo gestão entre os anos de 2016-2017.

Segundo o CONPPAC-RP, esse período de inatividade justifica-se pelo já mencionado processo que alegava inconstitucionalidades na Lei que dispunha sobre o Conselho

<sup>40</sup> Cláudia Morroni volta a presidência do CONPPAC-RP, mas é substituída por Noemi Pereira.



em geral, esta que é suspensa em 07/04/2016 (Decreto Legislativo nº 139/2016)<sup>41</sup> somado ao tempo de elaboração e adequação a um novo projeto de lei que dispõe sobre os regimes municipais de proteção, promulgado em sequência alguns meses depois.

O ano de 2016 é muito importante para o patrimônio cultural ribeirão-pretano, visto a promulgação das disposições legais vigentes atualmente. Neste ano é criado o Programa Municipal de Incentivo à Cultura de Ribeirão Preto – PROMINC-RP (Lei 2778, DE 25/07/2016)<sup>42</sup> e sancionada uma nova e mais abrangente legislação patrimonial municipal, incluindo as disposições e competências do Conselho (Lei nº 2799, DE 15/12/2016).

A Lei Complementar nº 2799, de 15/12/2016, dispõe sobre o Sistema Municipal de Patrimônio Cultural de Ribeirão

Preto - SMPC-RP, denomina o Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Ribeirão Preto (CONPPAC-RP), e institui o Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio cultural.

Este sistema é parte setorial do Sistema Municipal de Cultura que, conforme já mencionado, foi estabelecido e implantado a partir do Plano Municipal de Cultura (2010) e diz respeito às ações na área de proteção e promoção do patrimônio cultural de Ribeirão Preto. Segundo o artigo 2º da Lei 2799/2016, é composto pela Secretaria Municipal da Cultura e seus setores e subsetores, com atribuições relacionadas à finalidade desta lei; o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC; Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto – CONPPAC-RP; Inventário de Referências Culturais; o Fundo Municipal de

---

<sup>41</sup> AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2098553-29.2015.8.26.0000- CONCEDE LIMINAR SUSPENDENDO A VIGÊNCIA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 2.211/2007 ATÉ JULGAMENTO FINAL DA REFERIDA AÇÃO. Decreto Legislativo nº 139/2016 - publicado no DOM do dia 07/04/2016 - Suspende a execução da Lei Complementar nº 2.211/2007, conforme acórdão proferido nos autos nº 2098553-29.2015.8.26.0000 (RIBEIRÃO PRETO, 2016).

<sup>42</sup> Cabe destacar que PROMINC foi estabelecido no Plano Municipal de Cultura de RP de 2010, e segundo a legislação financiará 80% dos projetos culturais da sec. Da cultura sem fins lucrativos. Isso inclui os projetos que englobam o patrimônio material e imaterial que envolvam os bens culturais.

Preservação do Patrimônio Cultural; e o livro de Tombo de Bens Culturais e o Livro de Registro do Patrimônio Imaterial.

Ou seja, o CONPPAC-RP representa uma parte dentro do todo que compõe o Sistema.

E cabe destacar seu Art. 5º, em vigência com o Art. 216 da Constituição Federal, que diz respeito à colaboração da comunidade juntamente com o Poder Público para a promoção e proteção do seu patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, tombamento, chancela, reconhecimento, vigilância e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação, através do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto – CONPPAC-RP (RIBEIRÃO PRETO, 2016).

A partir disso, vê-se uma grande evolução na composição do Conselho, que acrescenta grupos e separa-os em 3 setores: Poder Público; Sociedade Civil Organizada; e Sociedade Civil Eletiva.

Segundo seu artigo 10º, o CONPPAC-RP será composto por 21 (vinte e um) membros divididos de forma

tripartite, composto por representantes do Poder Público (Secretaria Municipal de Cultura; Secretaria Municipal do Meio Ambiente; Secretaria Municipal da Educação; Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública; Secretaria Municipal de Obras Públicas; Centros Culturais e Espaços Culturais; e, Fundações Municipais de cunho cultural e patrimonial); da Sociedade Civil Organizada (Ordem dos Advogados do Brasil, 12ª Subseção de Ribeirão Preto – OAB-RP; CAU/SP – Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo; CREA/SP – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo; Instituto de Arquitetos do Brasil, Núcleo Ribeirão Preto – IAB/RP; conjunto das Academias ligadas aos sistemas culturais de Ribeirão Preto; Instituições de Ensino Superior instaladas no município com atuação na área de Patrimônio Cultural; E associações nas áreas de Ciências Humanas e Sociais) e Sociedade Civil Eletiva (Manifestações Tradicionais; detentores de Ofícios Tradicionais; Eleitos pelos movimentos populares com atuação comprovada de pelo menos 02 (dois) anos na área cultural; organizações sem fins lucrativos, com atuação comprovada de pelo menos 02 (dois) anos na área de patrimônio cultural) (RIBEIRÃO PRETO, 2016).

Destaca-se que o presidente do Conselho deverá ser eleito a partir de representante da Sociedade Civil, ou seja, não mais é permitido vincular-se a presidência agentes da administração pública, como nas fases anteriores.

Através do seu artigo 15º, a Lei 2799/2016 estabelece e reafirma as competências do CONPPAC-RP respeitando a continuidade e evolução das concepções e conceitos acerca do tema do Patrimônio Cultural, vistas à gestão democrática e participativa orientada desde o Plano Municipal de Cultura de 2010.

Sobre os instrumentos legais de acautelamento instituídos pela Lei, dispostos no Art.21º da Lei 2799/2016, Ribeirão Preto adota para a proteção e salvaguarda de seus bens de interesse cultural: o instrumento do Registro; o de Chancela; e o Tombamento, os quais são definidos como:

I - Registro - instrumento legal destinado à salvaguarda (preservação, reconhecimento e valorização) de bens culturais de natureza imaterial, que contribuíram para a formação da sociedade ribeirão-pretana, devendo ser aplicado àqueles bens que obedecem às categorias, a saber: a) Celebrações; b) Lugares; c) Formas de expressão; d) Ofícios; e, e) Modos de fazer.

II - Chancela - instrumento que reconhece a importância de uma paisagem cultural, caracterizada por uma porção peculiar do município de Ribeirão Preto, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores, devendo ser realizada por meio do pacto entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, visando à gestão compartilhada da porção do território municipal reconhecida.

III - Tombamento - ato legal instituído pelo Poder Público destinado à proteção de bens de natureza material onde se proíbe sua destruição e descaracterização, ficando sob a vigilância do CONPPAC-RP e de responsabilidade do proprietário e subsidiariamente pelo Poder Público. (RIBEIRÃO PRETO, 2016).

A presente lei explicita os processos de cada um dos instrumentos, destacando que a partir de tal, com enfoque nos processos destinados aos bens materiais, sobretudo os imóveis – os quais a pesquisa se destina – além da abertura do processo de tombamento, dada a presença de um bem no inventário dos bens de interesse de preservação “também passa incidir sobre o bem as limitações ou restrições administrativas próprias do regime de preservação de bem tombado, até a decisão final”, conforme dispõe seu Art. 29º (RIBEIRÃO PRETO, 2016).

Destaca-se que esta Lei dá uma maior importância a área envoltória dos bens imóveis protegidos, que além das disposições já estabelecidas acerca deste tema, prevê em seu Art. 30º que o “tombamento levará em conta a paisagem natural na qual o bem está inserido e deverá ter suas questões ambientais consideradas, tais como o trânsito de veículos (emissão de gases poluentes, trepidação etc.), estacionamentos, coleta de resíduos, dentre outras questões relevantes” (RIBEIRÃO PRETO, 2016), para tal, antecipa-se o seu Artigo 15º<sup>43</sup> a previsão da análise do Estudo prévio de Impacto de Vizinhança (EIV), de acordo com o especificado pelo Estatuto da Cidade.

Outra inovação presente na referida Lei é o estabelecimento, através do seu Art. 31º, parágrafo 1) de prazos mais curtos entre a tramitação dos processos, destacando-se, entre os demais prazos abarcados, a limitação o Conselho a deliberar sobre o tombamento de um bem,

---

<sup>43</sup> Artigo 15º - analisar o Estudo prévio de Impacto de Vizinhança (EIV), de acordo com o "Estatuto da Cidade", Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, em relação aos aspectos de proteção da paisagem urbana e do

contados 90 dias da entrada do seu processo (RIBEIRÃO PRETO, 2016).

Apesar dos avanços, ainda permanece a hegemonia do Poder Executivo entre acatar ou não o tombamento de um bem, mediante a deliberação final do Prefeito Municipal, e posteriormente elaboração de decreto. Porém, conforme o Art. 35º, em caso deste não deliberar oficialmente sobre o processo de qualquer bem nos prazos estabelecidos, este será considerado como tombado (RIBEIRÃO PRETO, 2016).

Sobre a proteção e conservação dos bens tombados, a legislação perpetua a responsabilidade do proprietário dos imóveis tombados de conservá-los adequadamente e trata do estabelecimento pelo Poder Público de incentivos legais que estimulem os proprietários à preservação (Art. 39º). Ademais, esta não difere muito das disposições das anteriores, cabendo destacar as disposições presentes no Art. 43º de que “não cumprindo o proprietário do bem tombado o prazo fixado para

patrimônio cultural, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias; (Lei Complementar nº 2799/2016, artigo 15º)

início das obras recomendadas, a Prefeitura Municipal poderá executá-las, caso exista dotação orçamentária específica para tanto, lançando em dívida ativa o montante expendido, salvo em caso de comprovada incapacidade financeira do proprietário. ” (RIBEIRÃO PRETO, 2016).

Sobre as penalidades previstas no Art. 54º, dispõe-se que “qualquer dispositivo da presente lei implicará em multa de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), podendo ser majorada em caso de reincidência ou permanência do dano, ou se houver como consequência demolição, destruição ou mutilação do bem tombado, de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), podendo ser majorada em caso de reincidência ou permanência do dano. ” Dispõe-se também que quaisquer elementos construídos ou fixados em desacordo com os parâmetros estabelecidos pelo tombamento deverão ser retirados, assim como qualquer dano causado ao bem, seja por qualquer indivíduo, deverá ser reparado à custa dos mesmos (RIBEIRÃO PRETO, 2016).

Como um dos pontos importantes mais desta legislação, há a instituição do Fundo de Preservação do Patrimônio

Cultural do Município de Ribeirão Preto – FUNPPAC, que deverá ser gerido pela Secretaria Municipal de Cultura, sob a fiscalização do CONPPAC-RP. Segundo o Art. 58º, seus recursos são destinados a: execução de serviços e obras de manutenção e reparos dos bens tombados; aquisição de equipamentos e materiais na forma a ser estipulada em regulamento e sob autorização do Conselho; programas de promoção, conservação, restauração e preservação de bens culturais; financiamento de pesquisas e estudos relacionados ao patrimônio cultural; e capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos efetivos. E através do Art. 60º, sua receita advém de dotações orçamentárias; contribuições, doações, auxílio, subvenções de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou público para tal fim; receitas oriundas de convênios firmados para o setor; multas aplicadas a partir dessa lei e também uma porcentagem destinada de leis que tratam de construções e limpeza; e quaisquer outros recursos que lhe sejam destinados (RIBEIRÃO PRETO, 2016).

Salienta-se que não foram encontradas informações legais da aplicação deste fundo, uma vez que ele ainda não foi regulamentado<sup>44</sup>.

Conforme mencionado anteriormente, devido ao período de inatividade do Conselho, não houve gestão entre os anos de 2016-2017. Uma nova diretoria assume o CONPPAC-RP em 2018, e para fins de aproximação à realidade atual deste e, sobretudo dos bens patrimoniais da cidade protegidos legalmente por meio de tombamento, conforme o enfoque da pesquisa, é apresentado a seguir um levantamento geral do cenário referente a esta problemática.

### **2.3. Cenário atual**

Após praticamente dois anos de inatividade, o CONPPAC volta a exercer suas atividades com uma nova gestão eleita para o biênio 2018-2019, sob a presidência de Anderson Polverel, representante da OAB-RP, este que, em entrevista dada a revista Revide de Ribeirão Preto, pronuncia:

---

<sup>44</sup> Em entrevista dada ao jornal A Tribuna e a Revista Revide, de Ribeirão Preto, o atual presidente do Conselho (gestão 2018-2019) afirma que seguem no aguardo da implementação do FUNPPAC, a qual depende da

“Assumimos a presidência do Conppac em janeiro deste ano e, desde então, venho tentando pôr a casa em ordem.” (ANDERSON POLVEREL - REVIDE, 2019).

Segundo informações do próprio Conselho, estão no aguardo da elaboração de um novo regimento interno para nortear suas ações.

Em visitas à Secretaria da Cultura, percebe-se movimentação dos processos, porém não há concretizações legais registradas sobre aberturas de processos, tombamentos ou registros. Há muitos bens sofrendo com a caducidade do tempo entre o tombamento provisório e o definitivo, e muitos aguardando a publicação de decreto pelo atual prefeito municipal Antônio Duarte Nogueira Júnior.

Entra-se aqui em um questionamento acerca do artigo destacado anteriormente sobre, caso o prefeito não delibere e promulgue o documento oficial do decreto de tombamento do

expedição de um decreto regulamentador por parte do Prefeito Municipal. (A TRIBUNA, 2018; REVIDE, 2019).

bem, este considera-se tombado a partir do prazo estipulado. Considera-se assim, os bens destacados com o símbolo (\*) nos quadros sobre as movimentações de processos (APÊNDICE 2) como bens tombados legalmente.

Em vistas disso, acerca dos bens patrimoniais materiais imóveis, os quais se destina o foco da pesquisa, a partir de informações atualizadas consultadas junto ao CONPPAC-RP, a cidade de Ribeirão Preto possui atualmente cerca de 70 bens imóveis sob regime de proteção como patrimônio cultural. Destes, 33 bens possuem tombamento municipal definitivo, 25 provisórios, 5 possuem tombamento estadual pelo CONDEPHAAT e 7 são tombados concomitantemente na escala municipal e estadual.

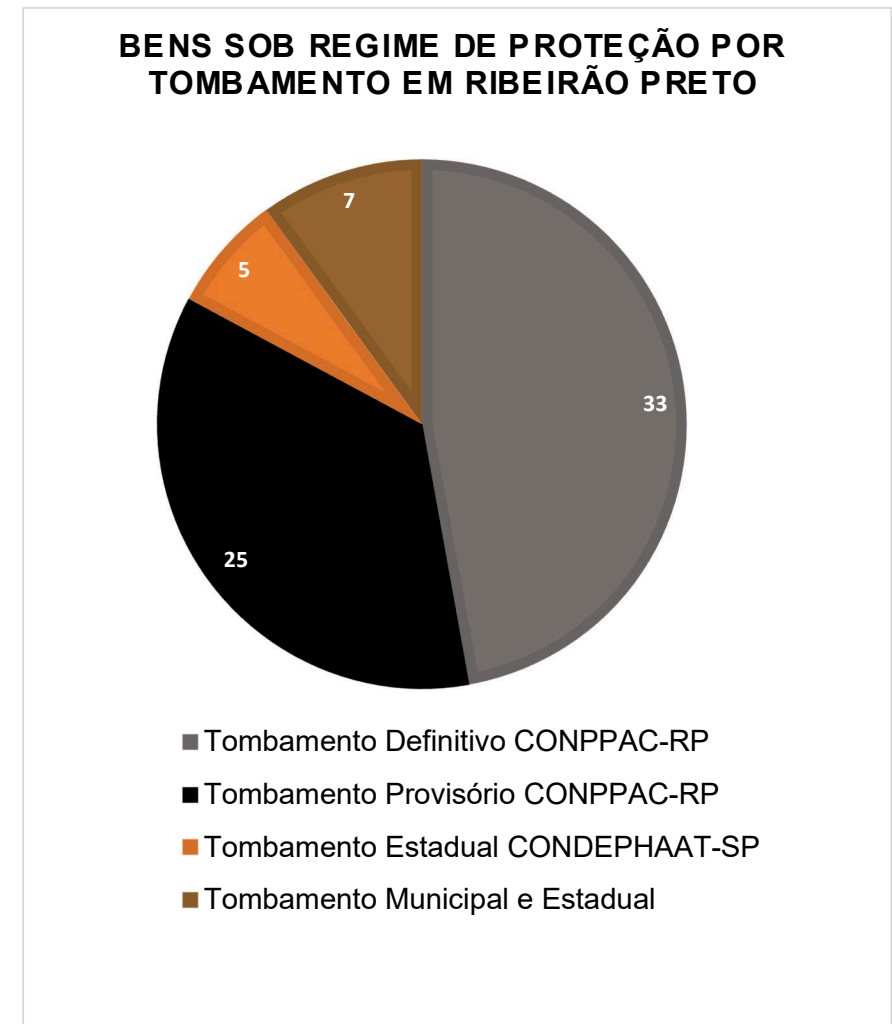


Gráfico 1: Bens sob Regime de Proteção de Tombamento em Ribeirão Preto-Sp. Autora: Flávia Fernanda Segismundo Vilas Boas, 2019. Fonte das informações: Dados consultados junto ao CONPPAC-RP.

Cabe destacar que, de acordo com informações já mencionadas, encontradas na legislação municipal e no Diário Oficial Municipal, em Ribeirão Preto constam o tombamento de dois acervos e bens móveis da antiga ferrovia Mogiana, como tombamento de bens móveis e registros de duas manifestações culturais como patrimônio imaterial.

Sobre a incidência das movimentações dos processos de tombamento a partir de 2002 até 2016, através da elaboração e análise da cronologia das ações preservacionistas no município, com enfoque na trajetória do órgão de preservação CONPPAC-RP, percebeu-se que estas não se deram de forma linear, havendo momentos de grande atividade em relação a ações de proteção e outros períodos de pouca ou nenhuma atuação. Nota-se que os períodos de pouca atividade em relação à processos de tombamento se deram nos períodos de estruturação do Conselho, mudanças de legislação e no período de inatividade do mesmo (2016-2017). E os períodos de maior atividade ocorreram a um médio prazo após tais acontecimentos. Tal fato pode apontar que um dos motivos da ineficiência do Conselho tem muito a ver com as tantas mudanças na legislação e estrutura de funcionamento

do órgão, a inconstância jurídica parece ser um problema sério de Ribeirão Preto.

Deve-se destacar que, em relação à alguns bens, não foi possível encontrar datas sobre o a efetivação do tombamento provisório e do definitivo, incluindo estas no fim do gráfico como “sem data”.

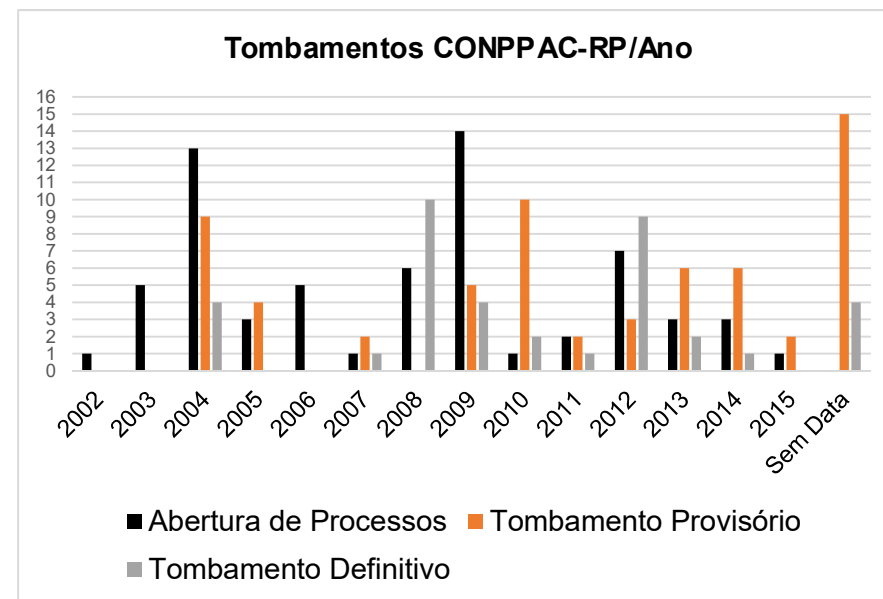


Gráfico 2: Processos de tombamento CONPPAC-RP/Ano. Autora Flávia Fernanda Segismundo Vilas Boas, 2019. Fonte das informações: Dados consultados junto ao CONPPAC-RP.



No que se refere à tipologia dos bens tombados, classifica-se os bens seguindo critérios não só de sua arquitetura, mas também de sua história e significado, separando-os em grupos de Patrimônio do Período do Café – Eclético/ Neoclássico/Colonial (edificações de fatura mais erudita/elaborada produzida no município); Patrimônio Urbano (englobando as ruas, praças, parques); Patrimônio Industrial (bens posteriores ao declínio cafeeiro representante do trabalho industrial, como as fábricas); Patrimônio Religioso; Patrimônio Ferroviário (classificado aqui por sua tipologia arquitetônica e funcional); Patrimônio Moderno; e outros.

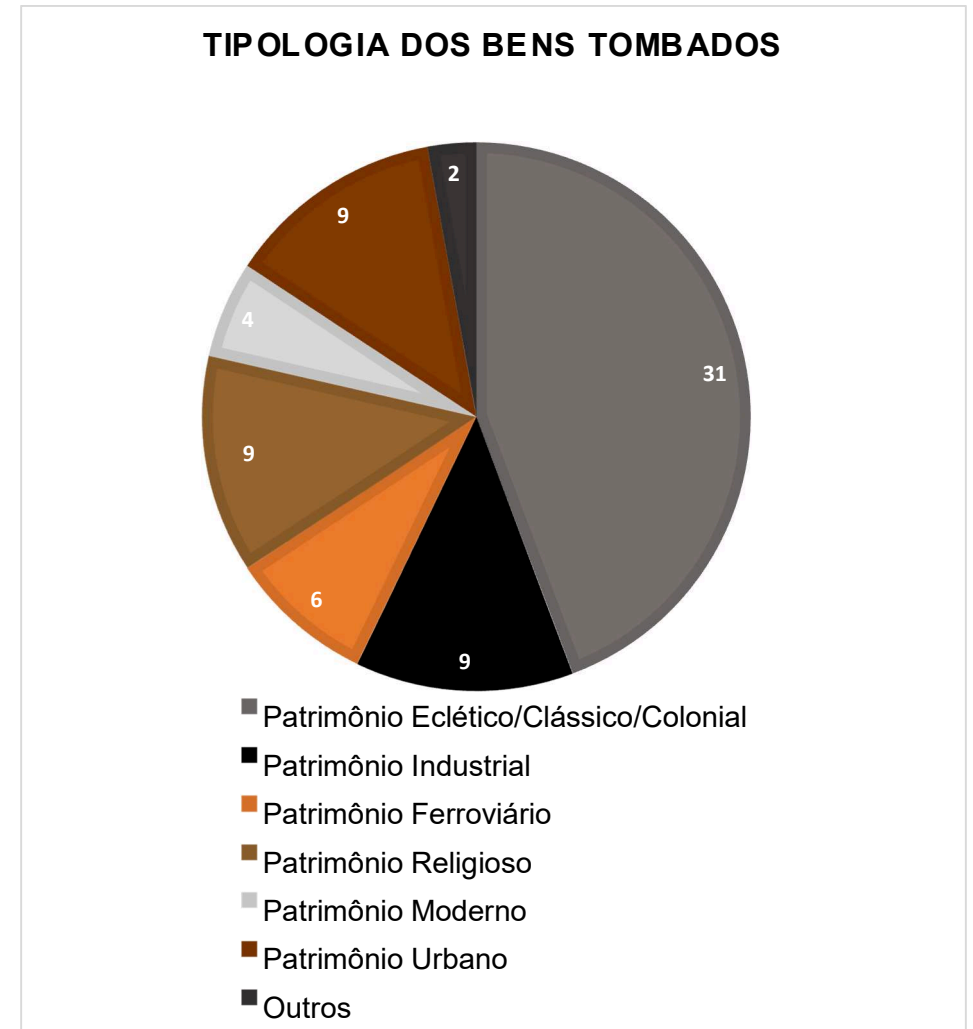


Gráfico 3: Tipologia Bens Tombados em Ribeirão Preto-SP. Autora: Flávia Fernanda Segismundo Vilas Boas, 2019. Fonte das informações: Dados consultados junto ao CONPPAC-RP.

Pôde-se perceber uma evolução nas políticas patrimoniais do município, acompanhando os avanços nacionais e estaduais, porém, seu olhar patrimonial ainda segue muito preso na chamada “arquitetura maior”. Isso pode ser justificado através da história da cidade, que teve sua formação, consolidação e crescimento a partir da cultura cafeeira, sendo este o período dos bens mais privilegiados pelas políticas de preservação, chegando a representar quase metade de todos os bens imóveis protegidos na cidade.

A outra metade dispõe de três categorias que possuem o mesmo número de bens protegidos, sendo estas a arquitetura religiosa e industrial, que também fazem parte da formação, consolidação e crescimento da cidade, porém em menor escala, e o patrimônio urbano – constituído de ruas, avenidas, praças e parques municipais – sendo este um pouco mais amplo nas políticas de proteção, incluindo-se, além de representativos históricos e artísticos, como representantes paisagísticos.

Em seguida consta o patrimônio ferroviário com seis representantes. Acredita-se que estes são os poucos que

ainda restam desse patrimônio, podendo concluir que, apesar da pequena porcentagem em relação às demais tipologias de bens tombados, esta é a que mais é abrangida pelas políticas de proteção em relação aos seus representantes existentes.

E por último, há o patrimônio moderno, este que, ainda em nível nacional, sofre com o preconceito de não ser compreendido como patrimônio devido à sua “curta” idade. Segundo consultas e informações do CONPPAC-RP, houve uma ação de estudos de aberturas de processos de tombamentos de outros representantes da arquitetura moderna na cidade, porém, não se deu andamento por falta de verbas para a qualificação dos profissionais da área e sobretudo, do CTA, para que se pudesse proceder as análises dos processos.

Durante o processo de dois anos da atual pesquisa, o que se pôde perceber através das visitas, entrevistas e dados coletados é que, de forma geral é que o Conselho e até mesmo a Área da Cultura do município de forma geral, ainda não estão funcionando de acordo com as novas legislações e orientações acerca das políticas públicas tanto da cultura como um todo,

como especificadamente do patrimônio cultural. Apesar do mencionado artigo de lei sobre as deliberações do prefeito e elaboração de documento oficial como decreto de tombamento do bem, o Conselho afirma que isso ainda se faz necessário e seguem aguardando e pressionando sobre as publicações dos decretos pendentes, destacando-se aqui um embate entre o Conselho e o Legislativo. Também seguem no aguardo da elaboração de novo regimento interno – sendo cobrado do presidente que é membro representante da OAB-RP. As reclamações recorrentes são, além disso, a falta de verba na Secretaria da Cultura, há falta de equipe, há falta de materiais, e acredita-se que a má organização física para a consulta dos processos e as falhas na difusão das informações – sendo alguns dos principais problemas identificados durante a pesquisa - se dá justamente por esses fatores.

Dentro da atual gestão do Conselho, o presidente se mostra atualizado e empenhado sobre as orientações das Políticas Públicas de Cultura e a democratização desta, porém admite que é uma missão difícil de ser realizada, demonstrando as dificuldades nesse contexto. Destaca-se

entrevista de Anderson Polverel a Tribuna de Ribeirão Preto, 12/03/2018):

Afinal, a herança cultural de Ribeirão Preto tem relevância nacional e, não podemos relegar esta história a arremedos de última hora. Precisamos debater seriamente a Cultura de Ribeirão Preto com a sociedade civil, promover fóruns de debate, eventos que de fato promovam a Cultura. A missão é difícil? Não tenha dúvida”, emenda Polverel.[...] Retomamos nossas atividades em fevereiro deste ano com uma importante tarefa: dar dinamismo ao conselho, desburocratizar a tramitação do processo e, mais do que isso, sinalizar a sociedade que é possível aliar preservação e desenvolvimento (ANDERSON POLVEREL - A TRIBUNA, 2018).

Nesta mesma entrevista, o presidente do Conselho diz sobre terem começado o ano com um levantamento completo dos processos que tramitam no órgão, o que pode ser confirmado através de um os documentos consultados e fornecidos pelo CONPPAC-RP para a elaboração dos quadros e análises sobre os processos de tombamento (APÊNDICE 4).

Anderson fala sobre o propósito de tal levantamento, que segundo ele, para que pudesse identificar onde estão os gargalos e, na medida do possível, destravá-los para que a sociedade, sobretudo a iniciativa privada, que quer investir na preservação do patrimônio, possa ter a orientação necessária e a segurança jurídica de que terá uma resposta eficiente e célere na análise de sua proposta (A TRIBUNA, 2018).

Ainda segundo a entrevista, o presidente do Conselho fala sobre o que acredita ser o maior desafio da sua gestão, o de dar dinamismo ao CONPPAC-RP e salienta que o Poder Público tem importante papel para que isso seja atingido, uma vez que é ele quem deve dar os recursos materiais necessários, tanto como investimentos, como funcionários e equipamentos para tal. E complementa destacando que, apesar de alguma tensão inicial entre o Conselho e o Poder Público, tem-se esperança que a atual administração se sensibilize para com as necessidades urgentes da Cultura no município.

Polverel critica as gestões anteriores, que além de anos de negligência, se acostumaram a decidir sem ouvir, e isso se

reflete na problemática encontrada pela cidade, com inúmeros imóveis patrimoniais em ruínas. E afirma que, da parte do Conselho estão empenhados em destravar o processo de tombamento para que assim, possa-se despertar o interesse da iniciativa privada em investimentos na herança cultural do município.

Ainda destaca que o Conselho deve dar todo o suporte, orientando e corrigindo, mas nunca inviabilizando que as restaurações aconteçam. E aclama os avanços legais sobre o Patrimônio Imaterial, mostrando-se promissor para a promoção deste.

Cabe aqui apontar que ao final desta entrevista, o presidente destaca o exemplo das obras do Palacete Jorge Lobato (vide análise deste processo no próximo capítulo), e apesar das expectativas positivas, menciona que no momento, ainda tem algumas pendências com a prefeitura, como o processo de Isenção de IPTU e a aprovação da construção da cozinha do restaurante que o prédio pretende abrigar (A TRIBUNA, 2018).

Em análise aos processos de tombamentos feitas pela presente pesquisa, junto ao Conselho, faz-se necessário apontar que somente dois bens imóveis tombados conseguiram a isenção de IPTU, porém não foram encontrados o pedido de outros (além do Palacete Jorge Lobato que está em aguardo), o que pode ser identificado como uma falha tanto na difusão das informações sobre a legislação e os incentivos fiscais aos proprietários dos imóveis<sup>45</sup>, como na burocracia de se conseguir acesso efetivo a estes, o que será melhor destacado através das análises do próximo capítulo.

---

<sup>45</sup> Art. 39º - Cabe ao poder público municipal a instituição de incentivos legais que estimulem o proprietário à preservação do imóvel ou móvel tombado (RIBEIRÃO PRETO, 2016).

### 3. ANÁLISES DE PROCESSOS DE TOMBAMENTO: CONFLITOS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO



### **3. ANÁLISES DE PROCESSOS DE TOMBAMENTO – CONFLITOS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO**

Uma vez levantada a questão da desvalorização, negligência e abandono de bens patrimoniais, de maneira geral e especificadamente na cidade de Ribeirão Preto-SP, os problemas gerais e os agentes envolvidos nesse contexto e seus desdobramentos, buscou-se selecionar casos emblemáticos que pudessem ilustrar e exemplificar, de melhor forma, a discussão proposta previamente e identificar os pontos chaves na aplicação – ou falta destes - dos instrumentos de salvaguarda. Para tal, utiliza-se da consulta, descrição e análise de processos de tombamento consultados junto à Secretaria Municipal de Cultura do Município.

O recorte para o presente trabalho se deu a partir do cenário levantado, onde grande parte dos bens patrimoniais do município se encontram em estado de abandono ou em condições ruins de preservação, sendo eles públicos ou privados e de tipologias diversas, e do conjunto de processos de tombamento que tramitavam no CONPAAC-RP foram selecionados cinco bens de propriedade particular que configuram-se como exemplos conhecidos pelos ribeirão-

pretanos (confirmado pelas pesquisas junto à população, realizadas e publicadas no Relatório de Referências Culturais de Ribeirão Preto) - ressaltando-se que a quantificação não seguiu um critério estatístico, mas como meio de se aproximar da problemática em questão – configurando-se, sobretudo, como os bens que apresentam alguns dos maiores e mais longos processos e que evidenciam o cenário de abandono patrimonial no município, protagonizando embates entre o Poder Público e os proprietários de imóveis de interesse patrimonial na cidade de Ribeirão Preto-SP, reafirmando a premissa de que os bens patrimoniais em questão – já reconhecidos como tal - vêm sofrendo com a ação do tempo e até mesmo algumas ações humanas, enquanto estão imersos em longos processos, litígios e a falha na aplicação de políticas para sua efetiva proteção.

Os bens selecionados como objeto de estudos são: Palacete Camilo de Mattos, Solar Francisco Murdocco e Solar Villa Lobos (Casa Caramuru). Palacete Albino de Camargo Netto, Palacete Jorge Lobato.

### 3.1. Análises dos Processos de Tombamento por imóvel

#### 3.1.1. Palacete Camilo de Mattos



Vista do Palacete e da Praça XV de Novembro em 1926. Fonte: São Paulo Antiga, Palacete Camilo de Mattos, 2011.



Fachada Frontal do Palacete Camilo de Mattos em 2018. Fonte: Flávia Vilas Boas, 2018.

O Palacete Camilo de Mattos localiza-se na Rua Duque de Caxias, 625. Construído em 1920, pelo Engenheiro Municipal Antônio Soares Romeu (como autor) e Antônio Terreri e Paschoal di Vincenzo (como construtores), possui 265,42m<sup>2</sup> de área construída, num terreno de 620,43m<sup>2</sup>.

O prédio é um representante da arquitetura residencial eclética burguesa do início do século 20. Entre as suas características principais está um jardim interno planejado, a presença de grandes vitrais de inspiração art-nouveau, elementos de madeira e o uso intenso do ferro trabalhado de forma ornamentada, tanto nas grades externas quanto na porta principal. Os cômodos são distribuídos em dois pavimentos e a sua estrutura traz uma relação social e de trabalho pertencente à época, com uma entrada independente para acessar o escritório, o local desmembra o espaço de trabalho da área de moradia.

A edificação foi construída para ser a residência de Joaquim Camilo de Mattos e sua família. Joaquim Camilo se mudou para cidade após 1917, foi delegado em Cravinhos e em seguida se inseriu na política de Rib. Preto e região, chegando a assumir o cargo de prefeito da cidade em 1929-



1930. Após esse período, afastou-se da política, atuou como consultor jurídico e ainda exerceu diversas funções em entidades sociais. O casarão ficou para seus herdeiros, e está abandonado desde a morte, em 2003, de seu último morador Luiz Augusto Gomes de Mattos (ex-prefeito da cidade, filho de Camilo de Mattos, também ex-prefeito), cabendo destacar a compra do imóvel recentemente por empresários que pretendem restaurá-lo (melhor explicada ao decorrer do texto).

Seu tombamento (nº 02.2005.031909.0) foi requerido por Thaís Corrêa do Santos Pereira, em julho de 2005. Na solicitação consta a justificativa de que o bem deveria ser tombado por ser antiga residência de importantes figuras públicas de Ribeirão Preto, demonstrando sua importância histórica e cultural, além da sua importância arquitetônica.

O conselho acata seu tombamento provisório em novembro de 2005, através da Resolução 04/2005, justificando seu valor histórico-arquitetônico. E poucos dias depois é enviada (para o próprio endereço do palacete) a notificação ao proprietário Luiz Augusto Gomes de Mattos. Destaca-se que na data, tal proprietário já havia falecido.

Então é encaminhando o processo para o Corpo de Apoio Técnico para que se faça os procedimentos, levantamentos e laudos para dar andamento ao tombamento definitivo. E a partir do retorno da situação cadastral do imóvel, pode-se verificar quais eram os proprietários-herdeiros, porém, no processo não consta o envio de notificações a estes, informando sobre o processo de tombamento provisório.

Vistas disso, um dos proprietários-herdeiros entra com um pedido de impugnação ao tombamento provisório, em novembro/2005, onde alegam não ter se consumado a notificação sobre o processo de tombamento, a todos os proprietários do imóvel, somente a um, e alegam que este já havia falecido, em 2003. Alegam que para justificar valores históricos e/ou arquitetônicos do bem, o processo carece de laudos técnicos que ainda não foram apresentados. E que o fato de ter ali residido personalidade importante não justifica fatos históricos. Ainda afirmam que o imóvel não justifica valores arquitetônicos/artísticos importantes e que este sofreu degradação e modificações ao longo do tempo, e que para sua preservação obrigaria imediata, profunda e completa reforma, a qual seria muito onerosa e demorada. Acrescentem ainda

sobre seu entorno, poluído e que agrava sua deterioração. Alegam que o tombamento sem o orçamento necessário leva o imóvel ao abandono, como outro caso na cidade. E que tal ação está impedindo o uso e a exploração do imóvel. E finalizam afirmando que, ainda que assim, prospere o pretendido tombamento do imóvel, estes solicitam indenização, visto seus direitos de propriedade, assegurados por legislação.

Visto à insatisfação por parte dos proprietários, nota-se que este se opõe às realizações de vistorias no imóvel, necessárias para avaliação do bem para a realização do tombamento. Em julho/2006, constam no processo anotações sobre dificuldades para se adentrar ao imóvel, justificada a falta de autorizações dos proprietários, porém posteriormente conseguem realizar algum tipo de laudo (o qual não consta no processo), que permite o tombamento definitivo dois anos depois, em julho/2008. Nota-se que, no processo, não constam informações do que foi feito durante esse espaço de tempo, sendo a próxima informação constatada neste, solicitações para inscrição do imóvel no Livro do Tombo e laudos sobre o que se deve preservar para que isso seja possível.

Em oposição também ao tombamento definitivo, no mesmo mês de seu decreto, os proprietários entram com um segundo pedido de impugnação, alegando as mesmas justificativas da impugnação ao tombamento provisório (2005).

Novas vistorias são solicitadas pelo CONPPAC ao CTA para terem base para refutar a impugnação mencionada. Em resposta, o membro do CTA ligado ao Departamento de Urbanismo envia laudo, em agosto/2009, afirmando que o imóvel se encontra desabilitado, mas por muitos anos preservou seus elementos arquitetônicos e mobiliário. Ainda alega que, na data, devido a falta de autorização dos proprietários, não possível realizar vistoria interna, por isso fica definido, por hora, que todos os elementos externos e internos.

Novas solicitações são feitas ao CTA, que em novembro/2010 enviam laudos sobre a história do edifício, tanto dos seus proprietários, usos, como de sua arquitetura.

Em janeiro/2010, nota-se a tentativa do CONPPAC em seguir as Leis sobre a promoção de incentivos fiscais aos proprietários, visto que no processo consta troca de e-mails entre o Conselho e um dos proprietários informando-os sobre

a possibilidade de pedido de isenção do IPTU do imóvel, mediante protocolo na Secretaria da Cultura, porém, não consta mais movimentações nesse sentido.

Em fevereiro/2011, consta no processo Ofício do Projeto Dança Vida (o qual promove projetos de inclusão social e produção cultural em Ribeirão Preto), demonstrando interesse no elaborar contrato de locação do imóvel para transformá-lo em sede ações culturais e de preservação do patrimônio.

Em abril/2011 é protocolado um novo processo secundário em relação ao Palacete Camilo de Mattos, solicitado por Adriana Silva, Secretária da Cultura na época. A solicitação vem como referência ao Relatório da Fase I do Inventário Referências Culturais de Ribeirão Preto, em concordância com as orientações do Plano Municipal de Cultura, de 2010, os quais indicam uma série de bens a serem recuperados, dentre eles, o imóvel em questão. A proposta é que a prefeitura ofereça permuta entre o Poder Público e os proprietários, e que a partir dos imóveis em posse da prefeitura, oferecer comodato para entidade de produção cultural do município, sem sede própria. A expectativa é que essas entidades assumam o compromisso do restauro e a ocupação

cultural dos bens. Cita como exemplo o casarão Camilo de Mattos, em questão, onde os proprietários aceitaram a permuta pela Secretaria de Planejamento, por outro terreno de igual valor de R\$820.000. A Ong Dança Vida informou interesse em assumir o compromisso do restauro e ocupação. Havendo mais entidades interessadas, propõe-se a criação de um edital.

Em resposta, o Conselho alega que em nada se opõe a proposta, somente que cada caso deve ser analisado de forma específica, com suas respectivas documentações.

Nos meses seguintes há uma série de movimentações em relação a permuta do Palacete Camilo de Mattos, que ainda não havia sido concretizada, apenas apresentada as intenções do Poder Público e dos proprietários. Várias propostas de imóveis e exigências foram feitas ao longo dos anos subsequentes, destacando reuniões com a participação de representantes da família dos proprietários, membros do CONPPAC e da Prefeitura.

Destaca-se que dentre a extensão do processo, o Secretário da Cultura pede agilidade no processo de permuta ao Secretário da Casa Civil, e também a solicitação de

vigilância do imóvel, pois o prazo já se estendia, e dentro desse tempo havia comprometimento da segurança do local, que estava sofrendo com invasões, ainda que com medidas de se manter o imóvel fechado.

De maneira geral, apesar de muito discutida, a permuta não é concretizada. Constam no processo movimentações sobre tal transação de 2014 até 2017, quando o imóvel é comprado por empresários, não havendo mais informações no processo.

### 3.1.2. Solar Francisco Murdocco



Fachada do Imóvel, lateral esquerda, em 2004. O moto táxi faz parte do imóvel. Fonte: Processo de Tombamento, Ribeirão Preto 2018.



Fachada Frontal Solar Francisco Murdocco em 2018. Fonte: Flávia Vilas Boas, 2018.

O Solar Francisco Murdocco localiza-se na Rua São José, 624. Construído entre 1913-1916 (autor do projeto desconhecido), possui 304,75m<sup>2</sup> de área construída, em um terreno de 657,56m<sup>2</sup>.

O prédio é representante da arquitetura eclética e mantém suas características originais, tendo seu pavimento térreo projetado para uso comercial e o pavimento superior para uso residencial unifamiliar. Conta também com acréscimos aos fundos do terreno que também servem como uso residencial.

Em 1913 o imóvel já era registrado no nome de Vicente Murdocco como proprietário, caracterizado como fábrica de calçados. Com o passar dos anos, o imóvel abrigou alguns outros estabelecimentos comerciais, no seu andar térreo, como o “Rei da Carne e Queijo”. Atualmente abriga um bar no térreo, este que descaracterizou parte da fachada do imóvel, sobretudo pelo letreiro e toldo fixados, e no andar superior é utilizado como residência, por locatários.

Seu tombamento (02 2004 015 755 1) foi requerido em abril/2004 por Cláudio Henrique Bauso, este que foi presidente do CONPPAC. Na solicitação consta a justificativa de sua

construção no ano de 1916, sendo inscrito em sua fachada as iniciais do seu fundador “F.M.”, referentes a Francisco Murdocco.

O conselho acata seu tombamento provisório no mesmo mês da solicitação, através da Resolução 05/2004 E em seguida encaminha ao seu Corpo Técnico de Apoio a elaboração do material necessário para proceder com o processo de tombamento definitivo.

São enviadas notificações aos proprietários em julho do mesmo ano. Destaca-se que, entre os bens analisados, este é o que um dos que mais tem herdeiros.

Alguns dias após serem notificados, há um primeiro pedido de impugnação, ao tombamento provisório por parte de um dos proprietários, o qual justifica-se através da citação das leis de que os edifícios devem ser tombados por estarem ligados à fatos memoráveis ou possuir valores artísticos importantes. E alega que seu prédio, excluindo o fato que foi construído em 1916, não tem ligação com fatos memórias e também não possui arquitetura excepcional, ainda estando em processo de degradação e descaracterização. Alega também que o tombamento infere diretamente sobre o seu exercício de

direito de propriedade. Reintera sobre o estado de degradação do prédio, sobretudo por instalações comerciais no térreo, o que acelerou o processo de desconfiguração do prédio.

E que para recuperá-lo deveria-se uma onerosa reforma em sua estrutura e também instalações elétricas e hidráulicas. E que tais obras de recuperação e restauração são inviáveis para os proprietários. Concorde e fala que o imóvel vem sofrendo com a ação do tempo ao longo dos anos, e também dos inquilinos. E que os seus donos, descendentes dos primeiros proprietários, residentes em diversos lugares, nunca conseguiram fundos para reformar o imóvel. Que a maioria deles se encontra em estado de idade avançado e sem recursos para tal. E que duas das proprietárias já falecidas, tiveram suas partes deixadas para seus espólios não por partilha, mas por decisão judicial para a venda das suas respectivas partes ideais e que o inventariante, representando os mesmos espólios, outorgará, a quem de direito, a escritura pública e definitiva. Ainda diz que em breve mais proprietários virão a óbito, tendo suas partes sucessoras a mais pessoas, o que acarretará em mais e maiores dificuldades para a sua administração. Cita o artigo 11º da lei, sobre a desapropriação. Fala sobre a função social de um prédio tombado, e que este

não ajudaria nem os proprietários e nem a sociedade, visto que não se é possível recuperá-lo ao estado original sem ampla e onerosa restauração. Cita que os proprietários necessitam do dinheiro da locação do prédio. E que como, em breve, a sucessão será maior, acarretando em campo fértil para disputas, a intenção de todos é vender o imóvel para evitar tal situação. E que vender um imóvel tombado é, na prática, inviável. E pergunta: “Ausente os recursos financeiros dos proprietários, a quem imcubiria o cumprimento das disposições do art. 11, da citada lei municipal?”.

Pergunta se o poder público necessita de tais recursos? (E cita as fotos enviadas em anexo que comprovam o estado do prédio) cita o artigo 8º da Lei Municipal de 1974, falando sobre a visibilidade do edifício, e que em suas imediações já existem muitos prédios que a impedem, além dos letreiros e cartazes comerciais instalados em sua fachada. Finaliza que o tombamento não será proveitoso para ninguém, nem comprovado os valores, e que “o tombamento puro e simples representará apenas a homologação de sua ruína com a correspondente lesão ao direito de propriedade particular, sujeita, evidentemente, à reparação, nos termos da lei. “

Pede a revisão do tombamento e se, mesmo assim, a intenção continuar, espera-se a desapropriação com o justo pagamento da indenização aos proprietários. (Ainda fala que caso queira de comprovar os seus valores, isso está sendo feito de forma bastante tardia). (Mário Alfonso Murdocco Júnior, 2004)

Em novembro/2004, o CTA encaminha para o CONPPAC os laudos feitos acerca do imóvel. E destaca-se a resposta de uma das Secretarias em relação as condições de habitabilidade do prédio:

“Reconheço a importância do referido prédio, aliás um dos raros, que mantém características da época (anos 10), e seria de valia histórica e cultural restaurá-lo com o cuidado e a dignidade que merece. Quem pode fazê-lo se os proprietários elucidam não ter recursos para tanto? Mais insuportável que isso, e ninguém tocou no assunto é que a estrutura oferece perigo inclusive aos transeuntes, usuários e vizinhos. Intimá-los antes a preservar a segurança, a estabilidade da edificação. Exigir as condições mínimas legais de higiene e salubridade. Pode estar deixando de fazê-lo para que se transforme em ruína irreversível. Não dar alvará de funcionamento se não houver condições de segurança e habitabilidade. Não havendo alugueis, não haverá dificuldade de conservá-lo.” (José Anibal Laguna, Engenheiro Civil – Diretor do Depart. De Obras Particulares, 2004 – RIBEIRÃO PRETO, 2018)

Destaca-se que, no decorrer do processo, há alguns Ofícios das Secretarias constituintes do CTA alegando que algumas ações e laudos não são de sua responsabilidade.

Os proprietários reclamam dos prazos para o posicionamento do CONPPAC visto o pedido de impugnação.

Em julho/2005, depois de laudos entregues pelo CTA, o CONPPAC acata o tombamento definitivo do imóvel, ainda sem decreto, e alguns dias depois os proprietários entram com a segunda impugnação, com o mesmo discurso da primeira solicitação, incluindo a falta de notificação aos proprietários, que ficaram sabendo do tombamento definitivo a partir da imprensa. Destaca-se tal trecho:

“Temos então que, necessariamente, ao Poder Público, imcubirão todas as despesas para restauração do prédio, se tombado for. Do contrário, o tombamento será apenas uma ruína? E a propriedade privada não pode sofrer tão severa restrição para puro deleite de alguns poucos, sem qualquer benefício para comunidade de uma maneira geral. Apenas a preservação de patrimônio histórico em perfeitas condições para usufruto desta comunidade justificaria um tombamento. No caso presente, perdem os proprietários, que sofrem a severa restrição à propriedade, e sofre a comunidade, que é

brindada apenas com uma ruína de um prédio antigo. “ (Mário Affonso Murdocco Júnior, 2005 – RIBEIRÃO PRETO, 2018)

Em novembro/2005 o CTA dá seu parecer final favorável ao tombamento definitivo do imóvel, com a justificativa dos seus valores históricos e arquitetônicos e orienta a fixação de área envoltória de 100 metros para garantir a visibilidade, ambiência e segurança do imóvel, recomenda a restauração completa do mesmo e também restrições de uso, além da fixação de placa de tombamento no local, conforme a legislação.

A partir de tal parecer, é então publicado a Resolução de tombamento definitivo (Resolução nº 06/05) do imóvel em novembro/2005, e enviada notificação ao proprietário. Cabe destacar que o Decreto Oficial de tombamento do imóvel só se dá em maio/2008, e a sua inscrição no Livro do Tombo em dezembro do mesmo ano.

Vistas ao tombamento definitivo do imóvel e consequentemente o indeferimento das impugnações anteriores, os proprietários entram com um terceiro pedido de impugnação, desta vez ao tombamento definitivo com decreto,



em outubro/2005, os quais explicitam praticamente as mesmas alegações anteriores. Em análise a este pedido de impugnação, a despeito das alegações do proprietário sobre a falta desta, consta no processo a resposta do CONPPAC, em dezembro/2005, ao proprietário solicitante, alega que, em que pesam as afirmações pelo proprietário, sobre os prazos, o Conselho não deve ter a pressa, pois se faz necessário tempo para angariar todos os fundamentos para que não reste dúvida do tombamento definitivo do imóvel. Mas que isso não impede de procurar meios legais para impugnação, como o fez. Alegam que não é somente a data de construção do imóvel que permeia seu tombamento, mas seu estilo eclético, as pinturas parietais, os ferros trabalhados nas grades e janelas, ladrilhos hidráulicos, dentre outros que foram objeto de análise do CTA dando seu parecer técnico favorável ao tombamento. Afirmam ainda que todas as decisões do conselho são baseadas em documentos criteriosamente analisados e revisados. E que sua decisão não é definitiva, uma vez que deve ser submetida ao parecer do Poder Executivo.

Decorrente de tal fato, os proprietários recorrem a um novo processo, aberto em setembro/2008, que visa a compra

do imóvel por parte da Prefeitura de Ribeirão Preto. Em carta anexa ao processo: “O proprietário vem, por meio desta “expor e propor ao Município, conforme preconiza o artigo 40 da Lei Municipal de número 2.211 de 24 de agosto de 2007, a aquisição pelo Município de bem tombado. ” (Mário Affonso Murdocco Júnior, 2008)

Junto a esta é enviado um histórico, elaborado pelo proprietário, sobre o bem e todo o andamento processo. Tal documento demonstra sua insatisfação com o tombamento do seu imóvel, vistas, primeiramente, que a venda deste estava praticamente concretizada quando o processo de tombamento foi aberto, impedindo da transação ser efetivada; a falta de comunicação com o Conselho e a falha nas notificações; a falta de resposta e argumentos concretos em relação aos pedidos de impugnação e demais solicitações; cita a CPI em que envolve as irregularidades do CONPPAC e relata sua participação nela; afirma que nunca foi convidado às reuniões do Conselho; novamente expõe as dificuldades na manutenção do imóvel; discorre sobre as aplicações do tombamento do imóvel e ressalta que a este está destinado um estado de ruínas, assim como o caso do Palacete Albino de

Camargo Netto (descrito nos próximos itens); finaliza com a proposta de aquisição do imóvel pela município, pois não tem outra alternativa a não ser a sua venda.

“É sabido que a comercialização de imóvel antigo é complexa e, por consequência, bastante difícil e as dificuldades aumentam ainda mais quando se trata de um imóvel tombado, devido às inúmeras restrições que passam a incidir sobre ele. Como co-proprietário, contribuinte e cidadão, tento fazer a minha parte, com coerência, responsabilidade, dignidade e honestidade. A venda do imóvel estava praticamente concretizada em 2004, quando foi interrompida na ocasião da notificação de tombamento acima mencionada, prejudicando de forma significativa as expectativas dos proprietários idosos, que viam com esta venda, dias melhores.” (Mário Affonso Murdocco Júnior, 2008 – RIBEIRÃO PRETO, 2018)

Alega ainda que os argumentos expostos constam nos autos do processo e que, em momento algum, foram respondidos ou objetos de uma discussão sensata e concreta.

A resposta a tal processo aparece somente a partir de 2012, demonstrando alguma movimentação no sentido da possibilidade de uma permuta.

Destaca-se no decorrer no processo, que em outubro/2010, aparecem complicações com o registro do

imóvel a título de tombamento definitivo, e são solicitados esclarecimentos ao CONPPAC. Para tal registro, se faz necessária uma nova vistoria do imóvel e a necessidade de dados mais detalhados sobre o processo, tais como as cópias das notificações enviadas aos proprietários, a declaração de que o imóvel é tombado em definitivo com o anexo do Decreto Oficial, as delimitações de área de entorno, e as orientações de preservação.

Diante de tais exigências, o CONPPAC solicita ao proprietário Mario Affonso Murdocco Júnior, os endereços dos demais proprietários para que o processo possa ser finalizado, e este responde de forma agressiva, uma vez que alega que, somente há anos depois da abertura do processo, o Conselho preocupa-se em comunicar os demais interessados, apontando descumprimentos da legislação. Destaca ainda a falta de resposta em relação a todas as suas solicitações (impugnações e compra do imóvel pelo município), e finaliza:

Oportuno lembrar, é que me parece que esse Conselho, trata de forma AMADORA, assuntos de tão alta relevância como este, e que altera de forma significativa, a vida a vida e as expectativas dos proprietários, sem que em contrapartida, tenha o MUNICÍPIO, estrutura EFICAZ para SOLUCIONAR as consequências posteriores ao

ato tomado, e dar destino ao bem, que a PRINCÍPIO foi entendido como histórico. (Mário Affonso Murdocco Júnior, 2012 – RIBEIRÃO PRETO, 2018)

Diante de tal, o Conselho recorre às Secretarias Municipais para atender às exigências para o registro e averbação na matrícula do imóvel como bem tombado. Também nesse período destacam-se intenções por parte da Secretaria da Cultura em realizar permuta do imóvel, para a que este seja destinado um novo uso, de preferência cultural. Solicita-se a análise do valor do bem e encaminha-se ofício ao proprietário:

“Prezado senhor, conforme nossas tratativas, a secretaria da Cultura pediu avaliação de seu imóvel junto ao Planejamento e nos foi retornado documento informando o valor total do imóvel, conforme anexo. Gostaríamos de consultá-lo sobre o referido valor e seu real interesse em fazer permuta deste bem com um terreno da prefeitura de igual importância. Havendo, aguardamos sua carta de resposta para tramitação das propostas. Certos de nosso trabalho de preservação do patrimônio cultural de Ribeirão Preto preservará a história da cidade, colocamo-nos à disposição. “ (Adriana Silva, Secretária da Cultura, 2012 – RIBEIRÃO PRETO 2018)

Adriana ainda salienta que ação parecida está sendo feita com o Palacete Camilo de Mattos.

O Proprietário, em resposta, faz algumas exigências sobre a permuta e no processo geral do tombamento do imóvel não consta mais nada sobre o assunto.

As tramitações para o atendimento dos requisitos para a “finalização” do processo continuam e destaca-se o pedido, por parte da Promotoria de Justiça ao CONPPAC, a realização de uma nova vistoria no imóvel, em 2013, para verificar se continuam comprovadas suas características histórico-culturais, porém não consta anexo da efetivação deste pedido.

A tramitações sobre esse assunto se estendem até 2016, porém não consta o desfecho destas.

### 3.1.3 Solar Villa-Lobos (Casa Caramuru)



Fachada Casa Caramuru início do século XX. Fonte: processo de tombamento, Ribeirão Preto, 2018.



Fachada Casa Caramuru, 2012. Fonte: Vinicius Barros - Grupo de estudos da localidade – ELO, 2012.



Fachada Casa Caramuru, 2018. Fonte: Flávia Vilas Boas, 2018.

O Solar Villa-Lobos (Casa Caramuru) localiza-se na Av. Caramuru, 232. Estima-se que sua construção (autoria do projeto desconhecida) foi realizada por volta de 1883, possuindo 885,92m<sup>2</sup> de área construída em estilo neoclássico, do final do séc. XIX. Indica uma arquitetura rural em um terreno de 1500,00 m<sup>2</sup>.

Casarão possui, em sua sede de fazenda que foi sendo transformada com o tempo, conforme a área foi “engolida” pela cidade. É uma das primeiras casas de Ribeirão Preto e representa a arquitetura eclética do final do século XIX, e a composição da arquitetura urbana-rural. No seu interior são encontradas pinturas que retratam cenas italianas e também muitos ornamentos, que também seriam da década de 1890.

Abarca grande valor histórico para a cidade e região, pois é um exemplar monumental da arquitetura do café do “Oeste paulista”, além de ser uma das raras construções remanescentes do século XIX em Rib. Preto. Seu primeiro proprietário foi Andre Maria Ferreira de Villa Lobos, a propriedade do imóvel passou por outras pessoas, e inquilinos, cuja informações dizem também terem ocupado o imóvel como um bar, até chegar na empresa Leão Materiais Elétricos LTDA, o qual queria transformar o imóvel em um depósito. Visto que seu tombamento impedia a desconfiguração e reformas para tal, a casa foi a leilão em 2012 e em 2014 tomou posse do imóvel o empresário Nelson José Scorsolini, e apesar de projetos destinados à conservação do bem, está abandonado há muitos anos.

O imóvel teve sua primeira intenção de valoração municipal através da iniciativa de um vereador de Ribeirão Preto, Valdemar Corauci Sobrinho, em 1986, o qual desaguou na Lei 4881/86, de 06 de agosto de 1986, de elaboração de Barquet Miguel (Presidente da Câmara de Vereadores) e posteriormente foi vetada pelo Prefeito João Gilberto Sampaio. Tal intenção foi justificada pelo valor histórico e arquitetônico do imóvel, porém, em sua contestação e veto, o prefeito alega

estar a iniciativa viciada de inconstitucionalidade e ilegalidade, diante do que estatui a legislação municipal. Alega ser de privatividade do Poder Executivo iniciar o Processo Legislativo, eis que, outorgada a competência exclusiva ao prefeito no tocando a iniciativa das leis que disponham sobre “aumento de despesas”.

Tal fato explicita o cenário patrimonial desse período e as intervenções políticas nesse sentido.

A partir de tal veto, encaminha se o projeto de lei para o CONDEPHAAT, que depois de avaliações, tomba o imóvel em 1988 (Processo Estadual - 25774/87). Após isso, somente em novembro de 2009 o processo (02 2009 058819 7) de tombamento do imóvel em âmbito municipal é aberto, o qual, até a data atual, ainda se encontra em andamento. O pedido de tombamento municipal é requerido pela Divisão de Preservação ao Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto (Assinado por Lílian Rosa – Chefe da Divisão, na época). Ressalta-se que não consta justificativa no pedido, mas ao longo do processo consta a justificativa por seu valor histórico e artístico, sobre estar ligado a expansão cafeeira na cidade, por ser um exemplar da arquitetura rural e um dos únicos remanescentes de construção do século XIX. Além de sua arquitetura eclética

como valor importante, também há o acervo de pinturas parietais nas paredes internas da casa.

Seu tombamento provisório é aprovado em reunião em fevereiro/2010, após a solicitação por parte do CONPPAC à Secretaria da Fazenda (parte do CTA) de algumas informações atualizadas sobre o imóvel (slip, croqui e matrícula).

Após análise, o Conselho verifica a necessidade de documentos sobre o bem para prosseguir com o processo rumo ao tombamento definitivo e pede o encaminhamento para o CTA para a junção dos documentos e elaboração de laudos técnicos, além do parecer com a justificativa para a proteção do bem, bem como os elementos a serem preservados.

O CTA utiliza de parte da documentação produzida pelo processo de tombamento estadual do imóvel, juntando-as com informações atualizadas, e dá o parecer favorável ao tombamento do imóvel. Ainda encaminham para a avaliação do CONPPAC, a sugestão para que seja delimitada uma área de entorno de preservação de 300m, mesmo que embora a área de preservação de entorno de bem tombado seja pauta para questionamentos, pela alegação da possibilidade de

poder “engessar” a cidade, este instrumento pode vir, por outro lado, a garantir que não haja danos a paisagem circundante ao bem tombado e ainda pode surgir soluções urbanas e arquitetônicas mais criativas e diferenciadas, *“soluções estas que atendam mais aos apelos de manutenção de qualidade de vida da população e menos aos apelos da desenfreada e danosa especulação imobiliária, que atende somente ao interesse financeiro.”* (Prefeitura Municipal de Ribeirão preto, 2010 – RIBEIRÃO PRETO, 2018)

Em fevereiro/2011 é realizada, a mando do Conselho, uma vistoria sobre a preservação do bem, a qual constata:

Constatamos que, sem que houvesse qualquer interferência da Administração Municipal, o edifício encontra-se em péssimas condições de preservação, podendo ser considerado em grandes áreas edificadas, como ruínas. A visão técnica dada condiz a relatar que o imóvel está degradado pelas intempéries do tempo, e sem dados concretos apareceram também pontos suspeitos de depredação pela ação do ser humano, fato que consideramos rotineiros, em decorrência do descaso quanto às questões de vigilância e segurança do local, imóvel em total abandono. (Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, 2011 – RIBEIRÃO PRETO 2018)

Constata-se também que a edificação conta com elevado comprometimento estrutural, fator relevante à preocupação com a segurança, correndo o risco de desmoronamento das partes ainda estruturadas. E explicam que realizaram uma análise detalhada de cada compartimento, e que categorizam por térreo, subsolo, para que assim, as ações de recuperação, restauração e preservação sejam feitas de formas específicas a cada necessidade. Apontam para os serviços a serem realizados a partir de cada elemento e orientam o projeto de restauração, destacando que a volumetria do edifício deverá ser mantida. Em maio/2012 a Secretaria da Cultura fala sobre a fomentação de proponentes junto ao ProAC-SP de projetos que objetivem a restauração de bens tombados. E entre estes, tramita a Casa Caramuru, por isso solicitam ao CONPPAC uma comissão para o acompanhamento do projeto. E dispõe que o material precisa ser analisado para cumprir data até junho/2012. Um projeto de conservação preventiva e consolidação estrutural e o encaminha para avaliação da comissão do Conselho. Nota-se então uma inconsistência por parte dos dois órgãos, visto que em relatoria a comissão do Conselho constata que a proposta se apresenta sem condições de análise, pois a apresentação

das plantas arquitetônicas está incompleta, quanto a mostragem de interpretação à intervenção e leitura visual interpretativa da intervenção proposta e ainda questionam se a comissão deverá acompanhar o projeto na íntegra em relação a proposta de intervenção e/ou ao trâmite processual.

Em julho/2016 consta no processo um Ofício da Divisão de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto (Sec. de Plan. e Gestão Pública; Sec. da Fazenda; Sec. da Cultura; Sec. da Educação; Sec. de Negócios Jurídicos) para o Corpo de Apoio Técnico, acusando o CONPPAC por sua resposta tempestiva e falta do cumprimento de prazos para análise do projeto acima mencionado.

No mesmo mês, consta anexo de reportagens do CONDEPHAAT sobre o concurso e projeto para o imóvel. A reportagem afirma que a Casa Caramuru é de propriedade privada, mas não há uma parceria com a prefeitura para o seu projeto de restauro, e não se encontrou o dono para falar sobre o assunto. Alega que a Prefeitura afirmou que a captação de recursos para a restauração é de sua responsabilidade, e que o projeto prevê R\$ 8 milhões, no entanto, não há um plano elaborado sobre como o município irá realizar essa arrecadação, que pode ser por meio de parcerias com a

iniciativa privada ou editais estadual e federal. Afirma que a Secretaria Municipal de Cultura afirmou que a casa passou por obras de resguardo da estrutura, com o acompanhamento de técnicos e catalogação de peças internas. Cita o arquiteto Cesar Shundi Iwamizu, responsável pelo projeto de restauração da casa e que, este afirma que o trabalho inicial foi alterado para conservar mais as características originais do imóvel. Segundo ele, a equipe está finalizando o trabalho, incluindo memorial de restauro, projeto de arquitetura, estrutura, fundações, instalações elétricas, hidráulicas e ar-condicionado. Ele afirma que o prazo final é Setembro (2014) e que um novo orçamento mais preciso deverá ser logo publicado. Alega que o atraso na conclusão do projeto foi a demora da avaliação técnica da UPPH (Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico), órgão do CONDEPHAAT. Em nota que Marcos Tognon, referência em restauro, fez ressalvas ao projeto que foi apresentado originalmente, pois para ele, o fato do projeto apresentar “intervenção baseadas em soluções contemporâneas” poderiam comprometer o patrimônio. E o arquiteto do projeto salienta que: “Não vemos motivos para polêmicas, ao contrário, queremos valorizar programas de restauro de bens

tombados”, afirmou Iwamizu. “O que nos espanta é o descaso histórico que permitiu essa e outras obras chegarem a um nível tão avançado de degradação”, (IWAMIZU, 2014 em entrevista à Folha de São Paulo – RIBEIRÃO PRETO, 2018).

Em outra entrevista em anexo há a cobrança de que o projeto está demorando a sair do papel e destaca-se como conclusão da mesma: “Há um descaso de todos os lados: Estado, município e sociedade civil. E a casa está caindo aos pedaços [...] Não sei como essas pinturas ainda sobrevivem, mas são lindas e precisam ser preservadas. “ (LILIAN RODRIGUES DE OLIVEIRA ROSA, 2014, em entrevista à Folha de São Paulo).

Nada mais é dito sobre o projeto no processo.

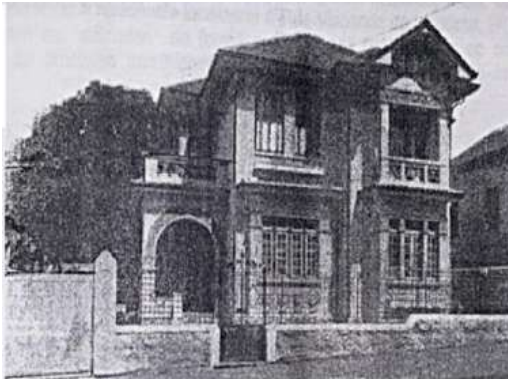
Em março/2015 consta ata de reunião do Conselho, o qual aprova o tombamento definitivo do imóvel. Em seguida, em agosto/2015, é solicitado ao CTA os laudos para o prosseguir com tal ação, que respondem apenas em junho/2016 para elaborar o decreto conforme os laudos já feitos e orientados.

A partir de tal, constam no processo assinaturas e carimbos de movimentações de 2017 até 2018, quando em



julho/2018, consta Ofício do atual presidente do Conselho que alega que, vistos algumas mudanças nas leis; visto que o presente autos já se encontra em fase final de tramitação, sendo necessárias a produção de atos processuais e administrativos por parte do Poder Público, para a conclusão do processo administrativo de tombamento, opina-se pela ratificação global de todos os atos praticados nos autos até a presente data. Em resposta, há anexo ata de reunião do CONPPAC em abril/2018 que aprova por unanimidade tal orientação de ratificação, e em seguida encaminha-se o processo do imóvel em questão para expedição do Decreto Municipal. Cabendo destacar que este ainda não foi realizado até a presente data.

### 3.1.4. Palacete Albino de Camargo Netto



Fachada Frontal do Palacete Albino de Camargo Netto na década de 1920. (Fonte: Trabalho de Introdução ao TFG – Centro Universitário Moura Lacerda, Aline Feiches, 2016).



Fachada Frontal do Palacete Albino de Camargo Netto em 2012. (Fonte: Processo de Tombamento Palacete Albino de Camargo Netto, RIBEIRÃO PRETO, 2018)



Fachada Frontal do Palacete Albino de Camargo Netto em 2005. (Fonte: Processo de Tombamento Palacete Albino de Camargo Netto, RIBEIRÃO PRETO, 2018)



Fachada Frontal do Palacete Albino de Camargo Netto em 2018. (Fonte: Flávia Vilas Boas, 2018)

O Palacete Albino de Camargo Neto, atualmente encontrado em estado de ruína é, de longe, o maior exemplo do abandono dos imóveis patrimoniais na cidade de Ribeirão Preto-SP. Situado na rua Visconde de Inhaúma, 241, o edifício foi construído no século XX, estima-se que entre os anos 1902-1913 (Arquivo Público e Histórico). Obra do engenheiro Vicente Lo Giudice, tem 638,29 m<sup>2</sup> de área construída, num terreno de 915,30 m<sup>2</sup>.

Sua construção seguiu a concepção formal adotada na época, possuindo características ecléticas e no que ainda resta desta, apesar do avançado estado de degradação e de terem sido perdidas grandes partes, as pinturas dos cômodos ainda são as originais, assim como vitrais e caixilharia, portas e janelas em madeira.

O palacete foi construído em nome dos pais de Albino de Camargo Neto, importante figura da cidade<sup>46</sup>, que herdou a casa e ali viveu com sua esposa e sua família, deixando-a, por sua vez, como herança para seus descendentes, sendo hoje,

sua neta, Maria José de Camargo Junqueira Reis, a atual proprietária do imóvel e responsável pelas tramitações com o CONPPAC-RP, estas que vêm sendo conflituosas desde a abertura do processo (nº 02.2004.027471-0) de tombamento do imóvel, em julho de 2004.

A despeito de já em estado de abandono e sem uso, o tombamento do imóvel foi requerido pelo próprio órgão de preservação. A justificativa para tal foi baseada na alegação do imóvel possuir valores históricos e arquitetônicos, sendo um exemplar importante para a história da cidade, considerando que, ainda que abandonada, a edificação preservava muitas características de sua construção e período. Sendo levado em votação em agosto de 2004, o tombamento provisório foi aprovado por unanimidade e publicado através da resolução nº 15/2004. Em seguida é encaminhado para a instrução dos

---

<sup>46</sup> Albino de Camargo Neto (1863-1969) foi uma figura importante na sociedade ribeirão-pretana, atuou na cidade como professor, redator,

delegado de polícia, escritor, atuou como vereador em 1926-1929, prefeito em 1930, e posteriormente deputado estadual em 1963-1967.

órgãos competentes<sup>47</sup>, afim de juntar informações e documentação para dar andamento ao tombamento definitivo.

Apesar do tombamento provisório ter sido aprovado em agosto, somente em novembro foi enviada a notificação à proprietária do imóvel, informando-a sobre o processo, esta que, desde o início, se mostrou contrária à tal ação, apresentando impugnações, alvarás de demolição e pedido de destombamento<sup>48</sup> ao longo do processo.

A primeira vistoria e publicação de auto de constatação<sup>49</sup> do imóvel foi feita somente em setembro de 2005, pelo Corpo Técnico de Apoio (conforme solicitado pelo CONPPAC/RP), após várias solicitações e encaminhamentos dentro de setores da prefeitura.

Cabe destacar que, desde o começo do processo de tombamento, com a solicitação do tombamento provisório, foram feitas mais de uma vistoria, tanto por parte da prefeitura,

quando por parte da proprietária, em períodos diferentes, constatando a evidente evolução dos danos no imóvel, onde, no início do processo, o imóvel se encontrava em condições razoavelmente melhores que atualmente, visto que se passaram 7 anos da primeira (2005) à última vistoria (2012). Na primeira vistoria realizada pelo poder público, consta que o imóvel já se encontrava em total estado de abandono, por parte de seus proprietários, encontrando-se trancado com cadeado no momento da vistoria, além de ser constatado a presença de usuários, invasores. Ainda nesta, consta a seguinte descrição sobre o estado geral de conservação do bem:

O imóvel conserva na sua maioria as características originais de sua construção e ainda em condições de ser preservado e restaurado como um todo. As condições precárias de manutenção comprometem a sua existência futura; a falta de manutenção do telhado compromete a estrutura como um todo, estando este em grande parte destelhado. Grande quantidade de elementos originais já foram extraídos da edificação, assim como lustres, torneiras, mobiliário e outros. A utilização por parte de invasores deteriora e compromete não

---

<sup>47</sup> Secretaria da Cultura, Secretaria do Planejamento Urbano, Secretaria de infraestrutura, Departamento de obras particulares, Secretaria do Meio Ambiente, Arquivo Público e Histórico, Secretaria de Negócios Jurídicos, Secretaria da Fazenda, Corpo Técnico de Apoio.

<sup>48</sup> De acordo com a legislação nacional, estendido para a legislação municipal de Rib. Preto, um bem pode ser destombado, mas apenas se houver comprovada perda da motivação do

tombamento (comprovada perda dos motivos que levaram ao reconhecimento do bem cultural como patrimônio cultural da cidade).

<sup>49</sup> Condições do imóvel. No documento citado há o relatório de vistoria; levantamentos fotográficos; Folhas de informação do imóvel fornecidas pelo Departamento de Obras Particulares da Secretaria de Infraestrutura.

só o conjunto da edificação, mas também a integridade física dos mesmos, em situação de risco. Há riscos de desabamento do piso superior e do telhado, e a escada já foi deteriorada em seu primeiro lance. Há a presença de cupins em grande escala por toda a edificação e em maior quantidade na parte da ampliação, devido à qualidade da madeira diferenciada da original. Em suma, não é bom o estado geral de conservação, necessitando urgentemente de reparos em vista da manutenção do patrimônio em questão. (Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, 2005 - RIBEIRÃO PRETO, 2018)

Após a produção e junção dos documentos necessários, o processo foi encaminhado para votação em reunião do conselho em março/2006, sendo seu tombamento definitivo aprovado por unanimidade (Resolução 02/06), é então enviada nova notificação à proprietária informando a decisão e informando seu prazo de quinze dias para impugnação.

Em outubro/2006 a comissão municipal de defesa civil de Ribeirão Preto – Guarda Civil, encaminha relatório elaborado em setembro/2006 (2ª vistoria) referente ao imóvel para o Secretário de Gestão e Planejamento Municipal, para conhecimento e providências cabíveis, informando de um incêndio que ocorreu no imóvel. A vistoria constata que o incêndio causou grandes avarias ao imóvel e em todos seus

elementos, inclusive não se pode verificar o pavimento superior, por falta da escada. E conclui-se o seguinte parecer:

“Como providência inicial, sugerimos comunicar a ocorrência a Secretaria de Planejamento e Gestão Ambiental e demais órgãos competentes, devido ao possível interesse histórico da edificação, solicitando ciência e providências cabíveis. O imóvel provavelmente já apresentava acentuado estado de deterioração, agravado de forma drástica com esse sinistro. É indicado o isolamento total do prédio para que não coloque em risco a integridade da população que transita pela calçada. Os serviços de limpeza e remoção de entulhos deverão ser feitos com rigorosa verificação geral e critério apurado (após liberação da autorização pertinente), pelo proprietário. Quanto a origem da ocorrência há indícios de que o fogo foi iniciado por andarilho usuário do local, sendo descartada a hipótese de curto-circuito por a energia estar desligada; pela existência de material inflamável o fogo alastrou-se pelos compartimentos da habitação. “ (Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto, 2006 - RIBEIRÃO PRETO, 2018)

Diante do ocorrido, supondo-se que o imóvel tenha perdido características que o validavam como bem patrimonial, justificando seu valor arquitetônico e histórico, há um novo pedido de avaliação do processo de tombamento (02.2007.027435-1), datado de junho/2007. Esse processo é

requerido pela proprietária e trata-se também de um pedido de alvará de demolição do imóvel.

Buscando fundamentos para tal pedido, a proprietária encaminha laudo técnico (3ª vistoria), elaborado pelo engenheiro civil Roberto Gomes, no qual destaca os problemas da edificação e dá o parecer técnico que aponta para a demolição da edificação remanescente, pois há risco de desabamento que pode comprometer a vizinhança.

Consta que, até a data deste, o tombamento definitivo já tinha sido aprovado, porém ainda não tinha sido feito o decreto oficial, em cobrança da proprietária a uma resposta pelo Conselho sobre seu pedido de alvará de demolição, no início de 2008 este manifesta-se contra, sendo enviado pelo CTA parecer ao CONPPAC/RP e ao gabinete do prefeito, afirmando que o bem já está sob proteção especial pelo tombamento definitivo decidido em reunião registrada em ata de 07/03/2006, assim como pela resolução nº 02/2006 e afirma que em que pese a solicitação de nova avaliação do imóvel, já há manifestação técnica favorável ao tombamento ainda que este

tenha sofrido grande degradação, ainda há condições de restauração, razão para a agilização do tombamento definitivo, considerando pedido de demolição. O CTA também destaca uma lei aprovada<sup>50</sup>, em relação a bens ambientais, onde o patrimônio cultural também se inclui, como parte do meio ambiente cultural, dando mais força à sua proteção. E conclui que o pedido de demolição deve ser indeferido. Assim sugere-se que se encaminhe com urgência para o gabinete do prefeito, para a finalização do procedimento, com edição do decreto municipal.

Assim, o pedido de alvará de demolição é indeferido em fevereiro/2008, dando ciência do mesmo à proprietária.

Em maio/2008, é decretado (Decreto nº 132) o tombamento definitivo do imóvel, em dezembro/2008 o processo é encaminhado para a Secretaria da Cultura para inscrição do bem em um livro do tombo e a confecção de sua identificação conforme a lei.

---

<sup>50</sup> Lei nº 9.605 de 13/02/1998, conhecida como Lei dos Crimes Ambientais.

A proprietária entra com um novo pedido de demolição do imóvel com a preservação da fachada (02.2008.024194-4), em junho de 2008, o qual se estende até seu indeferimento em abril de 2009, por votação unanime em reunião do Conselho, após menções<sup>51</sup> de falhas tentativas de negociações. Nesta mesma reunião, o conselho pede novos laudos da situação atual do imóvel e discutem medidas compensatórias à proprietária, dando a entender uma possível permuta.

Cabe ressaltar que, até então, o imóvel ainda não teve sua inscrição no livro do tombo, em outubro de 2009, o próprio Conselho reconhece que o bem não tem laudo de levantamento arquitetônico das condições atuais para proceder com sua inscrição, e solicita que este seja feito. Destaca-se, ao longo do processo, outros pedidos para o prosseguimento de sua inscrição (nº0014), que foi feita somente em fevereiro de 2011.

Diante do indeferimento do segundo pedido de alvará de demolição, a proprietária entra com a solicitação do

---

<sup>51</sup> Consta no processo de tombamento informações que alguns processos foram retirados dos anexos, por isso, no caso do processo

destombamento (02 2009 046245 – 5) do imóvel, em outubro/2009. A proprietária alega que quer a anulação do tombamento, uma vez que já pediu o alvará de demolição em 2007 e mesmo assim o CONPPAC e a Prefeitura tombaram o imóvel em 2008. Alega que o imóvel encontra-se em ruínas irreparáveis, que muitos moradores de rua invadem o local apesar dos cadeados, e que ela quer cuidar da sua propriedade, cuja a prefeitura não dá nenhum incentivo, nem sequer isenção do IPTU, ela quer erguer um memorial em memória sua família e história no local e usar o resto do terreno para fins comerciais e enfim, que não está sozinha diante do pedido e seguem em anexo ao processo as assinaturas de mais de 300 pessoas que também querem que se dê um jeito no local, juntamente com uma carta pública sobre seu imóvel, expressando sua insatisfação com a situação e suas intenções para com o local.

IN MEMORIAN DE ALBINO CAMARGO NETO. A neta de Albino Camargo Neto pede socorro. Maria Lúcia de Camargo Junqueira Reis, neta do prof. Albino Camargo Neto diz que a memória de seu avô vem sendo desrespeitada pelo poder Público de Ribeirão Preto. O CONPPAC (Conselho de Preservação do Patrimônio Artístico e Cultural de

nº02.2008.024194-4, há apenas menções das tentativas de negociações até seu indeferimento.

Ribeirão Preto) e a Prefeitura de Ribeirão Preto acharam por bem incluírem a casa que seu avô construiu na Rua Visconde de Inhaúma na lista de processos de tombamento de imóveis considerados históricos e culturais. A casa foi construída com todo esmero para abrigar uma família, ser na verdade um lar, jamais imaginando que hoje se transformaria em pesadelo para seus descendentes. Maria Lúcia e a maioria da população de Ribeirão Preto não entendem e não concordam com esse processo de tombamento, pois o que se vê no local é uma casa em ruínas, destruída pelo tempo, na mais lamentável das realidades. Como se tudo isso não bastasse, o local encontra-se invadido por seres humanos desprezados pelas autoridades públicas, andarilhos, drogados, doentes físicos e mentais, que lá pernoitam, assaltam, fazem suas necessidades fisiológicas e morrem a mingua. O que vemos é inconsequência e irresponsabilidade por parte das autoridades constituídas que teimam fazer políticas mascaradas embasadas em engodos e vicissitudes. Querem estar na mídia mesmo que para isso atuem como um rolo compressor massacrando pessoas simples e inocentes. Será que Ribeirão Preto merece tanto desrespeito? COM CERTEZA NÃO MERECE. Para que essa situação não perdure existe um ABAIXO ASSINADO entre os cidadãos ribeirão-pretanos pedindo medidas urgentes e sensatas para um desfecho digno e do agrado geral. Maria Lúcia se compromete a revitalizar o local construindo um mural de azulejos com a fotografia da casa como era na íntegra, fazer um busto de bronze com o perfil de seu avô, iluminar o local com holofotes e construir na parte dos fundos um estacionamento coberto para melhor conforto da população. A memória de seu avô não pode continuar a ser denegrida bem como a

população sofrer tanta desfeita. A VIZINHANÇA NÃO SUPORTA MAIS O MAL CHEIRO, A INVASÃO, AS CENAS DESPUDORADAS, O MEDO E A INSEGURANÇA. (MARIA LÚCIA CAMARGO JUNQUEIRA, 2009 – RIBEIRÃO PRETO, 2018)

Em março/2011, fez-se então uma reunião entre proprietários e o Conselho para tentarem dar uma solução ao impasse que vem se estendendo desde 2004. Na reunião o proprietário propõe a construção de um mural com a foto da casa, com um estacionamento atrás da construção. A presidente do CONPPAC instrui sobre as possibilidades, onde todos os pedidos devem ser protocolados por escrito. Se pode pedir novamente o destombamento, e também uma permuta. E ressalta que se deve fazer um pedido de laudo técnico sobre as condições atuais quanto ao processo de revitalização e conservação. Diante dessa informação, a proprietária faz uma solicitação por escrito para cópia do processo de tombamento, para atualizar a situação real do imóvel.

Em abril/2011, a proprietária envia ao CONPPAC um relatório agradecendo à reunião do dia 29/03, e apresenta o trajeto do processo e as falhas/impasses deste até então. Neste consta trechos de reportagens dos jornais locais sobre



inconsistências e irregularidades na atuação do órgão de proteção, incluindo a CPI por qual o Conselho passou, com enfoque ao palacete de Albino Camargo Neto. Dentre as informações citadas nesse relatório cabe destacar:

- Em fev/2008, após o primeiro pedido de alvará de demolição, O Jornal A Cidade, de Ribeirão Preto, aponta em reportagem que a fachada do casarão Albino Camargo foi parcialmente destruída pelo temporal ocorrido durante a noite. A proprietária registrou boletim de ocorrência se isentando da responsabilidade por acidentes futuros que possam vir a ocorrer. O presidente do CONPPAC, Sr. Gilberto Pinhata alega que a polícia não tem nada a ver com isso e se quiserem demolir o imóvel que recorram ao promotor público que cuida do patrimônio histórico.

- Em março/2008, no mesmo jornal, consta a declaração da arquiteta Silvia Wolf do CONDEPHAAT que diz que Ribeirão Preto “engatinha” no trato do patrimônio histórico: “não há inventário de seus imóveis, definições de um centro histórico no Plano Diretor e falta política de preservação.”

- Segundo o jornal A Cidade, de Ribeirão Preto, em junho/2009, “A nova presidente do CONPPAC, Sra. Cláudia Morroni, orienta os proprietários do casarão Albino Camargo a colherem o maior número de assinaturas da população, visando o “destombamento” do casarão e que seja encaminhado um documento a prefeitura oficializando esse pedido. Adianta ainda que vai pedir ao Conselho “um novo laudo sobre o estado de conservação do prédio”, uma vez que último fora feito há três anos atrás. “

- Ainda em junho/2009, em reportagem ao jornal A Tribuna, a presidente do CONPPAC diz que vai analisar a proposta de possível pedido de destombamento e este será votado pelos 27 membros do conselho. Contesta ainda que proprietária foi notificada sobre o assunto e da existência de um processo sobre seu imóvel.

- Segundo jornal A Gazeta, de Ribeirão Preto, em fevereiro/2010, a Prefeitura e o Ministério Público de Rib. Preto fazem uma vistoria no casarão Albino de Camargo Netto, e nessa ocasião o promotor Sr. Sebastião Donizete declara que,

segundo uma previsão sua, o destino do casarão será decidido em três ou quatro meses.

- No mesmo mês, reporta o jornal A Cidade, de Ribeirão Preto que os proprietários querem murar ou colocar tapumes para proteger o imóvel. A presidente do CONPPAC diz que há a possibilidade de se colocar tapumes, mas que não foram procurados para tal proposta.



Faixa e protesto é colocada no casarão Albino Camargo, na Visconde de Inhaúma, em Ribeirão. Fonte: Folha de São Paulo, 10 de fevereiro de 2010.

- Destacam uma reportagem do jornal O Estado de São Paulo, em fevereiro/2010, com uma notícia sobre o tombamento dos imóveis da cidade (capital) estarem sendo revisados, falando-se em se preservar somente as fachadas.

- Em março/2010, o jornal A Cidade, de Ribeirão Preto, aponta que a presidente do CONPPAC diz que pretende fazer um levantamento técnico da situação do casarão Albino Camargo para definir o que restou do imóvel. Na mesma matéria, o jornal revela que uma mulher sofreu estupro dentro do casarão. Em outra matéria revela-se que homem abusou de criança de 12 anos dentro do casarão.

O Relatório segue citando que, em reunião do Conselho com os proprietários, em março/2013, a presidente Dulce Palladini orienta que qualquer pedido deve ser devidamente protocolado para avaliação e acrescenta ainda que o proprietário deve acrescentar um laudo técnico de engenharia para comprovar a avaliação real do imóvel em possíveis pedidos de demolição ou destombamento

Em reposta, os proprietários alegam que: “Queremos comunicar que o CONPPAC realmente não nos parece ser um órgão sério e bem informado”, visto a afirmação de que o laudo técnico de engenharia com a avaliação real da situação do imóvel foi protocolado na Prefeitura em junho/2009 e o pedido de destombamento foi protocolado na Prefeitura em outubro/2009.

Os proprietários finalizam o relatório com a pergunta de “Como fica a situação do CONPPAC perante esse histórico? ” (Relatório de inconsistências do CONPPAC apresentado no Processo de Tombamento do Palacete Albino de Camargo Netto, 2011 – RIBEIRÃO PRETO, 2018)

Após tal relatório consta no processo o encaminhamento, pela proprietária, de um projeto com a proposta de se construir um memorial com a história do proprietário e da casa, e a demolição das ruínas da edificação, visto que na presente data não há mais condições de restaurar o imóvel. Tal proposta é indeferida pelo Conselho, após a realização de vistorias em 2011, (4ª vistoria) que alegam que é possível a restauração do imóvel, mediante a reforços estruturais aliados a um projeto contemporâneo.

A partir de tal, em maio/2012 é enviado um ofício para a proprietária para que esta encaminhe um novo projeto para o uso do referido imóvel. Mediante a tal solicitação, é feita nova vistoria (5ª vistoria) por parte da proprietária e a partir desta alega que, conforme consta no laudo sobre o estado de ruínas e as fachadas comprometidas, a proposta é reforçar e compor as fachadas com estruturas metálicas e atrás fazer um galpão

que a proprietário pode fazer uso próprio ou alugar para terceiros, e pedem a revisão do tombamento histórico para um tombamento parcial – só das fachadas remanescentes.

Em resposta, após reunião para avaliar o pedido de tombamento parcial, o CONPPAC cita que a proposta deverá respeitar os requisitos de se manter as fachadas existentes, os elementos internos existentes, como também os gradis de fechamento do imóvel, além de se manter também o gabarito do projeto original. E solicitam incluir junto ao anteprojeto, perspectivas e memorial descritivo. E todo material deverá ser assinado por profissional responsável e com termo de responsabilidade técnica.

Mediante a isso, a proprietária reafirma que em reunião em abril/2012, já fez a colocação que tem interesse em manter a fachada, adicionando reforços metálicos para a manter, e também pode manter o gradil. Agora, sobre elementos internos, também já enviou laudo que o edifício está em ruínas e não pretende manter mais anda além do que já foi discutido, uma vez que já foi prejudicada desde o tombamento em 2004, onde a prefeitura cobra um IPTU de uma área maior que a definida pelo seu engenheiro, e também sobre as ruínas, ao

invés de somente sobre o terreno. Destaca que já pagou por levantamento topográfico e laudos que o CONPPAC não entendeu, ou não levou em consideração e não estão dispostos a desembolsar mais nenhuma quantia.

Após tais considerações, não consta no processo mais movimentações por parte da proprietária, apenas mais um ofício do Promotoria de Justiça para a presidente do Conselho pedindo que, embora o imóvel seja particular, é necessário que o CONPPAC os avise sobre quais medidas estão sendo tomadas para a preservação do imóvel. Em resposta, o Conselho informando que a proprietária entregou toda a documentação necessária, faltando apenas o projeto do que pretende se fazer, pois para a liberação junto ao Conselho é necessário um anteprojeto completo (plantas, cortes, fachadas ou maquete eletrônica, e memorial). É realizada mais uma vistoria (6ª vistoria) para a avaliação atual do bem, feita pelo CTA e um relatório com as constatações, que reafirma as condições de restauro apontadas em 2012 e apontam para duas vertentes de conservação do bem, a reconstituição/reconstrução ou restauro/conservação de elementos originais remanescentes, os quais poderão ser

reaproveitados ou integrados com as propostas de ocupação e novos projetos, conforme orientações das Cartas Patrimoniais. Apontam ainda para a necessidade de ações preliminares de limpeza e levantamentos mais detalhados, além do projeto e obras de contenção e estabilização estrutural.

Após essa data, consta a citação de um projeto para a preservação e conservação do imóvel, porém este não está anexo ao processo, tampouco foi encontrado junto à Secretaria da Cultura.

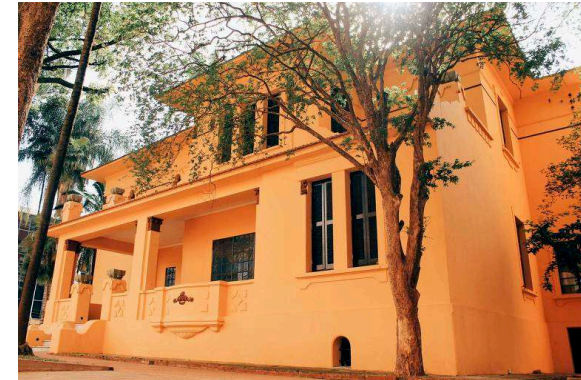
### 3.1.5 Palacete Jorge Lobato



Fachada do Palacete Jorge Lobato em 2004. (Fonte: processo de tombamento, Ribeirão Preto, 2018).



Fachada do Palacete Jorge Lobato em 2010, antes da reforma. (Folha de São Paulo, 2018, Marcia Ribeiro, Folhapress).



Fachada do Palacete Jorge Lobato em 2017, restaurado e transformado em Centro Cultural. (Folha de São Paulo, 2018).

Durante muitos anos, o palacete Jorge Lobato se encontrou na mesma situação de descaso e abandono que os demais imóveis apresentados, mas atualmente, encontra-se restaurado, através de iniciativa privada e parceria com o Poder Público, onde se pode viabilizar seu projeto, porém, mediante algumas complicações com o CONPPAC, este ainda não está em funcionamento.

O Palacete Jorge Lobato se localiza na Rua Álvares Cabral, 716 – Centro – Ribeirão. Construído em 1922, pelo

arquiteto: Geribello & Quevedo - Engenheiros e Empreiteiros / aprovado pelo engenheiro municipal Antônio Soares Romeu, o imóvel possui área total de cerca de 1958m<sup>2</sup> - sendo 513m<sup>2</sup> de área construída.

Carrega em sua arquitetura muitas referências estrangeiras, sobretudo, italiana. É composto da mistura de vários estilos, resultando na arquitetura eclética, além de ter características neocoloniais, como as paredes ornamentadas com madeira. Possui vitrais com temáticas religiosas e de paisagens, hall de entrada, detalhes em ferro, característicos dos palacetes burgueses da época. Os cômodos são distribuídos em dois pavimentos, conta também com um vasto jardim e um porão, e a área dos funcionários ficava em uma construção separada da casa.

Foi construído como um presente do fazendeiro Joaquim Cunha Diniz Junqueira à sua filha Anna Junqueira, pelo casamento com Jorge Lobato, que foi figura importante na região<sup>52</sup>. Desde a morte de seu último morador, em 1991, o

prédio ficou abandonado por mais de vinte anos, até ser comprado e restaurado.

Seu tombamento (nº 02 2004 011717 7) foi requerido pelo próprio órgão de proteção municipal, CONPPAC-RP, em março de 2004. Na solicitação consta a justificativa de que o bem deveria ser tombado por seu significado histórico e arquitetônico, integrante da paisagem cultural urbana de Ribeirão Preto-SP.

O conselho acata seu tombamento provisório em julho, através da Resolução 04/2004. E poucos dias depois é enviada a notificação ao proprietário (nota-se que consta apenas a notificação à um deles, porém o bem é partilhado entre os herdeiros), informando-o do seu prazo para manifestação. Então é encaminhando o processo para o Corpo de Apoio Técnico para que se faça os procedimentos, levantamentos e laudos para dar andamento ao tombamento definitivo.

---

<sup>52</sup> Engenheiro civil, trabalhou para o estado, atuou como comerciante, agricultor e empresário, e ainda foi vereador e presidente da câmara municipal de Rib. Preto.

Cabe destacar que, em relação à propriedade do imóvel na época do processo de tombamento, Jorge Lobato e Anna Junqueira tiveram cinco filhos e estes foram os herdeiros<sup>53</sup> do imóvel, juntamente com seus conjugues.

Logo após a publicação do tombamento provisório, em agosto de 2004 é feita uma impugnação pela condômina Vera Lobato Junqueira, que alega não ter sido notificada sobre o processo, apesar de ser proprietária que consta na matrícula do imóvel. Na impugnação a proprietária descreve os seus motivos, primeiramente citando as leis e os valores que deveriam embasar as escolhas dos bens patrimoniais representativos de uma sociedade, uma vez que não se justifica o tombamento de qualquer exemplar e conclui que o palacete não possui os valores necessários para tal, pois ele seria apenas uma construção antiga, e não exatamente de valor histórico ou artístico. Acrescenta que o prédio está em avançado processo de deterioração, e que, internamente já

ocorreram muitas intervenções, descaracterizando-o do seu original. Cita os custos da restauração e manutenção do imóvel, um grande ônus a seus proprietários, que já se encontram em idade avançada, não podendo arcar com os gastos e problemas de tais ações. E estes só podem concordar com o pedido de tombamento se o Poder Público se responsabilizar por tal, e mais ainda, pedem pela desapropriação do imóvel, pelo justo valor do mercado e/ou as devidas indenizações pela depreciação total ou parcial do valor econômico e patrimonial que o tombamento representa aos seus proprietários.

Em setembro 2004, o CONPPAC-RP faz novas solicitações ao Corpo de Apoio Técnico para que se providencie os dados necessários para se prosseguir e encaminhar o tombamento definitivo do imóvel.

---

<sup>53</sup> Os herdeiros do palacete foram (nota-se que um dos filhos de Jorge Lobato não consta no registro do imóvel – Henrique Lobato Marcondes Machado): Laura Lobato Uchoa, casada com Matinho Prado Uchoa, residentes em São Paulo-SP; Maria Sílvia Junqueira Lobato, desquitada; Luiz Junqueira Lobato, solteiro; Vera Junqueira Lobato, solteira, residentes em Rib. Preto; todos com 20% do imóvel. E Ana Rosa Marcondes Machado Guyer Salles, casada com José Guyer Salles; Beatriz

Marcondes Machado, desquitada, residentes em São Paulo-SP, ambos com 10% do imóvel. Devido ao falecimento de Luiz Junqueira Lobato, em partilha dos seus bens (1998/1992), seus 20% da parte do imóvel passam para Ana Rosa Marcondes Machado, que então passa a ter a maior parte do imóvel, somando 30% deste, sendo esta a proprietária registrada no livro do tombo relativo à inscrição do imóvel.

Cabe destacar que o processo é encaminhado à Procuradoria Patrimonial em novembro/2004, mas além de ter a procuradora de férias, devolve o processo para a Secretaria de Cultura alegando não ser do seu ofício nenhuma media pertinente à este.

Em fevereiro/2007, a despeito do pedido de impugnação dos proprietários, o Conselho emite parecer favorável para o tombamento definitivo do imóvel, visto este ser de grande valor como exemplar arquitetônico e histórico, por se tratar de representante da arquitetura eclética, aparentemente mantendo-se inalterado, mesmo que em mau estado de conservação.

Em março/2008 o CTA envia ofício ao CONPPAC/RP ratificando auto de constatação, pedindo para que o CONPPAC tome providências para a edição do decreto do tombamento definitivo, visto o prazo de decadência próximo em agosto de 2008. Este então foi feito em junho/2008, publicado em julho do mesmo ano. Mas devido à falta de algumas informações nessa publicação, foi feita uma nova

publicação, editada, em 11/07/2008, com o número do decreto nº 219.

Em novembro/2008 o CONPPAC solicita para a Secretaria da Cultura a finalização do processo de tombamento, inclusão do bem no livro do tombo. Esta que foi feita em dezembro/2008. No processo também consta documento com a publicação da inscrição no livro do tombo, contendo informações dos processos; informações da área/terreno do imóvel; histórico de Jorge Lobato; bibliografia; informações de seu registro. Em março/2009 houve o pedido (requerimento 005/2009) e averbação no registro de imóveis depois da inclusão no livro de tombo.

Destaca-se que em abril/2011 há um pedido para atendimento da solicitação do perito judicial à Secretaria de Planejamento para elaborar laudo arquitetônico completo, instruído com fotos e projeto, visto que até então, não se constatou nenhum laudo técnico mais detalhado anexo no processo. Em junho/2011 a Secretaria responde que, devido a impossibilidade de acesso ao imóvel, encaminham cópia de planta e demais levantamentos elaborados pela arquiteta



Camila Rodrigues (quando estudante do Centro Universitário Moura Lacerda) e de Juliana Cherulli (Faculdades COC) como informações complementares. Os anexos são compostos por plantas do subsolo, pavimento térreo e pavimento superior; fotos dos cômodos e elementos do edifício.

Em 2014/2015 os irmãos Héctor Sominami e Ingrid Sominami demonstram interesse na compra do imóvel, e em agosto/2015 há um ofício da Secretaria de Negócios Jurídicos para o CONPPAC, solicitando o processo de tombamento, relativo aos procedimentos dessa transação. Porém no processo chega ao seu final, não constando mais nada relativo a essa transação, nem sobre a restauração em si. Apenas há um pedido, em abril/2018 para encaminhar e anexar ao processo o pedido de restauração em andamento para análise em conjunto (obs: mas não há anexo nesse presente processo analisado até a data atual – talvez por este não estar finalizado ainda).

---

<sup>54</sup> 15 estudantes e 2 docentes – Prof. Rita Fantini e Domingos Lopes Guimaraes.

<sup>55</sup> Coordenada por Marcos Tognon, responsável pela parte de rebocos, teto, vitrais. Estes foram levados para serem restaurados em Campinas-SP.

Para além da análise do processo, cabe destacar o projeto de restauro do imóvel, que contrariando a visão geral de que o tombamento inviabiliza usos contemporâneos e seria impedimento para a comercialização dos bens imóveis, em 2014/2015 os irmãos Héctor e Ingrid Sominami demonstram interesse em adquirir o palacete. A compra se concretiza, segundo os novos proprietários, com a intenção de se realizar um projeto que reconhecesse a história do local, com um café/restaurante na área interna da casa; petiscaria e choperia na lateral do jardim; espaço cultural e de exposição na área externa.

Houve a preocupação em se preservar ao máximo as características originais do projeto – incluindo alguns móveis. E as ações para a recuperação e restauro contaram com o apoio e parceria da Universidade Moura Lacerda<sup>54</sup>, além da equipe especializada em restauro<sup>55</sup> e dos próprios proprietários<sup>56</sup>.

<sup>56</sup> Coordenada pelos irmãos Sominami, encarregada da parte das madeiras, portas, janelas, recuperação, refazimento. Ingrid assina como arquiteta do projeto e Héctor como engenheiro civil.

Atualmente, com as obras de restauração já concluídas, e o projeto aprovado pelo CONPPAC-RP, aguarda-se a liberação da prefeitura e na sequência análise e aprovação da Vigilância Sanitária para dar continuidade a reforma da cozinha, com as obras de adaptação, sendo esse o principal entrave para a abertura do casarão ao público. Quando o projeto for totalmente concluído, no local vai funcionar o *Café e Restaurante Palacete 1922*. E apesar dos entraves, este já vem abrindo suas portas desde 2017 para visitas guiadas e também para eventos e ações culturais como produções musicais; ensaios fotográficos; feiras; exposições e reuniões; visando sua reinserção ao cotidiano das pessoas, dando uso dinâmico ao imóvel, respeitando a premissa que o bem patrimonial manteria suas portas abertas à população a quem pertence sua história.

Destaca-se que, no decorrer das obras o CONPPAC passou por um período de inatividade (2016-2017) - fato já mencionado no capítulo 2 – o que atrasou o projeto. Além disso, segundo os novos proprietários, estes esperavam maior apoio do Conselho e da Prefeitura de maneira geral, visto que, até atualmente, seguem aguardando a liberação para a

construção da cozinha e consequentemente a abertura do Café/Restaurante.

### **3.2. Análise geral sobre processos de tombamento**

Em geral, percebe-se que há grandes divergências entre a legislação – citada dentro dos processos, a qual delibera as ações que devem ser realizadas, os setores responsáveis e a forma de execução de cada uma - e a prática desta no município de Ribeirão Preto, somando-se a visível falta de recursos, a desorganização dentro dos setores responsáveis e a falha na comunicação e entendimento entre os agentes envolvidos – aqui exemplificada pelos embates entre os proprietários e o Conselho - demonstrando a ineficácia das gestões e consequentemente a falha na aplicação das políticas públicas no município, visto o atual estado de conservação dos imóveis.

Analisando a estrutura geral dos processos, percebe-se que, embora haja uma intenção de cumprimento da legislação, muitos dos procedimentos estão em desacordo com ela, que dita a sua estrutura, as etapas a serem seguidas e os elementos a serem elaborados. Os processos seguem uma

ordem parecida, porém, cada processo com suas especificidades. Isso ficou claro no momento em que se elaboraram fichas (APÊNDICE 5) dos processos, onde uma estrutura global atendeu a todos, cabendo uma ou outra a variação conforme cada particularidade.

Dentre os cinco imóveis analisados, quatro foram tombados em caráter definitivo no ano de 2008 - tendo sido seus processos iniciados entre 2004: Casarão Albino de Camargo Netto, Solar Francisco Murdocco e Palacete Jorge Lobato, e em 2005, o Palacete Camilo de Mattos. O quinto processo analisado, da Casa Caramuru<sup>57</sup>, é mais recente no âmbito municipal, iniciado somente em 2009 – e ainda em andamento - a despeito do tombamento estadual ocorrido em 1988.

Conforme a legislação municipal já mencionada, a intenção de tombamento de um bem pode partir tanto dos próprios conselhos, quanto por qualquer cidadão que verifique

---

<sup>57</sup> Também é o que mais diverge destes, apresentado como mais extenso e demorado em vista dos demais, justificado por a este estar anexado o projeto de lei 767/86 como primeira tentativa de sua proteção, o qual não foi efetivado, e anexo o processo do tombamento estadual pelo

o valor cultural de um bem. Nesse contexto destaca-se que, os três imóveis que tiveram sua solicitação de tombamento requerida em 2004 tiveram como solicitante o próprio órgão municipal de preservação – CONPPAC-RP ou pessoas relacionadas a este, como o caso do Solar Francisco Murdocco, que teve seu tombamento requerido pelo do presidente do Conselho. No caso do tombamento do Palacete Camilo de Mattos, solicitado em 2005, o requerente é Thaís Corrêa do Santos Pereira – residente na cidade; e no caso do pedido do tombamento municipal da Casa Caramuru, em 2009, o requerente também se faz ligado ao Conselho, solicitado pela Divisão De Preservação ao Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto – SP, cabendo destacar que o pedido do tombamento estadual do imóvel, em 1988, se deu pelo ex-vereador de Ribeirão Preto e, na data do pedido, Dep. Estadual de São Paulo, Valdemar Corauci Sobrinho.

Os bens referentes aos processos analisados, tiveram sua origem e desenvolvimento fortemente ligados à produção

CONDEPHAAT em 1988, e somente então o processo de tombamento municipal, o qual ainda se encontra em andamento.

de café na região entre o final do século XIX e início do século XX, época em que residiram na cidade importantes “barões do café” e personalidades notórias no município, sendo os bens remanescentes como residência destes, tendo sido construídos incorporando a arquitetura eclética, comum da época, vista como símbolo de poder econômico e social. Devido a isso, os processos apresentam justificativas comuns em suas solicitações de tombamento.

Entre os três imóveis que tiveram sua solicitação de tombamento requerida em 2004, contando da data do pedido, a decisão e publicação do seu tombamento provisório ocorreu em aproximadamente um ano e quatro meses. E o imóvel que teve sua solicitação de tombamento em 2005 (Palacete Camilo de Mattos), teve a decisão de seu tombamento provisório em

---

<sup>58</sup> Secretaria da Fazenda: a) Localização precisa do bem, com anexação de slip cadastral e título de domínio; b) Averiguação do nome e endereço do proprietário.

Secretaria de Infra-estrutura: c) anexação da planta do imóvel; d) descrição do imóvel com documentação adequada do bem: foto, desenho, vídeo e outros; e) informação sobre atual utilização do bem objeto de análise; f) avaliação quanto ao estado de conservação do bem.

Secretaria da Cultura / Arq. Público e Histórico: g) histórico do bem objeto de análise, importância cultural e histórica, significado para a constituição da memória do município de Ribeirão Preto, dentre outras; h) Anexação de

três meses. Ressalta-se que o imóvel que teve sua solicitação de tombamento municipal em 2009 (Casa Caramuru), teve o parecer favorável ao seu tombamento provisório decidida em reunião do Conselho em 2010, aproximadamente um ano depois – destacando-se que a resolução e publicação da decisão não consta no processo, sendo, segundo informações do próprio CONPPAC, um dos bens que aguardam a publicação deste.

Observa-se que, durante o tempo entre a abertura do processo e a decisão do tombamento provisório, o CONPPAC-RP solicita ao seu Corpo de Apoio Técnico - formado por membros das secretarias e departamentos pertinentes - o material, as informações e os dados primários necessários para embasar sua decisão<sup>58</sup>. Porém, nota-se que, na maioria

cópias de documento pertinentes e indicação bibliográfica sobre eventuais estudos e trabalhos que tenham como objeto o imóvel em questão.

Secretaria de Planejamento e Gestão Ambiental: i) Anexação de planta de planta de localidade na planta parcial da cidade, em escala compatível; j) Anexação de documento aerofotogramétrico da área; k) Informação sobre legislação de uso do solo e diretrizes viárias na região onde se encontra localizado o imóvel; l) Identificação das principais características que poderiam justificar a preservação do bem; m) Projeção de uma área envoltória, com uma delimitação de 300 metros, quando for o caso.

dos processos, o retorno desse material se dá de forma fragmentada e insuficiente, o que dá espaço para os muitos dos argumentos apresentados nas impugnações subsequentes, promovidas pelos proprietários dos imóveis. Nesse contexto, cabe ainda destacar que, dentro das secretarias designadas, há falta de profissionais e equipe qualificada em tempo integral. Estas equipes profissionais, por sua vez, nem sempre estão bem organizadas e articuladas, o que, somado com a comum ação de se encaminhar a responsabilidade adiante ou devolvê-la ao seu solicitante, dificulta o andamento das ações, resultando em maior lentidão do andamento dos processos.

Após o tombamento provisório dos imóveis, nota-se um processo mais longo, em que os três imóveis que tiveram sua resolução de tombamento provisório publicada em 2004,

---

Secretaria de Negócios Jurídicos: n) Para ciência e informação pertinente.

Secretaria Municipal de Governo: o) Para ciência e informação pertinente;  
p) Encaminhamento dos autos ao CONPPAC-RP.

- Na atual legislação vigente (2799/2016) Art. 8º. O Corpo Técnico de Apoio (CTA) tem por função elaborar estudos e pareceres, bem como organizar vistorias ou quaisquer outras medidas destinadas a instruir e encaminhar os processos de tombamento e fiscalizar os bens tombados.

passam-se quatro anos até o decreto do seu tombamento definitivo; no imóvel que teve a resolução em 2005, passam-se três anos até o tombamento definitivo e, por fim, no imóvel com processo municipal mais recente, tendo seu parecer de tombamento provisório favorável<sup>59</sup> em 2010, passam-se cinco anos até a reunião que dá o parecer favorável ao seu tombamento definitivo, o qual não foi decretado até atualmente, em 2019.

Dentro desse prazo, a primeira ação e impasse a ser destacado, logo após o tombamento provisório, é o envio das notificações ao(s) proprietário(s), que nem sempre é feito e também realizado de forma correta, de acordo com a legislação, fato que se destaca como o um dos problemas de comunicação entre o órgão e os proprietários dos bens e até mesmo com as secretarias, que também devem ser notificadas

Parágrafo único. O CTA é composto por funcionários efetivos lotados nas secretarias municipais com formação e experiência na área de patrimônio cultural.

<sup>59</sup> Nota-se que, no processo (02 2009 058819 7) do tombamento municipal da “Casa Caramuru”, não consta o documento da resolução do tombamento provisório, tampouco o decreto do tombamento definitivo, apenas as atas do CONPPAC-RP que dão parecer favorável a ambas ações.

para o conhecimento do bem e a solicitação para a elaboração dos dados pertinentes ao processo.

Destaca-se que há casos em que o proprietário não é notificado sobre o processo de tombamento, casos em que a notificação é enviada tardiamente, enquanto que em outros, este se recusa a receber a notificação. Ainda existindo casos em que o proprietário não está vivo - caso de imóveis em processo de inventário e/ou com muitos herdeiros, que dificulta o processo de notificação destes. Isso reflete as falhas e dificuldades do Conselho em manter atualizados os dados dos registros dos imóveis, bem como a lista dos endereços e contatos dos interessados, e ressalta também a contrariedade dos donos dos imóveis, quando estes se recusam a receber a notificação. E conclui-se que dentre os processos analisados, unanimemente, há falhas e dificuldades nessa etapa, sendo essa base para argumentos comuns nas impugnações aos tombamentos dos bens.

---

<sup>60</sup> Destacam-se algumas citações presentes nas ações contra o tombamento dos bens para exemplificar tal fato, ressaltando que estas configuram-se apenas como

Após serem notificados, quando esta etapa é cumprida, a legislação municipal, assim como a legislação nacional (Decreto-lei 25/37), assegura ao proprietário o direito de se manifestar e opor-se ao tombamento do seu imóvel, dentro de um prazo de quinze dias. Mas isso não significa que ele possa ser um obstáculo ao processo de tombamento, a menos que consiga provar que o bem não possui os valores necessários e aponte erros na fundamentação para tal ato administrativo. Diante disso, constata-se impugnações ao tombamento provisório no caso de dois imóveis: Palacete Jorge Lobato – onde a notificação aos proprietários foi enviada em 08/07/2004 (não consta data de recebimento) e a impugnação se deu em 02/08/2004; e no caso do Palacete Camilo de Mattos – onde a notificação foi enviada em 16/09/2005 (não consta data de recebimento) e a impugnação se deu em 23/11/2005.

Ambas impugnações ao tombamento provisório, bem como as demais solicitações e ações contra os tombamentos em geral, apresentam argumentos em comum<sup>60</sup>, tais como:

exemplos, uma vez que tais argumentos comuns são encontrados em todos os processos.

A) A não notificação de todos os herdeiros-proprietários – no caso do Palacete Camilo de Mattos, destaca-se a alegação que a notificação foi enviada para apenas um dos proprietários, no endereço do bem em questão, e que este proprietário já havia falecido, segundo os herdeiros Nilza de Mattos Sampaio Coelho e Renato Amaral Sampaio Coelho, em 2005 e 2008 - Processo de Tombamento do Palacete Camilo de Mattos, PMRP<sup>61</sup>, s/p:

Preliminarmente, não se consumou a notificação exigida pelo retrocitado artigo 21 da Lei municipal 7.521, de 17/10/1996, requisito indispensável da abertura de processo de tombamento de bem, sujeitando-o a regime de proteção especial, pois o Dr. Luiz Augusto Gomes de Matos, além de ter sido titular de apenas 1/3 (uma terça parte ideal) do imóvel em causa, infelizmente faleceu em 14 de agosto de 2003 (catorze de agosto de 2003), havendo, numa expressiva demonstração de solidariedade, nos dispensando a honra de comparecer pessoalmente ao seu velório, o íntegro atual prefeito Municipal de Ribeirão Preto Dr. Welson Gasparini. (2005) (RIBEIRÃO PRETO, 2018)

Destacando-se exemplo de tal falha também na impugnação de Vera Lobato Junqueira, em 2004 – Processo de Tombamento do Palacete Jorge Lobato, PMRP, s/p.

Anterior a esta já se constata no processo que uma notificação foi enviada, mas com destinatário genérico “Aos Herdeiros”.

Embora não tenha sido regularmente notificada da instauração deste procedimento, como manda o art. 21 da Lei Municipal 7.521/96, a requerente tomou conhecimento do presente processo, e por essa manifestação vem oferecer sua IMPUGNAÇÃO [...] (RIBEIRÃO PRETO, 2018)

B) Na alegação da não justificativa de valores históricos e/ou artísticos nos imóveis em questão, somando a alegação da descaracterização e degradação atual dos imóveis. Destacam-se exemplos como no caso das impugnações e solicitações feitas entre 2004 e 2008 do Processo de Tombamento do Solar Francisco Murdocco, pelo proprietário Mario Affonso Murdocco Júnior:

Considerando a disposição legal, o tombamento de um patrimônio particular, somente se justifica em virtude daquelas específicas situações: - vinculação do bem a fatos memoráveis, ou, apresentar o mesmo bem excepcional valor artístico, sempre vinculados à história de Ribeirão Preto [...] A verificação criteriosa do prédio em questão, não indica, para legitimar o tombamento, o comparecimento de nenhuma das hipóteses previstas por lei, conforme acima invocado. Excluído o fato de tratar-se de prédio construído

<sup>61</sup> Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto – SP.

no início do século passado (1916), já em franco processo de deterioração e descaracterização, não está ele vinculado de maneira expressiva e significativa, a nenhum “fato memorável”, nem possui, em sua arquitetura, “excepcional valor artístico (RIBEIRÃO PRETO, 2018).

C) Na constatação de falta de material / laudos técnicos que comprovem os valores do imóvel; destacam-se exemplo do caso das impugnações e solicitações feitas entre 2005 e 2008, no Processo de Tombamento do Palacete Camilo de Mattos, PMRP<sup>62</sup>, s/p, pelo proprietário Nilza de Mattos Sampaio Coelho e Renato Amaral Sampaio Coelho:

O pretexto de tombamento do mesmo imóvel, por seu valor histórico e arquitetônico (segundo ouviram dizer os impugnantes), carece de amparo fatídico e legal (RIBEIRÃO PRETO, 2018).

D) Os custos de restauração e manutenção do mesmo; a idade avançada dos proprietários e/ou proprietários-herdeiros, a falta de recursos e as complicações de saúde de vários herdeiros. Destacam-se exemplos como no caso das impugnações e solicitações feitas entre 2004 e 2008 do

Processo de Tombamento do Solar Francisco Murdocco, pelo proprietário Mario Affonso Murdocco Júnior:

Todos herdeiros e descendentes do proprietário original. Além de numerosos, estão eles em avançada idade, vários em estado precário de saúde, e sem quaisquer recursos financeiros que possibilitem um empreendimento de tal porte. Hoje, os familiares e descendentes estão a necessitar, sim, dos eventuais recursos que o prédio lhes possa conferir, jamais o contrário, ou seja, investir nele aquilo que, conforme bastante previsível, lhes é insuficiente para o próprio sustento. Ainda relativamente aos proprietários, impõe esclarecimento de que, duas das anteriores proprietárias, hoje falecidas e substituídas por seus respectivos espólios, têm a sua sucessão resolvida não em partilha de seus bens, mas mediante a expedição de alvará judicial para a venda de suas respectivas partes ideais no prédio de que se trata [...] Ainda relativamente à condição dos proprietários, inúmeros, repito, e dos quais sou apenas um [...] é preciso que seja esclarecido, ainda, que seguramente, muitos deles virão a óbito dentro de curto prazo, ensejando a a redistribuição da propriedade para novas e inúmeras pessoas, resultando em mais e maiores dificuldades para a sua administração (RIBEIRÃO PRETO, 2018).

E) Na alegação de que o tombamento prejudica o direito de propriedade.

---

<sup>62</sup> Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto – SP.



Destaca-se o caso do Solar Francisco Murdocco, onde, após se definir uma área envoltória de preservação de 100m, os proprietários alegam serem prejudicados duas vezes, pois também são proprietários de um prédio vizinho.

Visto que, todos os imóveis foram tombados definitivamente (exceto a Casa Caramuru, que ainda aguarda decreto), os pedidos de impugnação do tombamento provisório, as demais impugnações, pedidos de alvará de demolição e pedidos de destombamento ao longo destes e dos outros processos, foram indeferidos, mas não sem antes a realização de novas vistorias e a produção e revisão de laudos técnicos, resultando no atraso da concretização do processo, fator que justifica os aproximados quatro anos (em comum entre os processos analisados) entre o pedido inicial do tombamento, até a publicação do decreto, e mesmo após este, as novas impugnações e embates constatadas. Cabe destacar, dentre os casos analisados, que houve os pedidos de alvará de demolição e de destombamento no caso do Palacete Albino de Camargo Netto, este que apresenta o pior estado de conservação em relação aos outros. A partir do tombamento provisório, em 2004, foram protocolados dois

pedidos de alvará de demolição - um em 2007, sendo indeferido em 2008; e um em 2008, sendo indeferido em 2009 - sendo o segundo pedido de alvará de demolição justificado com a ressalva da conservação da fachada. Houve também um pedido de destombamento em 2009, sendo indeferido um mês depois. Os pedidos da proprietária, denotam que desde o início havia a intenção de demolição da construção para explorar o terreno com novos usos. Isso fica evidente na solicitação de alvará de demolição (02 2009 046245 – 5) protocolada em 05/10/2009, bem como no abaixo-assinado promovido pela proprietária e encaminhado à Procuradoria do Município.

A partir deste abaixo-assinado promovido pela proprietária e anexado ao processo do imóvel, no qual arregimentam-se 300 assinaturas, alega-se que a manutenção do tombamento seria uma irresponsabilidade do poder público, que estaria agindo contra os interesses dos cidadãos, impondo uma penalização às pessoas.

Vale destacar que praticamente todos os imóveis aqui analisados tiveram seu processo de tombamento aberto quando já se encontravam abandonados por algum tempo e/ou

em processo de degradação, caso do Palacete Albino de Camargo Netto, Jorge Lobato, Camilo de Mattos e a Casa Caramuru. Dentre os cinco processos analisados, o único imóvel que estava e continua atualmente em uso é o Solar Francisco Murdocco, porém este também se encontra em condições de degradação avançadas, pelas intempéries, falta de manutenção e mau uso de seus inquilinos.

O estado de degradação avançado dos bens é base para agravar as discussões entre o Conselho e os proprietários, estes últimos alegam que o tombamento puro e simples se dá apenas como a concretização das ruínas dos imóveis. Destaca-se o trecho retirado da impugnação realizada pelo proprietário Mário Affonso Murdocco Júnior, em 2005, s/p - Processo de Tombamento do Solar Francisco Murdocco, que exemplifica tal afirmação:

Temos então que, necessariamente, ao Poder Público, imcubirão todas as despesas para restauração do prédio, se tombado for. Do contrário, o tombamento será apenas uma ruína? E a propriedade privada não pode sofrer tão severa restrição para puro deleite de alguns poucos, sem qualquer benefício para comunidade de uma maneira geral. Apenas a preservação de patrimônio histórico em perfeitas condições para

usufruto desta comunidade justificaria um tombamento. No caso presente, perdem os proprietários, que sofrem a severa restrição à propriedade, e sofre a comunidade, que é brindada apenas com uma ruína de um prédio antigo. (Mário Affonso Murdocco, 2005 – RIBEIRÃO PRETO, 2018)

Dentre os processos analisados, nota-se falhas do Conselho, e comum em algum destes é a explanação destas falhas, como base para os processos contra o tombamento dos bens, como o caso do Solar Francisco Murdocco, em que se apresenta relatoria sobre as falhas e inconsistências do CONPPAC-RP, de forma detalhada por reportagens de jornais locais, citando também a CPI que investiga as ações do Conselho. No mesmo processo, o proprietário representante do imóvel alega nunca ter sido convidado para as reuniões do Conselho, nem chamado a discutir propostas para a resolução dos embates entre estes e o Poder Público.

Acompanhando a CPI pela imprensa até seu final, concluiu-se que, dentre as inúmeras irregularidades no Conppac, medidas corretivas deveriam ser tomadas e, dentre elas, a necessidade de revisão de todos os processos de tombamento: os proprietários deveriam ser ouvidos nas reuniões do Conselho, que seriam analisados os fatores de sustentabilidade para o

tombamento de imóveis, bem como um leque de propostas deveriam ser apresentadas aos proprietários envolvidos nesses mesmos processos de tombamento. OBS: NADA OCORREU (RIBEIRÃO PRETO, 2018)

Também comum nas manifestações dos proprietários é a alegação de que, apesar de apresentados argumentos plausíveis contra os tombamentos, se mesmo assim tal ato for concretizado, pede-se a desapropriação do imóvel, por valor justo e atual de mercado. Cabendo destacar trechos da impugnação feita por Vera Junqueira Lobato, em 2004 – Processo de Tombamento do Palacete Jorge Lobato, s/d, para exemplificar tal argumento:

Ainda que estejam presentes os requisitos para o tombamento do imóvel, o que não reconheço (pelos motivos já expostos), há a impossibilidade dos proprietários tomarem providências à respeito da conservação/restauração/manutenção do imóvel. E estes só podem concordar com o pedido de tombamento se o Poder Público se responsabilizar por tal, e mais ainda, pela própria DESAPROPRIAÇÃO do imóvel, pelo justo valor do mercado que ele possui (RIBEIRÃO PRETO, 2018).

Em alguns casos, vê-se movimentos no sentido de dar solução aos impasses, constatando-se tentativas de negociações e permutas entre o poder público e os

proprietários particulares, como por exemplo o caso do Palacete Camilo de Mattos, cujo processo registra solicitação por parte do proprietário, sugestões por parte do Poder Público e reunião para tal fim. Destacando-se trechos que comprovam tal alegação, analisados dentro do Processo de Tombamento imóvel em questão, s/d, s/p, pela proprietária Nilza de Mattos Sampaio Amaral e Renato Sampaio Amaral e CONPPAC-RP.

Se, por absurdo, prosperar o tombamento, a indenização devida aos condôminos do imóvel, que em observância ao ditame constitucional assegurador do direito de propriedade (Constituição Federal, artigo 5º, inciso XXII), deve ser a mais ampla possível, abrangendo o justo valor do imóvel, os lucros cessantes e os danos emergentes, resultantes do impedimento da normal utilização ou exploração do bem tombado – indenização essa que poderia concretizar-se, conforme cogitado pela própria Prefeitura Municipal, mediante equitativa permuta de imóveis seus com o imóvel tombado, cujo andamento caberia a ela propor e iniciar desde logo. (Proprietários)

Venho por meio desta, atestar concordância e interesse dos herdeiros do “Casarão Camillo de Mattos”, situ a rua Duque de Caxias 625, Ribeirão Preto, imóvel tombado pelo órgão CONPPAC, no ano de 2005, em continuar com o processo de permuta, por outro imóvel não tombado, de valor similar, assim como sugerido pela prefeitura de Ribeirão Preto. (Proprietários)

Fomos informados pelo proprietário que não houve negociação em relação aos bens apresentados, como para a permuta. Questionamos se outros podem ser ofertadas para a troca [...] Após contatar o proprietário, confirmamos a vontade do mesmo em fazer permuta com o município. Assim, pedimos novas propostas, se possível (RIBEIRÃO PRETO, 2018).

Ressalta-se que no decorrer do processo de permuta, nada foi efetivado, até que o imóvel foi comprado por terceiros.

Destaca-se também, nesse caso, o processo (02 2008 040517 3) da proposta de aquisição de bem tombado pelo município apresentada por um dos proprietários do Solar Francisco Murdocco, em que dispões que os proprietários estão à disposição para tal acordo, mas também nada é efetivado.

Visto o andamento dos processos, conclui-se que todas as manifestações contra o tombamento dos bens foram indeferidas, chegando ao fim do processo consultado sem uma real medida de preservação dos imóveis e soluções para

muitos dos conflitos, o que pode ser comprovado através da situação de abandono dos imóveis até atualmente.

Cabe destacar a iniciativa Estadual de promover um concurso de projeto para a restauração da Casa Caramuru em 2012, porém, mesmo com um projeto vencedor, a obra não chegou a ser executada<sup>63</sup>.

De acordo com informações a partir de fontes de jornais locais e regionais, e informações orais das Universidades localizadas em Ribeirão Preto, do setor de engenharia do Banco do Brasil e até mesmo dos proprietários dos imóveis, e ainda pela Secretaria de Cultura, sabe-se da existência de mais projetos para os imóveis analisados, porém estas não constam nos processos de tombamento, nem sequer a tentativa de compra do Palacete Jorge Lobato pelo Banco do Brasil, que avançou consideravelmente, mas não foi efetivada, e tampouco, a compra deste mesmo imóvel, concretizada pelos irmãos Héctor e Ingrid Sominami, em 2014/2015<sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> O concurso foi feito através do PROAC e o projeto está disponível em: <<https://www.metropole.arq.br/patrimonio/Casa-Caramuru>>.

<sup>64</sup> Informações da equipe de levantamento e restauro. Disponível em: <<https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/NOT,2,2,1302296,A+historia+arquitectonica+de+Ribeirao+Preto+ao+alcance+de+todos.aspx>>;

Cabe destacar que a compra deste imóvel contraria a visão geral e os argumentos apresentados em vários processos de que o tombamento inviabiliza usos contemporâneos e seria impedimento para a comercialização dos bens imóveis.

Observando-se que, atualmente, com as obras de restauração já concluídas, e o projeto aprovado pelo CONPPAC-RP, aguarda-se a liberação da prefeitura e na sequência análise e aprovação da Vigilância Sanitária para dar continuidade a reforma da cozinha, com as obras de adaptação, sendo esse o principal entrave para a abertura do casarão ao público. E apesar dos entraves, descritos informalmente e em reportagens pelos proprietários (como a dificuldade de se obter a isenção do IPTU), este já vem abrindo

suas portas desde 2017 para visitas guiadas e também para eventos e ações culturais.

Cabe ainda mencionar a compra da Casa Caramuru, em leilão feito em 2012<sup>65</sup>, por empresário. E a compra do Palacete Camilo de Mattos, em 2017, por empresários que pretendem restaurar o imóvel<sup>66</sup>.

Como conclusões gerais, destaca-se que, uma vez que um bem particular é tombado e é imposto ao proprietário a obrigação de sua conservação, o que se nota, é que tal fato geralmente o conduz a ver o imóvel como um ônus, sendo isso base para muitas discussões e longos processos e ações judiciais. E enquanto estes litígios se prolongam, os bens patrimoniais sofrem com as ações do tempo, e até mesmo algumas ações humanas. Também durante o processo de discussão judicial os proprietários não fazem a manutenção

---

<<https://www.cbnribeirao.com.br/lazerecultura/NOT,2,2,1302296,A+historia+arquitetonica+de+Ribeirao+Preto+ao+alcance+de+todos.aspx>>;  
<<http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2015/06/restauracao-de-palacete-em-ribeirao-resgata-esplendor-da-decada-de-1920.html>>; <  
<https://www.portalmouralacerda.com.br/noticias/palacete-jorge-lobato-sera-aberto-neste-sabado-para-nova-visitacao/>>. Acesso em: 20/08/2019.

<sup>65</sup> Disponível em:

<<https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/cotidiano/cidades/NOT,2,2,106>

2572,Com+projetos+de+restauracao+parados+predios+tombados+vao+virando+ruinas+em+Ribeirao.aspx.> Acesso em: 20/09/2019.

<sup>66</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2019/08/03/palacete-camilo-de-mattos-sera-restaurado-pela-primeira-vez-em-97-anos-em-ribeirao-preto-sp.ghtml>. Acesso em: 23/09/2019.

dos imóveis, necessária para garantir boas condições das estruturas e evitar danos mais complexos e que passam a exigir intervenções muito onerosas. De sua parte, o poder público não tem beneficiado os proprietários com a isenção de IPTU, um dos instrumentos que poderiam auxiliar na viabilização da conservação dos bens imóveis particulares, e coloca pouquíssimo em prática seu aparato legal que permite a articulação das políticas de patrimônio com a política urbana, incluindo o patrimônio no planejamento urbano de forma a reverter o cenário apresentado, diante de tantas alternativas possíveis, conforme destacado no capítulo 1 e nas leis e planos municipais vigentes.

De forma ampla, a aparente falta de recursos para os processos de salvaguarda dos bens no município é um dos maiores problemas na área patrimonial, o que se reflete na falta de profissionais e equipe qualificada em tempo integral dentro do CONPPAC-RP e das demais secretarias e departamentos pertinentes à área, porém o principal problema identificado é a ineficácia das gestões do Conselho e seu Corpo Técnico de Apoio, que não seguem os prazos estabelecidos na legislação, tampouco conseguem uma comunicação efetiva com os

proprietários dos bens e em geral com a sociedade ribeirão-pretana - impasse importante a se destacar, claramente expressa ao se analisar como os proprietários dos bens respondem negativamente as tentativas de sua salvaguarda, incluindo o apoio de parte da sociedade, esta que, nitidamente desconhece os valores de sua história e identidade.

Ressalta-se que o CONPPA-RP, a partir da legislação vigente, é composto por vinte e um membros divididos entre representantes do Poder Público; da Sociedade Organizada e Sociedade Civil Eletiva, porém o que se percebe na prática é que, apenas os interessados e integrantes de áreas relativas ao patrimônio participam de fato das reuniões e auxiliam nas tomadas decisões e ações. É necessário destacar que na época dos processos analisados, a legislação já institucionalizava a participação popular nas reuniões do Conselho, dispondo no seu Artigo 11º que a todo cidadão será garantido acesso às reuniões e assembleias do CONPPAC-RP, com direito a palavra e sem direito a voto (RIBEIRÃO PRETO, 1996), e tal premissa ainda é respeitada e fortalecida atualmente, o que pode apontar, em um primeiro momento, acusações infundadas por parte dos proprietários.

Os conflitos refletem as situações de abandono dos imóveis, cenário que expõe as fragilidades da aplicação das políticas de preservação e levam ao descrédito de sua validade na defesa do interesse coletivo, a sociedade se vê prejudicada com a degradação da área em que se encontram os imóveis, em detrimento de sua história e importância cultural. O Conselho, por sua vez, tem dificuldade em demonstrar que age em prol da memória da cidade e, portanto, do interesse coletivo dos cidadãos ribeirão-pretanos.

O que se pode concluir sobre as tentativas de se resolver a maioria dos impasses, é que há oscilações nas relações entre o poder público e os proprietários, ora se dando de forma fluida, ora se dando de forma menos cordial. O mesmo valendo para as tentativas de articulação e negociação em geral, havendo divergência de interesses e discordâncias diante do que se almeja para o imóvel, ambos lados demonstram interesse em solucionar os problemas, porém não há acordo sobre como fazer isso. As falhas na comunicação com os proprietários e demais partes, resulta na falta de conhecimento dos procedimentos adequados e necessários para avaliar as solicitações e os projetos para os bens, onde

apesar de alguns apresentarem cartas de intenção e estudos para preservação parcial do imóvel, não o fazem de forma correta, através de projeto arquitetônico, o que impede a avaliação e parecer por parte do CONPPAC-RP. Dessa forma, as decisões acabam sendo proteladas e o resultado é um prejuízo coletivo: perde o proprietário – que não se sente contemplado em suas demandas, perde o poder público – que se fragiliza perante à sociedade, e perde a memória da cidade, que se degrada dia a dia.

Cabe destacar que, até mesmo no caso do Palacete Jorge Lobato, que se mostra como um exemplo positivo dentro deste panorama - apesar do empenho entre os agentes envolvidos na tentativa de articulação entres estes - ainda assim há conflitos referentes a divergências do que se esperava em relação ao apoio do Conselho e demais órgãos.

Nós entramos com 2 pedidos no CONPPAC, um para isenção de IPTU que é lei municipal e temos direito e outro com o projeto para construir a estrutura para funcionar o restaurante. Entramos em 2016 e estamos esperando até hoje a aprovação [...] Fomos os pioneiros em uma iniciativa privada a adquirir um imóvel tombado e tentar dar uma utilidade que fosse viável financeiramente e um presente para a cidade.

Porque além de muitas pessoas terem um grande carinho pela casa, por fazerem parte da vida delas o lugar antes de adquirimos ficou 20 anos abandonado. Era um local de abandono de gatos onde moravam 52 gatos, que após comprarmos o imóvel foram recolhidos, castrados e doados pela AVA (Associação Vida Animal) aqui de Ribeirão Preto que nos ajudou muito, além de outros problemas como muitos pombos, muitas fezes, mal cheiro e o local era escuro e perigoso. No momento ainda estamos aguardando nosso projeto ser aprovado, estamos a mais de 1 ano apenas esperando e entendemos o porquê ninguém antes havia feito esse tipo de investimento, porque se for para fazer esperando lucro fica completamente inviável, nós somos ribeirões pretanos apaixonados por arquitetura, arte e história, e por isso resolvemos nos arriscar com um investimento tão alto, mas esperávamos uma agilidade maior do poder público. (Hector Sominami em entrevista concedida a autora, set/2018).

Concluindo-se assim que, não há solução ideal para resolver tal panorama enquanto não houver uma comunicação clara e cooperação mútua entre os agentes envolvidos e a efetiva aplicação das políticas públicas patrimoniais. Conforme a formulação das leis, a salvaguarda do patrimônio é de responsabilidade coletiva de todos, e estes devem se unir para alcançar tal fim, para que seja possível que se aplique políticas públicas mais eficazes, a fim de se agilizar os longos processos, articulando os setores da sociedade, poder público

e privado, mitigando às ações do tempo sobre os bens patrimoniais, dando a estas mais chances de serem reinseridos na vida urbana e de recuperar a identidade local.



## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dados os avanços conceituais na área patrimonial, começando pela ampliação do próprio conceito de patrimônio, que passa por uma ampliação cronológica, tipológica e geográfica (CHOAY, 2001), novas formas de se entender e atuar sobre o patrimônio emergem, inserindo nesse contexto, novos agentes.

As evoluções se dão, sobretudo a partir de 1960, o qual é considerado o momento da “ruptura” entre conceitos imobilistas de preservação a monumentos excepcionais e os conceitos que permitiram o estabelecimento, incorporação e ampliação da conservação do patrimônio de forma mais abrangente (CASTRIOTA, 2010). Novos valores foram sendo englobados para a decisão sobre o que deveria ser protegido, que se estende dos monumentos históricos – de caráter monumental – para uma ampla variedade de artefatos, ritos e outras manifestações humanas e sua produção cultural - englobando as categorias e subcategorias de patrimônio material e imaterial, patrimônio histórico, artístico, urbano, arqueológico, da humanidade, móvel e imóvel. Esse cenário

implica diretamente no aumento dos atores envolvidos e interessados ao tema, que passa da quase exclusiva atuação do Poder Público e experts da área, englobando setores da iniciativa privada e as demais camadas da sociedade. Destaca-se que, a partir da ampliação do campo patrimonial, amplia-se também o campo de conflitos.

Decorrente dessas mudanças, são necessárias novas formas de tutelar e intervir sobre o patrimônio, visando garantir sua salvaguarda. Nota-se que o instrumento de tombamento, aplicado de forma isolada, historicamente nunca foi garantia de conservação, porém, antes os tombamentos eram numericamente menores e isso tornava mais fácil a fiscalização – a depender do contexto.

Desde pelo menos 1970, urbanistas e preservacionistas buscam um diálogo mais produtivo e eficaz, visando estabelecer políticas públicas que possam equacionar os sempre existentes conflitos de interesses e garantir a efetiva preservação do patrimônio, apontando para a necessidade da integração da área patrimonial ao planejamento urbano.

No Brasil, a ampliação conceitual do que se considera patrimônio ocorre paralelamente à descentralização das práticas patrimoniais, que deixam de ser atribuição exclusiva do IPHAN, estendendo-se aos Estados e Municípios. Nesse cenário, verifica-se a instituição de uma política municipal de preservação em Ribeirão Preto-SP, em 1971, através da Lei nº 2508/71, que cria o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do Município.

A partir de tal política instituída, o Conselho torna-se o órgão de proteção dos bens patrimoniais do município, passando por vários períodos de atualização na legislação que o rege, refletindo discussões internacionais e nacionais acerca do tema, sobretudo em relação aos conteúdos oriundos da Constituição Federal de 1988, do Estatuto das Cidades, incluindo também as novas discussões conceituais sobre patrimônio imaterial.

Em sua trajetória, percebeu-se nas ações do Conselho a inclinação a alguns modelos de gestão patrimonial, que demonstram muitas evoluções, porém, mais teóricas do que práticas.

Por outro lado, ao passo que se percebem as evoluções da legislação para uma política pública mais integrada e abrangente, as frequentes mudanças de leis fragilizam o Conselho, tornado suas ações questionáveis, incluindo-se inconsistências jurídicas, constituindo-se como um dos graves problemas na aplicação das políticas de preservação. Fato que é confirmado a partir das análises das movimentações gerais dos processos de tombamento (ANEXO XX), os quais demonstram que entre a mudança de leis, o Conselho tem seu ritmo desacelerado, tanto que, chega a ficar inativo por um período de dois anos entre 2016-2017, quando tem a sua legislação de regimento suspendida por inconstitucionalidades, e precisa se adequar ao Novo Sistema Municipal de Cultura (2016).

Nota-se que, no período de tramitação dos processos de tombamento analisados (2004-2019), a legislação muda, com enfoque na mudança da Lei de 1996 para a de 2007, tendo o Conselho que se adequar às novas disposições, o que também é apontado como um problema na salvaguarda dos bens, sendo base para revisões, atrasos e consequentemente, exacerbação dos conflitos.

Destaca-se esse mesmo período de 2007 como uma das fases mais críticas do Conselho, com a CPI instaurada para investigar as ações deste. Esta é aberta pela própria Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto contra o CONPPAC com o visível apoio dos proprietários dos imóveis tombados, demonstrando suas insatisfações. Em relação a esta, destaca-se que os proprietários apresentam algumas acusações infundadas, com uso político da CPI para enfraquecer ainda mais o Conselho perante a opinião pública.

Acusações infundadas também foram percebidos no decorrer de outros processos, onde os proprietários alegam o não recebimento de notificação ou resposta por parte do Conselho, ao passo que, embora isso também aconteça, ressaltando a falha na comunicação por parte do CONPPAC, não se aplica a todos os casos.

Dentre as dificuldades de ação do Conselho, destaca-se a falta de apoio da Prefeitura Municipal – como bem exemplifica a própria CPI de 2007 – e nem mesmo dos demais órgãos relacionados a área patrimonial, uma vez que se percebem várias respostas intempestivas sobre as responsabilidades de algumas ações, conforme destacadas

nas análises - o que pode justificar muitas das suas fragilidades. Tal cenário também é percebido em análise à regulamentação dos instrumentos pertinentes ao Conselho, que dependem do Poder Legislativo e Executivo, sendo o caso da regulamentação do FUNPPAC, ou até mesmo das aprovações de isenção de IPTU para os proprietários dos imóveis tombados, mediante legislação, bem como a elaboração do Decreto de Tombamento, que deve ser feita pelo Prefeito Municipal.

Por outro lado, o Conselho sofre críticas em relação a burocracia envolvidas nos tombamentos dos imóveis, e hoje, o atual presidente dispõe-se a agir para destravar tal processo, porém, espera mais apoio da Prefeitura Municipal.

A legislação atual que rege o funcionamento CONPPAC e as demais ações de cultura de Ribeirão Preto se mostram abrangentes e de acordo com as recomendações de políticas públicas integradas, porém nota-se que na prática essa integração ainda não acontece.

Os casos dos imóveis tombados, protegidos legalmente, mas não concretamente, expõe o descaso da sociedade ribeirão-pretana (inclui-se aqui todos os atores destacados ao

longo da pesquisa) para com seu patrimônio, pois, de maneira geral, assim como estabelece a Constituição de 1988, a proteção do patrimônio é dever de todos, o abandono deste também é consequência das ações da sociedade como um conjunto e isso fica bem evidenciado no caso de Ribeirão Preto.

Tendo em vista que o campo do patrimônio deve ser percebido como um campo de disputa de interesses e de representações, sempre haverá conflitos, porém este também deve ser entendido como promotor de melhor qualidade de vida, na medida em que mantém um ritmo equilibrado entre mudança e permanência, fundamentais para a construção de uma identidade forte. Sendo assim, tais conflitos podem ser mitigados a partir de estratégias que estabeleçam um maior equilíbrio entre os atores envolvidos.

Como conclusão, retoma-se ao apontamento de uma série de fragilidades, falhas, negligência e incompetência de ambos os lados da sociedade ribeirão-pretana, para que a partir destas se possa refletir sobre onde estão os maiores problemas e impasses, auxiliando para o modo de se intervir sobre estes, podendo ser listadas algumas ações (bem como

algumas já são orientadas pelo Plano Municipal de Cultura, 2010), como: fortalecer o Conselho, a partir de real apoio do Poder Público Municipal – seja por parte do Executivo, seja do Legislativo; garantir uma estabilidade jurídica que dê segurança aos Conselheiros no médio e longo prazo; criar estratégias de comunicação entre o Conselho e a sociedade civil de modo amplo, visando gerar mais empatia na população em relação às ações preservacionistas; fomentar ações de educação patrimonial; inserir as políticas de preservação nos instrumentos de planejamento urbano de Ribeirão Preto, articulando a área da cultura com a área do planejamento; investir na capacitação e atualização permanente dos técnicos que atuam no setor da preservação. E a partir de tais reflexões, permitir o estabelecimento de novas perspectivas visando uma política de salvaguarda mais efetiva e concreta para Ribeirão Preto-SP.

## REFERÊNCIAS

### FONTES BIBLIOGRÁFICAS

A CIDADE ON. Entrevista sobre proprietários desaprovarem tombamentos em Ribeirão Preto. **A Cidade On**: 19 maio 2013. Entrevista concedida a **Lais Modelli**. Disponível em: <<https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/cotidiano/cidades/NOT,2,2,845561,Proprietarios+desaprovam+tombamentos+de+imoveis+em+Ribeirao+Preto.aspx>>. Acesso em 10/06/2019.

A CIDADE ON. **Ribeirão Preto é a cidade que mais cresce entre as 20 maiores do estado**. Cristiano Pavini. A Cidade On: 30 ago 2018. Disponível em: <<https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1365088,ribeirao+preto+e+a+cidade+que+mais+cresce+entre+as+20+maiores+do+estado.aspx>>. Acesso em: 01/09/2019.

A CIDADE ON. **População de Ribeirão ultrapassa 703 mil habitantes**. A Cidade On: 28 ago 2019. Disponível em: <<https://www.acidadeon.com/ribeiraopreto/cotidiano/viva-ribeirao/NOT,0,0,1443432,populacao+de+ribeirao+preto+ultrapassa+703+mil+habitantes.aspx>>. Acesso em: 01/09/2019.

A TRIBUNA, **Anderson Polverel em entrevista CONPPAC cobra a criação de fundo para preservação do patrimônio**. A Tribuna: 12 março/2018. Redação Tribuna. Disponível em: <<https://www.tribunaribeirao.com.br/site/conppac-cobra-a-criacao-defundo/>>. Acesso em: 10/09/2019.

BACELLAR, C. A. P.; BRIOSCHI, L. R. (Org.). **Na estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BAPTISTA, Lau. **Teatro Carlos Gomes**. Blog Nada Novo Debaixo do Sol: 05 abril 2010. Disponível em: <<http://nadanovodebaixodosol.blogspot.com/2010/04/teatro-carlos-gomes.html>>. Acesso em: 03/09/2019.

CANO, W. **Reflexões sobre o Brasil e a nova [des]ordem internacional**. Campinas, SP: UNICAP/FAPESP, 1993.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural. Conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Conservação urbana: tombamento e áreas de conservação**. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). *Revisitando o instituto do tombamento*. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 51-71. ISBN 978-85-7700-388-4.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

ESPÍRITO SANTO, Silvia Maria do; REGISTRO, Tânia. **Breve Histórico da Formação e Atuação do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto - CONPPAC/RP**. Ribeirão Preto: CONPPAC-RP, 2002. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/artigo/i14conppac.pdf>>. Acesso em: 10/09/2019.

FEICHES, Aline. Trabalho de Introdução ao TFG – **Requalificação do Patrimônio Histórico de Ribeirão Preto – Palacete Albino de Camargo Neto**. Centro Universitário Moura Lacerda, 2016.

FERNANDES, Edésio. **Do tombamento ao planejamento territorial e à gestão urbana**. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). *Revisitando o instituto do tombamento*. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 23-35. ISBN 978-85-7700-388-4.

FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia. **Revisitando o instituto do tombamento**. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). *Revisitando o instituto do tombamento*. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 15-21. ISBN 978-85-7700-388-4.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Palacete Albino de Camargo Neto**. 10 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ribeirao/ri1002201003.htm>>. Acesso em: 23/09/2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Após décadas abandonado, casarão histórico é recuperado no interior de SP**. Regis Martins. 28 set/2018. Disponível em: <

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/apos-decadas-abandonado-casarao-historico-e-recuperado-no-interior-desp.shtml>>. Acesso em: 24/09/2019

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005.

GRAMMONT, Anna Maria de. **A construção do Conceito de Patrimônio Histórico: Restauração e Cartas Patrimoniais**. Revista de Turismo y Patrimônio Cultural. Universidade de La Laguna España, 2006.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1992.

HOLLOWAY, T. H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886- 1934)**. Tradução: Eglê Malheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IBGE. **Estimativas da População Residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de Julho de 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/estimativa\_TCU\_2019\_20200102.pdf>. Acesso em 01/09/2019.

IPHAN – Instituto de Patrimônio Artístico e Nacional. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: 2ª ed., 2000.

IPHAN – Instituto de Patrimônio Artístico e Nacional. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória**. 1980. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao\\_revitalizacao\\_patrimonio\\_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protecao_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf)> Acesso em: 01. abril. 2019.

JOKILHETO, Jukka. **Conceitos e Ideias sobre Conservação Integrada**. IN: ZANCHETTI, Silvio Mendes (org.). Gestão do Patrimônio Cultural Integrado. UFPE. Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano. Recife: Editora Universitária UFPE, 2002. Disponível em:< <https://pt.slideshare.net/mailhena/cec-giesto-do-patrimnio-cultural-integrado>>. Acesso em: 22/08/2019.



LAGES, José A. **Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro**. Ribeirão Preto: VGA, 1996.

LANNA, Ana. **Patrimônio cultural: política e práticas. Relatório da gestão 2013/2015 da presidente do Condephaat**. Arquitextos, São Paulo, ano 16, n. 189.00, Vitruvius, fev. 2016. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5944>>. Acesso em 10/09/2019.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Intervenções em Centros Urbanos – Objetivos, estratégias e resultados**. São Paulo: Editora Manole, 2009.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: Iphan, 2012.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984b.

MOURAD, Laila Nazem; BALTRUSIS, Nelson. **Lutas pela conquista do direito à moradia no Centro Histórico de Salvador**. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). *Revisitando o instituto do tombamento*. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 267-283. ISBN 978-85-7700-388-4.

OLIVEIRA, Antônio C.; ALVES, José X.S.; OLIVEIRA, Cláudia G. **Gestão do Patrimônio: O legal e o real. Fórum Patrimônio: ambiente construído e patrimônio sustentável**. Belo Horizonte, v.6, n.1, jan. / jul. 2013.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo; 1986.

RABELLO, Sônia. **O Estado na preservação dos bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RABELLO, Sonia. **Tombamento e legislação urbanística: competência e gestão**. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (Coord.). *Revisitando o instituto do tombamento*. Belo Horizonte: Fórum, 2010. p. 37-49. ISBN 978-85-7700-388-4.

RABELLO, Sonia. **O tombamento**. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (Termo chave Tombamento). ISBN 978-85-7334- 279-6.

REVIDE. Anderson Polverel em entrevista sobre Lar Santana fechado desde o fim de 2015 e aguarda por nova função. **Revista Revide**: 18 jul/2018. Entrevista concedida a Leonardo Santos. Disponível em:<<https://www.revide.com.br/noticias/cidades/fechado-desde-o-fim-de-2015-lar-santana-aguarda-o-que-virara-no-futuro/>> Acesso em: 15/09/2019.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira; SILVA, Adriana, (orgs.) **Paisagem Cultural do Café - Ribeirão Preto**. São Paulo, 2013. IPCCIC - Instituto Paulista de Cidades Criativas e Identidades Culturais | Rede de Cooperação Identidades Culturais.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do Passado: A Instituição do Patrimônio em São Paulo. 1969-1987**. São Paulo: UNESP, 1999.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos; MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. (Orgs.) **Estudos de direito do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.

RUBINO, Silvana. **As fachadas da história: as origens, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 1936-1967**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Campinas: Unicamp, IFCH, 1992.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. Nasce a Academia SPHAN. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Cidadania**: Rio de Janeiro - IPHAN, 1996, n 24, pp. 77-95.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. **Tecido do tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil (1920-1970)**. Tese Doutorado. UNB, 1992.

SÃO PAULO ANTIGA. **Reportagem sobre Palacete Camilo de Mattos em 15 jul/2011**. Disponível em:

<<http://www.saopauloantiga.com.br/palacete-camilo-de-mattos/>> Acesso em 20/09/2019.

SILVA, A. C. B. **Expansão urbana e segregação social: efeitos da implantação de um núcleo colonial em ribeirão.** 2004. **II Encontro da ANPPAS 2004 Indaiatuba - São-Paulo – Brasil.** Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT14/adriana\\_capretz.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT14/adriana_capretz.pdf)>. Acesso em: 01/09/2019.

SILVA, Adriana Capretz Borges da. **Campos Elíseos e Ipiranga – Memórias do Antigo Barracão.** Ribeirão Preto: Editora COC, 2006.

SILVEIRA, Carlos Eduardo Ribeiro; MORAES, Nilson Alves de. **Fragmentos Urbanos: o patrimônio e a construção das paisagens simbólicas nas cidades contemporâneas.** Pós-Graduação em Patrimônio e Museologia (PPG-PMUS) UNIRIO / MAST.

SOMEKH, Nadia. **Cidade, patrimônio, herança e inclusão: em busca de novos instrumentos.** *Arquitextos*, São Paulo, ano 18, n. 189.00, Vitruvius, dez. 2017. <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.211/6825>>.

STARLING, Mônica. **Entre a lógica de mercado e a cidadania: Os modelos de gestão do patrimônio cultural.** *Políticas Culturais em Revista*, 1 (5), p. 91-108, 2012.

VALADÃO, Valéria. **Memória arquitetônica em Ribeirão Preto: política de preservação e plano diretor.** Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Ciências Sociais do Trabalho. Franca: Universidade Estadual de São Paulo, 1998.

VILAS BOAS, Flávia Fernanda Segismundo. Trabalho Final de Graduação - TFG – **Fragmentos Patrimoniais: Percursos pela História de Ribeirão Preto – SP.** Centro Universitário Estácio-UniSEB, 2016.

VINICIUS BARROS. **Casarão Caramuru.** Grupo de Estudos ELO, 2012. Disponível em: <<https://falagrupoelo.blogspot.com/2013/01/casarao-caramuru.html>> Acesso em: 22/09/2019.

ZANCHETI, Silvio Mendes. **Conservação integrada e novas estratégias de gestão.** 4º Encontro do SIRCHAL, Salvador, 2000. Disponível em: >[https://www.researchgate.net/publication/308991653\\_CONSERVACAO\\_INTEGRADA\\_E\\_NOVAS ESTRATEGIAS\\_DE\\_GESTAO](https://www.researchgate.net/publication/308991653_CONSERVACAO_INTEGRADA_E_NOVAS ESTRATEGIAS_DE_GESTAO) <. Acesso em: 20/08/2019.

## FONTES SECUNDÁRIAS

RIBEIRÃO PRETO. **Plano Municipal de Cultura - 2010-2020**. Ribeirão Preto: Secretaria Municipal da Cultura, 2010. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/J321/pesquisa.xhtml?lei=32062>>. Acesso em: 10/09/2019.

\_\_\_\_\_. P. M. **Processo de Tombamento – Palacete Jorge Lobato**. Acervo CONPPAC-RP, consultado em 2018/2019.

\_\_\_\_\_. P. M. **Processo de Tombamento – Palacete Camilo de Mattos**. Acervo CONPPAC-RP, consultado em 2018/2019.

\_\_\_\_\_. P. M. **Processo de Tombamento – Palacete Albino de Camargo Netto**. Acervo CONPPAC-RP, consultado em 2018/2019.

\_\_\_\_\_. P. M. **Processo de Tombamento – Solar Francisco Murdocco**. Acervo CONPPAC-RP, consultado em 2018/2019.

\_\_\_\_\_. P. M. **Processo de Tombamento – Solar Villa Lobos (Casa Caramuru)**. Acervo CONPPAC-RP, consultado em 2018/2019.

\_\_\_\_\_. Rede de Cooperação Identidades Culturais. **Relatório da Fase I do Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC**. Ribeirão Preto: Secretaria Municipal da Cultura, 2010. Disponível em: <<https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/cafe-acucar/relatorio.pdf>>. Acesso em: 08/09/2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Fase II do Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC**. Ribeirão Preto: Secretaria Municipal da Cultura, 2011. Disponível em: < [https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/cafe-acucar/relatorio\\_2.pdf](https://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/cafe-acucar/relatorio_2.pdf)>. Acesso em: 08/09/2019.

## LEIS E DECRETOS

BRASIL. **Constituição da república dos estados unidos do brasil de 1934** de 16 de julho de 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 21/09/2019.

\_\_\_\_\_. Lei Decreto nº 25 de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto\\_no\\_25\\_de\\_30\\_de\\_novembro\\_de\\_1937.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf)>. Acesso em: 07/09/2019.

\_\_\_\_\_. **Constituição da república federativa do brasil de 1988** de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 23/09/2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Ribeirão Preto-SP, jul 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm)>. Acesso em: 23/09/2019.

RIBEIRÃO PRETO (Cidade). Lei Ordinária nº 2.002, de 30 de novembro de 1967. **Cria o Conselho Municipal de Cultura e dá outras providências**. Ribeirão Preto-SP, nov 1967. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/sp/r/ribeirao-preto/leiordinaria/1967/201/2002/lei-ordinaria-n-2002-1967-cria-o-conselho-municipal-de-cultura-e-da-outras-providencias?q=2002>>. Acesso em: 03/09/2019.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 9, de 31 de dezembro de 1969. **Dispõe sobre a organização do Município. Ribeirão Preto-SP, dez 1969**. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei.complementar/1969/decreto.lei.complementar-9-31.12.1969.html>>. Acesso em: 07/09/2019.

\_\_\_\_\_. Lei Ordinária nº 2.508, de 01 de setembro de 1971. **Cria o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do Município**. Ribeirão Preto-SP, set 1971. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/sp/r/ribeirao-preto/lei-ordinaria/1971/251/2508/lei-ordinaria-n-2508-1971-cria-o-conselho-de-defesa-do-patrimonio-historico-e-cultural-domunicipio>>.

q=2508>. Acesso em: 04/09/2019.

\_\_\_\_\_. Lei Ordinária nº 2764, de 08 de junho de 1973. **Dispões sobre proteção especial a valores históricos e artísticos de edifício que especifica e dá outras providências.** Ribeirão Preto-SP, jun 1973. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/J321/pesquisa.xhtml?lei=24580>>. Acesso em: 07/09/2019.

\_\_\_\_\_. Lei Ordinária nº 2.890, de 28 de maio de 1974. **Dispõe sobre a defesa dos bens e locais de valor histórico e artístico existentes no município de Ribeirão Preto e dá outras providências.** Ribeirão Preto-SP, mai 1974. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/sp/r/ribeirao-preto/lei-ordinaria/1974/289/2890/lei-ordinaria-n-2890-1974-dispoe-sobre-a-defesados-bens-e-locais-de-valor-historico-e-artistico-existent-no-municipio-de-ribeirao-preto-e-da-outras-providencias?q=2890>>. Acesso em: 05/09/2019.

\_\_\_\_\_. Lei Ordinária nº 3948, de 06 de julho de 1981. **Autoriza o executivo e instituir a fundação cultural de Ribeirão Preto e dá outras providências.** Ribeirão Preto-SP, jul 1981. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/J321/pesquisa.xhtml;jsessionid=58dfc2bb489b29334de0998a1870?leilImpressao=20009>>. Acesso em: 07/09/2019.

\_\_\_\_\_. Lei Ordinária nº 4385, de 05 de setembro de 1983. **Dispõe sobre a revogação da lei nº 3.948/81, autorizo o executivo a praticar os atos necessários a extinção da fundação cultural de Ribeirão Preto e dá outras providências.** Ribeirão Preto-SP, set 1983. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/J321/pesquisa.xhtml;jsessionid=20e59fa8cd89353c665f2810e245?leilImpressao=18331>>. Acesso em: 07/09/2019.

\_\_\_\_\_. Lei Ordinária nº 4465 de 12 de abril de 1984. **Cria a secretaria municipal da cultura, cria cargos, fixa vencimentos e verba de representação e dá outras providências.** Ribeirão Preto-SP, abril 1984. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/J321/pesquisa.xhtml?lei=18139>>. Acesso em: 07/09/2019.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 130 de 02 de julho de 1992. **Dispõe sobre o arquivo público e histórico de Ribeirão Preto, integrantes da estrutura administrativa da secretaria da cultura, e dá outras providências.** Ribeirão Preto-SP, jul 1992. Disponível em:

<<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/legislacao-municipal/pesquisa.xhtml?lei=12153>>. Acesso em: 07/09/2019.

\_\_\_\_\_. Lei Ordinária nº 7.521, de 17 de outubro de 1996. **Dispõe sobre a criação do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do município e dá outras providências, (Revoga a Lei nº 2508/71).** Ribeirão Preto-SP, out 1996. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a1/sp/r/ribeirao-preto/lei-ordinaria/1996/753/7521/lei-ordinaria-n-7521-1996-dispoesobre-a-criacao-do-conselho-de-preservacao-do-patrimonio-cultural-do-municipio-de-ribeirao-preto-e-da-outra-providenciasrevoga-a-lei-n-2508-71?q=7521>>. Acesso em: 05/09/2019.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 826 de 22 de janeiro de 1999. **Dispõe sobre a organização administrativa da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto e dá outras providências** - Vide Leis Complementares nº 1509/2003, nº 2671/2014, nº 2674/2014, nº 2763/2016, nº 2764/2016 nº 2765/2016 e nº 2766/2016. Ribeirão Preto-SP, jan 1999. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/r/ribeirao-preto/leicomplementar/1999/82/826/lei-complementar-n-826-1999-dispoe-sobre-a-organizacao-administrativa-da-prefeitura-municipal-deribeirao-preto-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 07/09/2019.

\_\_\_\_\_. Lei Decreto nº 250 de 13 de julho de 2004. **Regulamenta a utilização do Teatro Municipal e Teatro de Arena “Jayme Zeiger” de Ribeirão Preto, da secretaria municipal da cultura.** Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/J321/pesquisa.xhtml;jsessionid=1836f623295d7043a39adf9acd36?leilImpressao=7451>>. Acesso em: 07/09/2019.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 2.211, de 24 de agosto de 2007. **Institui junto a Secretaria Municipal de Cultura, o Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do município de Ribeirão Preto – CONPPAC/RP e revoga a Lei nº 7521/96 e suas alterações.** Ribeirão Preto-SP, ago 2007. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/sp/r/ribeirao-preto/leicomplementar/2007/222/2211/lei-complementar-n-2211-2007-institui-junto-a-secretaria-municipal-da-cultura-o-conselho-depreservacao-do-patrimonio-cultural-do-municipio-de-ribeirao-preto-conppac-rp-e-revoga-a-lei-n-7521-96-e-suasalteracoes?q=7521>>. Acesso em: 06/09/2019.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 11.586, de 26 de março de 2008. **Autoriza o Poder Público Executivo a Instituir o Registro de Bens Culturais Imateriais no âmbito do Município de Ribeirão Preto e dá outras providências.** Ribeirão Preto-SP, mar de 2008. Disponível em:< <https://leismunicipais.com.br/a/sp/r/ribeirao-preto/lei-ordinaria/2008/1158/11586/lei-ordinaria-n-11586-2008->

autoriza-o-poder-executivo-a-instituir-o-registro-de-bens-culturais-imateriais-no-ambito-do-municipio-de-ribeirao-preto-e-da-outras-providencias> . Acesso em: 06/09/20019.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 12.253, de 24 de março de 2010. **Institui o Plano Municipal de Cultura de Ribeirão Preto - SP para o exercício de 2010-2020.** Ribeirão Preto-SP, ago 2010. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/J321/pesquisa.xhtml?lei=32062>> . Acesso em: 06/09/2019.

\_\_\_\_\_. Lei Ordinária nº 12924 de 10 de dezembro de 2012. **Declara Patrimônio Cultural Imaterial do povo Ribeirãopretano a caminhada do calvário e dá outras providências.** Ribeirão Preto-SP, dez 2012. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/J321/pesquisa.xhtml;jsessionid=74218ff7c008c6df3d1bcf8c4a3c?lei=34547>> . Acesso em: 07/09/2019.

\_\_\_\_\_. Lei Ordinária nº 12924 de 12 de setembro de 2014. **Declara Patrimônio Cultural Imaterial do povo Ribeirãopretano o evento esportivo de futebol Come-Fogo.** Ribeirão Preto-SP, dez 2012. Disponível em:<<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/J321/pesquisa.xhtml;jsessionid=e5ca4db32fe1831ae7eca3219a45;jsessionidversion=2f4a333231:0?leilImpressao=35842>> . Acesso em: 07/09/2019.

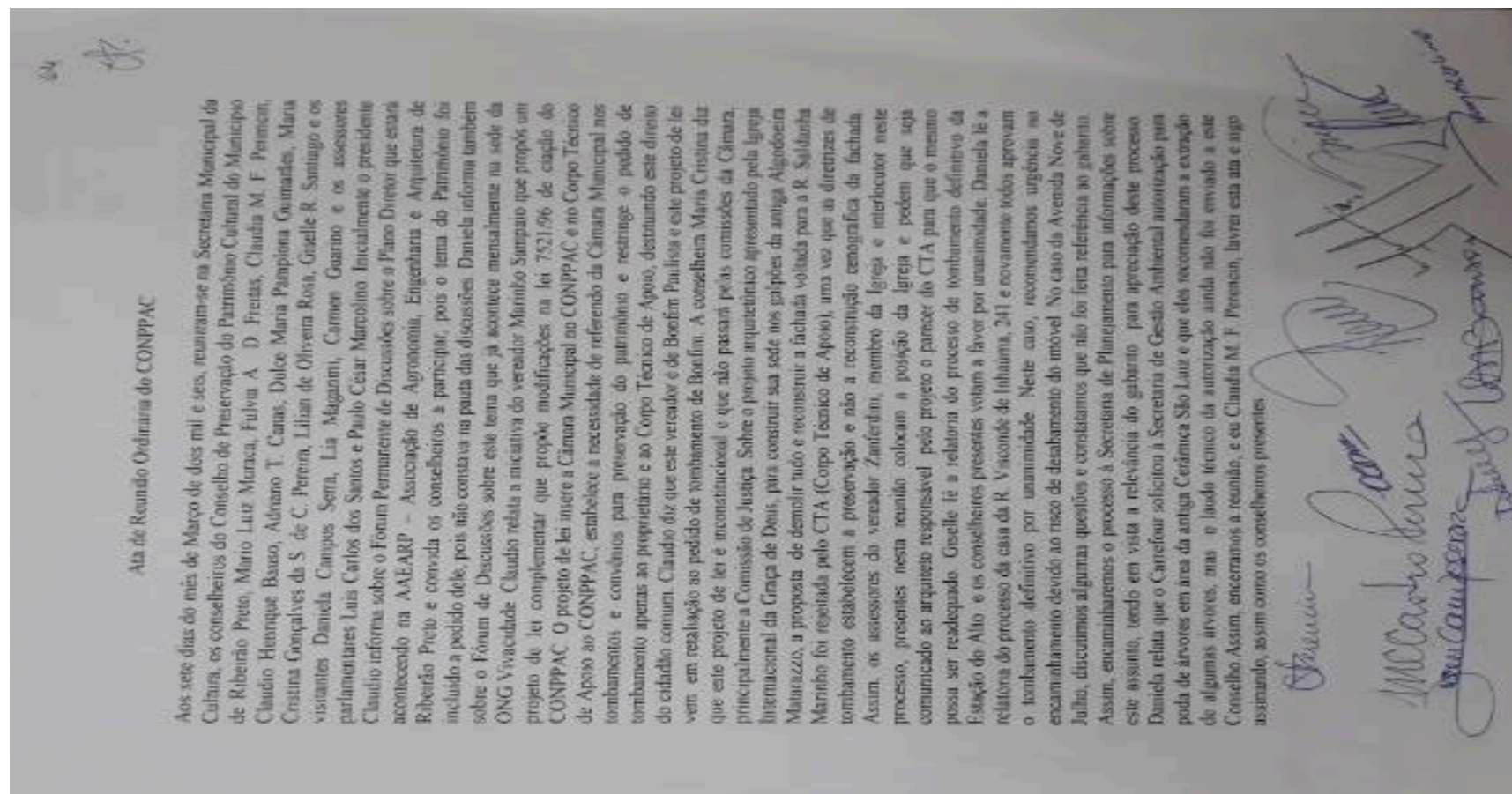
\_\_\_\_\_. Decreto Legislativo nº 139 de 07 de abril de 2016. **Suspende a execução da Lei Complementar nº 2.211/2007, conforme acórdão proferido nos autos nº 2098553-29.2015.8.26.0000.** Ribeirão Preto-SP, abril 2016. Disponível em:<<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/legislacao-municipal/pesquisa.xhtml?lei=28681>> . Acesso em: 10/09/2019.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 2.799, de 15 de dezembro de 2016. **Dispõe sobre o Sistema Municipal de Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto - SMPC-RP, denomina o Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do Município de Ribeirão Preto (CONPPAC-RP), institui o Fundo Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural e dá outras providências.** Ribeirão Preto-SP, dez 2016. Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a1/sp/r/ribeirao-preto/leicomplementar/2016/280/2799/lei-complementar-n-2799-2016-dispoe-sobre-o-sistema-municipal-de-patrimonio-cultural-de-ribeiraopreto-smpc-rp-denomina-o-conselho-de-preservacao-do-patrimonio-cultural-do-municipio-de-ribeirao-preto-conppac-rp-institui-ofundo-municipal-de-protecao-do-patrimonio-cultural-e-da-outras-providencias?q=2799>> . Acesso em: 07/09/2019.



## APÊNDICES

### 1. Ata de Reunião do CONPPAC-RP



Ata de reunião do CONPPAC-RP realizada em 07/07/2006. (Fonte: Secretaria Municipal de Cultura de Ribeirão Preto-SP)

## 2. Quadros da movimentação dos processos de tombamento/ano

### 2.1. Quadro 1: Processos de tombamento/ano 2003

<b>ANO</b>	<b>ABERTURA PROCESSOS</b>	<b>TOMBAMENTO PROVISÓRIOS</b>	<b>TOMBAMENTOS DEFINITIVOS</b>
2003	1. Remanescentes da antiga Cerâmica São Luiz	-	-
	2. Prédio Sede da UGT - União Geral dos Trabalhadores		
	3. Estação do Alto; Companhia Penha de Máquinas Agrícolas (Sambra);		
	4. Estação Ferroviária Silveira do Val.		

Quadro 1: Processos de tombamento/ano 2003. Autora: Flávia Fernanda S. Vilas Boas  
Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto-SP

## 2.2. Quadro 2: Processos de tombamento/ano 2004

<b>ANO</b>	<b>ABERTURA PROCESSOS</b>	<b>TOMBAMENTO PROVISÓRIOS</b>	<b>TOMBAMENTOS DEFINITIVOS</b>
2004	1. Hospital Santa Teresa	1. Antiga Casa de Câmara e Cadeia	1. Antiga Casa de Câmara e Cadeia
	2. Fachada/frontão e treliças da antiga Algodoeira Matarazzo	2. Fachada/frontão e treliças da antiga Algodoeira Matarazzo	2. Elementos remanescentes da antiga Cerâmica São Luiz
	3. Palacete Albino de Camargo Neto	3. Palacete Albino de Camargo Neto	3. Prédio Sede da UGT - União Geral dos Trabalhadores
	4. Solar Francisco Murdocco	4. Solar Francisco Murdocco	4. Hospital Santa Teresa
	5. Palacete Jorge Lobato	5. Palacete Jorge Lobato	
	6. Avenida Nove de Julho	6. Avenida Nove de Julho	
	7. Palacete Joaquim Firmino	7. Estação do Alto	
	8. Tumulo Veiga Miranda	8. Palacete Joaquim Firmino	
	9. Primeiro Distrito Policial	9. Companhia Penha de Máquinas Agrícolas (Sambra)	
	10. Avenida Jerônimo Gonçalves		
	11. Praça Coração de Maria		

	12. Bonfim Paulista		
	13. Conjunto arquitetônico da fazenda Santana (Fazenda Santa Iria)		

Quadro 2: Processos de tombamento/ano 2004. Autora: Flávia Fernanda S. Vilas Boas  
Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto-SP

### 2.3. Quadro 3: Processos de tombamento/ano 2005

ANO	ABERTURA PROCESSOS	TOMBAMENTO PROVISÓRIOS	TOMBAMENTOS DEFINITIVOS
2005	1. Imóvel Luiz da Gama	1. Imóvel Luiz da Gama	- Obs: Houve a Resolução 01/2005 sobre o tombamento definitivo da Algodoeira Matarazzo como um todo, porém este foi revogado em 2007 e no mesmo foram tombados somente alguns elementos.
	2. Antigo imóvel da Estação São Paulo Minas (call center)	2. Antigo imóvel da Estação São Paulo Minas (call center)	
	3. Palacete Camilo de Mattos	3. Palacete Camilo de Mattos	
		4. Conjunto arquitetônico da fazenda Santana (Fazenda Santa Iria)	

Quadro 3: Processos de tombamento/ano 2004. Autora: Flávia Fernanda S. Vilas Boas  
Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto-SP

#### 2.4. Quadro 4: Processos de tombamento/ano 2006

<b>ANO</b>	<b>ABERTURA PROCESSOS</b>	<b>TOMBAMENTO PROVISÓRIOS</b>	<b>TOMBAMENTOS DEFINITIVOS</b>
2006	1. Mercado Municipal	-	-
	2. Museu de Arte de Ribeirão Preto - (MARP)		
	3. Conjunto de obras de Bassano Vacarini		
	4. Antiga Fábrica de Refrigerantes Douradinha		
	5. Bebidas Comandos - Refresco Douradinha - Empresa São Domingos LTDA		

Quadro 4: Processos de tombamento/ano 2006. Autora: Flávia Fernanda S. Vilas Boas  
Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto-SP

2.5. Quadro 5: Processos de tombamento/ano 2007

ANO	ABERTURA PROCESSOS	TOMBAMENTO PROVISÓRIOS	TOMBAMENTOS DEFINITIVOS
2007	1. Antiga Cervejaria Paulista	1. Obs: Declara imóvel antiga sede da Cia Cervejaria Paulista como de preservação municipal, conforme específica, lei municipal nº 11.301, de 16/07/2007.	1. Fachada/frontão e treliças da antiga Algodoeira Matarazzo (houve o Decreto nº 185, de 06/08/2007 tombamento definitivo da Antiga Algodoeira Matarazzo como um todo, porém este foi revogado e tombado somente alguns elementos nesse mesmo ano)
			2. Palacete Joaquim Firmino (Decreto de tombamento nº141/2007 - REVOGADO PELO DECRETO nº 148, por ainda não estar de acordo com a nova legislação). Sendo este tombado novamente em 2008.
			3. Túmulo Veiga Miranda (Decreto de tombamento nº 142/2007 - REVOGADO PELO DECRETO nº 148, por ainda não estar de acordo

			com a nova legislação). Sendo este tombado novamente em 2008.
			Obs: Já havia deliberação do CONPPAC-RP para o tombamento definitivo do Mercado Municipal desde reunião em 06/02/2007, porém só finalizou em 2010.

Quadro 5: Processos de tombamento/ano 2007. Autora: Flávia Fernanda S. Vilas Boas  
Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto-SP

## 2.6. Quadro 6: Processos de tombamento/ano 2008

<b>ANO</b>	<b>ABERTURA PROCESSOS</b>	<b>TOMBAMENTO PROVISÓRIOS</b>	<b>TOMBAMENTOS DEFINITIVOS</b>
2008	1. Capela Santo Antônio Pão dos Pobres (Santo Antoninho)	-	1. Antiga Cervejaria Paulista (D.M. nº 223)
	2. Capela do Colégio Marista		2. Palacete Camilo de Mattos
	3. Casa Japão		3. Solar Francisco Murdocco
	4. Rua José Bonifácio		4. Palacete Jorge Lobato

	5. Imóvel da Avenida da Saudade nº 222 (Imóvel conjunto à Capela Santo Antônio Pão dos Pobres?)		5. Avenida Nove de Julho
	6. Sociedade Recreativa de Esporte (RECRA)		6. Museu de Arte de Ribeirão Preto -MARP
			7. Estação do Alto* (tombamento já tinha sido aprovado pelo CONPPAC em 2004 e 2006 – mas só foi feito o decreto em 2008)
			8. Palacete Joaquim Firmino* (Tinha seu tombamento de 2007 revogado e foi tombado novamente em 2008 por novo Decreto)
			9. Tumulo Veiga Miranda* (Tinha seu tombamento de 2007 revogado e foi tombado novamente em 2008 por novo Decreto)
			10. Primeiro Distrito Policial

Quadro 6: Processos de tombamento/ano 2008. Autora: Flávia Fernanda S. Vilas Boas  
Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto-SP



2.7. Quadro 7: Processos de tombamento/ano 2009

ANO	ABERTURA PROCESSOS	TOMBAMENTO PROVISÓRIOS	TOMBAMENTOS DEFINITIVOS
2009	1. Quarteirão Paulista	1. Palácio do Rio Branco	1. Capela Santo Antônio Pão dos Pobres (Santo Antoninho)
	2. Palácio do Rio Branco	2. Antiga Fábrica das Indústrias Reunidas Matarazzo	2. Avenida Jerônimo Gonçalves
	3. Hotel Brasil	3. Imóvel da Biblioteca Cultural "Altino Arantes"	3. Casa Japão (Tombamento Definitivo Municipal, aprovado em reunião na data de 09/12/2009. Decreto só feito em 2012.
	4. Antiga Fábrica das Indústrias Reunidas Matarazzo	4. Capela e antigo pavilhão da santa casa de misericórdia	4. Antigo imóvel da Estação São Paulo Minas (call center)
	5. Estação Barracão	5. Imóvel da Avenida da Saudade nº 222	
	6. Igreja Nossa Senhora do Rosário		
	7. Igreja Santo Antônio de Pádua		

	8. Imóvel da Biblioteca Cultural "Altino Arantes"		
	9. Antigo Solar Vila Lobos- "Casarão da Caramuru" + Área envoltória (Chácara Villa-Lobos)		
	10. Capela e antigo pavilhão da santa casa de misericórdia 11. Cemitério da Saudade e Sepulturas		
	12. Asilo Padre Euclides		
	13. Bens móveis e imóveis da ferrovia do município de Ribeirão Preto		
	14. Catedral Metropolitana de São Sebastião (E Palácio Arquiepiscopal)		

Quadro 7: Processos de tombamento/ano 2009. Autora: Flávia Fernanda S. Vilas Boas  
Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto-SP

**2.8. Quadro 8: Processos de tombamento/ano 2010**

<b>ANO</b>	<b>ABERTURA PROCESSOS</b>	<b>TOMBAMENTO PROVISÓRIOS</b>	<b>TOMBAMENTOS DEFINITIVOS</b>
2010	-	1. Antigo imóvel da Estação São Paulo Minas (call center)	1. Antiga Fábrica das Indústrias Reunidas Matarazzo
		2. Capela do Colégio Marista	2. Mercado Municipal
		3. Igreja Nossa Senhora do Rosário	
		4. Igreja Santo Antônio de Pádua (Impugnado em 2012 e aberto novo processo em 2014)	
		5. Antigo Solar Vila Lobos- "Casarão da Caramuru" + Área envoltória (Chácara Villa-Lobos)	
		6. Antiga Fábrica de Refrigerantes Douradinha	
		7. Asilo Padre Euclides	
		8. Sociedade Recreativa de Esporte (RECRA)	

		9. Bens móveis e imóveis da ferrovia do município de Ribeirão Preto	
		10. Catedral Metropolitana de São Sebastião (E Palácio Arquiepiscopal)	
		11. OBS: <b>Acervo do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto – Bem Móvel</b>	

Quadro 8: Processos de tombamento/ano 2010. Autora: Flávia Fernanda S. Vilas Boas  
Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto-SP

## 2.9. Quadro 9: Processos de tombamento/ano 2011

<b>ANO</b>	<b>ABERTURA PROCESSOS</b>	<b>TOMBAMENTO PROVISÓRIOS</b>	<b>TOMBAMENTOS DEFINITIVOS</b>
2011	1. Antiga Cia de Cervejaria Antarctica (Shopping)	1. ETEC José Martimiano da Silva – Industrial (1º Tombamento Provisório do prédio como um todo, é impugnado e tombado novamente somente os remanescentes em 2014).	1. Conjunto de obras de Bassano Vaccarini*

	2. ETEC José Martimiano da Silva – Industrial	2. OBS: <b>Acervo do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto – Bem Móvel</b>	
--	---	--	--

Quadro 9: Processos de tombamento/ano 2011. Autora: Flávia Fernanda S. Vilas Boas  
Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto-SP

## 2.10. Quadro 10: Processos de tombamento/ano 2012

ANO	ABERTURA PROCESSOS	TOMBAMENTO PROVISÓRIOS	TOMBAMENTOS DEFINITIVOS
2012	1. Mosteiro de São Bento e Sete Capelas (Novo Processo aberto juntamente com as capelas, o do mosteiro sozinho (2009) foi impugnado)	1. Hotel Brasil*	1. Mosteiro de São Bento e Sete Capelas.
	2. Igreja Santo Antônio de Pádua (Novo Processo aberto, pois o de 2009 foi impugnado)	2. Antiga Cia de Cervejaria Antarctica (Shopping)	2. Quarteirão Paulista*
	3. Complexo Casa Amarela	3. ETEC José Martimiano da Silva – Industrial (Prédio como um todo)	3. Hotel Brasil*
	4. Imóvel na Rua Lafaiete, 1149		4. Estação Barracão*

	5. Antigo Hotel Modelo (Volumetria, Fachada e Cobertura)		5. Casa Japão
	6. Casa Chiarello		6. Igreja Nossa Senhora do Rosário*
	7. Casa da Cultura “Jucelino Kubitscheck”		7. Igreja Santo Antônio de Pádua*
			8. Praça Coração de Maria (Reunião de aprovação, decreto somente em 2014)
			9. OBS: <b>Acervo do Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto – Bem Móvel*</b> (Tombado definitivo decidido em reunião ord. de 04/09/12 Resolução nº03/12. DOM 16/03/12 – aguardando decreto)

Quadro 10: Processos de tombamento/ano 2012. Autora: Flávia Fernanda S. Vilas Boas  
Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto-SP

**2.11. Quadro 11: Processos de tombamento/ano 2013**

<b>ANO</b>	<b>ABERTURA PROCESSOS</b>	<b>TOMBAMENTO PROVISÓRIOS</b>	<b>TOMBAMENTOS DEFINITIVOS</b>
2013	1. Imóvel na Rua Prudente de Moraes, 386	1. Estação Ferroviária Silveira do Val	1. Antiga Cia de Cervejaria Antarctica (Shopping)
	2. Imóvel na Rua Álvares de Cabral, 763 (Tom. Parcial da Fachada e Cobertura)	2. Complexo Casa Amarela	2. Companhia Penha de Máquinas Agrícolas (Sambra)*
	3. Entrada e Fonte do Bosque Fábio Barreto	3. Imóvel na Rua Lafaiete, 1149	
		4. Antigo Hotel Modelo (Volumetria, Fachada e Cobertura)	
		5. Casa Chiarello	
		6. Casa da Cultura “Jucelino Kubitscheck”	

Quadro 11: Processos de tombamento/ano 2013. Autora: Flávia Fernanda S. Vilas Boas  
Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto-SP

**2.12. Quadro 12: Processos de tombamento/ano 2014**

<b>ANO</b>	<b>ABERTURA PROCESSOS</b>	<b>TOMBAMENTO PROVISÓRIOS</b>	<b>TOMBAMENTOS DEFINITIVOS</b>
2014	1. Lar Santana	1. Companhia Penha de Máquinas Agrícolas (Sambra)*	1. Praça Coração de Maria (Publicação de Decreto – Provisório de 2004. Definitivo aprovado em 2012)
	2. Praça Luiz de Camões Rua Bernardino de Campos (ABERTO EM 2004 E REEDITADO EM 2014)	2. ETEC José Martimiano da Silva – Industrial (remanescentes)	
	3. Praça Aureliano de Gusmão (Sete de Setembro) (ABERTO EM 2004 E REEDITADO EM 2014)	3. Praça Aureliano de Gusmão (Sete de Setembro)	
		4. Imóvel na Rua Prudente de Moraes, 386	
		5. Imóvel na Rua Álvares de Cabral, 763 (Tom. Parcial da Fachada e Cobertura)	
		6. Entrada e Fonte do Bosque Fábio Barreto	

Quadro 12: Processos de tombamento/ano 2014. Autora: Flávia Fernanda S. Vilas Boas  
Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto-SP



**2.13. Quadro 13: Processos de tombamento/ano 2012**

<b>ANO</b>	<b>ABERTURA PROCESSOS</b>	<b>TOMBAMENTO PROVISÓRIOS</b>	<b>TOMBAMENTOS DEFINITIVOS</b>
2015	1. Imóvel da Rua Visconde de Inhaúma, 701	1. Lar Santana	-
		2. Imóvel da Rua Visconde de Inhaúma, 701	

Quadro 13: Processos de tombamento/ano 2015. Autora: Flávia Fernanda S. Vilas Boas  
Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto-SP

### 3. Plano de Metas do Plano Municipal da Cultura, 2010 - 2020

2010	2011	2012
Atividades estruturais e de gestão cultural e financeira	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Implantação do Plano Municipal de Cultura de Ribeirão Preto <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Mudanças no organograma;</li> <li>b) Aprovação e aplicação do Proac Municipal - Programa de Incentivo às Ações Culturais;</li> <li>c) Implantação do Programa de Editais;</li> <li>d) Vinculação dos projetos mantidos pela Secretaria da Cultura junto à comunidade cultural de Ribeirão Preto garantindo que as ações possam ser revitalizadas e ampliadas com a adesão de novos apoiadores;</li> <li>e) Evidência nas atividades de 2010 por conta da institucionalização do Ano da Cultura em Ribeirão Preto</li> <li>f) Gestão vinculada ao Sistema Nacional de Cultura com meta de ampliação das ações parceiras junto aos entes federativos;</li> <li>g) Gestão do Programa Mais Cultura – formalização da parceria junto à Rede de Pontos de Cultura e a adesão aos demais projetos do programa, entre eles – revitalização da biblioteca e agentes literários - principalmente para reestruturar a rede de salas de leituras que passarão a ser identificadas como Pontos de Leitura, formada por 87 unidades espalhadas pela cidade;</li> <li>h) Credenciamento de todos os projetos mantidos pela secretaria da Cultura junto ao Ministério da Cultura para incentivo da Lei Rouanet;</li> <li>i) Revisão de gestão dos Centros Culturais Campos Eliseos e Quintino. Renovação de parceria com a Secretaria da Educação ou revisão de modelo concebendo a possibilidade de convênio com a USP ou adesão ao projeto de escola da Orquestra Sinfônica;</li> <li>j) Revisão do modelo de gestão dos centros culturais vinculados às escolas de samba – Tradição, Bambas, Embaixadores e Camisa Preta e Branca.</li> </ul> </li> <li>✓ Início do trabalho no formato de Rede com os 10 Pontos de Cultura e o Pontão a serem selecionados ainda no ano de 2009.</li> </ul>	

Plano de Metas 2010-2012. Plano Municipal de Cultura de Ribeirão Preto, 2010, p.4).

## 4. Tabelas Bens Tombados

### 4.1. Bens tombados municipalmente pelo CONPPAC em Ribeirão Preto

BENS TOMBADOS MUNICIPALMENTE PELO CONPPAC EM RIBEIRÃO PRETO								
IMÓVEL	ENDEREÇO	DATA CONSTRUÇÃO / TIPOLOGIA/ JUSTIFICATIVA	BEM PÚBLICO OU PRIVADO	PROCESSO / DATA DE ABERTURA	TOMBAMENTO PROVISÓRIO	TOMBAMENTO DEFINITIVO	GESTÃO MUNICIPAL	INSCRIÇÃO NO LIVRO DO TOMBO
Palácio do Rio Branco*	Praça Barão do Rio Branco, s/nº	1917 – Eclético	Público	1988: Valor Histórico e Artístico Proc. Municipal - 02 2009 052816 2/ ABERTO EM 2009	1. CONSIDERA DE VALOR HISTÓRICO, lei nº 5.243, de 28/03/1988. 2. Tombamento provisório Municipal, Resolução nº 05/2009. DOM: 04/12/2009	3. Tombamento definitivo municipal sem decreto	1. Prefeito: JOÃO GILBERTO SAMPAIO. 2. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP) LILIAN R. DE OLIVEIRA ROSA (Vice-Presidente) Prefeita: DARCY VERA	---
Hotel Brasil*	General Osório, 20	1921 - Eclético	Privado	1991: Valor histórico e arquitetônico. Proc. Municipal - 02 2009 015342 8/ ABERTO EM 2009	1. CONSIDERA DE VALOR HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO, lei nº n. 6.067, de 21/08/1991. 2. Tombamento provisório em Resol nº 04/12 publicada DOM 19/07/12	3. Tombamento definitivo em 06/11/12 em ata. Aguardando publicação de decreto.	1. Prefeito: Welson Gasparini 2, 3. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP) LILIAN R. DE OLIVEIRA ROSA (Vice-Presidente) Prefeita: DARCY VERA	---

Antiga Fábrica das Indústrias Reunidas Matarazzo	Avenida Costa e Silva nº 1111	1945-1951 - Industrial	Público	1994: Valor histórico e arquitetônico. Proc. Municipal - 02.2009.052825-1/ ABERTO EM 2009	1. CONSIDERA DE VALOR HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO, Ato nº 6826 de 09/06/1994. Projeto de Lei nº. 451/94. 2. Lei de destombamento n. 9567 em 23/05/2002 que revoga a lei 6826 anterior. (Projeto de lei n.507/2002) 3. Tombamento provisório Municipal, Resolução nº 02/2009. DOM: 04/12/2009	4. Tombamento Definitivo, decreto nº 219, 20/08/2010.	1. Prefeito: ANTÔNIO PALOCCI FILHO 2. Destombamento de autoria do vereador cícero gomes da silva e promulgada pelo prefeito antonio palocci filho) 3.4. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP) LILIAN R. DE OLIVEIRA ROSA (Vice-Presidente) Prefeita: DARCY VERA	---
Antiga Casa de Câmara e Cadeia	Rua Cerqueira Cesar, 383.	1889	Público	Municipal: 02.2002.073817-6/ ABERTO EM 2002	1. CONSTITUI PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO IMÓVEL NO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO através do decreto nº60, de 17/03/2003. 2. Tombamento provisório Municipal, Resolução nº 14/2004, decidido em reunião na data 06/07/2004. DOM: 24/07/2004.	3. Tombamento Definitivo Municipal, Decreto nº 443 de 22/12/04.	1. Prefeito: GILBERTO SIDNEI MAGGIONI 2.3. CLÁUDIO HENRIQUE BAUSO ((Presidente do CONPPAC/RP) EDSON SALEM JÚNIOR (1º Secretário do CONPPAC-RP) Prefeito: GILBERTO SIDNEI MAGGIONI	CONPPAC – Livro Tombo, inscrição nº 0001.

Elementos remanescentes da antiga Cerâmica São Luiz	Rua Municipal, 32	1932 - Industrial	Privado	Municipal: 02.2003.015239-5 R/ ABERTO EM 2003	---	Tombamento Municipal Definitivo, Decreto nº 12 de 28/01/2004. (Considerando a Resolução nº 01/2003 – DOM 11/11/03.	CLÁUDIO HENRIQUE BAUSO ((Presidente do CONPPAC/RP) SILVIA MARIA DO ESPÍRITO SANTO (1º Secretário do CONPPAC-RP) Prefeito: GILBERTO SIDNEI MAGGIONI.	CONPPAC - Tombo nº 0002.
Prédio Sede da UGT - União Geral dos Trabalhadores	Rua José Bonifácio, 59.	1934 - Colonial	Privado	Municipal: 02.2003.028424-0/ ABERTO EM 2003	---	Tombamento Municipal Definitivo, Decreto nº 48, de 26/02/2004. Considerando a Resolução nº 02/2003 do CONPPAC de 11/11/2003	CLÁUDIO HENRIQUE BAUSO ((Presidente do CONPPAC/RP) SILVIA MARIA DO ESPÍRITO SANTO (1º Secretário do CONPPAC-RP) Prefeito: GILBERTO SIDNEI MAGGIONI.	CONPPAC - Tombo nº 0003.
Mercado Municipal	Rua São Sebastião, 130	1958 – Moderno	Público	2004: Valor Histórico - municipal. Proc. Municipal: 02 2006 034573 – 6/ ABERTO EM 2006	1. CONSIDERA DE VALOR HISTÓRICO, lei nº 6.597 de 20/01/1993 2. CONSIDERA COMO PONTO TURÍSTICO DA CIDADE, lei nº 10.250, de 08/11/2004 Obs: Já havia deliberação do CONPPAC-RP para o tombamento definitivo desde reunião em 06/02/2007.	3. Tombamento Definitivo Municipal, Decreto nº 334 de 17/12/2010	1. Prefeito: ANTÔNIO PALOCCI FILHO 2. Prefeito: GILBERTO SIDNEI MAGGIONI. 3. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP) Prefeita: DARCY VERA	Aguardando inscrição

Hospital Santa Teresa*	Aldemo Perdizza, 495	1896 - Área da Estação Mogiana de Santa Teresa 1911 - Instalação do Posto Zootécnico 1944 - Destinação à uso hospitalar	Público	Municipal: 02 2004 015495-1/ ABERTO EM 2004	---	Tombamento Definitivo Municipal, Resolução 03/2004, DOM 16/07/2004 - Aguardando Publicação de Decreto	CLÁUDIO HENRIQUE BAUSO (Presidente do CONPPAC/RP) EDSON SALEM JÚNIOR (1º Secretário do CONPPAC-RP). Prefeito: GILBERTO SIDNEI MAGGIONI	---
Imóvel Luiz da Gama*	Rua Luiz Gama, n. 503	Industrial	Público	Municipal: 02 2005 030064 0/ ABERTO EM 2005	1. Tombamento provisório Municipal, Resolução nº 05/2005, em 28/09/2005	2. Tombamento Definitivo Municipal - NÃO CONSTA DATA. Mas sabe-se que foi antes de 2010. Aguardando publicação de decreto.	1. CLÁUDIO HENRIQUE BAUSO (Presidente do CONPPAC/RP) CLÁUDIA MARIA FERREIRA PERECIN (1ª Secretária do CONPPAC-RP) Prefeito: WELSON GASPARINI	---
Antigo imóvel da Estação São Paulo Minas (call center)*	Rua Antônio Grelet, 12. Errata: Rua Marquês de Pombal, 103	1928 - Arquitetura Ferroviária	Público	Municipal: 02 2005 0232530/ ABERTO EM 2005	1. Tombamento Provisório Municipal, Resolução 06/2010, decisão em reunião no dia 13/09/2005. DOM 26/11/2010.	2. Tombamento Definitivo Municipal, decidido em reunião do CONPPAC em 17/03/2009 – Aguardando publicação de decreto. 3. 2018 - Cobrança do decreto de publicação e ratificação dos autos	1.2. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC-RP) 3. Anderson Polverel (Presidente do CONPPAC-RP)	---

Fachada/frontão e treliças da antiga Algodoeira Matarazzo	Rua Saldanha Marinho, 980	1932-1935 – Inglês/Neoclássico	Privado	Municipal: 02.2004.020536-0/ ABERTO EM 2004	1. 1º Tombamento Provisório Municipal, Resolução 11/2004, decidido em reunião ordinária do dia 06/07/2004. 2. Decreto nº 185, de 06/08/2007 tombamento definitivo do imóvel como um todo, decidido em reunião em 02/07/2005, Resolução nº 01/05, de 28/07/2005 – CONPPAC. (Revogado pelo decreto nº 256)	3. Tombamento Municipal Definitivo da Fachada, Frontão e Treliças, Decreto Municipal nº 256 de 31/10/2007.	1.2 CLÁUDIO HENRIQUE BAUSO (Presidente do CONPPAC-RP). CLÁUDIA MARIA FERREIRA PERECIN (1ª Secretária do CONPPAC-RP) 3. ANTÔNIO GILBERTO PINHATA (Presidente do CONPPAC-RP) Prefeito: WELSON GASPARINI.	Tombo nº 0004.
Palacete Albino de Camargo Neto	Rua Visconde de Inhaúma, 241.	1902-1923 - Eclético	Privado	Municipal: 02.2004.027471-0/ ABERTO EM 2004	1. Tombamento Provisório Municipal, decidido em reunião na data de 03/08/2004, Resolução 15/2004. DOM: 12/11/2004.	2. Tombamento Definitivo Municipal, decidido em reunião em 07/03/2006 e declarado em 24/04/2006. Decreto Municipal nº 132 de 06/05/2008. Obs: houveram impugnações e pedido de destombamento, mas não foram deferidos.	1. CLÁUDIO HENRIQUE BAUSO (Presidente do CONPPAC/RP) EDSON SALERMO JÚNIOR / CLÁUDIA MARIA FERREIRA PERECIN (1ª Secretário do CONPPAC-RP) Prefeito: WELSON GASPARINI 2. ANTÔNIO GILBERTO PINHATA (Presidente do CONPPAC-RP) Prefeito: WELSON GASPARINI	Tombo nº 0014.

Palacete Camilo de Mattos	Rua Duque de Caxias, 625.	1920 - Eclético	Privado	Proc. Municipal: 02.2005.031909-0/ ABERTO EM 2005	1. Tombamento Provisório Municipal, decidido em reunião na data de 13/09/2005, Resolução 04/2005 de 16/09/2005. DOM: 04/10/2005.	2. Tombamento definitivo Municipal, Decreto Municipal nº 221 de 15/07/2008, considerando a resolução nº 04/2005.	1. CLÁUDIO HENRIQUE BAUSO (Presidente do CONPPAC/RP) EDSON SALERMO JÚNIOR / CLÁUDIA MARIA FERREIRA PERECIN 1ª Secretário do CONPPAC-RP) Prefeito: WELSON GASPARINI Prefeito Welson Gasparini 2. ANTÔNIO GILBERTO PINHATA (Presidente do CONPPAC-RP) Prefeito: WELSON GASPARINI	Tombo nº 0015.
Solar Francisco Murdocco	Rua São José, 606 complementos 610 a 624	1916 - Eclético	Privado	Proc. Municipal: 02.2004.015755-1/ ABERTO EM 2004	1. Tombamento Provisório Municipal, decidido em reunião na data de 06/07/2004, Resolução 05/2004 de 08/07/2004. DOM: 16/07/2004.	2. Tombamento Definitivo Municipal, Decreto Municipal nº 131 de 06/05/2008.	1. CLÁUDIO HENRIQUE BAUSO (Presidente do CONPPAC/RP) EDSON SALERMO JÚNIOR / CLÁUDIA MARIA FERREIRA PERECIN (1ª Secretário do CONPPAC-RP) Prefeito: WELSON GASPARINI 2. ANTÔNIO GILBERTO PINHATA (Presidente do CONPPAC-RP) Prefeito: WELSON GASPARINI	Tombo nº 0008



Palacete Jorge Lobato	Rua Álvares Cabral, 716	1922 - Eclético	Privado	Proc. Municipal: 02.2004.011717-7/ ABERTO EM 2004	1. Tombamento Provisório Municipal, decidido em reunião na data de 06/07/2004, Resolução 04/2004. DOM: 16/07/2004.	2. Tombamento Definitivo Municipal, Decreto Municipal nº 219 de 11/07/2008	1. CLÁUDIO HENRIQUE BAUSO (Presidente do CONPPAC/RP) EDSON SALERMO JÚNIOR / CLÁUDIA MARIA FERREIRA PERECIN (1ª Secretário do CONPPAC-RP) Prefeito: WELSON GASPARINI 2. ANTÔNIO GILBERTO PINHATA (Presidente do CONPPAC-RP) Prefeito: WELSON GASPARINI	Tombo nº 0009
Avenida Nove de Julho	Avenida nove de Julho	1922	Público	Proc. Municipal: 02.2004.007613-6/ ABERTO EM 2004.	1. Tombamento Provisório Municipal, decidido em reunião na data de 06/07/2004, Resolução 08/2004. DOM: 16/07/2004	2. Tombamento Definitivo Municipal, Resolução 08/04. Decreto Municipal nº 220 de 11/07/2008.	1. CLÁUDIO HENRIQUE BAUSO (Presidente do CONPPAC/RP) EDSON SALERMO JÚNIOR / CLÁUDIA MARIA FERREIRA PERECIN (1ª Secretário do CONPPAC-RP) Prefeito: WELSON GASPARINI 2. ANTÔNIO GILBERTO PINHATA (Presidente do CONPPAC-RP) Prefeito: WELSON GASPARIN	Tombo nº 0010.

Museu de Arte de Ribeirão Preto "Pedro Manuel Gismondi" (MARP)	Rua Barão do Amazonas, 323.	1908 - Eclético	Privado	Proc. Municipal: 02.2006.008166-6/ ABERTO EM 2006	---	Tombamento Definitivo Municipal, aprovado em reunião em 05/08/2008, Decreto nº 318 de 23/09/2008.	ANTÔNIO GILBERTO PINHATA (Presidente do CONPPAC-RP) Prefeito: WELSON GASPARIN	Tombo nº 0012
Estação do Alto (Incorporada à escola?)	Rua João Delibo esquina com a Ernesto Petersen, s/n, Quintino Facci I.	1911 - Ferroviário	Público	Proc. Municipal: 02.2003.018602-8/ ABERTO EM 2003	1. Tombamento Municipal Provisório da EMEI Estação do Alto, decidido em reunião na data de 06/07/2004, Resolução 13/04 – DOM de 26/07/04.	2. Obs: Tombamento definitivo sugerido em reunião extraordinária na data de 02/12/2004. Tombamento definitivo aprovado em reunião na data de 07/03/2006. Resolução 01/2006, em 24/04/2006. DOM: 12/05/2006. 3. Decreto Municipal foi feito somente em 2008. Decreto nº 121 de 24/04/2008.	1. CLÁUDIO HENRIQUE BAUSO (Presidente do CONPPAC/RP) EDSON SALERMO JÚNIOR (1ª Secretário do CONPPAC-RP) 2. CLÁUDIO HENRIQUE BAUSO (Presidente do CONPPAC/RP) CLÁUDIA MARIA FERREIRA PERECIN (1ª Secretária do CONPPAC-RP) 3. ANTÔNIO GILBERTO PINHATA (Presidente do CONPPAC/RP) Prefeito: WELSON GASPARINI	Tombo nº 0005

Palacete Joaquim Firmino	Rua Florêncio de Abreu, 411, esquina com a Rua Tibiriçá, 714.	Início séc.XX. - Eclético	Público	Proc. Municipal: 02.2004.006587-8/ABERTO EM 2004	1. Tombamento Provisório, aprovada em reunião na data 06/07/2004, Resolução 06/2004. DOM: 16/07/2004. (Em 28/07/2004 o Governo do Estado pediu dilatação do prazo de tombamento visto sua complexidade.)	2. Tombamento Municipal definitivo, aprovado em reunião na data de 05/07/2005, Resolução 02/2005, de 16/09/2005. DOM 04/10/2005. 3. Decreto Municipal somente publicado em 01/06/2007. (REVOGADO EM 15/07/2005 PELO DECRETO 148, por ainda não estar de acordo com a nova lei de proteção n° 2.211, de 24/08/2007.) 4. Tombamento Municipal Definitivo, Decreto Municipal n° 119 de 24/04/2008.	1. CLÁUDIO HENRIQUE BAUSO (Presidente do CONPPAC/RP) EDSON SALERMO JÚNIOR (1ª Secretário do CONPPAC-RP) Prefeito Welson Gasparini 2. CLÁUDIO HENRIQUE BAUSO (Presidente do CONPPAC/RP) CLÁUDIA MARIA FERREIRA PERECIN (1ª Secretária do CONPPAC-RP) 3.4. ANTÔNIO GILBERTO PINHATA (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeito: WELSON GASPARINI	Tombo n° 0006
Tumulo Veiga Miranda	Cemitério da Saudade, 1.775, sepultura n° 1.848, quadra 18.	1936	Privado	Proc. Municipal: 02.2004.006588-6/ABERTO EM 2004	1. Decreto de tombamento n° 142/2007 tombou do tumulo Veiga Miranda, este decreto foi revogado por outro decreto n° 148/2007 e posteriormente veio o decreto n° 120	2. Tombamento Municipal Definitivo, Resolução 07/04 DOM de 16/07/04. 3. Decreto Municipal n° 120 de 24/04/2008.	1. CLÁUDIO HENRIQUE BAUSO (Presidente do CONPPAC/RP) EDSON SALERMO JÚNIOR (1ª Secretário do CONPPAC-RP) Prefeito Welson Gasparini 2. ANTÔNIO GILBERTO PINHATA (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeito: WELSON GASPARINI	Tombo n° 0007

Primeiro Distrito Policial	Rua Duque de Caxias, 1048.	1904	Público	Proc. Municipal: 02.2004.017059-0/ABERTO EM 2004	---	Tombamento Definitivo Municipal, Decreto Municipal nº 365 de 06/11/2008	ANTÔNIO GILBERTO PINHATA (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeito: WELSON GASPARINI	Tombo nº 0013.
Capela Santo Antônio Pão dos Pobres (Santo Antoninho)*	Av. da Saudade, 222	1903	Privado	Proc. Municipal: 02 2008 053834 3/ABERTO EM 2008	---	Tombamento Definitivo Municipal determinado em 09/12/2009 – Aguardando publicação de Decreto	CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA	---
Avenida Jerônimo Gonçalves*	Avenida Jerônimo Gonçalves	Década de 1880	Público	Proc. Municipal: 02 2004 007614 4/ABERTO EM 2004	---	1. Tombamento definitivo municipal, Resolução 09/2004. DOM 16/07/2004. 2. Tombamento em ata de 17/03/2009 – Aguardando publicação de Decreto	1. CLÁUDIO HENRIQUE BAUSO (Presidente do CONPPAC/RP) EDSON SALERMO JÚNIOR (1ª Secretário do CONPPAC-RP) Prefeito Welson Gasparini 2. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA	---
Capela do Colégio Marista*	Rua Bernardino de Campos, n. 550	1946	Privado	Municipal: 02 2008 017507 -0/ABERTO EM 2008	1. Tombamento Provisório, Resolução 08/2010, segundo reunião realizada em 20/05/2008. Publicação no diário oficial em 26/11/2010.	2. Tombamento Definitivo Municipal, não consta data, aguardando publicação de decreto.	1. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA	---

Conjunto de obras de Bassano Vaccarini*	---	---	Privado	Municipal: 02 2006 019601 3/ ABERTO EM 2006	---	CONPPAC deliberou pelo tombamento definitivo, em reunião realizada em 07/06/2011. Não consta decreto.	1. DULCE PALLADINI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA	---
Antiga Cia de Cervejaria Antartica (Shopping)	Luiz da Cunha, 192	1911 - Industrial	Privado	Municipal: 02 2011 035284 6/ ABERTO EM 2011	1. Tombamento provisório, aprovado em reunião na data de 06/09/11, Resolução 01/12. DOM: 16/03/2012.	2. Tombado Definitivo Municipal em 19/02/13, não consta Decreto.	1. 2. DULCE PALLADINI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA	---
Mosteiro de São Bento e Sete Capelas*	Praça Alto do São Bento s/n	---	Privado	Proc. Municipal: 02 2012 046752 2/ ABERTO EM 2012	OBS: O mosteiro de São Bento sozinho teve seu processo aberto em 2009 e seu tombamento provisório, mas foi impugnado, o processo ainda está em tramitação mas sem tombamento, seu processo 02 2009 011595 0 foi anexado ao 02 2012 046752 2, que desaguou no tombamento definitivo do mosteiro e das sete capelas em conjunto.	Tombamento Definitivo Municipal em 06/11/2012. Não consta Decreto.	DULCE PALLADINI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA	---
Casa Japão		1923 - Eclética	Privado	Proc. Municipal: 02 2008 003130 3/	---	1. Tombamento Definitivo Municipal,	1. CLÁUDIA MORRONI	---

	José Bonifácio, 465/467			ABERTO EM 2008 - REQUERIDO PELO PROPRIETÁRIO		aprovado em reunião na data de 09/12/2009. 2. Decreto nº 039, somente em 09/02/2012. DOM 10/02/12	(Presidente do CONPPAC/RP). 2. DULCE PALLADINI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA	
Igreja Nossa Senhora do Rosário*	Rua Martinico Prado, 599	Paróquia:1914 Igreja:1918-1919 - Religiosa - Ecletismo historicista / Elementos Neo- Românticos	Privado	Proc. Municipal: 02 2009 052815-4/ ABERTO EM 2009	1. Tombamento provisório Resolução 02/2010. DOM 16/09/2010	2. Tombamento Definitivo Municipal em 02/10/12. Não consta Decreto.	1. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP). 2. DULCE PALLADINI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA	---
Igreja Santo Antônio de Pádua*	Rua Paraíba, 767.	1922-1934 / 1947-1952	Privado	Proc. Municipal: 02 2009 052820- 0b anexado ao 02 2012 046751 4/ ABERTO EM 2009-2012	Obs: O primeiro processo que resultou no tombamento provisório Resolução: 03/2010. DOM 16/09/2010 foi impugnado em 06/11/2012.	2.Tombamento Definitivo Municipal em reunião em 06/11/2012. (Houve uma nova votação?)	2. DULCE PALLADINI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA	---
Praça Coração de Maria	Quadrilátero formado pelas ruas Martinico Prado, Conselheiro Dantos, Luiz da Cunha e Rodrigues	Final sec. XIX	Público	Proc. Municipal: 02 04 030437 6/ ABERTO EM 2004	1. Tombamento Provisório em reunião na data de 4/10/2005, Resolução 08/2005, de 21/12/2005. DOM: 13/03/2006.	2. Tombamento Municipal Definitivo aprovado em reunião, em 04/09/12, Resolução 01/2014. 3. Publicação de	1. CLÁUDIO HENRIQUE BAUSO (Presidente do CONPPAC/RP) CLÁUDIA MARIA FERREIRA PERECIN (1ª Secretária do	---

						Decreto n° 334, em 29/12/2014.	CONPPAC-RP). Prefeito: WELSON GASPARINI 2.3. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: Darcy Vera	
Lar Santana	Rua Conselheiro Dantas, 984	1932	Público	Proc. Municipal: 02 2014 0527199/ ABERTO EM 2014	1. Tombamento Provisório em 04/02/2015. Obs: Solicitação de Tombamento Definitivo através do abaixo assinado organizado pela Associação Amigos do Arquivo.	Não consta	CLÁUDIA MORRONI/NOEMI PEREIRA (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: Darcy Vera	---
Companhia Penha de Máquinas Agrícolas (Sambra)*	Av. Brasil, 1724	1919-1930	Privado	Proc. Municipal: 02 2003 026116- 0 / ABERTO EM 2003	1. Tombamento Provisório Municipal, Resolução 12/2004. DOM 25/11/2004.	2. Tombamento Definitivo aprovado em reunião na data de 05/07/2005, Resolução 01/2013. 3. Aguardando Publicação de Decreto e Aprovação da Isenção de IPTU.	1.. CLÁUDIO HENRIQUE BAUSO (Presidente do CONPPAC/RP) EDSON SALERMO JÚNIOR (1ª Secretário do CONPPAC-RP) Prefeito Welson Gasparini 2. DULCE PALLADINI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA. 3. NOEMI PEREIRA (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA.	---

[illegible]

**4.2. Bens tombados provisoriamente pelo CONPPAC (ou considerados de valor histórico e arquitetônico, artístico) em Ribeirão Preto**



Imóvel da Biblioteca Cultural “Altino Arantes”	Rua Duque de Caxias, 547	1932 - Neoclássico	Privado	1984: Valor Histórico Proc. Municipal - 02 2009 052828 6/ ABERTO EM 2009	1. Considera de valor histórico e artístico Municipal –Lei 4.524 de 17/08/1984. 2. Tombamento provisório Municipal. Resolução nº 03/2009. DOM: 04/12/2009. 3. Área de ambiência Estadual (Quarteirão Paulista - 1993)	1. João Gilberto Sampaio 2. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP) LILIAN R. DE OLIVEIRA ROSA (Vice-Presidente) Prefeita: DARCY VERA 3. Governo do Estado. Prefeito Municipal: João Gilberto Sampaio
Estação Ferroviária Silveira do Val	Antiga Fazenda da Vista - Estrada de terra da Mata Santa Tereza	1913	Público	Proc. Municipal: 02 2003 034648-3/ ABERTO EM 2003	1. Tombamento Provisório, decidido em reunião em 06/10/2013. Não consta Resolução.	2. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP) Prefeita: DARCY VERA
Rua José Bonifácio	Rua José Bonifácio	1885	Privado	Proc. Municipal: 02 2008 035020 4/ ABERTO EM 2008	Tombado Provisório. Não consta Resolução.	---
Bonfim Paulista	Bonfim Paulista	1894	Público	Proc. Municipal: 02 2004 034596 0/ ABERTO EM 2004	Tombado Provisório. Não consta Resolução.	---
Capela e antigo pavilhão da santa casa de misericórdia	Rua Capitão Salomão, 1154 – Campos Elíseos	1886-1910 (Inauguração Santa Casa) / 1952 (Construção da Capela)	Privado	Proc. Municipal: 02 2009 052843-0/ ABERTO EM 2009	Tombamento Provisório, Resolução nº 04/2009. DOM: 04/12/2009.	CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP) LILIAN R. DE OLIVEIRA ROSA (Vice-Presidente) Prefeita: DARCY VERA
Cemitério da Saudade e Sepulturas	Avenida Saudade, n. 1775, Campos	---	Público	1986: 2 primeiros túmulos foram tombados. 2004: Abertura processo 02.2004.006588 – 6	Processo geral em tramitação	---

	Elíseos. CEP: 14080-000			Tombamento Def. Municipal túmulo Veiga Miranda Proc. Municipal - 02 2009 052822 7/ ABERTO EM 2009		
Imóvel da Avenida da Saudade nº 222	Avenida da Saudade nº 222	1902-1913	Privado	Proc. Municipal: 02 2008 053835 1/ ABERTO EM 2008	Tombamento provisório, aprovado em reunião na data de 03/03/2009, Resolução nº 001/2009.	1. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP) NAINORA MARIA BARBOSA DE FREITAS (1ª Secretária do CONPPAC-RP). Prefeito: DARCY VERA

Antiga Fábrica de Refrigerantes Douradinha	Rua Industrial, 98	1953	Privado	Proc. Municipal: 02 2006 022283-9/ ABERTO EM 2006	Tombamento Provisório, Resolução 05/2010. DOM 26/11/2010. Obs: Não se deu o tombamento definitivo devido a comprovação da retirada de maquinários e demolição do edifício. Entrou-se com o processo de tombamento imaterial da receita do refrigerante.	1. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP) Prefeito: DARCY VERA
Conjunto arquitetônico da fazenda Santana (Fazenda Santa Iria)	km 53, Rdv Abrão Assed	---	Privado	Proc. Municipal: 02 2004 041087-7/ ABERTO EM 2004	Tombamento Provisório, Resolução 03/2005. DOM: 04/10/2005.	CLÁUDIO BAUSO (Presidente do CONPPAC/RP) Prefeito: WELSON GASPARINI
Asilo Padre Euclides	Avenidada da Saudade, 1577	1919 - Arquitetura Religiosa	Privado	Proc. Municipal: 02 2009 052826-0/ ABERTO EM 2009	Tombamento Provisório, aprovado em reunião na data de 02/02/2010, Resolução: 04/2010. DOM: 16/09/2010.	CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP) Prefeito: DARCY VERA

Sociedade Recreativa de Esporte (RECRA)	Avenida Nova de Julho, 299 - Centro	1943 - Neoclássica / Eclética	Privado	Proc. Municipal: 02 2008 030134-3/ ABERTO EM 2008	Tombamento Provisório, aprovado em reunião na data de 05/08/2008, Resolução 07/2010. DOM: 26/11/2010. OBS: 02/02/2011, a RECRA pede a impugnação do tombamento, e este foi acatado em reunião na data de 02/07/2013.	CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP) Prefeito: DARCY VERA
Bebidas Comandos -Refresco Douradinha - EMPRESA SÃO DOMINGOS LTDA	Rua São Paulo, nº 492, Campos Elíseos	1948 - Arquitetura Moderna	Privado	Proc. Municipal: 02 2006 022285 5/ ABERTO EM 2006 (A PEDIDO DO NETO DE JOÃO FERREIRA RIBEIRO, PRIMEIRO FABRICANTE DO REFRIGERANTE DOURADINHA, E MEMBRO ATUANTE NA CULTURA DA CIDADE)	1. 12/05/2010 o CTA dá parecer desfavorável ao tombamento do imóvel por não ter mais as características arquitetônicas e de maquinários para justificar sua proteção. OBS: A segunda fábrica possui tombamento provisório em 2010, não se trata do mesmo local. Mas também não se deu andamento ao processo pelo mesmo motivo. Há pedido de tombamento imaterial para o Refrigerante.	1. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP) Prefeito: DARCY VERA

Bens móveis e imóveis da ferrovia do município de Ribeirão Preto	---	---	Público	Proc. Municipal: 02 2009 019376 4/ ABERTO EM 2009	Tombamento Provisório, Resolução 01/2010 - CONPPAC/RP- DOM 16/08/2010	1. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP) Prefeito: DARCY VERA
ETEC José Martimiano da Silva – Industrial	Rua Tamandaré, 520	1922 - 1927 - Eclético	Público	Proc. Municipal: 02 2011 029661 0/ ABERTO EM 2011	1. Lei considera de valor histórico e artístico publicada no dia 06/07/2006. 2. Tombamento Provisório em 06/09/2011, Resolução 02/12. DOM: 16/03/12. 3. Novo Tombamento Provisório dos Remanescentes, Resolução 08/2014, aprovada em reunião realizada em 09/04/2014. DOM: 25/04/2014.	1. CLÁUDIO HENRIQUE BAUSO (Presidente do CONPPAC/RP) Prefeito: WELSON GASPARINI 2. DULCE PALLADINI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA 3. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP) Prefeita: DARCY VERA
Complexo Casa Amarela	Fazenda Baixadão	ANOS 40 - ?	Público	Proc. Municipal: 02 2012 058563 0/ ABERTO EM 2012.	Tombamento Provisório em reunião ordinária de 19/02/13, Resolução nº 04/2013. DOM: 10/09/2013. obs: Pedido de Tombamento Definitivo pela ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM PAIVA II)	DULCE PALLADINI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA

Imóvel na Rua Lafaiete, 1149	Rua Lafaiete, 1149	Metade Séc. XIX até o Início do Séc. XX - Eclética	Público	Proc. Municipal: 02 2012 047863 0/ ABERTO EM 2012	Tombamento Provisório, aprovado em reunião na data de 06/11/12, Resolução 01/13. DOM: 13/05/13. OBS: EM 29/05/2013 A Proprietária pede impugnação.	DULCE PALLADINI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA
Antigo Hotel Modelo (Volumetria, Fachada e Cobertura)	Rua General Osório, 64	Eclético	Privado	Proc. Municipal: 02 2012 047876 1/ ABERTO EM 2012	Tombamento Provisório, reunião de 06/11/12. Resol. Nº 02/13. DOM: 13/05/13. OBS: EM 29/05/2013 A Proprietária pede impugnação.	DULCE PALLADINI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA
Casa Chiarello	Rua Saldanha Marinho, 512	1930 - Eclético	Privado	Proc. Municipal: 02 2012 047875 3/ ABERTO EM 2012	Tombamento Provisório, reunião de 06/11/12. Resol. Nº 03/13. DOM 13/05/13.	DULCE PALLADINI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA
Casa da Cultura "Jucelino Kubitscheck"	Praça Altodo São Bento s/n	1976 - Arquitetura Moderna	Público	Proc. Municipal: 02 2012 047874 5/ ABERTO EM 2012	Tombamento Provisório, aprovada em reunião na data de 04/06/13, Resolução nº 05/13. DOM: 10/09/2013.	DULCE PALLADINI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA

Praça Aureliano de Gusmão (Sete de Setembro)	Quadrilátero formado pelas ruas Sete de Setembro, Lafaiete, Florêncio de Abreu e Floriano Peixoto	Fim Séc. XIX e Início Séc. XX	Público	Proc. Municipal: 02 04 030436 8/ ABERTO EM 2004 - REEDITADO sob nº 02 2014 012122/ ABERTO EM 2014	1. Tombamento Provisório, aprovado em reunião na data de 4/10/2005, Resolução nº 07/05. (Tombamento vencido e reeditado em 2014.) 2. Tombamento Provisório em reunião 09/04/14, Resolução nº 04/14. DOM: 25/04/14.	1. CLÁUDIO HENRIQUE BAUSO (Presidente do CONPPAC/RP) Prefeito: WELSON GASPARINI 2. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA
Praça Luiz de Camões Rua Bernardino de Campos	Rua Bernardino de Campos	Final Séc. XIX	Público	Proc. Municipal: 02 04 030435 0 Cad. Mun.501825/ ABERTO EM 2004 - REEDITADO sob nº 02 2014 012120 6/ ABERTO EM 2014	1. Tombamento Provisório, aprovado em reunião na data de 4/10/2005, Resolução 09/05. DOM 21/12/05 (tombamento vencido e reeditado em 2014.) 2. Tombamento Provisório, aprovado em reunião na data de 09/04/14, Resolução nº 05/14. DOM: 25/04/14.	1. CLÁUDIO HENRIQUE BAUSO (Presidente do CONPPAC/RP) Prefeito: WELSON GASPARINI 2. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA
Imóvel na Rua Prudente de Moraes, 386	Rua Prudente de Moraes, 386	Não consta - Eclético	Privado	Proc. Municipal: 02 2013 058304 5/ ABERTO EM 2013	1. Tombamento Provisório, aprovado em reunião na data de 04/02/2014, Resolução 01/2014. DOM: 05/03/2014.	1. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA

Imóvel na Rua Álvares de Cabral, 763 (Tom. Parcial da Fachada e Cobertura)	Rua Álvares de Cabral, 763	Não consta - Eclético	Privado	Proc. Municipal: 02 2013 058303 7/ ABERTO EM 2013	1. Tombamento Provisório, aprovado em reunião na data de 04/02/2014, Resolução 02/2014. DOM: 05/03/2014. (Pedido de Impugnação pelo proprietário em 21/03/2014.)	1. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA
Entrada e Fonte do Bosque Fábio Barreto	Rua da Liberdade s/n	---	Público	Proc. Municipal: 02 2013 058306 1/ ABERTO EM 2013	1. Tombamento Provisório, aprovado em reunião na data de 04/02/2014, Resolução nº 03/14. DOM: 05/03/14.	1. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA
Imóvel da Rua Visconde de Inhaúma, 701	Rua Visconde de Inhaúma, 701	1907 - ?	Privado	Proc. Municipal: 02 2015 010468 1/ ABERTO EM 2015	Tombamento Provisório, reunião de 07/04/15. Não Consta Resolução.	1. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA

Tabela 2: Bens tombados provisoriamente pelo CONPPAC (ou considerados de valor histórico e arquitetônico, artístico) em Ribeirão Preto. Autora: Flávia Fernanda S. Vilas Boas. (Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto-SP)



#### 4.3. Bens em Ribeirão Preto tombados estadualmente – CONDEPHAAT-SP

BENS EM RIBEIRÃO PRETO TOMBADOS ESTADUALMENTE - CONDEPHAAT								
IMÓVEL	ENDEREÇO	DATA CONSTRUÇÃO / TIPOLOGIA	BEM PÚBLICO OU PRIVADO	PROCESSO / DATA DE ABERTURA	TOMBAMENTO PROVISÓRIO	TOMBAMENTO DEFINITIVO	GESTÃO	INSCRIÇÃO NO LIVRO DO TOMBO
Edifício Diederichsen	Rua Álvare Cabral, 469	1936 - Art-Decó	Privado	Proc. Estadual 37922/98/ABERTO EM 1998	---	Tombamento Definitivo CONDEPHAAT, Resolução SC 33 de 08/08/05. DOE 01/09/2005	Governo do Estado - Sec. Da Cultura: Cláudia Costin. Prefeito Municipal RP (2005): Welson Gasparini	CONDEPHAAT, Livro do Tombo Histórico, inscrição nº 366, pg 100, 27/11//2009
E.E. Otoniel Mota	Rua Prudente de Moraes, 764.	1907	Público	Proc. Estadual: 24929/86	Sessão Ordinária - 29/07/02 - Ata 1253 - Public. DOE de 25/09/02 seção I pag. 50. /	Tombamento Definitivo Estadual, Resolução 60 de 21/07/2010. DOE 11/11/2010	Governo do Estado. Sec. Da Cultura: João Sayad/ Andrea Matarazzo. Prefeito Municipal RP (2010): Darcy Vera	CONDEPHAAT, Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 377, p. 103 a 110, 05/09/2011.
E.E. Fábio Barreto	Rua Amador Bueno, 220.	1911	Público	Proc. Estadual: 24929/86	Sessão Ordinária - 29/07/02 - Ata 1253 - Public. DOE de 25/09/02 seção I pag. 50. /	Tombamento Definitivo Estadual, Resolução 60 de 21/07/2010. DOE 11/11/2010	Governo do Estado. Sec. Da Cultura: João Sayad/ Andrea Matarazzo. Prefeito Municipal RP (2010): Darcy Vera	CONDEPHAAT, Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 377, p. 103 a 110, 05/09/2011.

E.E. Dr. Guimarães Júnior	Rua Lafaiete, 584.	1901	Público	Proc. Estadual: 24929/86	Sessão Ordinária - 29/07/02 - Ata 1253 - Public. DOE de 25/09/02 seção I pag. 50. /	Tombamento Definitivo Estadual, Resolução 60 de 21/07/2010. DOE 11/11/2010	Governo do Estado. Sec. Da Cultura: João Sayad/ Andrea Matarazzo. Prefeito Municipal RP (2010): Darcy Vera	CONDEPHAAT, Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 377, p. 103 a 110, 05/09/2011.
E.E. Dona Sinhá Junqueira	Rua Conselheiro Dantas, 358.	1919	Público	Proc. Estadual: 24929/86	Sessão Ordinária - 29/07/02 - Ata 1253 - Public. DOE de 25/09/02 seção I pag. 50. /	Tombamento Definitivo Estadual, Resolução 60 de 21/07/2010. DOE 11/11/2010	Governo do Estado. Sec. Da Cultura: João Sayad/ Andrea Matarazzo. Prefeito Municipal RP (2010): Darcy Vera	CONDEPHAAT, Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 377, p. 103 a 110, 05/09/2011.

Tabela 3: Bens em Ribeirão Preto tombados estadualmente – CONDEPHAAT-SP Preto Autora: Flávia Fernanda S. Vilas Boas. (Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto-SP,)

#### 4.4. Bens tombados municipal e estadualmente

BENS TOMBADOS MUNICIPAL E ESTADUALMENTE								
IMÓVEL	ENDEREÇO	DATA CONSTRUÇÃO / TIPOLOGIA/ JUSTIFICATIVA	BEM PÚBLICO OU PRIVADO	PROCESSO / DATA DE ABERTURA	TOMBAMENTO PROVISÓRIO	TOMBAMENTO DEFINITIVO	GESTÃO MUNICIPAL/ ESTADUAL	INSCRIÇÃO NO LIVRO DO TOMBO
Antigo Solar Vila Lobos- "Casarão da Caramuru" + Área envoltória (Chácara Villa-Lobos)*	Avenida Caramuru, 230/ 232.	Aprox. 1883 - Neoclássico	Privado	1986: 1ª tentativa de valoração municipal Proc. Estadual - 25774/87/ ABERTO EM 1987/1988. Proc. Municipal - 02 2009 052819 7/ ABERTO EM 12/11/2009	1. Lei 4881/86, de 06 de agosto de <b>1986</b> – Vetada. 3. Tombamento Provisório Municipal, aprovado em reunião na data de 02/02/2010. Não consta Resolução.	2. CONDEPHAAT Processo n. 25.774/87 e Resolução Estadual nº 61, de 28/10/ <b>1988</b> . DOE: 03/11/1988.	1. Autoria do Projeto de Lei: VALDEMAR CORAUCI SOBRINHO (vereador). Elaboração da lei: BARQUET MIGUEL (Presidente da Câmara de Vereadores) Prefeito (VETOU): JOÃO GILBERTO SAMPAIO. 2. Governo do Estado. Sec. da Cultura: Bete Mendes. Prefeito Municipal: JOÃO GILBERTO SAMPAIO. 3. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP)	CONDEPHAAT, Tombo Histórico, Inscrição nº 285, p. 73 de 08/06/ <b>1989</b> .

							Prefeita: DARCY VERA	
Theatro Pedro II	Rua Alvares Cabral, 370	1930 - Eclético	Público	Proc. Estadual 0297/73 / ABERTO EM 1973	Obs: CONSIDERADO DE VALOR HISTÓRICO E ARTÍSTICO MUNICIPAL - Lei 2.764 de 08/06/1973.	1. CONDEPHAAT, Resolução nº32 de 07/05/1982. – DOE 14/05/82. 2. Tombamento Estadual em conjunto com o Quartirão Paulista 1993. 3. Tombamento Municipal em conjunto com o Quartirão Paulista 2012. 4. Área Envolvente CONDEPHAAT, Resolução nº 25 de	1. Governo do Estado - Sec. Da Cultura: Antonio Henrique da Cunha Bueno. Prefeito Municipal RP (1982): Antônio Duarte Noqueira 2. Governo do Estado - Sec. Da Cultura: Ricardo Itsuo Ohtake. Prefeito Municipal: Antônio Palocci Filho. 3. CLÁUDIA MORRONI	CONDEPHAAT Tombo Histórico, inscrição nº 186, p.44, de 17/06/1982.

						28/04/2010. DOE 12/05/2010	(Presidente do CONPPAC/RP) LILIAN R. DE OLIVEIRA ROSA (Vice-Presidente) Prefeita: DARCY VERA  4. Governo do Estado - Sec. Da Cultura: Andrea Matarazzo. Prefeito Municipal RP (2010): Darcy Vera	
Estação Barracão*	Avenida Pedro II, esquina com Rua Rio Grande do Norte	1870 - 1890 Ferroviário	Público	Proc. Estadual 21364/80 / ABERTO EM 1980 Proc. Municipal: 02 2009 052829 4/ ABERTO EM 2009	---	1.CONDEPHAAT Resolução SC nº 31 de 07/05/1982. DOE 14/05/82 2. Tombado de Ofício pelo CONPPAC, em reunião ordinária de 05/06/2012	1. Governo do Estado - Sec. Da Cultura: Antonio Henrique da Cunha Bueno. Prefeito Municipal RP (1982): Antônio Duarte Noqueira 2. DULCE PALLADINI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA	CONDEPHAAT, inscrição nº 174 - Livro de Tombo Histórico nº1, p.40, de 25/05/1982. OBS: NÃO CONSTA INSCRIÇÃO MUNICIPAL
Remanescentes da antiga Fazenda Monte Alegre – edificações, o sistema viário e área verde	Campus da USP	Museu Histórico: Const. Entre 1870-1880. Inauguração: 1950 Museu Do Café:	Público	Estadual: 24699/86/ ABERTO EM 1986 Processo Nacional: IPHAN: 1470-T00	1. CONSIDERA DE VALOR HISTÓRICO E ARQUITETÔNICO MUNICIPAL OS PRÉDIOS DOS MUSEUS, lei nº	2. Tombamento Definitivo CONDEPHAAT - Resolução SC nº 07 de 22/03/1994.	1. Prefeito Municipal: João Gilberto Sampaio. 2. Governo do Estado - Sec. Da Cultura: Ricardo Itsuo	CONDEPHAAT Livro do Tombo Histórico inscrição nº 314, p.79, 01/06/1994.

- Museus Histórico e do Café		Const./Inauguração: 1957			5.341, de 20/09/1988.	Proc. 24699/86. Homologação DOE 24/03/94, p. 69. Seção I.	Ohtake. Prefeito Municipal: Antônio Palocci Filho	
Quartirão Paulista E Praça XV de Novembro*	Rua Álvares Cabral, 332, 354, 390, 396 e Praça XV de Novembro.	Entre 1886 – 1930 - Eclético	Público e Privado	Proc. Estadual - 29840/92/ ABERTO EM 1992 Proc. Municipal - 02 2009 052841 3/ ABERTO EM 2009	1. Considera de valor histórico e artístico Municipal –lei nº 4.584, de 13/03/1985. <b>Obs: Tramitando processo de tombamento nacional no IPHAN.</b>	2. Tombamento Definitivo Estadual Resolução SC 26 de 15/12/93. DOE 16/12/1993. 3. Tombamento Municipal de Ofício em 03/07/2012. 4. Área Envolvória CONDEPHAAT, Resolução nº 25 de 28/04/2010. DOE 12/05/2010	1. Presidente da Câmara: BARQUET MIGUEL. 2. Governo do Estado - Sec. Da Cultura: Ricardo Itsuo Ohtake. Prefeito Municipal: Antônio Palocci Filho. 3. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP) LILIAN R. DE OLIVEIRA ROSA (Vice-Presidente) Prefeita: DARCY VERA 4. Governo do Estado - Sec. Da Cultura: Andrea Matarazzo. Prefeito Municipal RP (2010): Darcy Vera	CONDEPHAAT, Tombo Histórico, inscrição nº 311, p. 78, 23/02/1994 OBS: NÃO CONSTA INSCRIÇÃO MUNICIPAL
Antiga Cervejaria Paulista	Rua Mariana Junqueira, 33.	1913 - Art-Decó	Privado	Proc. Estadual: 39.684/00 Proc. Municipal: 02.2007.001653-0/ ABERTO EM 2007	1. Declara imóvel antiga sede da companhia cervejaria como de preservação municipal, conforme específica, lei municipal nº 11.301, de 16/07/2007.	2. Tombamento Definitivo Estadual, Resolução SC nº 52 de 01/10/2007. DOE 04/10/2007. 3. Tombamento Definitivo Municipal, Decreto Municipal nº 223 de 16/07/2008.	1. Autores da lei: Cícero Gomes da Silva. Presidente: WANDEIR SILVA 2. Governo do Estado. Sec. Da Cultura: João Sayad. Prefeito Municipal RP (2007): Welson	CONDEPHAAT, Livro do Tombo Histórico: inscrição nº 355, p. 96, 20/12/2007 Inscrição Livro Tombo Histórico

							Gasparini 3. ANTÔNIO GILBERTO PINHATA (Presidente do CONPPAC-RP) Prefeito: WELSON GASPARINI	Municipal, nº 0011.
Catedral Metropolitana de São Sebastião (E Palácio Arquiepiscopal)*	Praça das Bandeiras	1917 - Romântico/Gótico o/Neoclássico	Privado	Municipal: 02 2006 0239468-0/ ABERTO EM 2006 Estadual: 59031/05/ ABERTO EM 2009	Obs: Dada ciência aos membros do Conselho sobre o pedido de tombamento, sessão ordinária em 01/07/2008. 1. Tombamento Provisório Municipal, Resolução: 09/2010. DOM: 17/01/2011	2. 20/08/2012, em sessão ordinária o CONDEPHAAT aprovou o tombamento. 3. Tombamento Definitivo Estadual, Resolução 53, de 26/06/2014. DOE 27/06/2014.	1. CLÁUDIA MORRONI (Presidente do CONPPAC/RP). Prefeita: DARCY VERA 2. Governo do Estado. Sec. Da Cultura: Andrea Matarazzo/ Marcelo Mattos Araújo. Prefeito Municipal RP (2012): Darcy Vera 3. Governo do Estado. Sec. Da Cultura: Marcelo Mattos Araújo. Prefeito Municipal RP (2014): Darcy Vera	CONDEPHAAT, Livro do Tombo Histórico, inscrição nº 417, p.124-125.

Tabela 4: Bens em Ribeirão Preto tombados municipal e estadualmente – CONPPAC-RP e CONDEPHAAT-SP Preto Autora: Flávia Fernanda S. Vilas Boas. (Fonte: Dados fornecidos pela Secretaria da Cultura de Ribeirão Preto-SP,)

## **5. Fichas patrimoniais dos bens selecionados**

(Autora: Flávia Vilas Boas, 2018)

**5.1.** Palacete Camilo de Mattos

**5.2.** Solar Francisco Murdocco

**5.3.** Solar Villa-Lobos (Casa Caramuru)

**5.4.** Palacete Albino de Camargo Netto

**5.5.** Palacete Jorge Lobato





### 5.1. FICHA IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL / PROCESSO DE TOMBAMENTO

1. BEM PATRIMONIAL: PALACETE CAMILO DE MATTOS
2. LOCALIZAÇÃO: Rua Duque de Caxias, 625 – Centro – Ribeirão Preto/SP
3. CONSTRUÇÃO: 1920
4. ARQUITETO: Antônio Soares Romeo (como autor) e engenheiro Antônio Terreri e Paschoal di Vincenzo (como construtores)  Área: Terreno: 620,43m <sup>2</sup> / Construída: 265,42 m <sup>2</sup>
5. ÁREA: 620,43m <sup>2</sup> (terreno) / 265,42m <sup>3</sup> (área construída)
6. MATRÍCULA / CADASTRO MUNICIPAL: nº 18.775
7. PROPRIEDADE: Particular/Privada
8. PROPRIETÁRIOS: ANO / RESPONSÁVEL



Foto: Flávia Vilas Boas - 2018

1980 (Registro do imóvel)	Maria das Dolores Gomes de Mattos (São Paulo/SP). Obs: Faleceu em 01/09/1995 – cancelando seu usufruto do imóvel)
1979/1980 (A proprietária passou – Título Doação - a escritura para os herdeiros – 1/3 do imóvel para cada, mas Maria ainda tinha usufruto do imóvel)	Luiz Augusto Gomes de Mattos (tinha uma ex-esposa Maria Luiza Peres que faleceu em 19/04/1989); (São Paulo/SP)
	Nilza de Mattos Sampaio Coelho e seu marido Renato Amaral Sampaio Coelho (São Paulo/SP)
	Célia Mattos Meireles Ferreira e seu marido Licio Meireles Ferreira.(São Paulo/SP)
27/07/1993 (Consta Aforamento no registro do imóvel – Registrado em 11/06/2011)	Consta que o imóvel é foreiro ao Patrimônio da Fábrica da Matriz de São Sebastião do Ribeirão Preto, por ter referido imóvel em sua linha filiatória.

2001 (Partilha dos bens de Cália Mattos Meirelles Ferreira devido ao seu falecimento)	Licio Meireles Ferreira (viúvo)	
	Camillo de Mattos Meirelles Ferreira (herdeiro-filho. São Paulo/SP)	
	Licio Meirelles Ferreira Filho, casado com Lícia Yole Mitidieri Meirelles Ferreira (Barueri/SP).	
2005 (conforme consta na solicitação de tombamento)	O proprietário era Luiz Augusto Gomes de Mattos (Ex-prefeito da cidade, filho de Camilo de Mattos) (Falecido em 2006)	
2017 - 2018 (atual)	Marcos da Cunha Mattos e Ricardo Cesar Massaro (empresários)	
9. USOS / HISTÓRICO		
O edifício foi construído em 1920, para residência de Joaquim Camilo de Mattos e sua família. Joaquim Camilo se mudou para cidade após 1917, foi delegado em Cravinhos e em seguida se inseriu na política de Rib. Preto e região, chegando a assumir o cargo de prefeito da cidade em 1929-1930. Após esse período, afastou-se da política, atuou como consultor jurídico e ainda exerceu diversas funções em entidades sociais. O casarão ficou para seus herdeiros, e está abandonado desde a morte, em 2006, de seu último morador Luiz Augusto Gomes de Mattos (Ex-prefeito da cidade, filho de Camilo de Mattos, também ex-prefeito). Há alguns projetos para o local, inclusive um projeto para fins culturais de transformar o palacete na sede da Fundação Feira do Livro, porém nada saiu do papel. Em SET/2017, empresários anunciaram a compra do Palacete, mas ainda não foi divulgado a destinação do bem, mas a proposta é restaurá-lo em sua totalidade, preservando todos os elementos remanescentes.		
10. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
2006 – 2017	Estado ruim de conservação / Abandonado	
2017 - 2018	Processo de levantamentos para restaração	
11. PROTEÇÃO EXISTENTE	12. ÓRGÃO / ANO TOMBAMENTO DEFINITIVO	13. NÚMERO / DATA DO PROCESSO DE TOMBAMENTO
Tombamento Municipal	CONPPAC-RP 2008	02.2005.031909.0 – DE 20/07/2005
14. SOLICITANTE: Thaís Corrêa do Santos Pereira. Endereço (2005): Rua Roque Nacarato, 169 – Jardim Antarctica. / Telefone: 633-8155.		

15. JUSTIFICATIVA: “A casa está em nome de Luiz Augusto Gomes de Mattos, antigo prefeito do município e também filho de Camilo de Mattos, também antigo prefeito de Ribeirão Preto, demonstrando sua importância histórico cultural para o município. O edifício foi construído na década de 20 pelo engenheiro Antônio Terreri e pelo construtor Paschoal di Vincenzo, os mesmos que construíram o edifício Diederichsen e o Hotel Vila Real [...]” obs: anexa ao pedido uma reportagem da revista Expressão Feedback de junho de 1999, sobre a importância do imóvel.

#### 16. TOMBAMENTO PROVISÓRIO

REUNIÃO: 13/09/2005

RESOLUÇÃO: 04/2005 – DE 16/09/2005

PUBLICAÇÃO:  
04/10/2005

#### 17. NOTIFICAÇÕES: DATA / DESTINATÁRIO

16/09/2005

Luiz Augusto Gomes de Mattos (enviado para o próprio endereço do palacete)

#### 18. TOMBAMENTO DEFINITIVO

DECRETO: N° 221  
POR: Prefeito Welson Gasparini

PUBLICAÇÃO: 11/07/2008

INSCRIÇÃO  
LIVRO DO  
TOMBO: Não  
consta

#### 19. IMPUGNAÇÕES / PEDIDOS DE ALVARÁ DE DEMOLIÇÃO E DESTOMBAMENTO / PERMUTAS

<p>DATA: 23/11/2005</p> <p>INDEFERIMENTO: Não consta</p>	<p>SOLICITAÇÃO:  <b>02.2005.043.703.4</b>  -IMPUGNAÇÃO  DO  TOMBAMENTO  PROVISÓRIO</p>	<p>REQUERENTE: NILZA DE  MATTOS SAMPAIO  COELHO E SEU MARIDO,  RENATO AMARAL  SAMPAIO COELHO</p>	<p>JUSTIFICATIVA: Alegam não ter se consumado a notificação sobre o processo de tombamento, a todos os proprietários do imóvel, somente a um, e alegam que este já havia falecido, em 2003. Alegam que para justificar valores históricos e/ou arquitetônicos do bem, o processo carece de laudos técnicos que ainda não foram apresentados. E que o fato de ter ali residido personalidade importante não justifica fatos históricos. Ainda afirmam que o imóvel não justifica valores arquitetônicos/artísticos importantes e que este sofreu degradação e modificações ao longo do tempo, e que para sua preservação obrigaria imediata, profunda e completa reforma, a qual seria muito onerosa e demorada. Acrescentem ainda sobre seu entorno,</p>
--	--	--	--

			poluído e que agrava sua deterioração. Alegam que o tombamento sem o orçamento necessário leva o imóvel ao abandono, como outro caso na cidade. E que tal ação está impedindo o uso e a exploração do imóvel.
DATA: 30/07/2008 INDEFERIMENTO: Não consta	<b>02.2008.033.146.3</b> - IMPUGNAÇÃO DO TOMBAMENTO DEFINITIVO	RENATO AMARAL SAMPAIO COELHO	JUSTIFICATIVAS: Igualmente as da impugnação anterior.

<p>DATA: 28/04/2011</p> <p>INDEFERIMENTO: NOV/2017 (informação de que o imóvel foi vendido a investidores privados)</p>	<p>SOLICITAÇÃO: <b>02.2011.023598-0</b> <b>- PERMUTA</b></p>	<p>REQUERENTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO – SEC. DA CULTURA</p>	<p>JUSTIFICATIVA: Em relação a importância do imóvel para a história da cidade, entre outros, ressaltando que alguns destes são de iniciativa privada, a Secretaria da Cultura gostaria de propor uma legislação para estes. A proposta é que a prefeitura ofereça permuta entre ela e os proprietários desses imóveis, assim, em posse da prefeitura, essa possa destinar o patrimônio em comodato para entidades culturais sem sede própria. A expectativa é que essas entidades assumam o compromisso do restauro e a ocupação cultural dos bens.</p>
---	--	---	--

## 5.2. FICHA IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL / PROCESSO DE TOMBAMENTO

1. BEM PATRIMONIAL:

**SOLAR FRANCISCO MURDOCCO**

2. LOCALIZAÇÃO: Rua São José, 624 Centro – Ribeirão Preto/SP

3. CONSTRUÇÃO: 1913 - 1916

4. ARQUITETO: Não consta

5. ÁREA: 657,56m<sup>2</sup> (terreno) / 304,75m<sup>3</sup> (área construída)

6. MATRÍCULA / CADASTRO MUNICIPAL: n° 92.505 / n° 9.212

7. PROPRIEDADE: Particular/Privada

8. PROPRIETÁRIOS: ANO / RESPONSÁVEL



Foto: Flávia Vilas Boas - 2018

1916

Francisco Murdocco

1912-1929 (Também pertencia ao Patrimônio da Fábrica da Matriz)

Patrimônio da Fábrica da Igreja Matriz de São Sebastião

(S/D) (primeiros herdeiros)

Romeu Armando Murdocco (São Paulo/SP) (Falecido em 1967)

Julia Desdemone Murdocco (São Paulo/SP) (Falecida em 1980)

Amleto Giulio Murdocco (Falecido em 1967), e sua esposa Cacilda Catani Murdocco (São Paulo/SP)

Mário Affonso Murdocco (Falecido em 1981) e sua esposa Laura Marin Murdocco (São Paulo/SP)

Virgílio Murdocco (Falecido em 1982) e sua esposa Maria de Lourdes Murdocco (Rio de Janeiro/RJ)



	Elvira Murdocco (São Paulo/SP)
	Alzira Murdocco (São Paulo/SP)
1967 (O falecimento de Romeu Armando Murdocco adicionou seus sobrinhos – filhos de Amleto - como proprietários) (O seguido falecimento de Amleto também passou partes para estes)	Douglas Murdocco, casado com Nilze de Oliveira Murdocco (São Paulo/SP)
	Doroty Murdocco (São Paulo/SP)
	Sylvia Regina Murdocco (São Paulo/SP)
1981 (O falecimento de Mário Affonso Murdocco adicionou seus filhos como proprietários)	Mário Affonso Murdocco Júnior, casado com Suely Matilde N. Murdocco (São Paulo/SP)
	Vera Lúcia Murdocco Villano, casada com Affonso Villano Netto (São Paulo/SP)
	Maria Cecília Murdocco (São Paulo/SP)
	Maria Cristina Murdocco (São Paulo/SP)
1982 (O falecimento de Virgílio Murdocco adicionou seu filho como proprietários)	Virgilio Murdocco Filho, casado com Regina Luzia Dos Santos Murdocco (Rio de Janeiro/RJ)
2004 - 2018 (atual) (Nome que consta na maioria das solicitações e comunicação entre os proprietários e o órgão. Não consta no registro do imóvel).	Afonso Villano Neto

## 8. USOS / HISTÓRICO

Segundo o Livro 9 (Imposto Predial) do ano de 1913, o imóvel já era registrado no nome de Vicente Murdocco como proprietário, na Rua São João (Atual Rua São José) nº 9-12, caracterizado como fábrica de calçados. E ainda no que consta no Livro 9 (Indústrias e Profissões) do ano de 1919-1920 há o registro de Francisco Murdocco como sapateiro estabelecido na Rua São João 9-12.

O Arquivo Público e Histórico não encontrou plantas e projetos referentes ao imóvel.

Sabe-se que o imóvel abrigou alguns estabelecimentos comerciais, no seu andar térreo, como o “Rei da Carne e Queijo”. Atualmente abriga um bar no térreo, este que descaracterizou parte da fachada do imóvel, sobretudo pelo letreiro e toldo fixados, e no andar superior é utilizado como residência, por locatários.

9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
2018	Estado ruim de conservação / Utilizado por inquilinos como bar no andar térreo e residência no pavimento superior.	
10. PROTEÇÃO EXISTENTE	11. ÓRGÃO / ANO TOMBAMENTO DEFINITIVO	12. NÚMERO / DATA DO PROCESSO DE TOMBAMENTO
Tombamento Municipal	CONPPAC-RP 2005	02 2004 015 755 1 – DE 08/04/2004
13. SOLICITANTE: Cláudio Henrique Bauso (foi diretor do CONPPAC/RP)		
14. JUSTIFICATIVA: “Solicito o tombamento do imóvel localizado à rua São José, número 624, 616, 610, 606, sendo um só edifício, porém dividido em 4 por uso misto. A construção é datada de 1916, em sua fachada, com as iniciais de seu fundador “F.M.” Francisco Murdoco.”		
15. TOMBAMENTO PROVISÓRIO CONTINUAR DAQUI		
REUNIÃO: 06/07/2004	RESOLUÇÃO: 05/2004 – DE 08/07/2004	PUBLICAÇÃO: 16/07/2004
16. NOTIFICAÇÕES: DATA / DESTINATÁRIO		
08/07/2004	Herdeiros ou sucessores (não consta nomes, mas em documento adiante no processo, um dos proprietários - MÁRIO AFONSO MURDOCCO JÚNIOR – alega ter sido somente ele o notificado da resolução)	
	Promotor de Justiça do Meio Ambiente	
	Secretário Municipal da Infraestrutura	
17. TOMBAMENTO DEFINITIVO (1º SEM DECRETO)		
REUNIÃO: 15/02/2005 (Parecer favorável ao tombamento definitivo)	RESOLUÇÃO: 06/05 – DE 16/09/2005 / 28/09/2005 (28/09/2005 - Publicação no Jornal A Cidade)	PUBLICAÇÃO: 04/10/2005 (Diário Oficial)
18. NOTIFICAÇÕES: DATA/DESTINATÁRIO		
03/10/2005	Mário Afonso Murdocco Júnior	
19. TOMBAMENTO DEFINITIVO		

DECRETO: Nº 131 POR: Prefeito Welson Gasparini	PUBLICAÇÃO: 06/05/2008	INSCRIÇÃO LIVRO DO TOMBO: 0008 – Páginas 18-19 DATA: 09/12/2008
20. NOTIFICAÇÕES: DATA/DESTINATÁRIO		
03/07/2012 (Para atender as exigências do 2º Cartório de Registro de Imóveis, que solicita a notificação para todos os proprietários para que se faça a averbação da matrícula do imóvel)	Maria Cecília Murdocco	
	Maria Cristina Murdocco	
	Elvira Murdocco	
	Silvia Regina Murdocco	
	Laura Marin Murdocco	
	Virgílio Murdocco Júnior	
	Vera Lúcia Murdocco Villano	
	Alzira Murdocco	
	Doroty Murdocco	
	Suely Matilde Najjar Murdocco	
	Mário Affonso Murdocco Júnior	
	Cacilda Catani Murdocco	
	Maria de Lourdes Murdocco	
	Regina Luzia dos Santos Murdocco	
	Afonso Villano Neto	
	Nilse de Oliveira Murdocco	
	Nasser Kehdy Neto	
	Douglas Murdocco	
21. IMPUGNAÇÕES / PEDIDOS DE ALVARÁ DE DEMOLIÇÃO E DESTOMBAMENTO / PERMUTAS		

<p>DATA: 19/07/2004</p> <p>INDEFERIMENTO: Não consta (Consta que não houve resposta em tempo hábil até 01/10/2004, por isso o proprietário entra com a 2ª Impugnação)</p>	<p>SOLICITAÇÃO: <b>Não consta processo</b> - IMPUGNAÇÃO DO TOMBAMENTO PROVISÓRIO em 2004)</p>	<p>REQUERENTE: Mário Affonso Murdocco Júnior</p>	<p>JUSTIFICATIVA: Alega que seu prédio, não tem ligação com fatos memoráveis e também não possui arquitetura excepcional, ainda estando em processo de degradação e descaracterização. Alega também que o tombamento infere diretamente sobre o seu exercício de direito de propriedade. Cita que para recuperá-lo há a necessidade de uma onerosa reforma, inviável para os proprietários. Cita que seus proprietários que a maioria destes se encontra em estado avançado de idade. Cita o artigo 11 da lei, sobre a desapropriação. Cita que vender um imóvel tombado é, na prática, inviável. Cita que em seu entorno já estão consolidados muitos prédios comerciais. E que o tombamento puro e simples representará apenas a homologação da ruína do imóvel.</p>
---	---	--	--

<p>DATA: 11/07/2005</p> <p>INDEFERIMENTO: Não consta</p>	<p><b>SOLICITAÇÃO: Não consta processo -</b>  IMPUGNAÇÃO SOBRE A  RESOLUÇÃO 06/05 –  TOMBAMENTO  DEFINITIVO SEM  DECRETO</p>	<p>Mário Affonso Murdocco Júnior</p>	<p>JUSTIFICATIVAS: O proprietário alega está enviando a segunda impugnação porque, até a presente data, apesar da sua primeira impugnação apresentar motivos cabíveis para o não tombamento, o conselho ainda não o informou, não o notificou da decisão definitiva do tombamento do seu imóvel, cuja este tomou conhecimento pelo jornal A Tribuna, de 07 de Julho de 2005. Traz os mesmos argumentos que a impugnação anterior. Pede a revisão e arquivamento do processo, mas que, mesmo assim, se o imóvel for tombado, espera que os proprietários sejam ressarcidos dos valores de seu imóvel.</p>

<p>DATA: 10/10/2005</p> <p>INDEFERIMENTO:</p>	<p>SOLICITAÇÃO: 02 2005 038458 5 – PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DE TOMBAMENTO</p>	<p>REQUERENTE: Mário Affonso Murdocco Júnior</p>	<p>JUSTIFICATIVA: Alega que é a terceira vez que pede a IMPUGNAÇÃO a intenção do conselho do tombamento de seu imóvel, pois não obteve resposta. Em 03/10/2005, recebe do Conselho nova notificação informando o acatamento do tombamento do imóvel e por isso pede novamente impugnação. Apresenta os mesmos argumentos das impugnações anteriores. E somam o argumento que, segundo a área envoltória do tombamento (100m), onde um prédio ao lado também é de propriedade dos mesmo herdeiros, estes serão duplamente prejudicados de usufruírem de seus bens. Cita a lei (Municipal 7.5251/96) em que todos os proprietários devem ser devidamente notificados, individualmente. E complementa que em nenhum momento foi convidado a participar das reuniões do Conselho para tratar sobre o assunto de seu imóvel. E que os proprietários precisam dos recursos advindos da locação do imóvel, e o mais certo seria vendê-lo. Fala sobre a ausência de fundamentação no processo de tombamento em geral. E solicita a resposta a duas indagações antes de qualquer providência.</p>
---	---	--	--

<p>DATA: 10/09/2008</p> <p>INDEFERIMENTO: ?</p>	<p>SOLICITAÇÃO: 02 2008 040517 3 – PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE BEM TOMBADO PELO MUNICÍPIO</p>	<p>REQUERENTE: MÁRIO AFFONSO MURDOCCO JÚNIOR</p>	<p>JUSTIFICATIVA: O proprietário vem, por meio desta “expor e propor ao Município, conforme preconiza o artigo 40 da Lei Municipal de número 2.211 de 24 de agosto de 2007, a aquisição pelo Município de BEM TOMBADO. ” E traz PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DO IMÓVEL PELO MUNICÍPIO.</p> <p>“É sabido que a comercialização de imóvel antigo é complexa e, por consequência, bastante difícil e as dificuldades aumentam ainda mais quando se trata de um imóvel tombado, devido às inúmeras restrições que passam a incidir sobre ele. Como co-proprietário, contribuinte e cidadão, tento fazer a minha parte, com coerência, responsabilidade, dignidade e honestidade. A venda do imóvel estava praticamente concretizada em 2004, quando foi interrompida na ocasião da notificação de tombamento acima mencionada, prejudicando de forma significativa as expectativas dos proprietários idosos, que viam com esta venda, dias melhores. “</p> <p>Alega ainda que os argumentos expostos constam nos autos do processo e que, em momento algum, foram respondidos ou objetos de uma discussão sensata e concreta.</p>
---	--	--	--

### 5.3. FICHA IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL / PROCESSO DE TOMBAMENTO

#### 1. BEM PATRIMONIAL:

**SOLAR VILLA LOBOS (CASA CARAMURU)**

#### 2. LOCALIZAÇÃO:

Av. Caramuru, 232 (204,220,230,250 segundo cadastro do imóvel) – Vila Virgínia – Ribeirão Preto/SP.

#### 3. CONSTRUÇÃO: Antes de 1884 (estima-se 188-1883)

#### 4. ARQUITETO: Não consta

#### 5. ÁREA: 1500,00m<sup>2</sup> (terreno) / 885,92m<sup>3</sup> (área construída)

#### 6. MATRÍCULA / CADASTRO MUNICIPAL: N° 58.760 / N° 6270

#### 7. PROPRIEDADE: Particular/Privada

#### 8. PROPRIETÁRIOS: ANO / RESPONSÁVEL



Foto: Flávia Vilas Boas - 2018

1880-1883 (Construção estimada)

Andre Maria Ferreira de Villa Lobos

(S/D)

Rafael Salomone e sua esposa Elza Bertolucci (Rib.Preto/SP)

Humberto Salomone e sua esposa Ana Mastrobuono Salomone (São Paulo/SP)

Vicente Falcone e sua esposa Emilia Salomone Falcone (Casa Branca/SP)

José Lollato e sua esposa Maria Salomone Lollato (Rib.Preto/SP)

Luiz Salomone e sua esposa Edna Cavalcanti Salomone (Rib.Preto/SP)

Angelina Salomone Arantes e seu marido Francisco de Paula Arantes (Rib.Preto/SP)



(S/D) – Os proprietários acima vendem o imóvel	Carmen Romero Escobar (Rib.Preto/SP)
(S/D) – A proprietária doa o imóvel para seus herdeiros, mas reserva para si o usufruto do mesmo.	José Natalino Romero Moura, casado com Teresa Alves Moura (Rib. Preto/SP)
	João Lucas Romero Moura, casado com Rosa de Assis Moura (Rib. Preto/SP)
	Antonio Romero Moura (Rib. Preto/SP)
	Maria Da Graça Moura Martucci, casada com João Batista Martucci (Rib.Preto/SP)
(S/D) – Os proprietários acima vendem o imóvel	Roberto Leão da Costa, comerciante. (Rib.Preto/SP)
(S/D) – O proprietário passou o imóvel para a empresa	LEÃO COSTA COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA (que teve algumas alterações no nome ao longo dos anos, mas continua sendo a mesma).
2012- 2014 (comprou o imóvel em um leilão) (ATUAL – 2018)	Nelson José Scorsolini, empresário.
8. USOS / HISTÓRICO	

Casarão possui estilo neoclássico, do final do séc. XIX. Indica uma arquitetura rural, uma sede de fazenda que foi sendo transformada com o tempo, conforme a área foi “engolida” pela cidade. É uma das primeiras casas de Ribeirão Preto e representa a arquitetura eclética do final do século XIX, e a composição da arquitetura urbana-rural. No seu interior são encontradas pinturas que retratam cenas italianas e também muitos ornamentos, que também seriam da década de 1890. Construída pelo proprietário Andre Maria Ferreira de Villa Lobos, a propriedade do imóvel passou por outras pessoas, e inquilinos, cuja informações dizem também terem ocupado o imóvel como um bar, até chegar na empresa Leão Materiais Elétricos LTDA, o qual queria transformar o imóvel em um depósito, visto que seu tombamento impedia a desconfiguração e reformas para tal, a casa foi a leilão em 2012 e em 2014 tomou posse do imóvel o empresário Nelson José Scorsolini. Projetos já foram encaminhados com verbas estaduais e também municipais para o restauro da casa, inclusive foi realizado um concurso público de restauro, em 2012/2013, por meio do Programa de Ação Cultural (ProAC), mantido pela Secretaria de Estado da Cultura, o projeto teve ganhador, orçamento previsto em R\$ 8 milhões de reais, teve aprovação por parte do CONPPAC e CONDEPHAAT, mas nada saiu do papel. Um projeto de restauro com parceria da prefeitura em comodato com o proprietário da casa, era para ter sido iniciado em 2014, com o objetivo de transformar o local em uma cafeteria aberta ao público, o valor da restauração estava estimado de 2 a 4,5 milhões (podendo chegar a 6 milhões), mas nada ainda não saiu do papel, a construção continua abandonada, apesar de alguns esforços dos órgãos de proteção para mantê-la de pé, como a reforma do telhado. Em suma, o casarão tem imenso valor histórico para a cidade e região, pois é um exemplar monumental da arquitetura do café do “Oeste paulista”, além de ser uma das raras construções remanescentes do século XIX em Rib. Preto.

#### 9. ESTADO DE CONSERVAÇÃO

2018	Péssimo estado de conservação / Abandonado	
10. PROTEÇÃO EXISTENTE	11. ÓRGÃO / ANO TOMBAMENTO DEFINITIVO	12. NÚMERO / DATA DO PROCESSO DE TOMBAMENTO
Tombamento Estadual	CONDEPHAAT - 1988	<b>PROCESSO N° 25774/87 – DE 30/09/1987 – 06/11/1987</b> <b>Resolução N°61 – 28/10/1968</b>
Tombamento Municipal	CONPPAC - ANDAMENTO	<b>N° 02 2009 058819 7 – DE 12/11/2009</b>

13. SOLICITANTE: Valdemar Corauci Sobrinho (Estadual) / Div. De Preservação ao Patrimônio Cultural de Rib. Preto (Municipal)

14. JUSTIFICATIVA: Por seu valor histórico, artístico, cultural e documental (Estadual) / Não consta no pedido, mas ao longo do processo consta a justificativa por seu valor histórico e artístico, sobre estar ligado a expansão cafeeira na cidade, por ser um exemplar da arquitetura rural e um dos únicos remanescentes de construção do século XIX. Além de sua arquitetura eclética como valor importante, também há o acervo de pinturas parietais nas paredes internas da casa. (Municipal)			
15. 1ª TENTATIVA DE TOMBAMENTO – PROJETO DE LEI PARA PROTEÇÃO			
Data: 20/03/1986 Indeferimento / Projeto Rejeitado / Lei Vetada: 21/05/1986 e 06/08/1986	Projeto de Lei: Nº 767/86 Promovente: Valdemar Corauci Sobrinho (Vereador) Rejeitado por: Prefeito João Gilberto Sampaio	Lei: Nº 4881/86 Elaborada por: Barquet Miguel (Presidente da Câmara dos Vereadores) Publicada em: 06/08/1986	
16. TOMBAMENTO ESTADUAL - CONDEPHAAT			
REUNIÃO ABERTURA PROC.: 26/10/1987 PUBLICAÇÃO: 30/10/1987	RESOLUÇÃO DE TOMBAMENTO: Nº 61 – DE 28/10/1988	PUBLICAÇÃO: 03/11/1988	INSCRIÇÃO LIVRO DO TOMBO: Nº 285 – P.73 DATA: 08/06/1989
17. NOTIFICAÇÕES: DATA / DESTINATÁRIO (SOBRE O TOMBAMENTO ESTADUAL)			
30/06/1998	PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO PRETO – JOÃO GILBERTO SAMPAIO		
	ELÉTRICA COSTA: DR. ROBERTO LEÃO DA COSTA		
	VEREADOR DE RIB. PRETO: ANTÔNIO MARCOS BORGES DE OLIVEIRA		
	DELEGADO REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO: IRLANDINO NETO SANDOVAL		
	DEP. ESTADUAL: VALDEMAR CORAUCI SOBRINHO		
18. TOMBAMENTO PROVISÓRIO (Referente ao proc. De tombamento municipal – ABERTO EM 2009 – Em andamento)			
REUNIÃO: 02/02/2010	RESOLUÇÃO: Não consta	PUBLICAÇÃO: Não consta	
19. TOMBAMENTO MUNICIPAL DEFINITIVO			
REUNIÃO: 03/03/2015	DECRETO DE TOMBAMENTO: EM ANDAMENTO (2018)	PUBLICAÇÃO: Não consta	
20. NOTIFICAÇÕES: DATA / DESTINATÁRIO			

Não consta		Não Consta	
21. IMPUGNAÇÕES / PEDIDOS DE ALVARÁ DE DEMOLIÇÃO E DESTOMBAMENTO / PERMUTAS			
DATA: 21/05/1986 – 06/08/1986	SOLICITAÇÃO: Declaração de Inconstitucionalidade do projeto de lei 767/86 e Veto Total a Lei 4881/86	REQUERENTE: Prefeito Municipal João Gilberto Sampaio	<p>JUSTIFICATIVA: Alega estar a iniciativa viciada de inconstitucionalidade e ilegalidade, diante do que estatui a legislação municipal.</p> <p>Alega ser de privatividade do Poder Executivo iniciar o Processo Legislativo, eis que, outorgada a competência exclusiva ao prefeito no tocando a iniciativa das leis que disponham sobre “AUMENTO DE DESPESAS”.</p> <p>Não significa que isto dizer que à Câmara Municipal seja defeso intervir em tal processo, mas pretende-se que sua atenção se contenha como complementar a acessoria.</p> <p><i>“Ora, no caso do projeto ora vetado, é evidente que acarretará ao Erário de despesas, que deverá suportar os ônus com fiscalização e vistorias do imóvel e, principalmente, com as despesas necessárias para a inscrição do mesmo no tombamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação [...]”</i></p>

#### 5.4. FICHA IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL / PROCESSO DE TOMBAMENTO

1. BEM PATRIMONIAL: <b>ALBINO DE CAMARGO NETTO</b>
2. LOCALIZAÇÃO: Rua Visconde de Inhaúma, 241 – Centro – Ribeirão Preto/SP
3. CONSTRUÇÃO: 1902-1913-1923 (informações divergentes)
4. ARQUITETO: Vicente Lo Giudice
5. ÁREA: 915,30m <sup>2</sup> (terreno segundo cadastro municipal) / 638,79m <sup>3</sup> (terreno conforme laudo técnico feito em 2012) / 157,62 m <sup>2</sup> (área ocupada – segundo cadastro municipal)
6. MATRÍCULA / CADASTRO MUNICIPAL: Não consta no processo / n° 8131
7. PROPRIEDADE: Particular/Privada



Foto: Flávia Vilas Boas - 2018

#### 8. PROPRIETÁRIOS: ANO / RESPONSÁVEL

1902-1913 (O imóvel foi construído no nome do pai de Albino Camargo Netto)	Antônio Ezequiel de Camargo, casado com Joana Santana Camargo
1º Herdeiro (Filho do casal Antônio e Joana) (Não consta data no processo)	Albino de Camargo Netto (falecimento em DEZ/1969), casado com Altina Duarte Camargo
2º Herdeiro (Filha de Albino e Altina) (Não consta data de origem – até atual 2018)	Maria José (ou Maria Lúcia) de Camargo Junqueira Reis, casada com Henrique Junqueira Reis

#### 9. USOS / HISTÓRICO

Construído no início do século XX, o casarão é um imóvel remanescente do auge do café na cidade. Residiram ali Albino de Camargo Netto e sua família, figura importante na cidade - trabalhou em Rib. Preto como professor de psicologia e lógica, como redator, delegado de polícia, foi escritor, atuou como vereador em 1926-1929, prefeito em 1930, e posteriormente deputado estadual em 1963-1967. O palacete

ficou de herança para sua filha Maria Lúcia de Camargo Junqueira Reis. O imóvel segue por muito tempo abandonado, sofreu incêndios e invasões, estando atualmente em estados de ruínas.

#### 10. ESTADO DE CONSERVAÇÃO

2018	Péssimo estado de conservação / Abandonado / Ruínas
------	---

#### 11. PROTEÇÃO EXISTENTE

Tombamento Municipal

#### 12. ÓRGÃO / ANO TOMBAMENTO DEFINITIVO

CONPPAC-RP 2007

#### 13. NÚMERO / DATA DO PROCESSO DE TOMBAMENTO

02 2004 027471 0 – DE 15/07/2004

14. SOLICITANTE: Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto – CONPPAC-RP

15. JUSTIFICATIVA: No pedido não consta justificativa

#### 16. TOMBAMENTO PROVISÓRIO

REUNIÃO: 03/08/2004

RESOLUÇÃO: 15/2004

PUBLICAÇÃO: 12/11/2004

#### 17. NOTIFICAÇÕES: DATA / DESTINATÁRIO

12/11/2004

Maria José de Camargo Junqueira Reis (proprietária)

12/11/2004

Ilmo. Sr. Secretário municipal da infra-estrutura

12/11/2004

Exmo. Sr. promotor de justiça do meio ambiente de Rib. Preto

#### 18. TOMBAMENTO DEFINITIVO (1º SEM DECRETO)

REUNIÃO: 07/03/2006

RESOLUÇÃO: 02/2006

PUBLICAÇÃO: 24/04/2008

#### 19. NOTIFICAÇÕES: DATA / DESTINATÁRIO

24/04/2008

Maria José de Camargo Junqueira Reis (proprietária)

#### 20. TOMBAMENTO DEFINITIVO (DEPOIS DE REAVALIAÇÃO)

DECRETO: Nº 132

POR: Prefeito Welson Gasparini

PUBLICAÇÃO: 06/05/2008

TOMBO: 0014

EM: FEV/2011

#### 21. IMPUGNAÇÕES / PEDIDOS DE ALVARÁ DE DEMOLIÇÃO E DESTOMBAMENTO

DATA

SOLICITAÇÃO

REQUERENTE

JUSTIFICATIVA

ABERTURA: 11/06/2007  
INDEFERIMENTO:  
27/02/2008

02.2007.027435-1 – Alvará de Demolição  
(Pedido de reavaliação do tombamento)

Maria Lúcia de Camargo  
Junqueira Reis

Devido ao grau de  
deterioramento do imóvel.  
Alegando que o imóvel corre

			o risco de desabamento, prejudicando a vizinhança.
ABERTURA: 09/06/2008 INDEFERIMENTO: 07/04/2009	02.2008.024194-4 - Alvará de demolição – com manutenção/preservação de fachada	Maria Lúcia de Camargo Junqueira Reis	Não consta (Tal processo secundário não consta anexo ao processo principal)
ABERTURA: 05/10/2009 INDEFERIMENTO 03/11/2009	02 2009 046245 5 - Solicitação de Destombamento	Maria Lúcia de Camargo Junqueira Reis	Diante dos indeferimentos dos alvarás de demolição, pede o destombamento alegando que o imóvel encontra-se em ruínas irreparáveis, que muitos moradores de rua invadem o local, e que a prefeitura não dá nenhum incentivo, nem sequer isenção do IPTU. Sua proposta é erguer um memorial e usar o restante do terreno comercialmente. Anexa com o pedido 300 assinaturas favoráveis ao pedido.

### 5.5. FICHA IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL / PROCESSO DE TOMBAMENTO

1. BEM PATRIMONIAL:

**PALACETE JORGE LOBATO**

2. LOCALIZAÇÃO: Rua Álvares Cabral, 716 – Centro – Ribeirão Preto/SP

3. CONSTRUÇÃO: 1922

4. ARQUITETO: Geribello & Quevedo - Engenheiros e Empreiteiros / aprovado pelo engenheiro municipal Antônio Soares Romeo

5. ÁREA: 1958m<sup>2</sup> (terreno) / 513m<sup>3</sup> (área ocupada)

6. MATRÍCULA / CADASTRO MUNICIPAL: nº 50.514 / nº7064

7. PROPRIEDADE: Particular/Privada

8. PROPRIETÁRIOS: ANO / RESPONSÁVEL

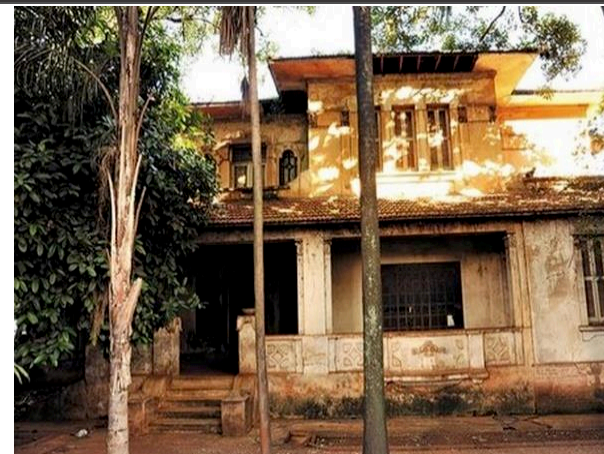


Foto: <http://www.revive.com.br/media/cache/8d/fd/8dfd2cc0a86dda25773571f4cd1dde d 7.jpg>

1922

Jorge Lobato e sua esposa Anna Junqueira (Ribeirão Preto/SP)

1984 (Filhos de Jorge e Anna)

Laura Lobato Uchoa e seu marido Martinho Prado Uchoa (São Paulo/SP)

Maria Silvia Junqueira Lobato (Ribeirão Preto/SP)

Luiz Junqueira Lobato (Ribeirão Preto/SP)

Vera Junqueira Lobato (Ribeirão Preto/SP)

Henrique Lobato Marcondes Machado (Ribeirão Preto/SP)



1992 (Partilha dos bens de Luiz, adicionou mais herdeiros na propriedade do bem.	Ana Rosa Marcondes Machado Guyer Salles e seu marido José Guyer Salles (São Paulo/SP)	
	Beatriz Marcondes Machado (São Paulo/SP)	
2014 - 2018 (Atual)	Ingrid Sominami e Héctor Sominami	
9. USOS / HISTÓRICO		
Construído em 1922, foi um presente do fazendeiro Joaquim Cunha Diniz Junqueira à sua filha Anna Junqueira, pelo casamento com Jorge Lobato, que foi figura importante na região. Serviu de residência para o casal e seus filhos, até ficar abandonado devido a morte de seu último morador, em 1991. Houve a intenção da compra e utilização do prédio pelo Banco do Brasil em 2014, mas o projeto não foi aprovado. Também em 2014, os irmãos Héctor e Ingrid Sominami Lopes, então compraram o imóvel, afim de instalarem ali um restaurante/café, espaço cultural. Em 2018 as obras de restauro estão praticamente concluídas, aguardando a aprovação do CONPPAC-RP para abrir o restaurante, porém já funcionamento como espaço cultural para diversas atividades.		
10. ESTADO DE CONSERVAÇÃO		
1991 – 2014	Péssimo estado de conservação / Abandonado	
2014 - 2018	Restaurado	
11. PROTEÇÃO EXISTENTE	12. ÓRGÃO / ANO TOMBAMENTO DEFINITIVO	13. NÚMERO / DATA DO PROCESSO DE TOMBAMENTO
Tombamento Municipal	CONPPAC-RP 2008	02 2004 011717 7 – DE 12/03/2004
14. SOLICITANTE: Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural de Ribeirão Preto - CONPPAC		
15. JUSTIFICATIVA: “Por seu significado histórico e arquitetônico, integrante da paisagem cultural urbana de Ribeirão Preto”		
16. TOMBAMENTO PROVISÓRIO		
REUNIÃO: 06/07/2004	RESOLUÇÃO: 04/2004	PUBLICAÇÃO: 16/07/2004
17. NOTIFICAÇÕES: DATA / DESTINATÁRIO		
08/07/2004	Exmo. Sr. promotor de justiça do meio ambiente de Rib. Preto	
08/07/2004	Ilmo. Sr. Secretário municipal da infra-estrutura	

08/07/2004	V. Sa. herdeiros ou sucessores (não consta nomes)	
18. TOMBAMENTO DEFINITIVO		
DECRETO: N° 219 POR: Prefeito Welson Gasparini	PUBLICAÇÃO: 11/07/2008	INSCRIÇÃO LIVRO DO TOMBO: 0009 - livro n° 3 – Registro 12105. DATA: 05/12/2008
19. IMPUGNAÇÕES / PEDIDOS DE ALVARÁ DE DEMOLIÇÃO E DESTOMBAMENTO		
DATA: 02/08/2004	SOLICITAÇÃO: IMPUGNAÇÃO DO TOMBAMENTO PROVISÓRIO (S/ PROCESSO)	REQUERENTE: VERA LOBATO JUNQUEIRA
JUSTIFICATIVA: Alega que não foi notificada; que o imóvel não justifica valores históricos e/ou artísticos; que o tombamento prejudica seu direito de propriedade.		

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
E DESIGN

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ARQUITETURA E URBANISMO

FLÁVIA FERNANDA SEGISMUNDO VILAS BOAS

UBERLÂNDIA | 2019